




Coleção
Documentos
40

UMA INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DO BRASIL – DA CRISE DOS ANOS 20 AO ESTADO NOVO: BREVE ABORDAGEM DOCUMENTAL

CENTRO DE
LITERATURAS
E CULTURAS
LUSÓFONAS
E EUROPEIAS
CLEPUL
Faculdade de Letras da
Universidade de Lisboa

FCT
Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia



FRANCISCO DAS NEVES ALVES

**UMA INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DO
BRASIL – DA CRISE DOS ANOS 20
AO ESTADO NOVO: BREVE
ABORDAGEM DOCUMENTAL**





DIRECTORA: MARÍLIA PULQUÉRIO FUTRE PINHEIRO



DIRETORIA

PRESIDENTE – FRANCISCO DAS NEVES ALVES

VICE-PRESIDENTE – PEDRO ALBERTO TÁVORA BRASIL

DIRETOR DE ACERVO – MAURO PÓVOAS

1º SECRETÁRIO – LUIZ HENRIQUE TORRES

2º SECRETÁRIO – RONALDO OLIVEIRA GERUNDO

TESOUREIRO – VALDIR BARROCO

Francisco das Neves Alves

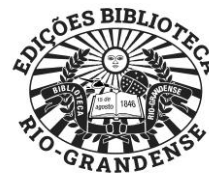
UMA INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DO BRASIL – DA CRISE DOS ANOS 20 AO ESTADO NOVO: BREVE ABORDAGEM DOCUMENTAL



- 40 -



UIDB/00077/2020



Lisboa / Rio Grande
2021

Ficha Técnica

- Título: Uma introdução à História do Brasil – da Crise dos anos 20 ao Estado Novo: breve abordagem documental
- Autor: Francisco das Neves Alves
- Coleção Documentos, 40
- Composição & Paginação: Marcelo França de Oliveira
- Capa: 1 – Conceção da *Careta* para a chegada dos revolucionários ao Rio de Janeiro em 1930, sendo recepcionados pela Junta Militar, que lhes oferece o Obelisco para amarrarem seus cavalos, em alusão a uma frase que se tornou lapidar em relação àquele momento

2 – Segundo a concepção da *Careta*, enquanto Getúlio Vargas elimina a presença de câmaras, partidos e bandeiras estaduais, em primeiro plano, uma formiga e um gafanhoto mostram-se preocupados, por virem a ser “as únicas forças que ainda restam” (*Careta*, a. 30, n. 1547, 12 fev. 1938, p. 1.)

- Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
- Biblioteca Rio-Grandense
- Lisboa / Rio Grande, Fevereiro de 2021

ISBN – 978-65-89557-03-6

O autor:

Francisco das Neves Alves é Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017), à PUCRS (2018) e à Cátedra Infante Dom Henrique/Portugal (2019). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de cento e cinquenta livros.



Conselho Editorial

Alvaro Santos Simões Junior (Universidade Estadual Paulista – Assis)

António Ventura (Universidade de Lisboa)

Beatriz Weigert (Universidade de Évora)

Carlos Alexandre Baumgarten (PUCRS)

Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos (UNISINOS)

Ernesto Rodrigues (CLEPUL – Universidade de Lisboa)

Francisco Topa (Universidade do Porto)

Gilda Santos (Real Gabinete Português de Leitura)

Isabel Lousada (Universidade Nova de Lisboa)

Isabel Lustosa (Fundação Casa de Rui Barbosa)

João Relvão Caetano (Cátedra CIPSH de Estudos Globais – CEG)

José Eduardo Franco (CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa)

Maria Aparecida Ribeiro (Universidade de Coimbra)

Maria Cristina Firmino Santos (Universidade de Évora)

Maria Eunice Moreira (PUCRS)

Tania Regina de Luca (UNESP)

Vania Pinheiro Chaves (CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa)

Virgínia Camilotti (UNIMEP)

APRESENTAÇÃO

A elaboração deste livro é fruto do trabalho docente na disciplina de História do Brasil IV, ministrada nos Cursos de História – Licenciatura e Bacharelado da Universidade Federal do Rio Grande. Trata-se de uma continuidade, pois, há muito tempo o autor trabalha com o tema, em cadeira com outro título, História do Brasil Contemporâneo, nos últimos anos desdobrada em outras duas, sendo uma delas a citada inicialmente. Ao longo dessa jornada, uma das práticas mais recorrentemente utilizada foi o trabalho com os documentos de época, analisando-os como primordial forma de expressão do pensamento e das práticas reinantes de cada época. Utilizada como instrumento didático, a documentação tem servido para um melhor aprendizado dos conteúdos ministrados, envolvendo fontes históricas de natureza textual, iconográfica e midiática.

Este trabalho é introdutório na busca de apresentar uma abordagem documental acerca das fontes estudadas em sala de aula, concentrando-se essencialmente nas textuais. Tal pesquisa se estabeleceu a partir de estudos de caso, tendo em vista as grandes transformações ocorridas no Brasil no período em pauta, de modo que, para promover esse tipo de enfoque, ocorreu uma inevitável seleção documentária, bem de acordo com o instrumental didático desenvolvido ao longo da experiência docente. O fulcro do livro é a inter-relação

entre os documentos e o contexto histórico abordado, envolvendo desde o aprofundamento da crise da República Oligárquica, passando pela Aliança Liberal e pela Revolução de 1930, até chegar à denominada Era Vargas, no que tange ao Governo Provisório, ao Constitucional e à ditadura estado-novista.

O estudo da documentação textual está vinculado à noção de discurso, uma vez que “o discurso é concebido como a inclusão de um texto em seu contexto”, levando em conta as condições de produção e de recepção”¹. O texto tem o seu sentido em um “contexto, uma textura que expressa o fato de que ele se relaciona como um todo com o ambiente no qual está inserido”². Nessa linha, o texto/discurso pode ser observado a partir de sua “exterioridade”, de modo que ele não fique contido apenas em “seu núcleo interior e escondido, para o âmago de um pensamento ou de uma significação que se manifestariam nele”, e sim, “a partir de sua aparição e de sua regularidade”, bem como de “suas condições externas de possibilidade”, ou seja, aquilo “que dá lugar à série aleatória” dos “acontecimentos e fixa suas fronteiras”³.

Dessa maneira, o texto/discurso aparece “como uma prática, resultante de um conjunto de determinações reguladas em um momento dado por um feixe complexo de relações com outras práticas”, que podem ser “discursivas e não-

¹ MAINGUENEAU, Dominique. Discurso. In: CHARAUDEAU, Patrick & MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 169.

² ADAM, Jean-Michel. Texto. In: CHARAUDEAU, Patrick & MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 467.

³ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 10.ed. São Paulo: Loyola, 2004. p. 53.

discursivas”⁴, as quais são orientadas por um processo histórico. Assim, o discurso é considerado histórico à medida que “se produz em condições determinadas e projeta-se no futuro, mas também porque cria tradição, passado, e influencia novos acontecimentos”⁵. De acordo com essa perspectiva, o discurso não é “independente das redes de memórias e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe”, de maneira que “só por sua existência todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação–reestruturação dessas redes e trajetos”, ou seja, ele constitui “o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho de deslocamento no seu espaço”⁶.

Na abordagem do discurso, “a história, sob a forma do texto histórico, foi um dos seus primeiros objetos”, de maneira que “os historiadores, desde o início, colaboraram enormemente para o estabelecimento de suas categorias”. Nesse sentido algumas das questões básicas vinculam-se a “rejeitar o ‘revestimento’ técnico”, valorizar os “pontos de contato” e propor “tentativas de abordagem, de métodos para a leitura dos textos”. Tais análises científicas equivalem a “um processo”, ou a “um movimento crítico”, fornecendo “categorias operatórias e métodos a aplicar”. Nessa linha, “a natureza das intenções leva os historiadores

⁴ MALDIDIER, D.; NORMAND, C. & ROBIN, R. Discurso e ideologia: bases para uma pesquisa. In: ORLANDI, Eni P. (org.). *Gestos de leitura da história no discurso*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994. p. 82.

⁵ ORLANDI, Eni P. *Terra à vista – discurso do confronto: Velho e Novo Mundo*. São Paulo: Cortez, 1990. p. 35.

⁶ PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990. p. 56.

a propor conceitos e abordagens construídos em experimentações pluridisciplinares eficazes”, centrando suas interpretações no estudo do discurso e assumindo uma “empatia com o ator sociopolítico capaz de reflexividade sobre a linguagem”⁷.

A partir de tais pressupostos, o historiador pode estabelecer uma “profissão de fé”, ao considerar que “o conteúdo histórico do texto dependente de sua forma não implica, de nenhum modo, reduzir a história ao texto” como no caso daqueles estudiosos “que negam haver história fora do discurso”. Ocorre exatamente o contrário, tratando-se, “antes, de *relacionar texto e contexto*” buscando “os nexos entre as ideias contidas nos discursos, as formas pelas quais elas se exprimem e o conjunto de determinações extratextuais”, que orientam “a produção, a circulação e o consumo dos discursos”. Dessa forma, “o historiador deve sempre, sem negligenciar a forma do discurso, relacioná-lo ao social”, uma vez que, “negar a redutibilidade da história ao texto não significa admitir que haja uma história independente do texto”. Nesse sentido, “a história é sempre texto, ou mais amplamente, *discurso*”, de forma “que somente através da decifração dos discursos que exprimem ou contêm a história poderá o historiador realizar o seu trabalho”⁸.

⁷ MAZIÈRE, Francine. *A análise do discurso: história e práticas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007. p. 89, 91, 95 e 97-98.

⁸ CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. História e análise de textos. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 378.

Assim, esta abordagem documental introdutória acerca da formação histórica brasileira, desde o esfacelamento da República Velha até a instalação e consolidação do Estado Novo, procura abordar a documentação textual em suas interfaces com o contexto histórico, de modo que os textos/discursos servem como instrumento para uma melhor compreensão da sociedade, exatamente a partir das intrínsecas relações de sua elaboração, expressão e recepção com os elementos constitutivos políticos, ideológicos, sociais, econômicos e culturais dessa mesma sociedade. Na interpretação de tais documentos torna-se também fundamental a distinção entre o falado e o realizado, o entendido e o subentendido, o explícito e o implícito, típicos das construções discursivas/textuais e que representam o ponto fundamental para as reflexões junto ao corpo discente. Nesse sentido, este livro constituiu uma singela contribuição para o ensino/aprendizagem da História do Brasil desde os anos 1920 até meados da década de 1940.

ÍNDICE

A Crise dos anos 1920: a Reação Republicana e o tenentismo.....	17
A Aliança Liberal e a Revolução de 1930.....	51
Governo Provisório: os caminhos para a reconstitucionalização.....	95
Governo Constitucional: tendências políticas e agudização do autoritarismo.....	147
Estado Novo: implantação.....	215
Estado Novo: estruturas.....	269

**A CRISE DOS ANOS 1920:
A REAÇÃO REPUBLICANA E O
TENENTISMO**

A década de 1920 correspondeu a um processo histórico de profunda instabilidade. Em termos internacionais tratava-se do período entreguerras, momento de ferrenha agitação que redundaria no desencadeamento de um novo conflito bélico mundial. A culminância desse ambiente crítico se daria com a deflagração da Crise de 1929, cujos efeitos se espalharam rapidamente pelo mundo, colocando em xeque o modelo do liberalismo clássico. Especificamente no caso brasileiro, os anos 1920 representaram uma aguda crise no sistema oligárquico tradicional, predominante durante a República Velha, o qual passou a ser recorrentemente contestado, dando crescentes sinais de desgaste até que, combalido, chegaria a seus derradeiros dias.

Durante tal década, “a sociedade brasileira viveu um período de grande efervescência e profundas transformações”. O Brasil, “mergulhado numa crise cujos sintomas se manifestaram nos mais variados planos, experimentou uma fase de transição” diante da qual as “rupturas mais drásticas se concretizariam a partir do movimento que ficaria conhecido como Revolução de 1930”. Nessa linha, já nos dois primeiros anos do decênio, ocorreu “uma sucessão de eventos que mudaram de forma significativa o panorama político e cultural brasileiro”. Tais fatores “foram indicadores importantes dos novos ventos que sopravam, colocando em questão os padrões culturais e políticos da Primeira República”⁹.

⁹ FERREIRA, Marieta de Moraes & PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O tempo do liberalismo oligárquico – da proclamação da República à Revolução de 1930 – Primeira República (1889-1930)*. 10.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p. 373.

Nesse sentido, os anos de 1920 caracterizaram-se no Brasil como uma época de crise e transição, que trouxe uma série de mudanças na realidade nacional nos campos socioeconômico, ideológico-político e artístico-cultural. A industrialização por substituição de importações possibilitou um avanço no âmbito industrial, ainda que restrito, permanecendo a base econômica nacional alicerçada na exportação de bens primários. Tal surto industrial ampliou um segmento social, vinculado ao operariado, levando a um certo influxo numérico inicial das massas urbanas. Tais segmentos sociais intentavam organizar-se, com a intensificação da formação de associações de trabalhadores. Além disso, progressivamente, também passavam por crescimento os setores intermediários da sociedade, representados pelas classes médias. Em 1922, a Semana de Arte Moderna, propunha uma renovação cultural e artística no país, notadamente a partir do rompimento com os modelos exteriores e a valorização de pressupostos nacionais¹⁰. No mesmo ano era fundado o Partido Comunista, vanguarda de contestação ao status quo reinante¹¹.

No contexto político, o modelo oligárquico, embasado na política dos governadores, com a legitimação do poder na esfera nacional a partir de suas inter-relações com os mandonismos regionais e locais, começava a dar nítidos

¹⁰ VELLOSO, Monica Pimenta Velloso. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O tempo do liberalismo oligárquico – da proclamação da República à Revolução de 1930 – Primeira República (1889-1930)*. 10.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p. 337-371.

¹¹ SEGATTO, José Antônio. *Breve história do PCB*. 2.ed. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989. p. 17-28.

sinais de desgaste. A República Brasileira, superando as crises de sua fase inicial, consolidou-se a partir de um sistema político oligárquico, o qual teve por característica fundamental o predomínio dos dois estados economicamente mais poderosos – São Paulo e Minas Gerais. Tal liderança permitiu que ambos utilizassem largamente o aparelho do Estado em benefício próprio, coordenando o gerenciamento do país e estabelecendo a sua orientação econômica, como foi o caso da política de valorização do café.

Tal sistema “café-com-leite” foi muitas vezes apresentando como uma alternância plenamente automática entre paulistas e mineiros, constituindo um modelo monolítico e imune a contestações, entretanto, o mesmo viria a deparar-se com algumas crises políticas, principalmente no que se refere às sucessões presidenciais, como foi o caso da campanha civilista. Nessas ocasiões sucessórias, as oligarquias periféricas, algumas vezes, buscariam desalojar as oligarquias centrais (São Paulo e Minas) do poder. A partir da década de 1920, os movimentos oposicionistas das oligarquias dissidentes seriam agravados pelo eclodir de rebeliões vinculadas à jovem oficialidade, contestadora da situação vigente, em um movimento que ficaria conhecido como tenentismo. Esses fatores contribuiriam decisivamente para aprofundar as contradições das estruturas oligárquicas, levando ao declínio da República Velha¹². A oligarquia sul-rio-grandense, que já exercera significativo papel na sucessão de 1919, a qual

¹² Texto elaborado a partir de: ALVES, Francisco das Neves. O PRR, a Reação Republicana e a revolta militar de 1922. In: *Biblos – Revista do Departamento de Biblioteconomia e História*. Rio Grande: Editora da FURG, 1994, v. 6, p. 159-176.

levou Epitácio Pessoa ao poder, teria uma participação decisiva na formação de chapas oposicionistas nos processos sucessórios de 1921-1922 e 1929-1930.

A primeira ruptura no meio oligárquico predominante, ocorrida na década de 1920, deu-se em 1921-1922, com a formação da Reação Republicana, que se opôs à candidatura oficial, colocando em enfrentamento algumas oligarquias periféricas com as duas oligarquias centrais. Ainda em fevereiro de 1921, as oligarquias paulista e mineira começaram as articulações visando à sucessão de Epitácio Pessoa. A própria presença de um paraibano no poder correspondia a uma solução emergencial, em um momento em que aquelas não conseguiram chegar a um candidato consensual. Passada tal circunstância, iniciaram-se as tratativas para restabelecer o status quo, ou seja, recolocar na presidência o representante de uma delas. Com isso, o nome apontado foi o do governador de Minas Gerais, Arthur Bernardes, com a garantia de que o sucessor deste seria Washington Luís, governador de São Paulo. A retomada da alternância “café-com-leite” parecia garantida e incontestada.

O próximo passo seria estabelecer uma convenção nacional para homologar a candidatura situacionista. Já nesse momento o Rio Grande do Sul se manifestou contrariamente. A dissidência, porém, se agravaria a partir da escolha do candidato à vice-presidência pela chapa governista. As tendências levaram à necessidade de cooptação das oligarquias nordestinas, e assim surgiram dois nomes – José Bezerra e J. J. Seabra – representantes respectivamente de Pernambuco e Bahia. O jogo político de então levou, entretanto, os situacionistas a escolherem um terceiro nome, o governador do

Maranhão, Urbano dos Santos, ocasionando nova fissura, com a dissidência de pernambucanos e baianos.

O governador gaúcho, Borges de Medeiros, já na questão sucessória de 1919, buscara demonstrar o peso político do Rio Grande do Sul, sendo o primeiro a indicar o nome de Eptácio Pessoa, candidato vencedor naquela eleição. Diante da sucessão deste e a imposição do nome de Arthur Bernardes como candidato situacionista, Borges de Medeiros, liderando a oligarquia rio-grandense-do-sul não homologou a candidatura Bernardes, argumentando que era preciso modificar a forma de escolha, começando “por facilitar à apreciação pública o debate amplo das ideias e opiniões dos candidatos, para terminar pela investigação das qualidades e requisitos, méritos e serviços de cada um”, como forma “de realizar-se uma escolha conscienciosa e popular”¹³. Borges que até então acompanhara o sistema vigente, ao colocar-se na oposição, passava a denunciar as práticas com as quais até então compactuara.

Diante desse espírito oposicionista, uniram-se as oligarquias do Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, respectivamente o terceiro, quarto quinto e sexto estado em importância eleitoral, os quais perdiam apenas para São Paulo e Minas Gerais¹⁴. Tal chapa de oposição teve à frente a figura de Nilo Peçanha, que abandonadora a candidatura de Bernardes no último momento, levando consigo o apoio da oligarquia fluminense, ficando o baiano J.

¹³ COLLOR, Lindolfo. *A Reação Republicana*. Porto Alegre: Globo, 1921. p. 12.

¹⁴ FUSTO, Boris. A crise dos anos vinte e a Revolução de 30. In: FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira – Brasil Republicano*. São Paulo: DIFEL, 1978, v. 2, t. 3, p. 408.

J. Seabra como candidato a vice-presidente. Formava-se assim a Reação Republicana, um significativo exemplo de ruptura oligárquica, ao colocar em lados opostos diversas oligarquias periféricas enfrentando a força das oligarquias centrais.

A formação da Reação Republicana se concentrava na tentativa de viabilizar uma mudança de rumos no norte da economia nacional, de modo que as oligarquias periféricas ambicionavam políticas econômicas descentralizadas, contrárias que eram, por exemplo, aos esquemas de exclusiva valorização do café, que aumentavam a inflação e geravam instabilidade financeira, trazendo prejuízos às produções dos demais estados fora do eixo “café-com-leite”¹⁵. Nessa linha, a chapa oposicionista exigia o saneamento financeiro, espelhando-se na política econômica outrora empregada por Campos Sales no combate à inflação. A Reação acusava o “imperialismo” dos estados centrais, essencialmente no que se referia à política de valorização do café, sem defender a suspensão desta e sim a expansão de planos protecionistas para produtos de outros estados. A plataforma dessa frente oposicionista “se pronunciava no campo financeiro contra a inflação, a favor da conversibilidade da moeda, dos orçamentos equilibrados” e de uma política de austeridade como aquela empregada à época do governo de Campos Sales¹⁶.

¹⁵ FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 159-176.

¹⁶ FAUSTO, Boris. A crise dos anos vinte e a Revolução de 1930. In: *História geral da civilização brasileira – o Brasil Republicano: sociedade e instituições (1889-1930)*. 2.ed. São Paulo: DIFEL, 1988. t. 3, v. 2 p. 409.

Os opositoristas opunham-se também à concentração da implantação de infraestrutura, principalmente a de transportes, em São Paulo e Minas Gerais. Nesse sentido, os propugnadores da Reação Republicana, declaravam:

De tal modo esta verdade ressalta aos olhos de todos que se pode dizer, em resumo, que a política econômica do Brasil vem sendo, na República, conjunta ou alternadamente, uma política mineira e uma política paulista. É esta circunstância (...) que nos oferece a explicação do abandono em que tem jazido a borracha da Amazônia, necessitada, mais que o café, da proteção oficial; é ela que nos dá a chave para o descaso com que a República, até há pouco, olhava para os desertos econômicos do Nordeste; é ela que torna possível a realização de caprichos perniciosos, como foi o da entrega da viação férrea do Rio Grande do Sul, de extraordinária significação comercial-estratégica, às mãos exploradoras de empresas estrangeiras (...). Não se trata, pois, de negar a este ou aquele estado o direito de aspirar ao governo do país: Trata-se de repartir esse direito entre todos os estados da União, aos quais ele assiste por igual.¹⁷

No campo político, a participação, e praticamente a liderança, gaúcha na Reação Republicana era justificada pelo “crescimento do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) como força política no estado e sua intenção de deixar de ser membro secundário na composição do poder que dominava o governo federal”¹⁸. Assim, o Rio Grande do Sul buscava uma posição predominante no contexto nacional, colocando-se como um defensor de uma “república

¹⁷ COLLOR, Lindolfo. *A Reação Republicana*. Porto Alegre: Globo, 1921. p. 15-16.

¹⁸ PINTO, Céli Regina Jardim. *Positivismo – um projeto político alternativo*. Porto Alegre: L&PM, 1986. p. 75.

democrática”, chegando até mesmo a apontar a organização política sul-rio-grandense como um modelo a ser seguido pelo restante da federação. Borges de Medeiros declararia que o estado estava preparado para assumir essa postura e, em caso de derrota da oposição, permaneceria pronto para as dificuldades e possíveis represálias que poderiam se fazer sentir, de modo que continuaria a postos para defender a República¹⁹.

Os defensores da Reação Republicana manifestavam a opinião de que Arthur Bernardes seria um nome quase inteiramente desconhecido, não estando à altura para ocupar o poder máximo da República. Nessa linha, chegou a ser traçado um paralelo entre os dois candidatos. Nilo Peçanha era destacado por sua carreira, com a qual teria marcado “com brilhantismo a sua passagem pela constituinte”, além de ter reorganizado “a economia e as finanças do seu estado”, dirigindo “com raro tino e elevação de vista os negócios” públicos; além de ter deixado no Congresso Nacional “um rastro vivo de ideias”, bem como gerira as relações exteriores do Brasil “com extraordinário tato e admirável segurança”, vindo a elevar o nome do país “a uma até então desconhecida posição de destaque no convívio das grandes nações”. Por outro lado, quanto à Bernardes, os oposicionistas chegavam a reconhecer que ele poderia vir a ocupar a presidência, mas somente no futuro, pois, “no presente, nada, a não ser a profunda circunstância de se achar à frente do governo de Minas, o indica para essa excepcionalíssima prova de confiança”²⁰.

¹⁹ PESAVENTO, Sandra J. *Borges de Medeiros*. Porto Alegre: IEL, 1990. p. 12.

²⁰ COLLOR, Lindolfo. *A Reação Republicana*. Porto Alegre: Globo, 1921. p. 13-14.

As oligarquias periféricas da Reação Republicana autoproclamavam-se como defensoras dos princípios democráticos e detentoras da aceitação por parte da opinião pública, apontando tal frente como a verdadeira representante dos ideais republicanos. Dessa maneira, os promotores da Reação consideravam-se herdeiros de uma “política pura” em oposição aos que chamavam de “políticos profissionais”, que seriam aqueles que detinham o poder no sistema “café-com-leite”²¹. Apesar dessa roupagem oposicionista e reivindicadora dos princípios de uma “verdadeira república”, os grupos oligárquicos da Reação Republicana até então tinham participado ativamente do modelo vigente, assim como aparecerem como uma força “democrática” também trazia consigo enorme incongruência, ainda mais em se tratando do republicanismo gaúcho, ferrenhamente caracterizado pelo autoritarismo e pelo centralismo político.

A candidatura de Nilo Peçanha apareceu como uma alternativa, traduzindo “a realidade da crescente contestação, e do crescente descontentamento, com a forma como se processava o jogo político, reduzido ao arbítrio de poucas pessoas”²². Apesar de ser uma disputa intra-oligárquica, “a campanha demonstrou que existia no país uma vontade mudança, embora difusa, a qual o candidato” Nilo Peçanha “tentou capitalizar ao seu favor”²³. Desse modo, mesmo que os dois grupos em disputa representassem os

²¹ COLLOR, Lindolfo. *A Reação Republicana*. Porto Alegre: Globo, 1921. p. 20-21.

²² SODRÉ, Nelson Werneck. *O tenentismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. p. 16.

²³ VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. *A crise dos anos 20*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992. p. 20.

interesses da elite econômica, o conteúdo oposicionista da Reação Republicana chegou a atingir outros segmentos sociais. Assim, “o movimento das oligarquias não-cafeeiras ganha significativamente o apoio da classe média urbana cujas expressões adotam uma plataforma liberal, necessária à derrubada da política dos governadores”²⁴.

Desse modo, “as disputas em torno da sucessão presidencial de 1922, que abririam espaço para a formação da Reação Republicana” constituem “indicadores do esgotamento do modelo político vigente na Primeira República”. Apesar “das diferentes práticas adotadas visando a ampliar as possibilidades de vitória da chapa” oposicionista, “o desenrolar da campanha sucessória e a aproximação do pleito evidenciavam os limites dessas estratégias”. Nesse sentido, “a cooptação dos elementos dissidentes não era fácil de ser efetivada, e muitas adesões esperadas não se concretizaram”. Os fundamentos da política coronelista “implicavam uma postura de reciprocidade em que cada parte tinha algo a oferecer”, mas para a Reação Republicana “poucos eram os trunfos que podiam ser usados para obter o apoio eleitoral dos oligarcas e coronéis do interior”, pois, para a oposição, “a máquina federal não podia ser usada na distribuição de privilégios e favores”. Já a campanha eleitoral não seria, por si só, “capaz de definir o pleito”, surgindo a necessidade de “contar com alternativas mais eficazes”, no sentido de “encontrar um novo parceiro político

²⁴ MERCADANTE, Paulo. *Militares & civis: a ética e o compromisso*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, s/data. p. 198.

capaz de antepor-se às oligarquias dominantes”, aparecendo os militares como “o segmento ideal”²⁵.

Nesse quadro, os jovens oficiais que passavam a articular-se para manifestar sua insatisfação com o modelo político vigente no modelo oligárquico, que lhes obstaculizava as possibilidades de ascensão sociopolítica, passaram a apoiar a Reação Republicana, depositando nela suas esperanças de mudanças. O discurso “democrático” da oposição parecia coincidir com as principais reivindicações do movimento identificado como tenentismo, principalmente no que se referia a uma “modernização” na política eleitoral, considerada retrógrada e defasada. Para os tenentes, os grupos dominantes não teriam alcance “para compreender as consequências desta política de esmagamento e opressão”, de modo que “a miopia partidária cerrava os olhos para a evolução universal, aparentando desconhecer a evidência do acanhadíssimo sistema eleitoral” brasileiro²⁶.

Durante a década de 1920 afloraram diversos movimentos militares que traduziram a insatisfação destes com a situação dominante. O governo de Epitácio Pessoa, por exemplo, promoveria um incremento na oposição dos militares, principalmente a partir das acusações de um certo civilismo de sua parte, ainda mais depois de ter nomeado dois civis para os ministérios da

²⁵ FERREIRA, Marieta de Moraes & PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O tempo do liberalismo oligárquico – da proclamação da República à Revolução de 1930 – Primeira República (1889-1930)*. 10.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p. 378 e 381.

²⁶ SANTA ROSA, Virgínio. *O sentido do tenentismo*. Rio de Janeiro: Alfa-Ômega, 1976. p. 38.

Guerra e da Marinha, pastas tradicionalmente ocupadas por militares. Tal perspectiva afastava os tenentes do candidato governista, de maneira que, “a candidatura de Nilo Peçanha, por ser de oposição à candidatura oficial de Bernardes, mereceria apoio dos militares, particularmente daqueles que começavam a cuidar de uma intervenção armada no processo político”²⁷.

Ao longo da campanha, as oligarquias dissidentes não deixaram de atuar na busca por angariar a simpatia daquele setor insatisfeito dentre os militares:

De que a nação não está ferida de cegueira e de que ela não resolverá contra os seus próprios interesses em jogo são desde já testemunhos mais do que suficientes as inequívocas demonstrações de solidariedade que recebemos do povo, representado por todas as suas classes sociais, operários, industriais e comerciantes, e das fileiras armadas, principalmente do glorioso Exército Nacional, cujas figuras mais eminentes, em declarações públicas, não se cansam de afirmar que o seu apoio estará do nosso lado.²⁸

A oposição dos militares para com Arthur Bernardes ficaria ainda mais acirrada com a publicação das “cartas falsas”, nas quais o candidato governista teria ofendido a figura de Hermes da Fonseca, ex-presidente da República e uma das mais importantes lideranças militares do Brasil, chamando-o de “sargento sem compostura” e “canalha” que precisaria “de uma reprimenda para entrar na

²⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. p. 211.

²⁸ COLLOR, Lindolfo. *A Reação Republicana*. Porto Alegre: Globo, 1921. p. 19-20.

disciplina”²⁹, além de atingir o exército como um todo. A questão da autenticidade das referidas cartas foi alvo de debate, vindo a concluir-se pela sua falsidade, porém, para os militares, a conclusão seria outra, com a ampla maioria convencida da culpa de Bernardes, sem levar em conta que se tratava de uma manobra eleitoral³⁰.

O apoio do tenentismo à candidatura Nilo Peçanha, em alguns casos, chegaria ao extremismo de afirmar que a vitória seria obtida de qualquer modo, fosse ele legal ou não. Assim, setores mais radicais fizeram circular entre as diversas guarnições militares mensagem com veemente manifesto contra o “inimigo Arthur Bernardes”, declarando que o mesmo não poderia chegar ao governo porque viria a dissolver o exército, devido ao “seu desejo incontido de vingança” e da “sua arrogância e violência”. Segundo os tenentes, Bernardes era apoiado pelos “negocistas de São Paulo”, pelos “régulos estaduais” e até mesmo pela “ambição dos generais”, dizendo que capitães, tenentes e sargentos estariam “todos unidos e bem orientados, aguardando o momento para agir”. Nesse sentido, os representantes do tenentismo declaravam que Arthur Bernardes não venceria a eleição, mas, se vencesse, não seria reconhecido pelo Congresso, e ainda que obtivesse tal reconhecimento, sua posse seria impedida “de qualquer modo”. Os tenentes garantiam que tomariam “conta de Bernardes,

²⁹ CARONE, Edgard. *A Primeira República: texto e contexto*. 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. p. 57.

³⁰ CALÓGERAS, João Pandiá. *Formação histórica do Brasil*. 8.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980 p. 362..

vivo ou morto”, diante do que dariam posse a Nilo Peçanha, ou proclamariam “um ditador”³¹.

Nesse quadro, a Reação Republicana representava o momento em que, “pela primeira vez, as articulações políticas entre civis e militares deixam de ter um caráter exclusivamente de cúpula”, como o fora à época da Campanha Civilista. Dessa maneira, a campanha oposicionista, “em seu movimento ascensional, conseguiu atrair tanto vastos setores das populações urbanas, quanto o grosso das Forças Armadas”, notadamente “desde cabos, soldados e marinheiros” até oficiais. De acordo com tal perspectiva, “a Reação Republicana trouxe para as forças armadas o início de uma nova fase, em que as oposições, contando com a liderança da juventude militar rebelde”, viriam, mais tarde, mormente em 1930, a ingressar “no caminho da revolução nacional, que terminaria por abalar os alicerces da República Velha”³².

A jovem oficialidade optava assim pela insurreição para antepor-se à vitória ou à posse do candidato governista. Entretanto, o triunfo nas eleições de março de 1922 foi de Arthur Bernardes, de modo que “a situação de revolta contra o candidato vitorioso e as oligarquias que o sustentam” era “cada vez mais radical”. Dessa forma, a “baixa oficialidade” pretendia “passar da

³¹ FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 44-45.

³² LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins. Tenentismo e crises políticas na Primeira República. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O tempo do liberalismo oligárquico – da proclamação da República à Revolução de 1930 – Primeira República (1889-1930)*. 10.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p. 330.

legalidade à ilegalidade, da pressão à revolução”³³. A crise tornou-se incontornável e, a 5 de julho de 1922, estourou a Revolta do Forte de Copacabana, o primeiro dos movimentos de cunho tenentista. Tal revolta, isolada e com precária organização, seria abafada facilmente pelas forças governistas, entretanto, demarcaria um significativo conteúdo simbólico do ato de pegar em armas em oposição à situação vigente.

O desenrolar dos acontecimentos, a partir da Revolta de 1922, mostrou, transparentemente, o desencontro entre os planos das oligarquias dissidentes e os da jovem oficialidade. Os tenentes acabariam por ficar isolados, uma vez que “o movimento não obteve a adesão de segmentos militares expressivos” e, além disso, “as oligarquias dissidentes, que tanto haviam contribuído para acirrar os ânimos militares, não se dispuseram a um engajamento mais efetivo”³⁴. Nessa linha, a tendência revolucionária dos militares não encontrou respaldo por parte dos políticos oposicionistas que buscaram se afastar do movimento, como foi o caso da oligarquia gaúcha. Borges de Medeiros e o PRR passaram a articular forte campanha, principalmente através do órgão oficial governista, o periódico *A Federação*, visando a eximir-se de qualquer relacionamento com os revolucionários, vindo a definir os integrantes das forças governistas gaúchas como “defensores intransigentes da ordem”. A partir desse momento, o PRR

³³ CARONE, Edgard. *O tenentismo*. São Paulo: DIFEL, 1975. p. 29.

³⁴ FERREIRA, Marieta de Moraes & PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O tempo do liberalismo oligárquico – da proclamação da República à Revolução de 1930 – Primeira República (1889-1930)*. 10.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p. 384.

acusou o “bernardismo”, como denominava a nova situação vigente na esfera federal, de motivador do “ambiente de desordem”³⁵.

Nessa linha, os sustentadores da desfeita Reação Republicana apontavam como causas diretas da sedição “a desconfiança e o mal-estar com que a nação recebeu a candidatura presidencial de um político mais ou menos conhecido e falho do necessário prestígio”, que pudesse impor seu “nome ao pleno respeito do público”, deixando-se levar pela sua “ambição pessoal” e “pela intolerância partidária dos seus amigos”. Uma das grandes preocupações desse grupo passou a ser o convencimento da opinião pública quanto às responsabilidades pela crise que abalava o país, de modo que, para ele seria imprescindível que, “perante o tribunal da opinião pública, todos os responsáveis se definam, para que os porvindouros tenham elementos de prova e de raciocínio para formar imparcialmente o seu juízo” a respeito dos “desoladores acontecimentos desta hora conturbada e indecisa da história política” brasileira³⁶.

Através dos editoriais de *A Federação*, o PRR intentou responder a todas as acusações de participação da Reação Republicana no processo de fermentação revolucionária. Nesse sentido foi apontada como responsável pela rebelião a própria candidatura Bernardes, considerada como “uma aventura imoral, posto que acionada tão só pelo desejo do mando” e pelo “amor próprio em

³⁵ O MOMENTO POLÍTICO, A SEDIÇÃO MILITAR E A ATITUDE DO PARTIDO REPUBLICANO RIO-GRANDENSE. Porto Alegre: Tipografia de *A Federação*, 1922. p. 49.

³⁶ O MOMENTO POLÍTICO, A SEDIÇÃO MILITAR E A ATITUDE DO PARTIDO REPUBLICANO RIO-GRANDENSE. Porto Alegre: Tipografia de *A Federação*, 1922. p. 16 e 49.

política". Também foram imputadas como culpadas pela sedição as atitudes tomadas pelo presidente Epitácio Pessoa, que era acusado "pela maneira parcial com que se houve na escolha do seu sucessor", permitindo "todas as facilidades para a candidatura Bernardes" e realizando "um persistente trabalho de sapa contra o candidato da dissidência", encobrendo com "insinceras demonstrações verbais de neutralidade na luta política". Foram dirigidas ainda mais críticas às atitudes de Epitácio Pessoa, como ao perseguir os "militares simpáticos à Reação Republicana", promovendo "a censura e a prisão", recorrendo a um dispositivo legal que regulava o "anarquismo e o lenocínio"³⁷.

Os membros da extinta Reação Republicana buscavam tornar evidente o não-envolvimento do movimento oposicionista com os episódios insurrecionais, apontando o "antimilitarismo" de Epitácio Pessoa e de Arthur Bernardes como elemento motivador dos conflitos do momento, servindo tal atitude para que "os ânimos dos militares se fossem exacerbando cada vez mais". O presidente Pessoa foi ainda acusado de querer a "capitulação incondicional" da dissidência, além de ter utilizado o aparelho burocrático do Estado na campanha, "exonerando funcionários simpáticos à dissidência e substituindo-os por outros favoráveis ao bernardismo". A frente oposicionista oligárquica desfeita visou também a mostrar-se como conciliatória durante a campanha, diante do que teria sido ridicularizada por Bernardes³⁸.

³⁷ O MOMENTO POLÍTICO, A SEDIÇÃO MILITAR E A ATITUDE DO PARTIDO REPUBLICANO RIO-GRANDENSE. Porto Alegre: Tipografia de *A Federação*, 1922. p. 26,50 e 54.

³⁸ O MOMENTO POLÍTICO, A SEDIÇÃO MILITAR E A ATITUDE DO PARTIDO REPUBLICANO RIO-GRANDENSE. Porto Alegre: Tipografia de *A Federação*, 1922. p. 24, 32-33, 52 e 55.

Nesse quadro de crise, as oligarquias dissidentes da Reação Republicana buscaram demarcar que, encerrado o processo eleitoral, estava também terminada a sua ação política, que não estaria vinculada à ação dos rebeldes militares. Tal postura advinha das dificuldades em torno de sustentar uma atitude oposicionista e as consequências que da mesma poderiam advir. De acordo com tal perspectiva o PRR, que liderara os dissidentes, intentava garantir que estaria afastado de todo e qualquer conflito e, além disso, objetivava autoafirmar-se como guardião da ordem e antirrevolucionário, pois estaria, prioritariamente, defendendo a constituição, além de condenar qualquer violência que viesse a macular a mesma. Nessa linha, declarava que não haveria “nada mais absurdo, nem mais condenável do que corrigir uma violência com outra violência”, uma vez que, se seguissem tal caminho, estariam dando início “a um retrocesso histórico”³⁹.

Os mantenedores da Reação Republicana procuraram assegurar a não-existência de identidade entre os objetivos deste movimento dissidente e os dos tenentes revolucionários, considerando que a vitória da sedição não significaria o triunfo da dissidência. Nessa linha, o PRR declarava que, “triunfante o movimento não sanaria o pleito presidencial no que ele tivera de vicioso”, além do que, no caso da “sublevação militar” ser “coroadada de êxito, a vitória não seria da Reação Republicana, cujo candidato não seria empossado”, uma vez que o triunfo “pertenceria integralmente aos militares”. No mesmo sentido,

³⁹ O MOMENTO POLÍTICO, A SEDIÇÃO MILITAR E A ATITUDE DO PARTIDO REPUBLICANO RIO-GRANDENSE. Porto Alegre: Tipografia de *A Federação*, 1922. p. 10.

argumentava que por mais que condenasse “os desmandos do poder que foram a causa mais próxima da revolta”, não poderia, “entretanto, levar o aplauso aos autores da mesma e a quantos por ela sejam responsáveis”⁴⁰.

Finalmente, o partido situacionista no Rio Grande do Sul, carro-chefe da Reação Republicana, na figura de seu chefe máximo, Borges de Medeiros, declarava desfeitos os laços que o prendiam à dissidência, bem como decretava encerrada a postura oposicionista do PRR diante do governo estabelecido, buscando afirmar certa neutralidade:

No terreno da ordem e da legalidade, nada mais há a fazer. E como nunca pisamos outro terreno que não fosse aquele, é da própria natureza das coisas que decorre logicamente a atitude expressa pelo nosso preclaro chefe, considerando e proclamando “liquidada a contenda presidencial”. (...) Cessada a causa, cessa o efeito. E é por isso, e não por outras razões de conveniência política, que o eminente orientador do Partido Republicano Rio-Grandense, superiormente inspirado pela sua inquebrantável dedicação à República, considera desfeito o vínculo que nos prendia às outras bancadas da minoria (...), retomamos agora a nossa antiga posição de completa independência, alheios a competições ou a conluíus, defendendo, com intransigência, a nossa doutrina, combatendo os erros e profligando os abusos do poder, sem fazer oposição sistemática inconciliável com a nossa doutrina orgânica.⁴¹

⁴⁰ O MOMENTO POLÍTICO, A SEDIÇÃO MILITAR E A ATITUDE DO PARTIDO REPUBLICANO RIO-GRANDENSE. Porto Alegre: Tipografia de *A Federação*, 1922. p. 44 e 56.

⁴¹ O MOMENTO POLÍTICO, A SEDIÇÃO MILITAR E A ATITUDE DO PARTIDO REPUBLICANO RIO-GRANDENSE. Porto Alegre: Tipografia de *A Federação*, 1922. p. 62-64.

A derrota da Reação Republicana refletia o processo pelo qual a estrutura eleitoral montada durante a República Velha garantiria inevitavelmente a vitória das forças governistas. Revelava também a impossibilidade do enfrentamento com chances de vitória das oligarquias periféricas frente às oligarquias centrais, unidas e coesas. A bandeira de mudança da Reação foi em grande parte uma estratégia eleitoral, tendo em vista que seus membros estavam plenamente inseridos no modelo vigente. Já a tênue aproximação dos dissidentes com o tenentismo foi essencialmente de ordem pragmática, no intento de captar para si o espírito reivindicativo. Uma vez que os tenentes pegaram em armas, a dissidência abandonou-os completamente, não querendo ser confundida com a “anárquica sedição” e dando-se conta da impossibilidade de enfrentamento com as forças governamentais instituídas. Apesar de seus limites, a Reação Republicana teve um papel significativo na formação histórica brasileira, constituindo mais uma das importantes fissuras no regime oligárquico, colaborando com a sua desintegração que se daria ainda na década de 1920.

Apesar da derrota e da desistência da Reação Republicana quanto a uma possível continuidade da disputa, não necessariamente no campo eleitoral, ela também teve relevância, uma vez que servira como um dos fatores para a deflagração das rebeliões tenentistas. Após a Revolta do Forte de Copacabana, os tenentes exerceriam uma ação incessante no combate ao sistema oligárquico e, personalizando o inimigo, contra Arthur Bernardes, intentando durante praticamente todo o seu mandato promover a sua derrocada. O clima de revolta

agitou o país, com destaque para a Revolução Paulista de 1924, acompanhada, meses mais tarde, por outra, no Rio Grande do Sul. Ambas foram derrotadas e partiram de seus estados de origem, a primeira em direção ao sul e a segunda, ao norte, formando duas colunas. Tais frentes tenentistas viriam a se reunir, edificando a Coluna Prestes – Miguel Costa, cuja marcha iniciou em meados de 1925, estendendo-se até fevereiro de 1927, vindo a atravessar o país, levando em frente a bandeira das mudanças, das reivindicações e da oposição ao modelo oligárquico. O sucesso militar, entretanto, não viria, de modo que Bernardes, a partir de várias medidas autoritárias e repressivas, conseguiu chegar ao fim de seu mandato.

O tenentismo constituiu um movimento difuso, com propostas amplas e não necessariamente monolíticas ou sistematizadas. Entretanto podem ser observadas algumas características gerais do mesmo, expressas no quadro seguinte:

TENENTISMO – CARACTERÍSTICAS GERAIS

- movimento que expressou parte das aspirações das classes médias urbanas
- foi incapaz de dar organização e unidade a tal descontentamento
- ocorreu a falta de um “programa político” mais definido
- teve um ideário difuso
- jovem oficialidade X políticos civis (manifestação de históricas rivalidades):
 - luta contra a corrupção
 - campanha moralizadora
 - espírito de corpo contra a “sujeira da política”
- oposição também em relação à alta oficialidade
- ideário geral no campo político:
 - reforma político-eleitoral
 - voto secreto
 - moralização no uso das verbas públicas
 - “limpeza” da vida pública e política
 - centralização político-administrativa
- propunham algumas ideias modernizadoras
- pretendiam o aprimoramento do ensino e da instrução profissional
- salvacionismo
- elitismo
- nacionalismo

Certos pressupostos que orientavam o tenentismo podem ser observados a partir de trechos de alguns dos manifestos que a jovem oficialidade estabeleceu durante os movimentos rebeldes por elas promovidos⁴². Um desses manifestos revolucionários foi expedido a 10 de julho de 1924, por ocasião da Revolução Paulista, desse ano, que intentava levar em frente a bandeira de combate ao sistema oligárquico. Um dos tópicos que os líderes rebeldes buscavam esclarecer estava vinculado ao fato de que o movimento deveria ser bem mais amplo, abrangendo outras unidades da federação, mas que acabou ficando circunscrito a São Paulo, fator que levaria à derrocada da revolta, esmagada pelas forças governamentais:

Antes de mais nada, é preciso fazer notar que esta revolução não é um movimento isolado, que se tivesse podido levar a efeito somente nesta circunscrição da República.

É um movimento de caráter patriótico, de altíssimo significado social e político e, conseqüentemente, a sua ação tem um característico nacional. Tanto assim que, preparado cautelosamente há muitos meses, deveria irromper simultaneamente em São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Mato Grosso.

Circunstâncias imprevistas, porém, determinaram a sua irrupção sem o caráter de simultaneidade previsto, o que está certo, não prejudicará a segurança das convicções e da eficácia da ação das demais unidades do movimento revolucionário.

Sendo, como é, esse ato histórico, de caráter nacional, visa a mudar completamente a situação do governo da República e dos estados onde isso for necessário à execução do programa revolucionário.

⁴² Todas as manifestações foram extraídas de: BONAVIDES, Paulo & AMARAL, Roberto. *Textos políticos de História do Brasil*. 3.ed. Brasília: Senado Federal, 2002. v. 3.

Para os revolucionários, o país estaria entregue à completa desorganização, caracterizando o que viria a ser um “caótico Brasil Oligárquico”:

[A revolução] traz como um dos seus objetivos a substituição do atual governo da República, por entenderem os seus chefes e orientadores que esse governo não está à altura dos destinos do país e que, por fatos cuja citação é desnecessária, por muito notórios, têm demonstrado praticamente ser a continuação dos governos eivados de vícios que têm dirigido o Brasil nestes últimos lustros. Estes governos de nepotismo, de advocacia administrativa e de incompetência técnica na alta administração de concessão em concessão, de acordo em acordo, vêm arrumando paulatinamente as suas forças vivas, aniquilando-o interna e externamente.

(...) os chefes do movimento revolucionário querem dar o exemplo aos que, agora, ocupam os altos postos da administração do país, que, com raras exceções, não souberam servi-lo nos seus interesses gerais (...) [mantendo] a pátria (...) com os (...) princípios de integridade moral, consciência patriótica, probidade administrativa e alto descortino político.

O Brasil está reduzido a verdadeiras satrapias, desconhecendo-se como condição primordial, para o acesso às posições de evidência, o servilismo contumaz, que, movendo-se pela mola das ambições, cada vez mais se generaliza, constituindo fator de degradação social.

O povo ficou reduzido a uma verdadeira situação de impotência, asfixiado em sua vontade pela ação compressora dos que detêm as posições políticas e administrativas. Dispondo de material bélico moderno, contra o qual os cidadãos inermes nada podem fazer, os dominadores têm-lhe coactado a manifestação da vontade, pelas urnas, órgão legítimo pelo qual a soberania popular se exerce nas democracias.

Os rebeldes referiam-se também ao papel das forças armadas, explicando que, “quando se proclamou a República, o Exército Nacional jurou fidelidade à constituição e, por consequência, assumiu perante o povo, implicitamente, sob a sua honra de cidadãos e de militares, o compromisso de fazê-la cumprir”. Segundo eles, “só essa circunstância bastava para justificar o gesto deste momento, da classe militar, que além do mais, não pode ficar alheia à vida da nação, à sua ordem interna e prestígio externo”. Um dos pontos essenciais do manifesto era vinculado a apontar as falhas governamentais, sob o argumento de que os governantes brasileiros vinham assumindo “um caráter de irresponsabilidade abusando do crédito do país” e mesmo chegando “a envolver-se em acontecimentos políticos internacionais, como sejam atitudes bélicas inconvenientes, movidos por interesses de armamentistas inconscientes”. Referia-se também às medidas restritivas colocadas em prática pelo governo, apontando que ele vinha fazendo “considerável pressão sobre o povo, caracterizando-se por atos de vingança pessoal, inspirados em ódio político”.

Bem de acordo com o conteúdo social de seus promotores, a rebeldia tenentista expressava que evitaria qualquer ato que aviltasse o movimento, intentando manter o que consideravam como os fundamentos morais da rebelião. Dessa maneira, declaravam, “com toda a segurança, que nenhuma responsabilidade ou conivência” tiveram “em saques, depredações ou incêndios verificados”, levando a sua “tolerância ao extremo de poupar o máximo de vidas e de prejuízos materiais para a cidade”. Diziam respeitar as famílias e os estabelecimentos religiosos, mantendo as “providências no sentido de evitar a

prática” de atos criminosos “e assim prosseguiremos até o completo restabelecimento da ordem”.

A partir de um ideário salvacionista, os tenentes apresentavam-se como “salvadores do povo” e definiam a rebelião como um movimento que nascia da “aspiração nacional” o qual, apesar de revolucionário, intentaria manter o máximo possível a ordem:

O povo poderá circular livremente pela cidade e retomar suas ocupações habituais e as mesmas só serão interrompidas se os nossos adversários, como afirmam, volverem a atacar as posições que ocupamos.

São Paulo tornou-se o centro desse movimento, sendo nosso programa estendê-lo a todo o Brasil, com a ordem e o patriotismo já mencionados.

A imprensa, qualquer que seja o seu credo, terá da nossa parte uma garantia completa de manifestação do pensamento, estando os revolucionários dispostos a estudar e atender a todas as reclamações que, por seu intermédio tragam o cunho da sinceridade, do patriotismo. Estamos também, aqui, dispostos a receber todo e qualquer cidadão que precise das nossas providências no sentido das suas necessidades e aspirações.

Este movimento revolucionário é um gesto de indignação e patriotismo. O atual governo da República não tem o apoio da nação nem daqueles a quem, em última análise, cabe a defesa de sua honra.

Não é o governo do povo brasileiro e não tem o apoio do exército (...).

Se as nossas ideias concretizam o sentir do povo, esperamos que ele se manifeste pelo seu apoio à nossa obra.

Estamos dispostos a levá-la por diante e, se formos vencidos, com a nossa derrota, sucumbirão os ideais do país.

Levamos ao conhecimento do público que os prefeitos de todas as cidades do estado, inclusive o da capital, serão mantidos em suas investiduras.

Algumas das perspectivas e dos alcances e limites do movimento paulista de 1924 ficavam demarcados nas condições que um de seus líderes, o general Isidoro Dias Lopes, exigia para a deposição das armas. Uma delas era a “entrega imediata do governo da União a um governo provisório, composto de nomes nacionais de reconhecida probidade e da confiança dos revolucionários”. O nome citado como “da confiança” dos rebeldes bem expressava os limites da rebelião em seu antagonismo para com o sistema oligárquico, uma vez que a escolha recaía, exemplificativamente, sobre Venceslau Brás, ex-presidente da República e amplamente vinculado ao status quo predominante.

Para encerrar o movimento revolucionário, os rebeldes fariam outras exigências, como aquela pela qual, uma vez formado, o governo provisório convocaria, “quando julgar oportuno, uma constituinte”, que deveria manter alguns princípios, como a “forma de governo republicana federativa”; bem como seriam mantidas as “fronteiras dos estados, em tudo que disser respeito aos interesses regionais, com a possível diminuição do número de unidades na federação, a fim de torná-las mais equilibradas”. Somavam-se ainda mais exigências, como uma outra segundo a qual, “tudo o que se refere à declaração dos direitos aos brasileiros”, não seria admitida “modificação alguma, senão ampliativa”.

De acordo com o comando rebelde, o novo governo deveria decretar a “proibição da reeleição do presidente da República e dos presidentes dos estados”, assim como seria “proibida a reeleição de deputados federais e estaduais e senadores, salvo se alcançarem o sufrágio de dois terços do

eleitorado comparecente". O governo provisório deveria também, "no que diz respeito às relações internacionais", manter "a política tradicional do Brasil, de liquidar pacificamente os conflitos internacionais"; além de "manter, rigorosamente, todos os compromissos atuais da União, dos estados e dos municípios". Uma das principais bandeiras do tenentismo também estava expressa nas exigências para a deposição das armas, com a previsão de que o novo governo deveria "decretar o voto secreto". Apareciam ainda como requisitos para a paz questões em torno da ordenação jurídica, das reformas tributárias e aduaneiras e dos direitos dos militares. Tais exigências servem para demonstrar algumas das ideias do tenentismo, uma vez que, na prática, com a repressão ao movimento, não foram levadas em frente.

O líder do levante tenentista no Rio Grande do Sul, Luís Carlos Prestes, também estabeleceu um manifesto, datado de 29 de outubro de 1924, no qual expressava o pensamento do movimento, demonstrando amplo apoio aos companheiros de luta no contexto paulista e apontando para um suposto apoio nacional à causa rebelde:

É chegada a hora solene de contribuirmos com o nosso valoroso auxílio para a grande causa nacional.

Há 4 meses a fio que os heróis de São Paulo vêm se batendo heroicamente para derrubar o governo de ódios e de perseguições que só tem servido para dividir a família brasileira, lançando irmãos contra irmãos como inimigos encarniçados.

Todo o Brasil, de norte a sul, ardentemente deseja, no íntimo de sua consciência, a vitória dos revolucionários, porque eles lutam por amor do Brasil, porque eles querem que o voto do povo seja secreto, que a vontade soberana do povo seja uma verdade respeitada nas urnas, porque eles querem que sejam confiscadas as grandes

fortunas feitas por membros do governo à custa dos dinheiros do Brasil, porque eles querem que os governos tratem menos da politicagem e cuidem mais do auxílio ao povo laborioso, que numa mescla sublime de brasileiros e estrangeiros, irmanados por um mesmo ideal, vive trabalhando honestamente pela grandeza do Brasil.

Todos desejam a vitória completa dos revolucionários, porque eles querem o Brasil forte e unido, porque eles querem por em liberdade os heroicos oficiais da revolta de 5 de julho de 1922, presos porque, num ato de patriotismo, quiseram derrubar o governo Epitácio, que esvaziou criminosamente o nosso Tesouro, e porque quiseram evitar a subida do governo Bernardes, que tem reinado à custa do generoso sangue brasileiro. (...)

E o povo gaúcho, altaneiro e altivo, de grandes tradições a zelar, sempre o pioneiro das grandes causas nacionais, levanta-se hoje como um só homem e brada: já é tempo de estancar o sangue brasileiro, já é tempo de fazer o governo respeitar a vontade do povo, já é tempo de restabelecer a harmonia na família brasileira, já é tempo de lutarmos não peito a peito, mas sim ombro a ombro, para restabelecemos a situação financeira do Brasil, para recobramos o dinheiro que os nossos maus governos nos roubaram (...).

E, desta mescla, desta comunhão do exército e do povo (...) resultará a rápida terminação da luta armada no Brasil, para honra nossa e glória dos nossos ideais e dos nossos foros de povo civilizado e altivo. (...)

Não queremos perturbar a vida da população, porque amamos e queremos a ordem como base do progresso. Podem, pois, estar todos calmos, que nada acontecerá de anormal.

Outro manifesto que trazia fragmentos do pensamento e das formas de agir do tenentismo, deu-se por ocasião da integração da coluna que avançaria pelos rincões do Brasil, levando em frente a flama revolucionária. Expressa a 19 de outubro de 1925, tal proclamação evidenciava os caminhos do movimento rebelde até então, a ojeriza ao sistema político predominante no país e a invocação até ao sacrifício, se necessário, para promover a vitória da sua causa:

Concidadãos:

Depois de 15 meses de luta encarniçada – marcados, dia a dia, por todas as angústias que ensombram o cenário triste de uma guerra civil –, temos hoje, ao chegar ao coração do Brasil, às margens do portentoso Tocantins, o feliz ensejo de, mais uma vez, reafirmar a nossa pátria que a cruzada patriótica, iniciada aos 5 de julho, na capital gloriosa de São Paulo e engrossada, mais tarde, pelos bravos filhos da terra gaúcha, ainda não expirou e nem expirará, esmagada pelas baionetas da tirania.

Apesar dessa longa peregrinação de sacrifícios, anima-nos ainda, a mesma fé inabalável dos primeiros dias de jornada, alicerçada na certeza de que a maioria do povo brasileiro, comungando conosco os ideais da revolução, anseia por que o Brasil se reintegre nos princípios liberais, consagrados pela nossa constituição – hoje espezinhada por um sindicato de políticos sem escrúpulos, que se apoderaram dos destinos do país, para malbaratar a sua fortuna, ensanguentar o seu território e vilipendiar o melhor de suas tradições.

E o povo pode ficar certo de que os soldados revolucionários não enrolarão a bandeira da liberdade enquanto se não modificar esse ambiente de despotismo e intolerância que asfixia, num delírio de opressão, os melhores anseios da consciência nacional!

Povo brasileiro!

Bem sabemos que o país sofre e mais do que o país sofre o povo com o cortejo de violências que fatalmente acompanha a guerra.

É mister, porém, que a todo transe, se reintegre o Brasil na finalidade de seus destinos – ainda que novos mártires tenham de juntar o seu sangue ao dos que já souberam dar a vida pela liberdade de sua pátria.

Recuar, neste momento, seria abjurar o ideal por que tantos companheiros queridos fizeram um supremo sacrifício e após essa abjuração, entregar, talvez, a vida e a liberdade de todos ao despotismo absoluto dos que nenhuma honra têm feito ao cristianismo da cultura brasileira e às tradições de generosidade de nossa raça.

Ninguém veja, entretanto, nisso um desejo de fazer a guerra por um capricho de intransigência ou de ambição.

Pelo contrário, queremos a paz e não é senão por ela que, há mais de 15 meses, nos batemos.

Queremos, porém, uma paz sem opróbrios, cimentada na justiça – que seja, em suma, capaz de restituir ao país a tranquilidade de que tanto necessita.

Repelimos, sim, a paz sombria e trágica que encobre o vilipêndio das senzalas. A esta – se a fatalidade do destino no-la tiver de apresentar – como um último trago de fel a sorver, preferiremos, sem indecisões, a suprema angústia do esmagamento.

Tal coluna levou “a palavra de protesto ao sertão”, tentando “engajá-lo, realizando contato com o Brasil interiorano, o mais pobre e abandonado”. Por outro lado, “como evitava centros urbanos, não tinha ligações com setores da sociedade civil que poderiam ajudá-la, como sindicatos”⁴³. Mesmo assim, na condição de “exército popular”, a Coluna “foi responsável pelo apelo nacional ao tenentismo”, uma vez que, para o seus participantes, “a luta poderia ter sido em vão, afinal, saíram de cena antes da República oligárquica cafeeira”, entretanto, “saíram orgulhosos por não terem sido derrotados”. Tal “orgulho foi a maior herança da Coluna Prestes para o tenentismo”, pois ela “pode não ter despertado o Brasil para a revolução, mas despertou a revolução para o Brasil”⁴⁴.

Nesse contexto, o tenentismo representou, “antes de tudo, um movimento revolucionário”, de maneira que, “como salvador da pátria, denunciava a

⁴³ IGLÉSIAS, Francisco. *Trajetória política do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 224.

⁴⁴ LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins. Tenentismo e crises políticas na Primeira República. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O tempo do liberalismo oligárquico – da proclamação da República à Revolução de 1930 – Primeira República (1889-1930)*. 10.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p. 331-332.

desmoralização dos costumes políticos pelas oligarquias”, considerando que as mesmas “deveriam ser banidas da política, por corromperem as instituições, em específico as forças armadas”. Também havia entre os tenentes o sentimento de “desonra em relação ao tratamento dado pelas oligarquias às forças armadas e ao Brasil”. O movimento “se colocou como porta-voz das forças armadas sem o ser”, uma vez que “se proclamava como o Exército em missão arbitral, mas nunca conseguiu a adesão da maioria de seus colegas militares para o desempenho desse papel”⁴⁵.

Entretanto, o movimento tenentista não chegaria a atingir seus objetivos imediatos e, apesar de conseguir prolongar a ação rebelde, não efetivou o intento de vencer as forças governativas. Boa parte dos tenentes acabaria optando pelo exílio, mas sem deixar de promover articulações na manutenção de suas propostas. A nova ruptura oligárquica que viria a ocorrer em 1929-1930, com a formação da Aliança Liberal, serviria de mote para uma retomada da ação tenentista mais efetiva.

⁴⁵ LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins. Tenentismo e crises políticas na Primeira República. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O tempo do liberalismo oligárquico – da proclamação da República à Revolução de 1930 – Primeira República (1889-1930)*. 10.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p. 330.

A ALIANÇA LIBERAL E A REVOLUÇÃO DE 1930

Uma nova ruptura oligárquica de intensidade bem maior ocorreria no Brasil ao final da década de 1920. Ela carregaria consigo vários elementos constitutivos que a diferenciavam da Reação Republicana, mas, além dos fatores internos, a conjuntura mundial também era bastante diferenciada. A crise estrutural internacional que fazia sentir seus efeitos cada vez mais drasticamente trazia consigo um processo pelo qual os apoios a um projeto de mudança ganhavam terreno, na busca de uma via alternativa às dificuldades que se antepunham. No contexto da época, notadamente na América Latina, tendo em vista “o impacto político da depressão”, os “governos ou partidos governantes” caíam “como paus de boliche à medida que o colapso nos preços mundiais de seus produtos básicos de exportação quebrava suas finanças”⁴⁶.

Nesse quadro, “o problema principal consistia em saber de que modo a economia brasileira enfrentaria uma crise de tão graves proporções e de efeitos tão profundos”⁴⁷. Tratava-se de uma “crise catastrófica”, ainda mais tendo em vista “a estrutura econômica do país, baseada na monocultura cafeeira”, a qual cada vez mais se tornava “extremamente vulnerável, por depender de um único produto de exportação, em um mundo” que tendia crescentemente “à autarquia e ao protecionismo”⁴⁸. Além disso, tal crise afetou “o Brasil de maneira profunda”, de modo que “a agricultura, a indústria e as finanças” sofreram “o

⁴⁶ HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 109.

⁴⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da burguesia brasileira*. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1983. p. 247.

⁴⁸ FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1976. p. 93.

impacto da situação, principalmente a primeira delas”, ainda mais porque “a economia brasileira” era “voltada para a exportação de matérias-primas”⁴⁹.

Terminado o conturbado governo de Arthur Bernardes, ele foi substituído por Washington Luís, com a retomada da alternância “café-com-leite” e mantendo o pacto estabelecido em 1921, com a posse do novo Presidente em novembro de 1926. Nesse meio tempo, surgiria uma dissidência em meio à oligarquia paulista, com a formação do Partido Democrático⁵⁰. Os tenentes viam o seu principal inimigo conseguir encerrar o seu mandato e, em fevereiro de 1927, a Coluna Prestes – Miguel Costa optaria pelo exílio na Bolívia. No sul, várias mudanças ocorriam no cenário regional, pois Borges de Medeiros, impedido de buscar mais uma reeleição, viria a ser substituído por uma jovem presença política do partido governista gaúcho. Tratava-se de Getúlio Vargas, que desenvolveria intensa ascensão política, primeiro no quadro estadual, e depois no nacional, chegando a Deputado Federal, em 1926, para depois ocupar o Ministério da Fazenda do governo Washington Luís e, em 1928, transformar-se no governador gaúcho, substituindo Borges de Medeiros.

Getúlio Vargas, portanto, tivera a sua formação política alicerçada no sistema castilhistaborgista, embasado em um modelo autoritário e de centralização político-administrativa. Diante da crise que avançava no seio da economia gaúcha, Vargas encontrou um ambiente razoavelmente favorável

⁴⁹ CARONE, Edgard. *Brasil – anos de crise (1930-1945)*. São Paulo: Ática, 1991. p. 14.

⁵⁰ PRADO, Maria Lígia Coelho. *A democracia ilustrada (o Partido Democrático de São Paulo, 1926-1934)*. São Paulo: Ática, 1986.

para amainar as históricas disputas partidárias regionais, e conseguir uma reaproximação, ainda que instável, das forças políticas gaúchas. A situação econômica do país passava por amplas dificuldades, revelando que o sistema oligárquico já dava sinais de extenuação. Havia também um clima de conturbação social, com manifestações e greves espocando, despertando a consequente repressão governamental. Diante disso, se estabeleceria uma conjuntura propícia à formação de mais uma ruptura oligárquica por ocasião do processo sucessório de Washington Luís, com o surgimento de uma nova dissidência, a Aliança Liberal.

Assim a mais importante ruptura oligárquica da República Velha foi representada pela formação da candidatura oposicionista conhecida como Aliança Liberal. A indicação da candidatura de Júlio Prestes, um representante de São Paulo, de parte do Presidente Washington Luís, temerário da não continuidade da política de valorização do café, com maior ênfase a partir dos efeitos da Crise de 1929, levou ao rompimento por parte da oligarquia mineira, esperançosa em ver o seu governante, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, guindado à condição de candidato oficial. Tratava-se de uma ruptura entre as oligarquias centrais, e à mineira somou-se a dissidência paulista, representada pelo Partido Democrático e várias oligarquias periféricas, dentre elas algumas nordestinas e a gaúcha⁵¹.

⁵¹ Texto elaborado a partir de: ALVES, Francisco das Neves. Articulações, avanços e recuos na formação da Aliança Liberal. In: ALVES, Francisco das Neves. *Getúlio Vargas, Rio Grande do Sul e Estado Novo: ensaios históricos*. Lisboa; Rio Grande: Cátedra Infante Dom Henrique; Biblioteca Rio-Grandense, 2018. p. 9-18.

O estabelecimento da Aliança Liberal, com a união de mineiros, paulistas dissidentes e várias oligarquias periféricas, que passaria a sustentar a campanha do gaúcho Getúlio Vargas e do paraibano João Pessoa, parecia a grande oportunidade de vitória contra o candidato situacionista. A formação dessa frente, entretanto, não constituiu um processo de simples execução, havendo uma série de articulações, avanços e recuos, até que resultasse na edificação definitiva do bloco aliancista. A oligarquia rio-grandense, mormente por meio de Getúlio Vargas, ainda mais depois da formação de uma Frente Única Gaúcha, representaria importante papel nessas tratativas, revelando, inclusive, as tantas incertezas que cercaram tais acordos.

Entre os sul-rio-grandenses havia um receio latente que se repetissem os episódios da campanha da Reação Republicana, a qual, no início dos anos vinte, colocara o Rio Grande do Sul e outras oligarquias periféricas em oposição ao candidato situacionista apoiado pelas oligarquias centrais. Naquela oportunidade, a existência de uma chapa oposicionista foi também um incentivo à proliferação do tenentismo, movimento da jovem oficialidade de combate às estruturas da República Velha. Com a derrota da Reação Republicana e o acirramento das rebeliões tenentistas, os dissidentes tiveram muito trabalho para desprender-se de qualquer cumplicidade com a revolta militar, sustentando que sua postura oposicionista encerrara-se com a apuração do resultado das urnas. Para os gaúchos, a participação na Aliança Liberal parecia uma oportunidade para chegar ao poder central, mas permaneciam

sérios receios em relação ao passado recente e, mais ainda, havia muita desconfiança quanto aos aliados de última hora.

Essas idas e vindas até a culminância do lançamento da Aliança Liberal, podem ser observadas por uma série de correspondências trocadas por Getúlio Vargas e acordos estabelecidos⁵². Dentre elas esteve a carta enviada por Vargas a João Neves da Fontoura, representante da oligarquia gaúcha responsável pelas articulações no centro do país, a 15 de junho de 1929. A abertura da correspondência já revelava que as negociações eram então travadas sigilosamente, quase que como um segredo de Estado, tanto que o próprio Vargas afirmava que ficara “apreensivo com os teus telegramas cifrados”, chamando atenção para que Fontoura não lançasse “mão desses recursos para comunicação de tal natureza”, uma vez que “tais despachos podem, facilmente, ser traduzidos no telégrafo”, havendo “mesmo especialistas destacados para esse serviço, nas épocas de crise”.

Na mesma direção, Getúlio Vargas recomendava que João Neves da Fontoura se utilizasse de cartas, enviadas a partir de pessoas de confiança, indicando assim que, “embora mais demorado, convém manter a correspondência epistolar”. Especificamente sobre a situação política do momento, Vargas afirmava que não acreditava “no êxito de uma candidatura

⁵² Todos os documentos observados a partir de: A REVOLUÇÃO DE 30: TEXTOS E DOCUMENTOS. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.; BONAVIDES, Paulo & AMARAL, Roberto. *Textos políticos de História do Brasil*. 3.ed. Brasília: Senado Federal, 2002. v. 4.; e SILVA, Hélio. *1926: a grande marcha*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

lançada só por Minas”, mas avisava que levantar “um nome do Rio Grande como candidato de luta não é aconselhável”. Para ele, tal candidatura deveria ser evitada “no interesse geral”, afirmando: “nem eu aceitaria, porque não sou candidato; quer dizer, não pleiteio essa posição, não a desejo”; alinhavando ainda que “só aceitaria se obtivesse o concurso das correntes políticas dominantes”, pois, “por um acordo secreto com Minas, nem é viável”. Getúlio Vargas já apresentava uma das marcas registradas de sua carreira política em nível nacional, buscando demonstrar-se desinteressado, sem desejar o poder, mas esperando a melhor oportunidade de abocanhá-lo.

As tratativas continuaram e, em seguida, a 17 de junho de 1929, ficou estabelecido o “Acordo entre Minas Gerais e Rio Grande do Sul para a sucessão presidencial”, acertado entre os líderes da bancada mineira e gaúcha, José Bonifácio de Andrada e Silva e João Neves da Fontoura, ficando determinados vários pressupostos de execução. De acordo com tal aliança, “se o Presidente da República propuser inicialmente como candidato à Presidência um nome de político mineiro, o Rio Grande apoiará esse nome”; mas, “se o Presidente inicialmente propuser qualquer outro nome, a política mineira proporá, impugnando a sugestão, o nome do Dr. Getúlio Vargas”. A tentativa de garantias ficava expressa em outra determinação do Acordo, pela qual, uma vez proposto o nome de Vargas, “a política mineira não mais o abandonará, dispondo-se, inteiramente, a lutar por ele até o final”.

O Acordo mineiro-gaúcho propunha ainda que “a situação rio-grandense dominante obriga-se a fazer sua, ao lado de Minas, a candidatura” de Vargas,

“ficando inteiramente presos os dois estados a essa solução, da qual não poderão afastar-se a não ser de mútuo acordo”. Além disso, a aliança previa que ficava “armado entre os dois estados o compromisso de agirem em solidariedade e completa identificação” no que tange “à marcha dos acontecimentos políticos”. Tal acerto estabelecia também que, no caso da escolha “de outro nome de político mineiro” que não fosse o de Antônio Carlos, este só aceitaria, caso a vice-presidência coubesse à indicação gaúcha. Finalmente, para não arranhar o ego da velha liderança política rio-grandense, o Acordo estipulava que todas as garantias ali estabelecidas em relação a Vargas, se estenderiam a Borges de Medeiros, “cuja candidatura Minas sentirá a maior satisfação em sustentar, ao lado do Rio Grande do Sul”, tendo em vista “o grande apreço em que tem as suas virtudes republicanas e os seus inestimáveis serviços ao regime”.

Apesar de tal mecanismo, carregado de medidas de segurança de parte a parte, revelando as desconfianças mútuas, Vargas continuaria a sustentar incertezas, como o fez em nova carta a João Neves da Fontoura, de 26 de julho de 1929. Na missiva, o político se referia à ruptura entre paulistas e mineiros, mas demonstrava dúvidas quanto à própria realidade sul-rio-grandense e à fragilidade de uma frente única que reunia situacionistas e oposicionistas, separados até então por décadas de ódios e paixões partidárias. Nesse sentido, Getúlio fazia alusão a um “assunto muito mais sério”, afirmando não confiar “na nossa frente única diante do choque provável”, já que havia “velhas prevenções e rivalidades difíceis de apagar entre os dois partidos”.

Nessa linha, desconfiado dos alcances da Frente Única Gaúcha, Vargas destacava que entre os oposicionistas rio-grandenses, “em algumas localidades, a intransigência é tal que o próprio diretório central não teria forças para impor uma mudança de atitudes”. De acordo com o político, diante de tais condições, poderia haver até mesmo a desistência da oposição, abandonando a coesão para a aliança com Minas Gerais. Getúlio Vargas esclarecia ainda que outros elementos lhe traziam preocupações, acrescentando aos fatores de ordem regional, “a corrupção paulista, a promessa de compensações, a pressão sobre o funcionalismo”, entre outros que “poderiam acarretar sensíveis modificações no nosso equilíbrio político”. Dando vazão a suas incertezas, Vargas afirmava que caso seu nome não viesse a evitar “nem mesmo a fragmentação política do Rio Grande”, perderia “sua principal força de expressão e o maior esteio de ordem moral que justificaria” sua atitude, crescendo as dúvidas em relação ao âmbito nacional.

Outro político ascendente da oligarquia gaúcha, Osvaldo Aranha, que também trabalhou na construção da candidatura varguista, mostrou-se bem mais entusiasta e confiante. Em correspondência para Getúlio Vargas, de 26 de julho de 1929, Aranha tecia apreciações acerca da situação política nacional e afirmava que a candidatura de Vargas seria lançada por Minas e “a vitória será nossa afirmação”. Nesse sentido, propunha que se organizasse “imediatamente a batalha”, a qual traria “todas as promessas de vitória”, uma vez que, além de Minas e Rio Grande, havia “elementos em todo o país”, de modo que “somos fortes e estamos decididos”. Osvaldo Aranha ainda sentenciava que “teremos

luta e bravia", mas "a capitulação é que será a nossa vergonha e a eliminação definitiva do Rio Grande da vida política do Brasil".

Mantendo o tom de confiança e de exortação, Osvaldo Aranha afirmava que "o nosso futuro está em um acordo digno ou em uma luta bravia". Revelando as relações coronelísticas de predomínio unipessoal, Aranha exclamava a Vargas: "És o árbitro. Aguardo a tua palavra. Imagino a tua situação. Estou, entretanto, tranquilo e confiante. Conheço-te". Ainda a esse respeito, Osvaldo Aranha dizia saber que Vargas decidiria "com acerto e dignidade, medindo os homens, os horizontes e as consequências". Sustentando um discurso que caracterizaria a ação política de Getúlio, voltada a um propalado e pouco provável desinteresse pelo poder, Osvaldo Aranha conclamava: "Nada pedes para ti, mas nada podes deixar de fazer para o Rio Grande", de modo que "chegamos a uma situação em que a tua pessoa é o nosso presente e o nosso futuro." Ao encerrar a missiva, Aranha voltava a incorrer em conclamação reveladora do poder unipessoal, afirmando: "É um grande destino resumir tanta responsabilidade. Só tu serás capaz de carregá-lo sem vacilações neste momento. Decide, resolve e ordena".

Pouco depois, a 29 de julho de 1929, o mesmo Osvaldo Aranha reforçava sua postura otimista, em nova missiva endereçada a Vargas. Ao descrever as possíveis adesões à Aliança, o político gaúcho mais uma vez exortava Getúlio Vargas a seguir em frente, afirmando que "a proclamação da tua candidatura por Minas é o começo da ação decisiva", de modo que "já não pensamos mais em abrir mão do teu nome", pois tal ato "seria abrir mão da vitória". Novamente

tecendo rasgados elogios à liderança política de Getúlio, Aranha dizia a ele que “qualquer outro nome não teria resistido”, uma vez que “teria sido enterrado vivo”, de maneira que “não há outro nome”, pois Vargas teria vencido “a anarquia”, de modo que “ninguém poderá deter tua vitória, depois de passada a provação”.

Nessa conjuntura, outra correspondência foi a enviada por Getúlio Vargas ao antigo líder político gaúcho Borges de Medeiros, datada de 31 de julho de 1929. Nela Vargas relatava a “marcha que tiveram os acontecimentos relativos à sucessão presidencial da República”, explicando que “reunida em Belo Horizonte, a executiva do Partido Republicano Mineiro” homologara, “por unanimidade, a candidatura rio-grandense, que se torna, assim, candidatura de Minas”. Além disso, informava que “a Paraíba aderiu a nós”, estando “conosco, igualmente, as oposições de quase todos os estados”. Complementando o quadro de formação da Aliança Liberal, em termos nacionais, Vargas esclarecia que “os democráticos de São Paulo comprometeram-se, também, a votar na chapa liberal”.

Na carta a Borges, Getúlio Vargas fazia também referências ao contexto regional, destacando que naquele momento iria se pronunciar a oposição sul-rio-grandense, de modo que, “se nos for favorável a sua decisão, como o espero, à vista de opiniões que conheço, o Rio Grande apresentará assim uma confortadora unanimidade”. Confirmada tal perspectiva, Vargas considerava que disso adviriam “benefícios, também, para o completo apaziguamento das paixões entre nós”, sendo essa “esperança o que mais ainda” animava suas

expectativas. Concluindo seu parecer, Getúlio apreciava que “o balanço geral das forças eleitorais, em todo o país, nos é favorável”, mas ressaltava que os adversários situacionistas contavam, “sobretudo, com os elementos decorrentes da circunstância de terem ao seu lado o poder central”, quadro diante do qual se abria “a perspectiva de uma luta áspera, que não desejo, de consequências imprevisíveis”.

No mesmo dia 31 de julho de 1929, Getúlio Vargas enviava carta para Osvaldo Aranha, demonstrando sua posição diante dos acontecimentos. Na correspondência, Vargas admitia ter “grande apreço” pelo Presidente Washington Luís, considerando-o como “um homem digno e merecedor de todo acatamento”, mas que aquela contingência não poderia ser resolvida “por motivos pessoais”. Mantendo o tom de que aquela candidatura estava além de suas próprias vontades, Vargas propalava: “Eu não me apresentei candidato. Fui apresentado pelo estado de Minas” em sua “unanimidade”, de modo que “à Minas é que cabe decidir”. Diante disso, Getúlio argumentava que, caso houvesse um acordo entre o Presidente e os mineiros, ele estaria “pronto a abrir mão da candidatura”, dizendo que o faria “sem pesar, antes com a satisfação de quem tira dos ombros um pesado fardo”. Revelando suas verdadeiras intenções, Vargas concluía destacando que: “Se isso não for possível, iremos à luta esboçada”.

Já quase em meados de agosto de 1929, no dia 12, Getúlio Vargas enviava nova carta para Osvaldo Aranha, na qual ainda ficava bem demarcado o espírito da incerteza. Na correspondência Vargas revelava que “apesar das aparências,

as coisas não marcham em mar de rosas”. De acordo com Getúlio, a campanha situacionista e oposicionista encontrava-se em um “estado de equilíbrio de forças”, de modo que lhe parecia que, “com o tempo e o esforço os nossos adversários tendem a melhorar”, uma vez que dispunham “de mais recursos e contam com a força avassaladora do poder central”. Nesse sentido, o líder gaúcho continuava em dúvidas quanto aos alcances da candidatura oposicionista.

Ao contrário de Neves da Fontoura e Osvaldo Aranha, outro político que fazia parte do staff varguista, Lindolfo Collor, não se mostrava tão otimista, como expressava em carta a Vargas, de 12 de agosto de 1929. Nessa linha, Collor afirmava que iria dizer “sem subterfúgios” o que pensava, explicando estar “certo de que em uma eleição honesta o nosso triunfo seria indiscutível como a luz do sol”, mas que tinha “dúvidas sobre a lisura do pleito” prevendo “que o Governo Federal não poupará meios para evitar a nossa vitória, num simulacro de eleição”. De acordo com tal perspectiva, Lindolfo Collor não acreditava que o regramento eleitoral brasileiro poderia permitir uma vitória oposicionista, advindo daí seus receios. Além disso, Collor tivera de lidar alguns anos antes com os efeitos da derrota da Reação Republicana, sendo ele, inclusive, o responsável por justificar a posição do Partido Republicano Rio-Grandense nas páginas do jornal oficial da agremiação partidária.

Nesse sentido, Lindolfo Collor citava que todos tinham “bem recente na memória e na experiência, o desfecho da Reação Republicana”, de modo que dela deveriam ser recolhidos “vários ensinamentos”. Segundo Collor, “toda a

coligação de esforços tendente apenas à conquista de poder é por de mais precária, não sobrevive ao fragor da derrota e causa males” irreversíveis “aos estados que nela se aventuram”. Ele explicava que “os aliados da véspera tornam-se os piores inimigos, divididos por injustos e recíprocos ressentimentos e retaliações”, de maneira que “o que começou mal, à falta de um forte laço de idealidade, acaba pior ainda”. A respeito da participação dos tenentes, Collor declarava que “a intromissão de elementos extremistas na coligação e a crescente exacerbação de ânimos” poderia conduzir “a uma situação em que talvez nos seja impossível evitar a desordem material”. Lindolfo Collor chegava a prever a possibilidade de uma revolução, da qual não tinha certeza sobre quem recolheria “o fruto da vitória material”.

Apesar de tantas dúvidas, o caminho da continuidade da chapa oposicionista foi mantido. A crença maior estava vinculada ao fato de que a vitória da oposição poderia se desencadear a partir do racha entre as oligarquias centrais e da conjuntura internacional. Contavam os aliancistas com o apoio de mineiros, dissidentes paulistas e várias oligarquias periféricas, além de imaginar que os efeitos da Crise de 1929 seriam indelévels para a derrocada do regime vigente. Vargas e seus seguidores lançaram uma plataforma para a campanha presidencial, prevendo um programa amplo e difuso, que vislumbrava interesses de vários segmentos da sociedade brasileira, tendo em vista os desígnios do largo espectro de apoiadores. A campanha se desenvolveu, mas o resultado eleitoral revelaria que as incertezas expressas por Vargas em meio às correspondências trocadas tinham razão de ser. A estrutura vigente

comprovara que o único caminho viável era a vitória situacionista. Para a chegada ao poder, restou a opção revolucionária, para o qual, mais uma vez desencadeou-se uma série de tratativas, com idas e vindas, avanços e recuos, dúvidas e incertezas.

A chapa da Aliança Liberal apresentava-se como diferenciada em relação ao regime oligárquico vigente, ainda que a maior parte de seus membros estivesse até então vinculada ao modelo reinante. A ideia fundamental era apresentar uma proposta de mudança, a qual ficaria sintetizada na perspectiva da modernização em vários setores da vida nacional, fundamentalmente no que tange à economia, com um projeto de reordenar o gerenciamento econômico do Brasil, vislumbrando outros interesses regionais que não apenas os das oligarquias centrais. O ideário modernizador visava a também buscar alternativas para o combalido modelo econômico que vigorou ao longo da República Velha, ainda mais diante da crise sem precedentes que se fazia sentir. Apenas para exemplificar as dificuldades econômicas do Brasil, a cotação da saca de café, mais importante produto de exportação do país, era de 200.000 réis em agosto de 1929, mas, após os graves efeitos da Crise deste ano, em janeiro de 1930, a mesma saca passaria a valer apenas 21.000 réis.

As tendências que intentavam trazer mudanças para a República Brasileira tiveram “seu momento mais expressivo em 1930”, pois, “de todas as sucessões foi a mais perturbada e a única que deu um resultado de fato diferente” aquela iniciada em 1929, que, de campanha eleitoral, se transformaria em movimento armado contra o regime. Nessa época, “as instituições vinham

sendo criticadas com violência crescente”, além de haver “elementos novos, como o tenentismo e a ação do proletariado”, vindo a ocorrer uma “campanha viva, com mais traumas que a de 1922”⁵³. A formação da Aliança Liberal, “mais que um simples fator indicativo da decadência do sistema político oligárquico, representa um momento político de excepcional importância nos antecedentes da Revolução de 1930”⁵⁴.

O surgimento da Aliança Liberal ocorreu a partir de “um acordo entre estados cujos interesses” não estavam “vinculados ao café, mas a forma regional das reivindicações” não foi “destituída de significado” e, “pelo contrário, a regionalização” se expressou “nas condições políticas” que demarcaram “a cisão da classe dominante, no fim da década de 20”⁵⁵. No contexto das eleições presidenciais, “enquanto o candidato oficial” aparecia como defensor da situação reinante e da conjuntura socioeconômica que dava amplos sinais de falência, “o candidato de oposição” trazia “a propensão à adoção de reformas que a estrutura econômica e social do país começava a exigir”⁵⁶.

O programa da Aliança Liberal “estendia uma ponte para os descontentamentos regionais, percorrendo as necessidades das diferentes

⁵³ IGLÉSIAS, Francisco. *Trajetória política do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 231.

⁵⁴ MENDES JÚNIOR, Antonio & MARANHÃO, Ricardo. *Brasil História – texto & consulta (Era Vargas)*. São Paulo: Hucitec, 1989. p. 78.

⁵⁵ FAUSTO, Boris. A Revolução de 1930. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*. 13.ed. São Paulo: DIFEL, 1982. p. 234.

⁵⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. *Evolução social do Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1988. p. 83.

economias dos estados”, além de defender “a diversificação da estrutura produtora brasileira e das exportações”. Também “calava fundo junto às aspirações das classes médias, postulando o voto secreto e o fim das fraudes eleitorais”, bem como focava em uma perspectiva “de extrema atualidade para a sua época, propondo o enfrentamento da questão social pelo Estado”⁵⁷. Tal Aliança “representou uma cristalização paradoxal das oposições”, pois, “diferentemente de outros movimentos anteriores, ela significou uma amálgama de tendências mais complexas e geograficamente amplas”, de modo que se tornou “uma realidade mais atuante”. A “sua concretização foi possível principalmente devido à cisão da oligarquia dominante”, tendo em vista o “crescimento e expansão de estados politicamente relegados a segundo plano pela união do ‘café com leite’”⁵⁸.

Dois documentos viriam a expressar mais abertamente o pensamento da Aliança Liberal, um deles o manifesto de tal coligação, de setembro de 1929 e o outro a plataforma da Aliança, de janeiro de 1930⁵⁹. Desde o início, a Aliança Liberal buscava demonstrar que constituía uma frente que viria a refletir as aspirações populares, declarando que desfraldava “a bandeira das nossas reivindicações, que são as reivindicações do povo brasileiro”. Nesse sentido, os

⁵⁷ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O Brasil contemporâneo*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1991. p. 38.

⁵⁸ CARONE, Edgard. *Revoluções do Brasil contemporâneo (1922-1938)*. São Paulo: DIFEL, 1977. p. 76-77.

⁵⁹ Textos observados a partir de: CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros*. 2.ed. Brasília: Editora da UnB, 1985.; e SILVA, Hélio. *1926: a grande marcha*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

oposicionistas destacavam que, vencedores seus candidatos, assumiriam “o compromisso, perante a consciência do Brasil” de que seriam “dignos dos sagrados motivos morais e cívicos que lhes conferiram e impuseram tamanhas e tão gloriosas responsabilidades” voltadas à “reivindicação dos direitos postergados e conculcados da nação”.

A Aliança Liberal propunha uma ampla modificação no regime eleitoral vigente no país, intentando demonstrar uma ruptura para com o sistema político então predominante. Ainda que os membros dessa frente tivessem até então uma participação ativa no modelo vigente, eles visavam a apresentar uma alternativa diferenciada, que viria de encontro à máquina eleitoral estabelecida nas últimas décadas, como uma forma de reversão na busca pelo poder. Além disso, de acordo com o ideário modernizador, os aliancistas vislumbravam modificações no cenário eleitoral brasileiro, com a incorporação dos segmentos intermediários e das massas urbanas em ascensão, incorporando-as como uma base eleitoral que poderia vir a ser manobrada de acordo com os seus desígnios.

Desse modo, quanto ao regime eleitoral, em seu manifesto, a Aliança Liberal apresentava ideias como:

Que o nosso sistema eleitoral não corresponde às necessidades e aspirações do país e longe está de permitir a exata representação das opiniões políticas é asserto que se pode, na verdade, considerar como definitivamente comprado pela prática. E não é sem dolorosas razões de constrangimento que se nos impõe a constatação de que somos ainda, neste particular, um dos Estados de mais evidente atraso no continente.

Outros países, vizinhos do nosso, já compreenderam de há muito que só existe um caminho seguro para evitar as desordens políticas, os sobressaltos na tranquilidade pública e prevenir definitivamente os desastres das guerras civis. Esse caminho é o da perfeita, da rigorosa representação da vontade popular. (...)

Não é possível, não é admissível que o Brasil continue atado ao grosseiro regime de mistificações eleitorais, que tantos males tem trazido à ordem pública. País de enorme extensão territorial, de fraca densidade demográfica, de paupérrima percentagem de alfabetização, e apresentando, ademais, para as necessidades práticas da legislação, os mais impressionantes níveis culturais, difícilimo é, sem dúvida, e de desconcertante complexidade, o problema da representação eleitoral entre nós. Mas, porque de difícil solução, por nada se justifica que o deixemos, como temos deixado, completamente baldio das atenções e dos estudos dos poderes públicos. É, pelo contrário, essa mesma dificuldade que nos deve impor, como irrecusável, a obrigação de não abandonar, por um momento, o exame do problema eleitoral brasileiro. Essa é, no momento, a mais instantânea das necessidades na remodelação do nosso arcabouço legal. Sem eleições honestas, não há vida pública digna desse nome.

Impressiona, desde logo, ao mais superficial dos observadores, a pobreza numérica dos nossos registros eleitorais. Estados há, e não são poucos, em que a percentagem dos eleitores não atinge a 5%. (...)

Creemos, por isso, que na reforma do nosso sistema eleitoral, a primeira condição a ser atendida deve ser a inscrição automática dos eleitores. (...) As dificuldades, muitas vezes insuperáveis, que hoje se opõem, como chicana política, aos alistados, devem desaparecer das nossas práticas eleitorais.

Muito se discute, em toda parte, a obrigatoriedade do voto. Em princípio, pode preconizar-se, como supremo ideal, a liberdade, que assiste a todo indivíduo, de votar ou não. Mas, em país como o nosso, cujo maior defeito é, talvez, o do absenteísmo eleitoral, afigura-se-nos aconselhável, como experiência, a obrigatoriedade do voto.

As propostas do manifesto aliancista compreendiam ainda o estabelecimento do voto secreto, as punições para as fraudes políticas, a

separação entre o poder público e o poder partidário e medidas que visavam a atender a “ordem social”, em oposição ao pensamento predominante durante a República Velha de que “o problema social no Brasil é uma questão de polícia”, em alusão à falta de políticas sociais e de direitos trabalhistas, de modo que as reivindicações dos trabalhadores eram correspondidas pelas autoridades públicas com a repressão.

A plataforma da Aliança Liberal foi apresentada como uma complementação ao manifesto, trazendo propostas mais ordenadas e sistematizadas, com as quais os oposicionistas buscavam apontar todos os males que cercavam a vida nacional, assim como demarcavam as possíveis soluções. No intento de romper com a situação vigente, da qual até então compartilharam, os aliancistas voltavam o discurso de campanha em direção a uma suposta participação popular, além de estabelecer que havia a necessidade governamental de preocupar-se não só com os aspectos em torno da riqueza material, mas também apresentar alternativas para as questões sociais que se faziam presentes no país. Criticavam as ações governamentais e explicitavam os riscos da corrupção eleitoral. No que tange ao ideário modernizador, se propunham a uma “renovação dos costumes políticos” e à “restauração das práticas da democracia”, lançando mão de termos até então muito pouco utilizados sob o regime oligárquico.

Nessa linha, os aliancistas afirmavam:

O Manifesto lido na memorável Convenção de 20 de setembro último não só condensou e sistematizou as ideias e tendências da corrente liberal, externadas na imprensa, na tribuna parlamentar e nos comícios populares, como examinou, superiormente os principais e mais urgentes problemas brasileiros, com visão ampla dos fenômenos sociais, políticos e econômicos.

A esse notável documento não pode deixar de se submeter, por isso mesmo, em suas linhas fundamentais, a plataforma do candidato da Aliança Liberal à Presidência da República.

Subordina-se, assim, igualmente aos anelos e exigências da coletividade, que anseia por uma renovação, como nós a preconizamos, capaz de colocar as leis e os métodos de governo ao nível da cultura e das aspirações nacionais.

O programa é, portanto, mais do povo que do candidato.

Apesar de nem sempre terem dos fatos uma visão de conjunto, são, realmente, as classes populares, sem ligações oficiais, as que sentem com mais nitidez, em toda a extensão, por instinto e pelo reflexo da situação geral do país sobre as suas condições de vida, a necessidade de modificação dos processos políticos e administrativos.

Vivemos num regime de insinceridade; o que se diz e apregoa não é o que se pensa e pratica.

A “realidade brasileira”, tão exaltada pelos louvaminheiros do atual estado de coisas, reduz-se aos fenômenos materiais da produção da riqueza, adstritos, as mais das vezes, a censuráveis privilégios e monopólios.

Embevecidos nessas miragens materialistas, esquecem-se dos grandes problemas cívicos e morais. Nada ou quase nada se faz no sentido de valorização do homem pela educação e pela higiene. Burlam-se, pela falta de garantia, os mais mezinheiros direitos assegurados na constituição.

A campanha de reação liberal – não é demais insistir - exprime uma generalizada e vigorosa tentativa de renovação dos costumes políticos e de restauração das práticas da democracia, dentro da ordem e do regime.

Seu êxito dependerá do voto popular e, também, em parte, da cultura cívica e do patriotismo dos governantes, isto é, da compreensão que tenham dos seus altos deveres constitucionais.

Não visamos a pessoas. Estas recomendar-se-ão pela conduta que observarem e fizerem observar no pleito.

Se as urnas forem conspurcadas pela lama da fraude, acabará de esfrangalhar-se a lei eleitoral vigente, que não poderá prevalecer sem aniquilar o próprio regime republicano.

As propostas da Aliança Liberal tiveram certo pioneirismo em apresentar fundamentos conjunturais a respeito da realidade nacional, com ênfase à busca por diagnosticar soluções para alguns dos problemas brasileiros. A sistematização era a marca primordial do texto da plataforma dos aliancistas, apresentando questões de fundo estrutural, ou ainda fatores de natureza circunstancial. Tal ideário envolvia fundamentos variados, com notoriedade aos de natureza política-eleitoral, social e econômica, envolvendo um olhar crítico em relação ao status quo reinante e com a presença de propostas alternativas às condições concernentes ao tradicional modelo oligárquico. De acordo com a característica geral de intentar buscar apoios em variados segmentos, o projeto aliancista era amplo e vislumbrava interesses diversos.

Um dos pontos defendidos por tal Aliança era a anistia, em manifesta intenção de atender aos desígnios dos tenentes. Nesse sentido, os aliancistas afirmavam que “a convicção da imperiosa necessidade da decretação da anistia” estava “mais do que nunca, arraigada na consciência nacional”, uma vez que não seria “apenas, esta ou aquela parcialidade partidária que a solicita”, pois “é o país que a reclama”, vindo a tratar-se “de uma aspiração que saturou todo o ambiente”. Assim, a Aliança Liberal apontava que, “pelos seus líderes, pelos seus candidatos, pelos seus órgãos no Congresso e na imprensa”, já se pronunciara, “reiterada e solenemente, sobre esse relevante e inadiável problema,

concretizando o seu pensamento em projeto que foi submetido à consideração do Senado". Em síntese, os aliancistas declaravam que "a anistia constitui uma das suas mais veementes razões de ser", e por isso pretendiam que ela fosse "plena, geral e absoluta".

Vários dispositivos legais repressivos foram colocados em prática durante o governo Arthur Bernardes, apontados como essenciais no combate aos movimentos rebeldes, havendo um certo caráter de continuidade em relação a alguns deles. Até mesmo o direito de livre expressão, como no caso da imprensa, sofreu reveses. Mais uma vez eram os tenentes os mais atingidos por tais legislações coercitivas e, diante disso, os aliancistas se referiam à necessidade de rever "as leis compressoras". Perante tal proposta, destacavam que poderia ser asseverado "sem temor de contradita, que a anistia será de providência incompleta, sem a revogação das leis compressoras da liberdade do pensamento", sob o argumento de que "estas, tanto quanto a ausência daquela, concorrem também para manter nos espíritos a intranquilidade e o fermento revolucionário". Nessa linha, propunham a substituição de tais leis "por outras, que se inspirem nas necessidades reais do país e não se afastem dos princípios sadios de liberalismo e justiça".

A legislação eleitoral constituía outro tópico abordado pela Aliança Liberal, considerando que era "uma dolorosa verdade, sabida de todos, que o voto e, portanto, a representação política, condições elementares da existência constitucional dos povos civilizados", representava verdadeira "burla" na realidade brasileira. Nesse sentido, os aliancistas afirmavam que, em "grande

parte do Brasil, as minorias políticas, por mais vigorosas que sejam, não conseguem eleger seus representantes nos conselhos municipais, nas câmaras legislativas estaduais nem no Congresso Federal". A respeito da corrupção eleitoral, os membros da Aliança sustentavam que, "quarenta anos de regime republicano radicaram, com efeito, em muitas localidades e não apenas nos sertões, a fraude sistematizada", em nome da qual falavam "os representantes da nação", que recebiam do governo central "a força e o apoio indispensáveis a sua permanência nas posições", ao mesmo passo que, por sua vez, emprestavam "ao centro a solidariedade absoluta de que o mesmo não pode prescindir". Era uma clara síntese da política dos governadores, com a qual os aliancistas tinham colaborado até então.

Ainda a respeito da estrutura político-eleitoral brasileira, o grupo oposicionista declarava que "a troca recíproca de favores, que constitui o caciquismo, o monopólio das posições políticas; a permuta de ardilosos auxílios, que calafetam todas as frestas por onde pode passar um sopro salutar de renovação" constituíam "o regime vigorante, frondosamente, no Brasil". O ponto principal era a defesa do voto secreto, considerado como "medida salutar, aconselhável para assegurar a independência do eleitor", embora não chegasse a ser o "bastante para evitar a prática das tranquiérbias políticas", havendo também a necessidade de uma justiça eleitoral independente, cercada "de completas garantias, de ordem moral e material", ficando inacessível "ao arbítrio dos mandões do momento". Nessa linha, o voto secreto, o alistamento compulsório e a justiça eleitoral representariam "o conjunto de providências

indispensáveis à genuína representação popular”, impedindo-se por tal meio “a fraude no alistamento, na votação e no reconhecimento” e possibilitando que “a opinião pública” ficasse “tranquilizada quanto ao livre exercício do direito de voto”, vindo a obter-se “o saneamento das praxes políticas e a restauração das normas da democracia”.

Em relação ao ensino secundário e superior, a Aliança Liberal propunha uma “liberdade didática e administrativa”, defendendo em tais níveis de educação reformas que não comportavam adiamento. Pretendia a ampliação dos “cursos de especialização” e reforços em determinadas áreas do saber, assim como o estímulo aos “cursos técnico-profissionais”, os quais traziam “excelentes resultados”, que demonstravam, “ineludivelmente, a necessidade de difundirlos”. Considerava que não seria lícito persistir “na atitude, entre receosa e displicente, ditada por um mal entendido conservantismo”, interpretando a mudança como “novidade temerária”, ao passo que já constituía “uma velha conquista noutros países”.

A “questão social” era outra das prioridades dos aliancistas, em clara busca pelo apoio das massas populares em ascensão no país. Segundo eles, não se poderia “negar a existência da questão social no Brasil, como um dos problemas” que teriam “de ser encarados com seriedade pelos poderes públicos”. A referência era às inter-relações entre o capital e o trabalho, sob o argumento de que, “se o nosso protecionismo favorece os industriais, em proveito da fortuna privada”, haveria “também, o dever de acudir ao proletário com medidas que lhe assegurem relativo conforto e estabilidade e o amparem nas doenças,

como na velhice". A proposta era a de uma urgente "coordenação de esforços" entre o governo federal e os estaduais "para o estudo e adoção de providências de conjunto", que viriam a constituir um "código do trabalho". Tais mudanças deveriam atender tanto "o proletário urbano como o rural", pois ambos necessitariam "de dispositivos tutelares, aplicáveis a ambos, ressalvadas as respectivas peculiaridades". Nesse aspecto revelava uma das limitações prática de tais proposições, pois, uma vez no poder, os mantenedores da Aliança concentraram as reformas em meio aos trabalhadores citadinos.

A Aliança Liberal buscava mostrar-se como uma alternativa de mudança em relação ao regime vigente, que tratava a questão social como caso de polícia, ou seja, sem atender reivindicações e promovendo a repressão. Nessa linha, a chapa oposicionista propunha medidas que deveriam "compreender a instrução, educação, higiene, alimentação, habitação" dos trabalhadores; bem como "a proteção às mulheres, às crianças, à invalidez e à velhice"; e mesmo outras oportunidades como "o crédito, o salário e, até, o recreio, como os desportos e cultura artística". Os aliancistas diziam que era "tempo de se cogitar da criação de escolas agrárias e técnico-industriais, da higienização das fábricas e usinas, saneamento dos campos, construção de vilas operárias, aplicação da lei de férias, do salário mínimo, cooperativas de consumo", entre outras medidas. Revelando o conteúdo de classe dos promotores da dissidência, ficava evidenciado que tais medidas em prol dos trabalhadores constituíam uma "valorização do capital humano", uma vez que a "utilidade social do homem é dada pela sua capacidade de produção". Tais reformas para "a situação do

proletariado” eram vistas também como fatores de promoção do “encaminhamento de correntes imigratórias selecionadas”.

Inevitavelmente os aliancistas teriam de incluir em suas propostas os interesses das forças armadas, elemento fundamental na sustentação dos grupos no poder, mormente depois da instalação da República. Nesse sentido, a ideia de modernização também se destinaria ao exército e à armada, além da revisão na política de ascensões no meio militar, pressupostos que também atendiam aos desígnios do tenentismo:

O instinto de conservação e defesa aguça-se nos povos à medida que se intensifica o seu desenvolvimento material. (...)

Só as nações pobres são imprevidentes; só se despreocupam da sua segurança os países que, economicamente, pouco têm a perder.

É uma lei histórica inelutável, que dispensa exemplificação.

Não se explica, por isso mesmo, o nosso descaso, no tocante às forças armadas, já que é incontestável, sob muitos aspectos, o progresso material do Brasil.

Devemos cogitar de pôr as instituições militares à altura da sua imensa responsabilidade, harmonizando-as com o crescimento da fortuna pública e privada, de que elas são a garantia natural.

Além disso, o sentimento do dever militar, que, desse modo, ainda mais se enraizará, é um fator imprescindível ao enrijecimento da consciência cívica e do espírito de nacionalidade. (...)

Atingida a maioria, todo brasileiro deve estar obrigado a justificar a sua posição em face do serviço militar, mediante provas de inscrição na reserva ou no alistamento. Essa situação constará de uma identidade da pessoa e de título de eleitor.

A cidadania será, assim, uma consequência do serviço militar, à maneira do que acontece noutros países. (...)

Na medida dos recursos do erário, deve-se prover o exército do material que lhe é indispensável (...).

Paralelamente, não devemos poupar esforços para desenvolver, entre nós, a indústria militar, com o aperfeiçoamento dos arsenais. (...)

A rigorosa justiça nos acessos de posto e nas comissões contribuirá, com a dotação dos imprescindíveis recursos técnicos, para estimular a oficialidade nas suas justas aspirações e no exercício de seus árduos deveres. (...)

O papel do exército e da armada, em todos os acontecimentos culminantes da nossa história, tem sido sempre glorioso e decisivo. Até agora, não assiste ao Brasil direito algum de queixa contra as suas classes militares. O crédito destas sobre a gratidão nacional é largo e duradouro. Elas foram, invariavelmente, guardas da lei, defensoras do direito e da justiça. Não se prestaram nunca, nem se prestarão jamais, à função de simples autômato, como instrumento de opressão e de tirania, a serviço dos dominadores ocasionais.

Daí, as hostilidades, surdas ou abertas, que contra elas têm sido desfechadas; daí, a situação material a que se acham reduzidas.

Mas, por isso mesmo, também, é tempo de a nação, afinal, num movimento irreprimível de justiça, corrigir as desconfianças e preterições que sobre ela pesam, absurda e clamorosamente.

Ainda fazia parte das propostas aliancistas uma reordenação de ordem administrativa, com a promoção de mudanças quanto ao “funcionalismo público”, buscando trazer economias para os cofres públicos. Outro ponto em foco era “a carestia de vida”, vista como resultado “da desorganização da produção e dos serviços de transporte”, fatores que teriam “consideravelmente agravado” o “fenômeno mundial” de crise, vindo a ser necessária profunda revisão que corrigisse tais “anomalias”. O “regime fiscal” do país era outro dos alvos da Aliança, com a proposição de uma “cuidadosa revisão das fontes de renda” nacionais, por meio de alterações em tarifas, impostos e legislação

alfandegária. Havia também a indicação de um “plano financeiro”, com a introdução de “modificações e melhoramentos que a experiência aconselhar” e a ideia de uma “reforma do Banco do Brasil”.

O ideário do “desenvolvimento econômico” era uma das chaves da visão modernizadora da Aliança Liberal, com a busca por progressos que possibilitassem ao Brasil deixar de ser apenas um país agroexportador para também arvorar-se ao caminho da industrialização. De acordo como os aliancistas, “nenhuma política financeira poderá vingar sem a coexistência paralela da política do desenvolvimento econômico”. A principal perspectiva era a da planificação de natureza econômica, segundo a qual, “para a determinação do rumo a seguir, é mister o acurado exame do ambiente geral da nossa atividade, mediante o balanço das possibilidades nacionais e o cálculo dos obstáculos a transpor”. Em síntese os promotores da Aliança diziam que “o problema econômico pode-se resumir numa palavra – produzir, produzir muito e produzir barato, o maior número aconselhável de artigos”, de modo a “abastecer os mercados internos e exportar o excedente das nossas necessidades”. A consideração básica era a de que o “surto industrial” só seria “lógico”, quando o país estivesse habilitado “a fabricar, senão todas, a maior parte das máquinas que lhe são indispensáveis”. Tal ideário industrialista apresentava a indústria siderúrgica como seu carro-chefe, considerando que o “desenvolvimento industrial” era também fator decisivo para “a própria segurança nacional, que não deve ficar à mercê de estranhos, na constituição dos seus mais rudimentares elementos de defesa”.

Os “convênios e tratados de comércio” também faziam parte do programa aliancista, a partir da premissa de que, “visando a maior expansão do comércio exportador”, seria “oportuno cogitar de lhe obter facilidades ou ampliar as de que já goza nos países para os quais se encaminhar ou nos quais possa encontrar probabilidades de boa aceitação”. O Brasil era apontado como “excelente mercado importador de numerosos produtos oriundos de diferentes nacionalidades” e, por tal razão, não deveria ser “difícil, numa permuta racional de benefícios, conseguir, em muitas delas, melhor tratamento alfandegário para alguns dos artigos” nacionais, “quer mediante a possível revisão dos tratados e convênios existentes, quer promovendo a lavratura de outros”.

Outros temas abordados pela Aliança referiam-se à “instrução, educação e saneamento”, com a constatação de que, “para atender às exigências destes problemas imperiosos e conexos”, seria “inadiável a criação de uma entidade oficial técnica e autônoma, com o seu raio de ação benéfica estendida ao Brasil todo”. A proposta era a de uma articulação entre o governo federal e os regionais na busca de soluções, uma vez que pouco seria “sempre tudo quanto se fizer no sentido de melhor as condições dos habitantes do país, sob o tríplice aspecto moral, intelectual e econômico”, ainda mais diante da apreciação que, quanto a tal quesito, até então quase nada havia sido feito. Tal ação poderia ser representada pela criação de um ministério específico, “que sistematize e aperfeiçoe os serviços federais, estaduais e municipais”, aumentando a “eficiência” e eliminando a “falta de contato real e entendimentos práticos”.

Alicerçados no apoio de algumas dissidências periféricas nordestinas, os membros da Aliança Liberal não deixariam de abordar em seu programa “as obras contra as secas”, de modo que “uma das decorrências dessa medida fundamental será o imediato exame da situação atual das obras do Nordeste, contra o flagelo periódico das secas”. Para a Aliança, tal “promessa representa um compromisso de honra”, bem como, “para o seu candidato” seria “o mais grato dos deveres”, pois tinha “raízes fundas” na sua “sensibilidade de brasileiro” e no seu “pensamento de homem público” toda “a preocupação pela sorte das populações do Nordeste, cuja fortaleza física é tão grande que lhes tem permitido resistir, sozinhas, à conjugação dantesca do clima e da nossa inclassificável imprevidência”.

A integração econômica do norte do país era outra preocupação da Aliança Liberal, que sustentava a proposta de um “estudo metódico das possibilidades de colonização da Amazônia”. Tal questão era apontada como “um dos mais graves e complexos problemas da atualidade brasileira”, ainda mais a partir da “posição relevante” do país “nos mercados mundiais da borracha”. A ideia era avançar-se da pura exportação da matéria-prima para também proceder à industrialização da borracha, de modo que o Brasil passasse a constituir “uma das vozes decisivas nos mercados de borracha em vez de simples caudatário, como tem sido até hoje”. Para tanto seria necessário o saneamento e o povoamento da região, mormente a partir do encaminhamento de “correntes imigratórias” que resolvessem o problema da “escassez de braços”.

As “vias de comunicação” também eram elencadas como tópicos de aprimoramento, segundo a óptica aliancista, de modo que seria necessário “organizar o plano de viação geral do país, de modo que as estradas de ferro, as rodovias e as linhas de navegação se conjuguem e completem”. A situação vigente era qualificada como “a mais lamentável desarticulação”, ou seja, como “um mal” que precisava ser corrigido, uma vez que a “falta de correspondência, de entrosagem, agrava sobremaneira os efeitos da deficiência do aparelho de circulação” nacional. O objetivo fundamental era aumentar “de maneira considerável o rendimento” dos meios de transporte, “em proveito das conveniências superiores da nação”.

As atividades agropastoris também compunham o conteúdo programático aliancista, bem de acordo com as oligarquias de vários dos estados brasileiros. A esse respeito, os oposicionistas constatavam que não se poderia “negar que a agricultura nacional já atingiu a um grau notável de desenvolvimento, sobretudo nos estados para onde se encaminharam as correntes imigratórias”. Já no que tange à pecuária, argumentavam que as medidas até então realizadas teriam efeito nulo, uma vez que o país possuía, “sem dúvida, o maior rebanho bovino do mundo”, entretanto, a situação nacional “no comércio de carnes, é destituída de qualquer relevo”, de modo que “a subalternidade deprimente da nossa posição, num comércio em que podemos influir poderosamente, exige providências radicais”. Julgavam os aliancistas que “o mais rudimentar patriotismo indica, assim, aos dirigentes do Brasil, a conveniência da adoção de medidas apropriadas a ampliar, nos mercados

universais”, a contribuição brasileira com “produtos pecuários, como lãs, couros, banhas, conservas, carnes preparadas pelos processos do frio, gado em pé”, entre outras, já que se tratava “de uma das nossas mais vigorosas fontes de riqueza, cuja exploração em larga escala viria contribuir para o equilíbrio da balança comercial da República”.

De acordo com a proposta múltipla que a Aliança Liberal se via na contingência de apresentar, tamanha a amplitude de interesses de seus membros e apoiadores, havia também a indicação da necessidade de uma proteção à produção, que atenderia aos desígnios de várias das oligarquias regionais. Eram então apresentadas medidas que amparassem a cultura de vários produtos tradicionais do cenário agrícola brasileiro, como o açúcar, o algodão, os cereais em geral, a erva-mate e o cacau, entre outros. O mais importante produto brasileiro não seria esquecido dos aliancistas, segundo os quais “a defesa do café constitui, sem controvérsias, o maior e mais urgente dos problemas econômicos atuais do Brasil”, uma vez que tal produto concorria “com mais de dois terços do ouro necessário ao equilíbrio da balança comercial” brasileira, dependendo dele “o câmbio e a estabilização do valor da moeda”. Em relação à política de valorização do café então vigente, a Aliança dizia que tal plano falhara, “com estrépito, alarmando o país todo”, pois o mesmo visaria “menos à defesa propriamente dita da produção cafeeira do que a sua valorização imediata”.

Ao final do programa aliancista havia uma espécie de síntese das intenções do movimento, com a expressão de suas metas e a tentativa de

demonstrar certo desprendimento, ou seja, que os articuladores da chapa não estariam a promovê-la a partir de seus próprios interesses, e sim para atender a uma espécie de vocação cívica e interesse patriótico de modo que se apresentavam como uma “candidatura popular” e “do povo brasileiro”, bem de acordo com um pressuposto que inaugurava as práticas do getulismo que voltariam a ocorrer por diversas vezes no futuro da formação brasileira:

Eis, senhores, em solene e definitiva reafirmação, pelo órgão do seu candidato, o pensamento da Aliança Liberal sobre a atualidade brasileira.

A direção que recomenda, as providências que aconselha, as medidas que se propõe executar compreendem pontos fundamentais da economia, cultura e civismo da nacionalidade.

Passou a época dos subterfúgios e procrastinações. (...)

A Aliança Liberal é, com efeito, em síntese, a mais expressiva oportunidade que já se ofereceu ao Brasil para realizar, sem abalos, sem sacrifícios, o plano de ação governamental exigido, insistentemente, não só pela maioria consciente da sua população e pelas suas tradições de cultura e patriotismo, como, também, pelo espírito do momento universal.

Não desejei a indicação de meu nome à presidência da República. Nenhum gesto fiz, nenhuma palavra pronunciei nesse sentido. Minha candidatura surgiu espontaneamente, apresentada por várias correntes de opinião, que se solidarizaram em torno de um conjunto harmônico de ideias, de métodos administrativos, de normas governamentais.

A esse apelo submeti-me, não sem relutância, como a um imperativo cívico do instante histórico brasileiro.

Trata-se, pois, de uma candidatura popular, candidatura do povo brasileiro, sem eiva alguma de oficialismo.

A mesma política do país acha-se nitidamente definida. Ao povo cabe decidir, na sua incontestável soberania.

Todos os brasileiros têm não apenas o direito, mas o dever, de se pronunciar por esta ou aquela candidatura, no terreno eleitoral, exigindo que o seu voto seja integralmente respeitado.

A divergência momentânea, na eleição dos supremos mandatários, divergência que é sinal de vitalidade cívica, expressão de espírito democrático e de vigilante patriotismo, não pode e não deve ser motivo para que os elementos discordantes se tratem como inimigos.

Todos desejam a prosperidade, a felicidade da pátria; todos aspiram à implantação de um governo que bem compreenda as verdadeiras necessidades e conveniências do Brasil; todos, por isso mesmo, devem esforçar-se para que o pleito se realize serenamente, produzindo o menor abalo possível. Este é o pensamento dos liberais, que, aliás, não poderiam ter outro, visto como se batem pelo advento de uma fase de esquecimento de ódios e prevenções, pela fraternização, enfim, de todos os brasileiros.

Apesar do impacto da candidatura oposicionista da Aliança Liberal, a máquina eleitoral que vigorava continuava a ditar as regras, tanto que o candidato governista, Júlio Prestes, sairia vencedor nas urnas. A partir de então se desencadearia um processo de fermentação revolucionária, como alternativa à derrota eleitoral. Foi mais uma caminhada de avanços e recuos em direção à ruptura institucional. Ao contrário da época da Reação Republicana, quando os representantes da oligarquia buscaram afastar-se e isentar-se da revolta promovida pelos tenentes, dessa vez a aproximação parecia mais efetiva, com vários segmentos oligárquicos tornando-se adeptos da opção revolucionária. O assassinato do candidato à Vice-Presidente na chapa da Aliança Liberal, João Pessoa, em julho de 1930, por motivos não diretamente vinculados a esta

circunstância política, viria a ser um dos catalisadores da chama revolucionária.

Assim, uma vez “passadas as eleições, setores da Aliança Liberal, inconformados com a derrota, buscaram uma aproximação com lideranças do movimento tenentista”, as quais, ainda que “derrotadas, continuavam sendo uma força importante por sua experiência militar e prestígio”. A tratativa entre “os setores oligárquicos dissidentes e os tenentes avançava lentamente”, uma vez que, “se no interior do movimento tenentista havia divergências quanto ao melhor caminho a ser seguido”, por outro lado, “a ideia de revolução também provocava reticências entre os setores civis da Aliança Liberal”. Entretanto, a partir de meados de 1930, “a conspiração recrudesceu com a adesão de importantes quadros do Exército”⁶⁰.

Mas nem todos os tenentes estiveram ao lado dos aliancistas e da posterior fermentação revolucionária. Ainda em 1927, no exílio, Luís Carlos Prestes aproximara-se do Partido Comunista, vindo a militar em tal ideário e, posteriormente, a transformar-se em uma das mais importantes lideranças dessa tendência no cenário brasileiro. Nessa linha, em maio de 1930, Prestes divulgava manifesto no qual aderiu ao comunismo e rompia com os aliancistas, levando uma ala do movimento tenentista em direção à esquerda. Em tal

⁶⁰ FERREIRA, Marieta de Moraes & PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O tempo do liberalismo oligárquico – da proclamação da República à Revolução de 1930 – Primeira República (1889-1930)*. 10.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p. 388-390.

manifesto, a liderança tenentista defendia um afastamento da política tradicional, apartando-se das disputas intra-oligárquicas; que a manutenção da crença no tenentismo e que a anistia proposta pela Aliança Liberal não era para todos, havendo a necessidade de uma “verdadeira revolução”, a qual deveria ser a “revolução das massas”; com a identificação dos “verdadeiros inimigos” representados pela estrutura latifundiária predominante no Brasil e a sua submissão aos interesses imperialistas⁶¹.

⁶¹ Estes são alguns trechos do manifesto de Prestes: Ao proletariado sofrido das nossas cidades, aos trabalhadores oprimidos das fazendas e das estâncias, à massa miserável do nosso sertão e muito especialmente aos revolucionários sinceros, aos que estão dispostos à luta e ao sacrifício em prol da profunda transformação por que necessitamos passar, são dirigidas estas linhas. (...) Mais uma vez os verdadeiros interesses populares foram sacrificados e vilmente mistificados todo o povo, por uma campanha aparentemente democrática, mas que no fundo não era mais do que a luta entre os interesses contrários de duas correntes oligárquicas, apoiadas e estimuladas pelos dois grandes imperialismos que nos escravizam e aos quais os politiquês brasileiros entregam, de pés e mãos atados, toda a nação. (...) Apesar de toda essa demagogia revolucionária e de dizerem os liberais propugnarem pela revogação das últimas leis de opressão, não houve dentro da Aliança Liberal quem protestasse contra a brutal perseguição política de que foram vítimas as associações proletárias de todo o país (...). A revolução brasileira não pode ser feita com o programa anódino da Aliança Liberal. Uma simples mudança de homens, um voto secreto, promessas de liberdade eleitoral, de honestidade administrativa, de respeito à constituição e moeda estável e outras panaceias, nada resolvem, nem podem de maneira alguma interessar à grande maioria da nossa população, sem o apoio da qual qualquer revolução que se faça terá o caráter de uma simples luta entre as oligarquias dominantes. Não nos enganamos. Somos governados por uma minoria que, proprietária das terras das fazendas e latifúndios e senhora dos meios de produção e apoiada nos imperialismos estrangeiros que nos exploram e nos dividem, só será dominada pela verdadeira insurreição generalizada, pelo levantamento consciente das mais vastas massas das nossas populações dos sertões e das cidades. Contra as duas vigas-mestras que sustentam economicamente os atuais oligarcas, precisam, pois ser dirigidos os nossos golpes - a grande propriedade territorial e o imperialismo

A partir de então se estabeleceram várias negociações, tratativas, debates e trocas de correspondências⁶² no sentido de aprimorar o plano rebelde, de modo a acomodar interesses díspares, como os das oligarquias e os dos tenentes. A tendência da Aliança Liberal de amalgamar desígnios tão diferenciados permanecia no estabelecimento do plano revolucionário. A revolução estourou a 3 de outubro de 1930, partindo do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais e da Paraíba. Antes que os revoltosos chegassem ao Rio de Janeiro, a 24 de outubro, Washington Luís foi deposto pelos comandantes das forças armadas, com a

anglo-americano. Essas as duas causas fundamentais da opressão política em que vivemos e das crises econômicas sucessivas em que nos debatemos. O Brasil vive sufocado pelo latifúndio, pelo regime feudal da propriedade agrária, onde se já não há propriamente o braço escravo, o que persiste é um regime de semi-escravidão e semi-servidão. (...) É irrisório falar em liberdade eleitoral, quando não há independência econômica, como de educação popular, quando se quer explorar o povo. Vivemos sob o jugo dos banqueiros (...) Dessa dependência financeira decorre naturalmente um regime de exploração semifeudal, em que se desenvolve toda a nossa economia. Os capitais estrangeiros investidos na nossa produção provocam um crescimento monstruoso em nossa vida econômica, tendente exclusivamente à exploração das riquezas naturais, das fontes de matérias-primas, reservado o mercado nacional para a colocação dos produtos fabricados nas metrópoles imperialistas. (...) Só um governo de todos os trabalhadores, baseado nos conselhos de trabalhadores da cidade e do campo, soldados e marinheiros, poderá cumprir tal programa. (...) Proclamemos, portanto, a revolução agrária e anti-imperialista realizada e sustentada pelas grandes massas da nossa população. Lutemos pela completa libertação dos trabalhadores agrícolas de todas as formas de exploração feudais e coloniais, pela confiscação, nacionalização e divisão das terras, pela entrega da terra gratuitamente aos que trabalham. Pela libertação do Brasil do jugo do imperialismo, pela confiscação e nacionalização das empresas, de latifúndios, concessões, vias de comunicações, serviços públicos, minas, bancos, anulação das dívidas externas. (Extraído de SILVA, Hélio. *A revolução traída*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.)

⁶² A REVOLUÇÃO DE 30: TEXTOS E DOCUMENTOS. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982. p. 301-383.

formação de uma junta militar provisória, composta pelo general Augusto Tasso Fragoso, pelo almirante José Isaías de Noronha e pelo general João de Deus Mena Barreto.

Novas negociações ocorreriam para garantir a posse de Getúlio Vargas, apontado como a principal liderança revolucionária, vindo ele a tomar posse como chefe do Governo Provisório, a 3 de novembro de 1930. Em seu discurso⁶³, o novo governante buscava alicerçar a ideia de que o movimento contara com o apoio popular:

O movimento revolucionário, iniciado vitoriosamente, a 3 de outubro, no sul, centro e norte do país, e triunfante a 24, nesta capital, foi a afirmação mais positiva que, até hoje, tivemos da nossa existência como nacionalidade. Em toda a nossa história política não há, sob esse aspecto, acontecimento semelhante. Ele é, efetivamente, a expressão viva e palpitante da vontade do povo brasileiro, afinal senhor de seus destinos e supremo árbitro de suas finalidades coletivas. (...)

Todas as categorias sociais, de alto a baixo, sem diferença de idade, ou de sexo, comungaram em um idêntico pensamento fraterno e dominador: – a construção de uma pátria nova, igualmente acolhedora para grandes e pequenos, aberta à colaboração de todos os seus filhos. (...)

Realizamos, pois, um movimento eminentemente nacional.

Essa, a nossa maior satisfação, a nossa maior glória e a base invulnerável sobre que assenta a confiança de que estamos possuídos para a efetivação dos superiores objetivos da revolução brasileira.

Quando, nesta cidade, as forças armadas e o povo depuseram o governo federal, o movimento regenerador já estava, virtualmente, triunfante em todo o país. A nação, em armas, acorria de todos os pontos do território pátrio. (...)

⁶³ Trechos citados por SILVA, Hélio. *O ciclo de Vargas (1930: a revolução traída)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964-1978.

Não seria difícil prever o desfecho dessa marcha inevitável. À aproximação das forças libertadoras, o povo do Rio de Janeiro, de cujos sentimentos revolucionários ninguém poderia duvidar, se levantaria em massa, para bater, no seu último reduto, a prepotência inativa e vacilante. (...)

Assumo, provisoriamente, o governo da República, como delegado da revolução, em nome do exército, da marinha e do povo brasileiro.

Ainda em seu pronunciamento, Vargas reforçava o ideário reformista expresso desde o programa da Aliança Liberal, propondo-se a “refletir maduramente sobre a obra de reconstrução” do país, de modo a atender “a expectativa alentadora do povo brasileiro”, de modo a continuar contando com o seu “apoio e colaboração”, ficando “à altura da missão confiada”. Tal ação era considerada como uma “iniludível responsabilidade”, havendo a necessidade da “coragem de levá-la a seu termo definitivo”, pois “o trabalho de reconstrução” esperado não admitiria “medidas temporizadoras”, implicando no “reajustamento social e econômico de todos os rumos” até então adotados no Brasil, de modo a “cimentar a confiança da opinião pública no regime” que se iniciava.

O discurso de posse de Getúlio Vargas elencava “as ideias centrais do programa de reconstrução nacional”, destacando algumas das “mais oportunas e de imediata utilidade”:

- concessão de anistia;

- saneamento moral e físico, extirpando ou inutilizando os agentes de corrupção, por todos os meios adequados a uma campanha sistemática de defesa social e educação sanitária;
- difusão intensiva do ensino público, principalmente técnico-profissional, estabelecendo, para isso, um sistema de estímulo e colaboração direta com os estados (com a criação de um ministério de instrução e saúde pública, sem aumento de despesas);
- instituição de um conselho consultivo, composto de individualidades eminentes, sinceramente integradas na corrente das ideias novas;
- nomeação de comissões de sindicâncias, para apurarem a responsabilidade dos governos depostos e de seus agentes, relativamente ao emprego dos dinheiros públicos;
- remodelação do exército e da armada, de acordo com as necessidades da defesa nacional;
- reforma do sistema eleitoral, tendo em vista, precipuamente, a garantia do voto;
- reorganização do aparelho judiciário, no sentido de tornar uma realidade a independência moral e material da magistratura, que terá competência para conhecer o processo eleitoral em todas as suas fases;
- feita a reforma eleitoral, consultar a nação sobre a escolha de seus representantes, com poderes amplos, a fim de procederem à revisão do estatuto

federal, melhor amparando as liberdades públicas e individuais e garantindo a autonomia dos estados contra as violações do governo central;

- consolidação das normas administrativas, com o intuito de simplificar a confusa e complicada legislação vigente, bem como de refundir os quadros do funcionalismo, que deverá ser reduzido ao indispensável, suprimindo-se os adidos e excedentes;

- manter uma administração de rigorosa economia, cortando todas as despesas improdutivas e suntuárias – único meio eficiente de restaurar as nossas finanças e conseguir saldos orçamentários reais;

- reorganização do Ministério da Agricultura, aparelho, atualmente, rígido e inoperante, para adaptá-lo às necessidades do problema agrícola brasileiro;

- intensificar a produção pela policultura e adotar uma política internacional de aproximação econômica, facilitando o escoamento das nossas sobras exportáveis;

- rever o sistema tributário, de modo a amparar a produção nacional, abandonando o protecionismo dispensado a indústrias artificiais, que não utilizam matéria-prima do país e mais contribuem para encarecer a vida e fomentar o contrabando;

- instituir o ministério do trabalho, destinado a superintender a questão social, o amparo e a defesa do operariado urbano e rural;

- promover, sem violência, a extinção progressiva do latifúndio, protegendo a organização da pequena propriedade, mediante a transferência direta de lotes de terra de cultura ao trabalhador agrícola, preferentemente ao nacional, estimulando-o a construir com as próprias mãos, em terra própria, o edifício de sua prosperidade;
- organizar um plano geral, ferroviário e rodoviário, para todo o país, a fim de ser executado gradualmente, segundo as necessidades públicas e não ao sabor de interesses de ocasião.

Em linhas gerais, tais pontos programáticos continuavam a buscar vislumbrar os díspares interesses dos grupos que compuseram a Aliança Liberal e a Revolução de 1930. A chegada ao poder dos liderados por Getúlio Vargas ocorreu em um “quadro de rearranjos das oligarquias regionais abaladas com a Crise de 1929”, vindo a instaurar-se “um novo sistema de poder, combinando ideias de reforma de uma burguesia liberal-conservadora, porém modernizadora, com práticas neocoronelísticas e burocráticas na máquina do Estado”, o qual atuava como “mobilizador das aspirações populares do mundo do trabalhismo”. Instituíam-se então um “sistema complexo, do qual o próprio getulismo tornou-se a expressão mais forte”. Esse bloco que tinha Vargas à frente “representava um amplo espectro de forças políticas contrárias à hegemonia dos estados do Sudeste, sobretudo de setores civis e militares que

propunham reformas políticas e sociais”⁶⁴. Os novos detentores do poder promoveriam algumas alterações que, paulatinamente, levariam a um processo modernizador do país, intentando, inclusive, um novo compromisso social, bem de acordo com a frase que ficaria alcunhada a respeito desse momento histórico, segundo a qual as novas lideranças nacionais haviam realizado a revolução, antes que o povo a fizesse.

⁶⁴ LOPEZ, Adriana & MOTA, Carlos Guilherme. *História do Brasil: uma interpretação*. São Paulo: SENAC/São Paulo, 2008. p. 640 e 644.

**GOVERNO PROVISÓRIO:
OS CAMINHOS PARA A
RECONSTITUCIONALIZAÇÃO**

Com a mudança política ocorrida no Brasil no último trimestre de 1930, tendo por culminância a instituição do Governo Provisório (também denominado de Governo Revolucionário), os novos detentores do poder, bem de acordo com o espírito modernizador que orientara sua campanha, buscaram apresentar-se sob a feição da novidade, não é para menos que caracterizaram o modelo que se encerrara como “República Velha”, prometendo a criação de uma “República Nova”. A partir de então ocorreria uma nova ordenação do poder, com a necessidade de redistribuir as posições no aparelho do Estado entre os vencedores. Um dos tópicos mais debatidos nos anos que se seguiram foi o da duração do regime ditatorial e a retomada dos caminhos institucionais com a reconstitucionalização.

Nos momentos que sucederam à queda do regime oligárquico, “a Revolução seria constantemente refeita, já que o programa imediato da Aliança Liberal era vago e politicamente inexequível” em curto espaço cronológico, bem como não indicava “qualquer opção radical”. Logo em seguida à ascensão dos novos detentores do poder, as “instituições políticas da República Velha foram destruídas” e “sua substituição por outras implicava uma árdua luta de tendências, no quadro de uma ‘crise de hegemonia’ em que nenhum grupo era capaz de imprimir direção e dominação ao corpo social”. Desencadeou-se então um “panorama histórico extremamente complexo”, pelo qual, “nos vários anos seguintes, as várias forças em presença tentariam elaborar e por em prática

projetos de Estado". Tal "processo inicial de crise marcaria decisivamente o Estado brasileiro nas décadas seguintes"⁶⁵.

Dessa maneira, passada a Revolução de 1930, "Vargas passou a governar por meio de decretos-lei", caracterizando o regime ditatorial. Vários debates passaram desde então a se estruturar, de modo que "uma das principais divergências foi sobre o tempo de duração do Governo Provisório", com alguns desejando "a instalação imediata da democracia", enquanto outros "afirmavam que o retorno a uma ordem democrática só deveria ocorrer após a promoção das reformas sociais". Outros fatores também foram alvos de disputas e debates, como no caso da reconstitucionalização imediata ou não do país, a presença de "um regime forte e apartidário", com "um Estado centralizador de orientação nacionalista e reformista", ou, por outro lado, a ideia de uma limitação aos "poderes da União", com "mais autonomia para o poder estadual"⁶⁶.

Desde então, o grupo governante, liderado por Getúlio Vargas, começou a promover atitudes que visavam à continuidade no poder e, para tanto, um dos planos básicos era adiar o máximo possível os processos eleitorais, uma vez que pretendiam desmanchar a máquina eleitoral do período anterior, e montar a sua própria, para só então possibilitar o exercício do voto. Nessa linha, a ausência

⁶⁵ MENDES JÚNIOR, Antonio & MARANHÃO, Ricardo. *Brasil História – texto & consulta (Era Vargas)*. São Paulo: Hucitec, 1989. p. 95.

⁶⁶ PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo – Segunda República (1930-1945)*. 10.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. p. 13-14.

das eleições inviabilizaria a reunião de uma constituinte, com o consequente adiamento da promulgação de uma constituição, daí a permanência da ditadura. A divisão do poder dava-se essencialmente entre os grupos oligárquicos que apoiaram o movimento de 1930 e os tenentes, gerando, paulatinamente, certas dissidências com a insatisfação de alguns quanto ao quinhão recebido.

Dentre os tenentes, o segmento “antiliberal e autoritário” se consolidaria “rapidamente, no pós-trinta”, com “a sua hegemonia no seio do movimento tenentista, através da construção de organizações políticas destinadas a difundir, nas principais capitais do país, os seus pontos de vista”. A partir de tal proposta, passam a surgir os clubes e legiões outubristas, que poderiam ser qualificadas como “organizações antipopulares”, cristalizando-se “o elitismo e o antimassismo” característicos dos “tenentistas autoritários”. Também manifestavam “as suas posições antiliberais, na crítica à democracia representativa e ao sufrágio universal”, assim como a “apologia da representação profissional”⁶⁷.

Como parte das ações do período pós-revolucionário, pra garantir a permanência no poder, foram organizados grupos “revolucionários” ou “outubristas”, cujo mote essencial seria manter acesa a chama revolucionária, contrapondo os inimigos – notadamente os derrotados em 1930 –, mas, em essência, buscando garantir a continuidade no controle do aparelho do Estado.

⁶⁷ SAES, Décio A. M. Classe média e política no Brasil (1930-1964). In: *História geral da civilização brasileira – o Brasil Republicano: sociedade e política (1930-1964)*. São Paulo: DIFEL, 1981. t. 3, v. 3 p. 489.

Tais entidades tiveram por característica, em geral, lançar manifestos que intentavam levar suas ideias ao conhecimento da opinião pública⁶⁸. Uma dessas frentes foi a “Legião de Outubro”, cuja proclamação de constituição ocorreu ainda ao final de 1930, na qual ficava expressa a clara intenção de demarcar que a nova situação teria uma plena aceitação popular, bem como a clara intenção de consolidar os novos detentores do poder em seus cargos. Já apareciam também alguns dos pressupostos que viriam a ganhar terreno nos anos seguintes, com a tendência mais unitarista, em oposição ao federalismo exacerbado da República Velha e a ideia da negação dos partidos políticos, de modo que tal legião apresentava-se como uma frente na defesa dos princípios revolucionários e não como uma agremiação partidária:

Ao apelo de conagração de todos os revolucionários para a edificação da Nova República, o povo brasileiro respondeu com resolutivo fervor e singular presteza. De todos os quadrantes do país, do Distrito Federal ao centro, ao norte, ao sul, romperam vozes entusiásticas, de aplauso, de solidariedade, de cooperação. Por toda a parte, mesmo nos municípios mais recônditos de nossa imensidade territorial, vibrou o eco da concitação e núcleos legionários se criaram. Ficou patenteado que a organização da família revolucionária em legião de caráter nacional não era a ideia de uma grei, mas o unânime desejo popular que procurava expressão.

Nem poderia deixar de ser assim.

Na heroica jornada de outubro, todos os brasileiros de boa vontade, humildes e grandes, encontraram-se no mesmo alento de renovar a pátria, igualados pelo desinteresse e o sacrifício. A Revolução foi o logradouro em que todos os brasileiros idealistas se uniram para a ação e pelo Brasil.

⁶⁸ Textos consultados a partir de: BONAVIDES, Paulo & AMARAL, Roberto. *Textos políticos de História do Brasil*. 3.ed. Brasília: Senado Federal, 2002. v. 4.

Não poderiam, agora, alcançada a vitória das armas, se apartarem em direções diversas quando mais alta razão os aproxima e identifica: o dever de efetivar, nas leis e nos costumes, a renovação espiritual que os conduziu à luta. (...)

A Revolução com a posse do poder não é ainda a vitória. Ela só virá quando o Brasil estiver iluminado de grandeza, na medida do patriotismo que nesta hora exalta a nação.

A "Legião de Outubro" é um exército civil, que depôs as armas para continuar o combate do engrandecimento da pátria. Quer defender a conquista revolucionária contra todos os seus inimigos, nos homens ou nos costumes, e quer realizar, uma por uma, as aspirações da alma brasileira, proclamadas no manifesto da Convenção Liberal e na plataforma de governo do atual chefe da nação.

E porque a vitória revolucionária oportunizou uma transformação muito mais profunda da vida nacional, do que fora exequível apenas, pelo triunfo pacífico, a Legião se anima de um programa ainda mais amplo, propugnando, na futura organização constitucional do país, medidas de sólida garantia contra a falsidade de representação, a hipertrofia do Poder Executivo e a mais leve dependência da Justiça. O triunfo armado nos conduziu muito além da vitória de uma campanha presidencial: à instituição de um regime novo. E para tal precisamos de ideias e atos que alcancem largos decênios e vivifiquem muitas gerações. (...)

Não é, assim, uma corporação que pretenda subordinar espíritos a programas rigidamente preestabelecidos e apriorísticos, rebelde à plasticidade da vida. É um aproveitamento de energias cívicas, uma conjugação de sentimentos de fé e de ardor patriótico, uma convergência de intenções, de sinceridade e de serviços à causa pública, postos em movimento no mesmo sentido: o de realizar no Brasil, e brasileiroamente, a refundição que se opera no mundo. É anti-personalista. Não nasce à sombra de individualismos, mas à claridade do bem coletivo. Não é feita para abrigar carreiras.

Vem da Revolução, para o Brasil. Daí a exigência, aos que ingressam nas suas fileiras, de se despirem de todos os interesses pessoais e, desnudos de ambição, trabalharem, disciplinadamente, sob a pura e elevada aspiração de servir à pátria. Isso, a principiar pelos chefes mais altos.

Ama a liberdade do espírito e respeita fundamentalmente a iniciativa individual, mas é implacável contra os móveis subalternos da conduta e inflexível na vigilância da moralidade pública.

Não é um partido político. Não tem preocupações eleitorais, nem pleiteia o poder. Constitui-se sem desejar concorrer com as organizações partidárias já existentes. Respeita-lhes profundamente a autonomia. Quer com elas colaborar, auxiliando-as e aproximando-as, como denominador comum, que a todas identifica, nos seus mais puros intuítos: os de felicitar o povo, engrandecendo o país.

Empenha-se pela formação de uma mentalidade que desloque todas as questões regionais para o campo superior da vida brasileira, sobrepondo ao regime federativo da nossa índole política o unitarismo espiritual da nacionalidade.

Sob a direção dos chefes revolucionários, com um órgão central na capital da República e delegações estaduais e municipais, radicará fundo na alma popular, sentindo-lhe a vida nas suas fontes primeiras, servindo-lhe de voz em seus reclamos e sobre ela exercendo a ação educativa, potente e exortadora do alevantado brio revolucionário.

Em nome da Revolução e pelo consenso unânime de suas mais altas expressões no combate e na paz construtora, proclamamos definitivamente constituída a “Legião de Outubro”, como organização nacional defensiva da obra revolucionária e realizadora do liberalismo que a gerou, serva espiritual do povo e conselheira espontânea do poder público, escola de disciplina cívica, oficina de trabalho, de patriotismo e de elevação moral.

Os efeitos da crise não deixaram de existir com a mudança política brasileira, surgindo manifestações dos trabalhadores contra as condições sociais que lhes eram impostas, as quais foram respondidas com a repressão governamental. Os novos detentores do poder, entretanto, começavam a vislumbrar um outro jogo de interesses quanto às massas trabalhadoras, tanto que o próprio governo viria a estimular outras manifestações de operários, estas de apoio a Vargas. Ainda que na campanha os aliancistas tivessem proposto a sindicalização, com certos níveis de independência, uma vez no poder, decretaram a Lei da Sindicalização, a qual proibia a divulgação no meio sindical

de “doutrinas sectárias”, em clara referência ao ideário mais à esquerda, bem como determinava a presença de delegados do Ministério do Trabalho nas assembleias gerais do trabalhador, ou seja, estabelecendo os primeiros passos do sindicalismo atrelado ao Estado, que caracterizaria os anos seguintes.

Outras entidades em defesa do “outubrismo” ou do “espírito revolucionário” viriam a estabelecer-se, como foi o caso da Legião de Outubro, fundada em Minas Gerais, em fevereiro de 1931, da Legião de Outubro Fluminense, em abril do mesmo ano, e o Clube 3 de Outubro, edificado no Rio de Janeiro mais ao final deste ano. A manifestação de tal Clube deixava evidenciada a intenção de não promover de modo imediato a retomada do processo constitucional, bem de acordo com o objetivo de continuar adiando qualquer ação eleitoral. Desse modo, chegava a defender a continuidade da ditadura, por considerar que o momento não seria ainda apropriado para dotar o país de uma nova constituição:

Os elementos revolucionários que constituem o Clube 3 de Outubro – libertos de quaisquer facciosismos político-partidários – impugnam a ideia da volta imediata do país ao regime constitucional. Sendo, entretanto, partidários sinceros da constitucionalização, apenas divergem dos chamados constitucionalistas, quanto à conveniência de sua decretação a todo transe, como meio eficaz de salvação pública.

Vale a pena aduzir nesse sentido algumas considerações de ordem geral. A Revolução de Outubro venceu porque se apoderara do povo brasileiro a convicção de que os erros e obliterações do regime que o oprimia lhe criaram problemas gravíssimos, para os quais não existiam soluções possíveis dentro da lei. Por isso, derrubado o governo legal de então a nação inteira clamou pela instituição da

ditadura como único meio capaz de arrancar o país do caos que o haviam arrastado alguns decênios de governo constitucional. (...)

De qualquer forma, é nossa convicção que, boa ou apenas sofrível, é ainda a ditadura o instrumento mais consentâneo de que poderemos dispor para resolver os problemas cuja gravidade exigiu a terapêutica violenta da revolução armada. Para isso ela foi instituída, após a vitória revolucionária. Necessariamente deverá subsistir até que tenha atingido a sua finalidade.

Pretender substituí-la nesta quadra de indisciplinas e dissensões pelo regime constitucional, é um contrassenso perigoso capaz por si só de arrastar-nos para a fatalidade de novos pronunciamentos armados. Cumpre-nos a todo transe evitar essa calamidade, porque nem o país resistiria a essa nova sangria, nem talvez pudéssemos, liberais de ontem ou revolucionários de hoje, controlar o seu desenvolvimento. (...)

Ao contrário do que muitos pensam, temos ideias perfeitamente assentadas sobre os pontos capitais do nosso programa que iremos defender na futura revisão constitucional. Sobre estas bases está sendo elaborado o nosso programa de atuação política.

E para provar que não desejamos protelar indefinidamente o advento constitucional, é nosso propósito sugerir ao chefe do Governo Provisório a nomeação de uma comissão de homens cultos e conhecedores da nossa realidade social e política, para elaborar criteriosamente sobre ela um anteprojeto de constituição. (...)

Na ânsia de constituição imediata, o que mais se vê é o prurido de voltar aos postos de mando sem vigilância, ao rebanho dos tempos passados ou disfarçada hostilidade ao Governo Provisório, principalmente ao seu chefe, que sabe perfeitamente não ter sido a Revolução obra exclusiva dos políticos. Os decênios de regime decaído foram pontilhados de sucessivas revoluções, o que prova não bastar a existência de qualquer constituição para evitar a desordem, fazer descer a tranquilidade sobre os espíritos, permitir a moralidade administrativa e a prosperidade do país.

O Clube 3 de Outubro quer a constituição. Não quer qualquer constituição. Pedirá constituição quando notar ser possível a adoção de um sistema, senão perfeito, pelo menos assegurador da ordem por período relativamente longo. Antes disso, enquanto o desejo de constituição reflete a ambição de poderio e volta a hábitos que

justificaram a Revolução de 3 de Outubro – o Clube que tem este nome não quer, combate, e não permitirá que se adote uma constituição qualquer para um país cujo destino é, para o Clube, a sua única razão de ser.

De acordo com as propostas modernizadoras para a produção, o Governo Provisório estabelecia a criação do Conselho Nacional do Café, em maio de 1931, e da Comissão de Defesa da Produção de Açúcar, em dezembro do mesmo ano. A crise econômica mantinha seus efeitos em alta, tanto que os preços do café continuavam baixando, levando o governo a determinar a queima dos estoques (até 1944 seriam destruídas mais de 78 milhões de sacas), revelando a continuidade de ações adotadas pelos governantes anteriores, à época da República Velha. No campo social, as greves continuavam espocando, como resposta às dificuldades socioeconômicas. Nesse mesmo meio tempo, alguns tenentes ascendiam a importantes cargos públicos, como prefeituras e interventorias.

Diante dos obstáculos que se antepunham e do crescimento da oposição, notadamente a partir da reivindicação pela reconstitucionalização do país, os grupos governantes buscavam reforçar suas bases para garantir a continuidade no poder. Foi o caso da divulgação de diretivas para a organização de um Estado Maior no seio do Clube 3 de Outubro, que assumia feições militares (ou ao menos paramilitares) no sentido de sustentar as forças governativas de então. Segundo tais diretivas, seria promovida uma “organização nuclear” com o objetivo fundamental de “fornecer, a todo momento, ao governo, enquanto este não se

desviar dos objetivos da Revolução, os elementos de força” que carecesse “para neutralizar a ação dos reacionários”.

Visando a uma abrangência nacional, a nova organização do Clube 3 de Outubro, em Estado Maior, deveria “estender ramificações por todas as regiões militares, de modo a permitir, em qualquer circunstância, alertar os elementos revolucionários, coordenando seus esforços para o fim comum, mantendo com todos eles estreita ligação”. Havia também uma espécie de caráter policialesco, de modo que “todos os elementos contrários ao espírito da Revolução, por oposição, por desvio ou incompreensão do sentido geral em que ela se desenvolve e se desenvolverá”, deveriam “ser identificados e postos à margem”. Assim, a perspectiva fundamental era a de “conhecer o inimigo ou inimigos prováveis”, de modo que “os oficiais e outros elementos civis”, seriam “classificados em: certos; duvidosos; contrários”. Outras determinações de tal Estado Maior eram a de que “toda matéria tratada é absolutamente secreta” e de que seria realizado “um balanço geral das forças terrestres, navais e aéreas, sediadas na Capital Federal e adjacências”, para, “em seguida proceder-se a idêntico balanço quanto a outras forças distribuídas por todo o país”. Era uma clara alusão ao fato de que a permanência no poder e a resistência aos adversários passara a ser tratada a partir de um espírito belicoso.

Um dos maiores focos de oposição aos governistas concentrava-se em São Paulo, tendência agravada pela nomeação de elementos ligados ao tenentismo para governar o estado. O Partido Democrático, que compusera a Aliança Liberal e participara da Revolução de 1930, insatisfeito, viria a romper

com Getúlio Vargas, em janeiro de 1932, para, no mês seguinte, aproximar-se do Partido Republicano Paulista, formando a Frente Única Paulista, em aberta oposição ao situacionismo. Passaria a desencadear-se campanha cada vez mais forte pela reconstitucionalização, como por meio de comícios, com ampla participação de público na capital paulista, reivindicando a convocação de uma constituinte e o restabelecimento da autonomia dos estados. Como uma resposta a tais anseios, em fevereiro de 1932, o Governo Federal publicava o novo Código Eleitoral que, entre outras novidades, previa o voto secreto e o direito às mulheres de votarem e serem votadas. Já em maio do mesmo ano, um decreto federal fixava as eleições para a constituinte, mas apenas para maio de 1933.

As reivindicações também se faziam sentir no campo social, com novas greves fazendo sentir seus efeitos, sem que deixasse de ocorrer a respectiva repressão. Paulatinamente, o governo federal intentava vislumbrar certos interesses do operariado, colocando em prática alguns dos pressupostos em torno da legislação trabalhista, como foi o caso dos decretos governamentais de maio de 1932, que estabeleciam a jornada de oito horas de trabalho na indústria e o princípio de “salário igual para trabalho igual” e a regulamentação do trabalho feminino. Quanto à política, a agitação se avolumava em São Paulo, mesmo com a escolha de um interventor civil e paulista por parte do governo federal, em resposta a anteriores nomeações de tenentes.

A situação se agravaria ao extremo, estabelecendo-se a fermentação revolucionária, vindo a explodir, a 9 de julho de 1932, a Revolução

Constitucionalista. Nesse movimento rebelde congregaram esforços os grupos apeados do poder pela Revolução de 1930, notadamente a oligarquia paulista, a qual se somaram outros adversários do regime e mesmo dissidentes do Governo Provisório, que romperam com o mesmo. A principal bandeira da Revolução Paulista de 1932 era a da reconstitucionalização do país, como uma oposição à ditadura vigente desde 1930, mas pretendia também a derrubada dos novos detentores do poder, de modo a recuperar o controle do aparelho do Estado. Mais especificamente quanto à oligarquia paulista, poderia ser mesmo considerada como uma contrarrevolução, em relação à Revolução de 1930⁶⁹.

Os manifestos da Revolução de 1932⁷⁰ reforçavam o caráter em torno da constitucionalização e de combate ao regime ditatorial, ao mesmo tempo em que expressava a intenção de, embora pegando em armas, manter o máximo possível a ordem social estabelecida. Foi o caso da manifestação publicada a 10 de julho de 1932, na qual o “comando das forças revolucionárias empenhadas na luta pela imediata constitucionalização do país” lançava “um veemente apelo ao povo de São Paulo”, para que lhe secundasse “na ação primacial de manter a mais perfeita ordem e disciplina em todo estado, abstendo-se e impedindo a prática de qualquer ato atentatório dos direitos dos cidadãos”, independente do

⁶⁹ BEZERRA, Holien Gonçalves. *O jogo do poder: Revolução Paulista de 32*. São Paulo: Moderna, 1988.; CAPELATO, Maria Helena. *O Movimento de 1932: a causa paulista*. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.; e HILTON, Stanley. *1932: a guerra civil brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

⁷⁰ Documentos citados a partir de: BONAVIDES, Paulo & AMARAL, Roberto. *Textos políticos de História do Brasil*. 3.ed. Brasília: Senado Federal, 2002. v. 4.

“credo político que professem”. Tal comando garantia ainda que, “no decurso dos acontecimentos” que se seguiriam, não encontraria “a população melhor maneira de colaborar para a grande causa que nos congrega do que dando, na delicada hora que o país atravessa, mais um exemplo de ordem, serenidade e disciplina”, que seriam “características fundamentais da nobre gente de São Paulo”.

A 13 de julho de 1932, seria publicado, com o apoio de clérigos e empresários paulistas solidários ao movimento, um manifesto “Ao povo brasileiro”, no qual os promotores do movimento buscavam justificar suas causas e negar as acusações com as quais vinham sendo atingidos:

São Paulo não pegou em armas para combater os seus queridos irmãos dos outros estados, nem para praticar a loucura de separar-se do Brasil, mas unicamente para apressar a volta do país ao regime constitucional.

Não foram os partidos políticos que deflagraram o movimento armado que logo de princípio arrastou a totalidade das guarnições federais aqui aquarteladas: foi o povo inteiro, sem distinção de classes ou partidos, a gente de São Paulo e a gente que, vinda de outras terras, se acha presa a São Paulo por vínculos de toda a ordem, em unanimidade que jamais se viu, talvez, em parte alguma do Brasil.

O entusiasmo que a luta provocou nas massas populares, ao ardor com que moços e velhos disputam, na capital e no interior, a precedência da marcha para a linha de combate, o número espantoso de voluntários que em todos os lugares se apresentam para o serviço militar e civil, o estado geral do espírito público, tudo, em suma, quanto se vê no território do estado, convence que a vontade de triunfar é, no povo paulista, inabalável e que ele está resolvido a todos os sacrifícios para repor o Brasil na sua integridade territorial, sob o regime da lei. Enganam-se os que supõem que a atitude de São Paulo esconde propósitos separatistas e é obra do partidarismo político. Podemos afiançar que é essencialmente nacionalista e sem o mais leve

colorido partidário. Iludem-se também os que acreditam que é insignificante e efêmero o levante de São Paulo. Podemos garantir que é formidável, que envolve a população inteira e que só cessará com a vitória. Acredite o povo brasileiro que São Paulo não luta por interesses próprios, mas pelo interesse de todo o Brasil. Foi pela grandeza da pátria comum, num regime de liberdade jurídica, que ele saiu a campo.

A Revolução Constitucionalista foi assim um movimento dos insatisfeitos e derrotados a partir da Revolução de 1930. Um dos principais interesses em jogo estava vinculado à realização ou não de eleições, de modo a verificar o quanto ainda fazia sentir seus efeitos a máquina eleitoral montada ao longo da República Velha. Houve um grande esforço de guerra dos paulistas na manutenção da luta, envolvendo desde a adaptação das indústrias para produzir material bélico até a coleta de ouro entre os cidadãos em prol da causa revolucionária. Os paulistas também prepararam um forte aparato ideológico, intentando demonstrar a justeza da reivindicação em torno do constitucionalismo, bem como a identidade com a rebeldia dos vários segmentos que compunham a sociedade de São Paulo. Apesar da pretensão de obter apoio de outros estados, à exceção de tropas mato-grossenses, a Revolução Paulista de 1932 ficou isolada, levando à forte reação governamental que conseguiria debelar o movimento. Em setembro daquele ano, as forças rebeldes pediam o armistício e, no início do mês seguinte a Revolução era definitivamente derrotada.

A vitória sobre a Revolução Constitucionalista representou a consolidação dos novos detentores do poder desde 1930 em seus postos, abrindo-se, inclusive

o espaço para a efetiva realização das eleições, uma vez que os mais fortes adversários, que militavam entre as lideranças rebeldes, estavam agora no exílio. Nessa linha, a 3 de maio de 1933 dava-se a realização das eleições para constituinte, cujos trabalhos iniciaram-se a 15 de novembro. Em dezembro, era apresentado um anteprojeto de constituição, que serviria de base para os debates. Após aproximadamente um semestre, em julho de 1934, ocorria o encerramento dos trabalhos da comissão de redação do projeto constitucional e, a 16 deste mês, dava-se a promulgação da nova constituição. Como uma solução de compromisso, em torno da continuidade, no dia seguinte à feitura da constituição, Getúlio Vargas foi eleito para a Presidência da República pela própria constituinte, ou seja, a escolha foi indireta. A constituinte de 1933-1934 apresentou algumas peculiaridades em relação às demais, e uma das mais notáveis esteve ligada à sua composição, com a presença de 214 constituintes eleitos pela forma tradicional, mas também de 40 deputados classistas (18 empregados, 17 empregadores, 3 profissionais liberais e 2 funcionários públicos). A presença dessa parcela classista refletia o pensamento corporativista que pertencia ao ideário tenentista e que viria a ser bastante usual nos anos que se seguiram, mormente à época do Estado Novo.

Ainda na abertura dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, em novembro de 1933, Getúlio Vargas realizou um prolongado discurso⁷¹, que servia como uma espécie de prestação de contas do conjunto de atividades que teriam sido executadas durante o Governo Provisório. Nesse sentido, o Presidente da

⁷¹ A NOVA POLÍTICA DO BRASIL. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

República dizia que, “comparecendo à solene instalação da Assembleia Nacional Constituinte e em presença dos legítimos representantes do povo brasileiro”, aproveitava “tão excepcional oportunidade” para dirigir-se “à nação e prestar-lhe contas” dos seus “atos, como chefe do Governo Provisório, instituído pela Revolução triunfante em outubro de 1930”. Argumentava que, a constituinte convocada “para dar ao país novas instituições” à nação bem poderia ter “avaliado a soma de responsabilidades impostas pela magna tarefa”, de modo que, para “levá-la a bom termo”, foram necessárias “abundantes reservas de patriotismo” com ouvidos “atentos às exigências do momento nacional, sem esquecer as lições da nossa experiência política”. Buscando demarcar a relevância histórica do momento, Vargas se referia à “alta significação do acontecimento”, uma vez que, “no decurso de mais de um século”, aquela era “a terceira constituinte chamada a assentar os fundamentos legais para a vida e o governo da nação brasileira” Segundo ele, “o exame do nosso passado político, feito com serena imparcialidade”, poderia oferecer “ensinamentos preciosos que não devemos desprezar”.

Referindo-se a uma “lição do passado”, Getúlio Vargas discorria sobre a formação histórica brasileira, passando pela época colonial, a independência, o I Reinado, o período regencial, o II Reinado e as primeiras décadas republicanas. Especificamente sobre o modelo oligárquico da República Velha, tecia críticas, afirmando que, à época, criara-se “uma espécie de casta governamental, instalada no poder, com o privilégio de aproveitar e distribuir os seus proventos”, a qual permanecia fechada “num círculo de interesses restritos que

se confundiam com os da pequena minoria instalada nas posições governamentais”. Desse modo, considerava que, naquele sistema, “o poder público tornou-se, aos poucos, alheio e impermeável às exigências sociais e econômicas da nação”, de forma que “adveio-lhe, em consequência, uma situação de desprestígio e de isolamento”, formando-se uma “espessa atmosfera de indiferença” que “separava da política profissional as forças vivas do país”.

O discurso de Vargas considerava que a Revolução de 1930 fora fundamental para romper com aquilo que considerava como mazelas da época da República Velha:

O movimento revolucionário de 1930, pela sua amplitude e profundidade, não teve similar em nossa História política. Não há exagero em afirmar-se que a nação mobilizou-se de norte a sul, levantando em armas legiões de combatentes dispostos a intervir entusiástica e ardorosamente na luta. As forças armadas, reproduzindo atitudes tradicionais, em momentos de crise semelhante, colocaram-se, patrioticamente, ao lado do povo, solidárias com a causa nacional. A vitória deu ao país uma sensação de alívio e desafoço. Na realidade, ele se libertara pelo próprio esforço, anulando a pressão da atmosfera de insinceridade e ludíbrio que lhe entorpecia os movimentos e lhe asfixiava as aspirações.

O governo instituído pela Revolução, apesar de instaurado pela força, banuiu da sua atuação a prepotência e o arbítrio. O seu primeiro ato foi uma espontânea limitação de poderes e a obra de reconstrução, a que se consagrara, realizou-a, respeitando as normas jurídicas estabelecidas e sem agravos a direitos legitimamente adquiridos. Governo nascido do choque brusco das velhas tendências libertadoras da nacionalidade com o egoísmo da grei organizada durante decênios para dominar o país, cabia-lhe, antes de tudo, destruir um estado de coisas inveterado, conjunto de hábitos e interesses contrários à sua finalidade. Era natural que os donatários da situação derrocada procurassem reagir pela passividade e falsa compreensão das ideias em marcha contra o predomínio avassalador da Revolução.

O benigno tratamento dispensado aos principais responsáveis pelo descalabro nacional muito concorreu para isso. (...)

A Revolução não fora obra de um partido, mas, sim, um movimento geral de opinião; não possuía, para guiar-lhe a ação reconstrutora, princípios orientadores, nem postulados ideológicos definidos e propagados. Dela participaram e surgiram várias correntes de difícil aglutinação. O Governo Provisório procurou colocar-se acima das competições partidárias ou facciosas, para não trair os compromissos assumidos com a nação. Em movimento de tal envergadura, a autoridade constituída pela vitória não pode transformar-se em simples executora do programa de um partido; deve ser, apenas, uma expressão nacional. O mais que se lhe pode conceder, nesse terreno, é a função de coordenar as aspirações gerais, com o fim de estabelecer o equilíbrio das correntes que as representam.

Um dos tópicos da fala presidencial na abertura dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte referia-se ao “problema da reorganização política do país, prevista e iniciada logo após a instalação do Governo Provisório”, a partir do “preparo da reforma eleitoral”, o qual fora “o pretexto mais utilizado para agitar o ambiente e para rotular a obra reacionária dos despeitados”, em clara referência à Revolução Paulista de 1932. De acordo com Vargas, “sobre os propósitos de restabelecer a ordem constitucional não era lícito alimentar dúvidas, diante dos compromissos espontânea e solenemente assumidos pelo governo”, uma vez que “decretado o Código Eleitoral, seguiram-se todos os atos indispensáveis à execução rápida do alistamento, marcando-se até o dia para a eleição dos constituintes”. Apontava que a comprovação da “sinceridade das deliberações e providências tomadas” estaria no “fato de se ter realizado o pleito na data previamente estabelecida, apesar de perturbada a tranquilidade do país, durante três longos meses”.

Quanto à “reforma eleitoral”, o Presidente sustentava que “a composição do Estado, como aparelho político e administrativo, pressupõe, nos regimes democráticos, a legitimidade da representação popular”. Em tom acusatório, dizia que era “sobejamente” conhecida, a forma pela qual “consistia essa representação, antes do movimento revolucionário”, com a presença de “alistamento inidôneo, eleições falsas e reconhecimentos fraudulentos”. Diante disso, argumentava que “o que legitima o poder é o consentimento dos governados; logo, onde a representação do povo falha, este poder será tudo, menos órgão legal da soberania da nação”. Nessa linha, defendia que “o Governo Revolucionário, responsável pelo saneamento dos costumes políticos, contra os quais a nação se rebelou”, não deixou “de reorganizá-la constitucionalmente, antes de aparelhá-la para manifestar, de modo seguro e inequívoco, a sua vontade soberana”.

Os efeitos da Crise de 1929 não foram esquecidos no discurso presidencial, explicitando que para reagir a eles estavam sendo necessárias mudanças estruturais nas organizações administrativas dos países. De acordo com tal perspectiva, Vargas se referia a um “Estado moderno”, que resultaria da necessidade de “reformular o arcabouço institucional da nação”, perante as “perspectivas inquietantes e excepcionais” advindas “das perturbações políticas e econômicas” que estariam a singularizar aquele momento de incertezas. Explicava que, “abalados na sua autoridade, os governos procuram reagir, adaptando-se às contingências sociais”, diante do “fator precípua da perturbação alarmante do desequilíbrio econômico mundial”.

Outro tema esteve vinculado à “justiça e legislação”, explicitando que “a atividade do Governo Provisório em matéria legislativa e de política interna” fora exercida “largamente através do Ministério da Justiça”. Dessa maneira, considerava que, “afora a absorvente tarefa administrativa, grandemente acrescida pela instituição das interventorias”, foram organizadas “diversas leis e regulamentos, diretamente intervindo na elaboração e aplicação do Código Eleitoral”. Nesse sentido, o Presidente demonstrava naturalidade ao se referir aos interventores, indivíduos de sua confiança nomeados para governar os estados, demarcando uma realidade que viria a ser recorrente no pós-novembro de 1937. Anunciava ainda uma remodelação na “justiça nacional, consubstanciada num anteprojeto em estudos e dependendo, até certo ponto, da remodelação institucional do país”.

Também no campo político, Vargas fazia alusão ao corporativismo, ao falar na “representação de classes”, considerada como um “assunto de viva atualidade, em matéria de organização do poder público”, a qual viria a trazer influência na Assembleia Nacional Constituinte e na própria constituição. A “ordem pública” era apontada como outro triunfo dos novos governantes, de modo que Vargas lembrava que “as convulsões políticas de forte e profunda repercussão costumam provocar perturbações graves e prolongadas, alterando a ordem pública e exigindo medidas de repressão mais ou menos violentas”. Entretanto, considerava que, “felizmente, a Revolução de 1930, havendo empolgado totalmente o país, não produziu esses lamentáveis efeitos”, demarcando que, “após a instituição do Governo Revolucionário, a tranquilidade

restabeleceu-se normalmente, dispensando providências excepcionais de caráter permanente”, embora, mesmo assim, tenha sido organizado um “aparelhamento em condições de garantir, estavelmente e sem inúteis demasias, a ordem social”.

No que tange à “economia e finanças”, o Presidente demarcava que “o governo deposto havia cometido numerosos erros, os mais graves e incríveis, na porfia de defender o programa de estabilização”, o qual fora lançado “com possibilidades inicialmente exequíveis, e, culminando nos desacertos, arrastara o país ao extremo de verdadeira ruína econômica e financeira”. Prosseguia censurando os governantes anteriores, acusando-os de, “no afã de salvar o plano monetário” ter praticado “atos tão desencontrados” e criando “tal confusão, que, ao chegar a Revolução ao poder, era de balbúrdia, de anarquia, de quase bancarrota a situação do Brasil”. Explicava que “a resistência do país revelou energias poderosas, que vieram facilitar a ação construtora da Revolução”, a partir da qual foram enfrentadas “resolutamente as dificuldades encontradas”, com a redução das “despesas públicas” e a adoção de “providências consideradas inadiáveis para restabelecer o ritmo da vida nacional”. Daí em diante, o relato presidencial descia às minúcias acerca da situação econômico-financeira nacional.

O discurso do Presidente tratou ainda da política externa, como ao abordar a “política continental”, explicando que a ação brasileira na América continuava “a merecer especial e constante atenção”. Também demarcava que o Brasil vinha vivendo e assim queria “continuar a viver na mais estreita união de

vistas com os Estados civilizados”, bem como não poderia “furtar-se a esse dever de solidariedade humana”. Destacava que, “dadas as condições políticas e econômicas do nosso tempo, é impossível a qualquer país subtrair-se ao convívio internacional”, de maneira que “a cooperação e assistência mútua impõem-se, cada vez mais, como fatores essenciais para a estabilidade da paz entre os povos”. Nessa linha, apontava que “sem esquecer estes imperativos de solidariedade internacional, é, entretanto, para o continente americano que se voltam de preferências as nossas atenções”. Ainda quanto às relações exteriores, se referia à “demarcação de fronteiras”⁷² e às “visitas de altas personalidades oficiais estrangeiras, concluindo que a “política externa” brasileira entrara “em franco renascimento”.

As forças armadas, baluarte de sustentação dos governos republicanos, não seriam esquecidas, com o destaque ao exército, apontando para o que denominava de “tradição histórica”, através da qual teria colaborado “decisivamente com a nação, para a vitória do grande movimento reivindicador da sua soberania”, em referência à Revolução de 1930. Enfatizava que o exército

⁷² Sobre tal tema, dizia: A atuação do Governo Provisório ficaria incompleta se não compreendesse também a demarcação da nossa extensa linha de limites com os países vizinhos. Não basta marcá-la nos mapas, cumpre, principalmente, fixá-la no solo para tornar efetiva a posse. O trabalho de demarcação, complexo e moroso, não se restringe apenas à colocação de marcos divisórios, devendo abranger, ao mesmo tempo, o levantamento topográfico das zonas de fronteira e sua caracterização. As comissões de limites, compostas de civis e militares, vêm desempenhando tão patriótica e árdua tarefa, despreocupadas dos riscos que são obrigadas a enfrentar, longe do conforto da civilização e, por vezes, vítimas das endemias reinantes nas zonas inóspitas que percorrem.

continuara “inteiramente dedicado à sua missão precípua de manter a ordem interna e de garantir a integridade da pátria”, propondo uma modernização em tal força armada, de acordo com as possibilidades financeiras, possibilitando ao menos “um mínimo de aparelhagem bélica indispensável ao exercício normal da função militar”. No mesmo sentido, quanto à marinha, afirmava que ela também se ressentia da “falta de material moderno e adequado ao desempenho da sua árdua missão”, que tinha “por objetivos nítidos e de alta responsabilidade o domínio das comunicações marítimas e a defesa do comércio externo do país, dentro das exigências da vasta zona litorânea” nacional e na orientação de uma “política estritamente defensiva”.

A manifestação presidencial na abertura dos trabalhos na Assembleia Nacional Constituinte ainda envolveu vários elementos constitutivos de natureza socioeconômica, bem de acordo com os planos de modernização expressos desde a Aliança Liberal. Tais tópicos ficam demarcados a partir dos trechos destacados a seguir:

Viação e obras públicas:

De máxima relevância, não só para o desenvolvimento econômico, como, principalmente, para a ação civilizadora do Estado, o problema das comunicações e das obras públicas de utilidade coletiva, a cargo do Ministério da Viação, mereceu do Governo revolucionário atenção solícita, apesar do crítico período atravessado pelas finanças nacionais.

A orientação administrativa e a capacidade construtora deste importante departamento assinalaram-se, sobretudo, pela mais rigorosa compressão das despesas, na superintendência dos serviços que lhe são subordinados.

Construções ferroviárias:

As construções ferroviárias não obedeciam a uma orientação técnica e econômica.

Constituiu-se, por isso, uma comissão de engenheiros de notória capacidade, para elaborar um plano geral de viação, trabalho atualmente quase ultimado.

Central do Brasil:

Dentre as transformações por que passaram as empresas oficiais, convém salientar, por seu maior vulto, a atual situação da Central do Brasil.

Essa estrada tornara-se presa da devastação política, que lançou no maior descrédito a moralidade da sua administração e a regularidade dos seus serviços, como comprovaram as sindicâncias mandadas proceder pelo Governo Revolucionário.

Estradas de rodagem:

Sobrepondo-se às dificuldades que se lhe deparavam, a administração revolucionária empenhou decisivos esforços para não deixar em segundo plano um dos pontos fundamentais do seu programa de ação.

Começou-se por dispensar especial cuidado à conservação das [estradas]. Os principais trabalhos rodoviários estão confiados à Comissão de Estradas de Rodagem Federais.

Portos e tráfego marítimo:

O aparelhamento dos portos nacionais, não é supérfluo observar, tem sido encarado até agora com lamentável desatenção. Possuímos, certamente, grandes ancoradouros, dispondo de instalações completas e até suntuosas, como as dos grandes portos abertos ao intenso tráfego da navegação internacional. Não se pode chamar a isso, porém, obra completa de organização portuária, principalmente, num país de extensa costa e com toda a circulação da sua economia dependente das comunicações marítimas.

Existem ancoradouros em alguns estados totalmente desprovidos da mais rudimentar aparelhagem. Por eles, entretanto, se escoam a produção local e se faz o intercâmbio com os demais centros comerciais espalhados ao longo do nosso vasto litoral. É de necessidade, portanto, torná-los utilizáveis e acessíveis à navegação, dotando-os de recursos e instalações adequados, embora com rigoroso critério de economia e fora de qualquer preocupação grandiosa, como é de hábito entre nós, sempre que se trata de empreender melhoramentos públicos.

Navegação fluvial:

A nossa grande rede de vias naturais de navegação interior espera ainda aproveitamento completo e inteligente. Os rios são excelentes estradas, de

custeio geralmente módico. Apesar disso, até hoje não conseguimos utilizá-los de modo regular e proveitoso. Por falta de estudos continuados e metódicos, deixaram de ser conjugados com o problema ferroviário, impossibilitando explorar a navegação fluvial como meio barato e definitivo de transporte.

Diante da absoluta falta de elementos de orientação, existentes a respeito, o trabalho a realizar nesse sentido é enorme. Está, porém, iniciado e o governo não deverá medir esforços para empreender as obras de melhoramentos consideradas mais eficientes, de acordo com o programa já estudado.

Navegação aérea:

Os transportes aéreos, que se vêm desenvolvendo tão auspiciosamente e cujos benefícios não precisam ser encarecidos, também mereceram a melhor atenção por parte dos poderes públicos. Criou-se o Departamento de Aeronáutica Civil e traçaram-se normas para os serviços de aviação civil e comercial.

Correios e telégrafos:

À semelhança dos demais serviços industriais do Estado, os serviços postais e telegráficos encontravam-se em completa desorganização. Falhavam, ora pela escassez de material, mal distribuído e até desperdiçado, ora pela funesta intromissão da política, que fizera dos Correios e Telégrafos, com sacrifício da sua eficiência e dos servidores dedicados, reduto de explorações escusas e favoritismo desregrado.

As medidas reclamadas eram de diversas naturezas.

Urgia, antes de tudo, restaurar o tráfego telegráfico que, de retardamento em retardamento, entrara em deplorável decadência, sofrendo, ainda, a concorrência das empresas particulares. Conseguiu-se, em pouco tempo, restabelecer a pontualidade e reconquistar a confiança pública.

Obras contra as secas:

Como departamento de ação construtora no combate aos flagelos periódicos das secas do Nordeste, a Inspetoria de Secas tornara-se quase inoperante, fundida à rotina burocrática e às conveniências dissolventes da política oligárquica. Esterilizava-se, há muito, em pequenas obras dispersivas, por falta, sobretudo, de um plano de conjunto, numa eterna sangria do erário público, sem nenhuma possibilidade de alcançar a solução definitiva do problema.

Daí a necessidade da reforma [realizada por Decreto] fixando as necessárias diretrizes para a execução do grande empreendimento de salvação do Nordeste.

Agricultura e produção nacional:

Não constitui novidade afirmar que a estrutura da economia nacional assenta sobre a exploração agrícola.

Toda a nossa exportação está absorvida pelos produtos da agricultura e matérias-primas. O simples exame das estatísticas referentes à produção agrícola e ao comércio exterior evidencia o asserto. Era natural, portanto, que sofrêssemos as consequências da crise generalizada, traduzidas nas oscilações

depressivas do nosso intercâmbio comercial. Para agravá-las, contamos ainda com os males internos, principalmente os que decorrem da péssima organização da lavoura e da precariedade do crédito agrícola.

A esses males procuramos dar remédio, através de iniciativas e providências referidas nos diversos capítulos da presente exposição.

Educação:

Todas as grandes nações, assim merecidamente consideradas, atingiram nível superior de progresso, pela educação do povo. Refiro-me à educação, no significado amplo e social do vocábulo: física e moral, eugênica e cívica, industrial e agrícola, tendo, por base, a instrução primária de letras e a técnica e profissional.

Nesse sentido, até agora, nada temos feito de orgânico e definitivo. Existem iniciativas parciais em alguns estados, embora incompletas e sem sistematização.

É dever do Governo Provisório interessar toda a nação, obrigando-a a cooperar, nas múltiplas esferas em que o seu poder se manifesta, para a solução desse problema.

A verdade é dura, mas deve ser dita. Nunca, no Brasil, a educação nacional foi encarada de frente, sistematizada, erigida, como deve ser, em legítimo caso de salvação pública.

Sem a necessidade de vastos planos de soluções absolutas, porém, impraticáveis na realidade, procuremos assentar em dispositivos eficientes e de aplicação possível todo o nosso aparelhamento educador.

A ação isolada dos governantes não basta, para transmutar em realidade fecunda, empreendimento de tal alcance e tamanha magnitude. É preciso criar uma atmosfera propícia e acolhedora, permitindo a colaboração de todos os brasileiros nesta obra eminentemente nacional. [Previa medidas para o ensino primário, secundário e superior].

Trabalho, indústria e comércio:

A complexidade dos problemas morais e materiais inerentes à vida moderna alargou o poder de ação do Estado, obrigando-o a intervir, mais diretamente, como órgão de coordenação e direção, nos diversos setores da atividade econômica e social.

Quanto à maior ou menor amplitude dessa intervenção, podem divergir as doutrinas; na realidade, porém, ela se apresenta como imposição iniludível, diante da crescente preponderância dos interesses da coletividade sobre os interesses individuais.

Todas as atividades humanas são forças sociais agindo negativa ou positivamente.

O Estado, que é a sociedade organizada como poder, não lhes deve ficar indiferente, sob pena de falhar à sua finalidade. Impõe-se-lhe, contrariamente, discipliná-las e dirigi-las. Daí a sua intervenção no campo social e econômico,

regulamentando as relações entre o trabalho e o capital, fiscalizando as indústrias e o comércio, ordenando a produção, a circulação e o consumo e, finalmente, desenvolvendo providências de diversa natureza para prover o bem comum.

Organização do trabalho e assistência social:

Apesar de tudo, em matéria de organização de trabalho, não poderíamos permanecer no estado de passividade e rotina em que vivíamos.

Cristalizara-se a mentalidade política, predominante na orientação governamental, que julgava o problema operário, no Brasil, simples caso de polícia. Era natural que, em ambiente tão pobre de visão social, não encontrassem eco as reivindicações trabalhistas, mesmo as mais elementares, que constituíam conquistas incorporadas à legislação da maioria dos países cultos.

Ainda constituíam, entre nós, vagas aspirações as garantias mínimas asseguradas às classes trabalhadoras.

Relativamente à previdência, economia e assistência dos trabalhadores e das classes pobres, o pouco que se fizera não representa nada de orgânico e prático.

No terreno da organização do trabalho, estava tudo por fazer. A Revolução teve de começar pela providência inicial: a criação do órgão governamental incumbido da importante tarefa – o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

A nova Secretaria de Estado tinha, como se vê, função preestabelecida e perfeitamente justificável. Como se tem desenvolvido sua atividade, demonstrando o resumo dos atos do Governo Provisório, contendo numerosas iniciativas em matéria de organização do trabalho:

- a) a regulamentação do trabalho nacional, disciplinada pela disposição conhecida por “lei dos dois terços”;
- b) organização das classes em sindicatos profissionais;
- c) a duração do trabalho nas indústrias e no comércio, estabelecendo, definitivamente, em todo o país, o regime dos “três tempos”, ou as oito horas para o trabalho, oito para o repouso e oito para as elucubrações intelectuais ou recreação do espírito;
- d) convenções coletivas de trabalho, para interessar empregadores e empregados na melhor forma de estipularem, dentro de um regime de perfeita harmonia, as condições em que devam remunerar e executar o trabalho;
- e) as comissões mistas de conciliação e juntas de julgamento, estabelecendo entre nós, os conselhos paritários de tão bons e úteis resultados no estrangeiro, como aparelhos destinados a solucionar, amistosamente, os dissídios entre as classes, órgãos que valem ainda como preparo seguro para a instituição no Brasil, da justiça do trabalho;
- f) a condição do trabalho de menores, procurando cercar esses pequenos operários ou empregados da proteção que exige a sua condição social e da assistência aconselhada e reclamada pelas boas normas da higiene e eugenia;

g) ao trabalho das mulheres, igualmente defendido, não só por algumas prescrições citadas para o caso dos menores, como ainda amparadas com cuidados especiais, segundo a situação e o estado em que se encontrem.

Sindicalização:

A organização do trabalho, no sentido que se lhe deve dar, num momento conturbado e de profundas transformações sociais e econômicas, como o atual, não pode realizar-se com proveito para as classes patronais e benefícios para os operários, senão mediante inteligente, ponderada e sistemática coordenação para conciliar e garantir os seus mútuos interesses.

O fundamento sociológico da vida econômica é hoje a solidariedade. O princípio da livre concorrência cedeu ao de cooperação. As tendências solidárias propiciam a formação dos agrupamentos coletivos, cada vez mais fortalecidos para a defesa dos interesses de grupo, sob o controle e em colaboração com o poder público.

Entramos na fase construtora do movimento sindicalista.

Relações entre empregados e empregadores:

Não é demais repetir que a legislação trabalhista, tal como a entendemos, tem por objetivo dar ao trabalhador de todas as classes um padrão de vida compatível com a dignidade humana e as conquistas sociais e políticas do nosso tempo.

O contrato ou convenção coletiva do trabalho não é somente uma conquista moral e jurídica em favor dos trabalhadores; constitui também norma imprescindível a toda organização industrial, visto condicionar a luta dos interesses individuais e patronais a um conjunto de regras resultantes de um nível comum estabelecido para as condições da produção.

A Revolução assumiu o compromisso de honra de introduzir nas leis do país as providências aconselhadas para amparar o trabalho e o trabalhador, assegurando-lhes garantias e direitos que não lhes haviam sido reconhecidos.

Esse compromisso foi cumprido, como acabamos de ver, através da enunciação de atos praticados por intermédio do Ministério do Trabalho, formando uma legislação orgânica sobre os problemas sociais.

Ressaltando um suposto papel preponderante governamental nos caminhos da reconstitucionalização do país, o pronunciamento de Vargas na abertura da constituinte, enfatizava que, acima de “todas estas realizações, o Governo Provisório” orgulhava-se “de haver presidido o processo de organização desta Assembleia, conseguindo formá-la como expressão legítima da vontade do povo brasileiro”, trazendo-lhe condições para que se sentisse “forte para garantir a supremacia do seu poder, criando-lhe um ambiente de respeito e absoluta segurança”, no qual pudesse “entregar-se, serenamente, à magna tarefa de elaborar novas e mais sábias instituições para o país”. Ao final, dizia que a

nação aguardava, “em expectativa confiante, a obra” iniciada pela constituinte, e “cuja estrutura, expressando-lhe os anseios de ordem e engrandecimento”, deveria “firmar-se no sentido das realidades da vida brasileira, consolidando, acima de tudo, a unidade da pátria e a homogeneidade nacional”.

Deixando evidenciada a intenção de demarcar alguma influência do Executivo sobre a Assembleia Nacional Constituinte, promovendo um caminho que se consolidaria na supremacia deste poder sobre o Legislativo, o Governo Provisório, em abril de 1934, estabeleceu mensagem à constituinte, “solicitando a elaboração de ‘leis fundamentais, orgânicas e adicionais’ à constitucionalização”. Nessa linha, explicava que havia “leis tão intimamente ligadas à elaboração constitucional e de necessidade tão urgente que a demora em decretá-las acarretaria, sem a menor dúvida, embaraços sérios a boa marcha dos negócios públicos” bem como “à obra de reconstrução em que nos achamos todos empenhados”. Dentre essas “leis fundamentais, orgânicas e adicionais, indispensáveis à constitucionalização imediata do país”, o governo citava que se sobressaíam:

- a de revisão do Código Eleitoral, na parte referente à apuração das eleições, processada com morosidade impressionante, apesar dos esforços dos magistrados dela incumbidos;
- a de discriminação dos círculos profissionais, para o efeito da representação política das profissões;

- a de regulamentação do processo e julgamento do Presidente da República e dos ministros, perante o Tribunal Especial;
- a reforma da Justiça Federal;
- a do Estatuto dos Funcionários Públicos;
- a de regulamentação do aproveitamento das minas e demais riquezas do subsolo;
- a do ensino.

A partir da ação constituinte seria elaborada a terceira constituição brasileira correspondente ao ano de 1934. Conforme as forças que apoiavam a nova situação política, o documento teve de sustentar em seu seio as diferentes tendências e interesses em jogo. A modernização, o reformismo e a centralização político-administrativa foram alguns dos pressupostos que se fizeram sentir direta/indiretamente em seu conteúdo. Um Estado mais efetivo na orientação das relações políticas e socioeconômicas se fez presente no novo texto constitucional, como um reflexo da conjuntura mundial posterior à Crise de 1929, diante da qual os países adotaram medidas menos ou mais veementes no caminho do intervencionismo estatal na busca de soluções para as difíceis contingências que se apresentavam⁷³.

⁷³ BONAVIDES, Paulo & ANDRADE, Paes de. *História constitucional do Brasil*. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.; IGLÉSIAS, Francisco. *Constituintes e constituições brasileiras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.; e QUIRINO, Célia Galvão & MONTES, Maria Lúcia. *Constituições brasileiras e cidadania*. São Paulo: Ática, 1987.

Tais perspectivas podem ser observadas no destaque a alguns pontos do texto da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 16 de julho de 1934⁷⁴, a partir dos quais se torna possível verificar os alcances e limites do arcabouço constitucional, conforme apresentado abaixo:

Definição de nação, sentido da soberania nacional e situação internacional:

- A nação brasileira, constituída pela união perpétua e indissolúvel dos estados, do Distrito Federal e dos territórios em Estados Unidos do Brasil, mantém como forma de governo, sob o regime representativo, a república federativa, proclamada em 15 de novembro de 1889.
- Todos os poderes emanam do povo, e em nome dele serão exercidos.
- São órgãos da soberania nacional, dentro dos limites constitucionais, os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, independentes e coordenados entre si.
- O Brasil só declarará guerra se não couber ou malograr-se o recurso do arbitramento; e não se empenhará jamais em guerra de conquista, direta ou indiretamente, por si ou em aliança com outra nação.

Poder Legislativo:

- O Poder Legislativo é exercido pela Câmara dos Deputados com a colaboração do Senado Federal.

⁷⁴ COLEÇÃO DAS LEIS DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL – 1934.

- A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos mediante sistema proporcional e sufrágio universal, igual e direto, e de representantes eleitos pelas organizações profissionais.
- São elegíveis para a Câmara dos Deputados os brasileiros natos, alistados eleitores de 25 anos; os representantes de profissões deverão, ainda, pertencer a uma associação compreendida na classe e grupo que os elegerem.
- O Senado Federal compor-se-á de dois representantes de cada estado e o do Distrito Federal, eleitos mediante sufrágio universal, igual e direto por oito anos, dentre brasileiros natos, alistados eleitores e maiores de 35 anos.

Poder Executivo:

- O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República.
- O período presidencial durará um quadriênio, não podendo o Presidente da República ser reeleito senão quatro anos depois de cessada a sua função, qualquer que tenha sido a duração desta.
- A eleição presidencial far-se-á em todo o território da República, por sufrágio universal, direto, secreto e maioria de votos, cento e vinte dias antes do término do quadriênio, ou sessenta dias depois de aberta a vaga, se esta ocorrer dentro dos dois primeiros anos.

Ministros de Estado:

- O Presidente da República será auxiliado pelos Ministros de Estado.
- Só o brasileiro nato, maior de 25 anos, alistado eleitor, pode ser Ministro.

Poder Judiciário:

- São órgãos do Poder Judiciário: a Corte Suprema; os juízes e tribunais federais; os juízes e tribunais militares; os juízes e tribunais eleitorais.
- A Corte Suprema, com sede na capital da República e jurisdição em todo o território nacional, compõe-se de onze Ministros.
- Os Ministros da Corte Suprema serão nomeados pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, dentre brasileiros natos de notável saber jurídico e reputação ilibada, alistados eleitores, não devendo ter, salvo os magistrados, menos de 35, nem mais de 65 anos de idade.

Direitos políticos:

- São eleitores os brasileiros de um ou de outro sexo, maiores de 18 anos, que se alistarem na forma da lei.
- Não se podem alistar eleitores:
 - * os que não saibam ler e escrever;
 - * as praças de pré, salvo os sargentos, os alunos das escolas militares e os aspirantes a oficial;
 - * os mendigos;
 - * os que estiverem, temporária ou definitivamente, privados dos direitos políticos.

- O alistamento e o voto são obrigatórios para os homens e para as mulheres, quando estas exerçam função pública remunerada, sob as sanções e salvas as exceções que a lei determinar.

Direitos e garantias individuais:

- A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no país a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à subsistência, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes:

* Todos são iguais perante a lei. Não haverá privilégios, nem distinções, por motivo de nascimento, sexo, raça, profissões próprias ou dos pais, classe social, riqueza, crenças religiosas ou ideias políticas.

* Ninguém será obrigado a fazer, ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de lei.

* A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

* Por motivo de convicções filosóficas, políticas ou religiosas, ninguém será privado de qualquer dos seus direitos.

* É inviolável a liberdade de consciência e de crença e garantido o livre exercício dos cultos religiosos, desde que não contravenham à ordem pública e aos bons costumes.

* Sempre que solicitada, será permitida a assistência religiosa nas expedições militares, nos hospitais, nas penitenciárias e em outros

estabelecimentos oficiais, sem ônus para os cofres públicos, nem constrangimento ou coação dos assistidos.

* Os cemitérios terão caráter secular e serão administrados pela autoridade municipal, sendo livre a todos os cultos religiosos a prática dos respectivos ritos em relação aos seus crentes. As associações religiosas poderão manter cemitérios particulares, sujeitos, porém, à fiscalização das autoridades competentes.

* É inviolável o sigilo da correspondência.

* Em qualquer assunto é livre a manifestação do pensamento, sem dependência de censura, salvo quanto a espetáculos e diversões públicas, respondendo cada um pelos abusos que cometer, nos casos e pela forma que a lei determinar. Não é permitido anonimato. É assegurado o direito de resposta. A publicação de livros e periódicos independe de licença do poder público. Não será, porém, tolerada propaganda de guerra ou de processos violentos para subverter a ordem política ou social.

* É permitido a quem quer que seja representar, mediante petição, aos poderes públicos, denunciar abusos das autoridades e promover-lhes a responsabilidade.

* A todos é lícito se reunirem sem armas, não podendo intervir a autoridade senão para assegurar ou restabelecer a ordem pública. Com este fim, poderá designar o local onde a reunião se deva realizar, contanto que isso não o impossibilite ou frustre.

* É garantida a liberdade de associação para fins lícitos. Nenhuma associação será compulsoriamente dissolvida senão por sentença judiciária.

* É livre o exercício de qualquer profissão, observadas as condições de capacidade técnica e outras que a lei estabelecer, ditadas pelo interesse público.

* Em tempo de paz, salvas as exigências de passaporte quanto à entrada de estrangeiros, e às restrições da lei, qualquer pessoa pode entrar no território nacional, nele fixar residência ou dele sair.

* A União poderá expulsar do território nacional os estrangeiros perigosos à ordem publica ou nocivos aos interesses do país.

* A casa é o asilo inviolável do individuo. Nela ninguém poderá penetrar, de noite, sem consentimento do morador, senão para acudir a vítimas de crimes ou desastres, nem de dia, senão nos casos e pela forma prescritos na lei.

* É garantido o direito de propriedade, que não poderá ser exercido contra o interesse social ou coletivo, na forma que a lei determinar. A desapropriação por necessidade ou utilidade pública far-se-á nos termos da lei, mediante prévia e justa indenização. Em caso de perigo iminente, como guerra ou comoção intestina, poderão as autoridades competentes usar da propriedade particular até onde o bem público o exija, ressalvado o direito à indenização ulterior.

* Os inventos industriais pertencerão aos seus autores, aos quais a lei garantirá privilégio temporário ou concederá justo prêmio, quando a sua vulgarização convenha à coletividade.

* É assegurada a propriedade das marcas de indústria e comércio e a exclusividade do uso do nome comercial.

* Aos autores de obras literárias, artísticas e científicas é assegurado o direito exclusivo de reproduzi-las. Esse direito transmitir-se-á aos seus herdeiros pelo tempo que a lei determinar.

* Ninguém será preso senão em flagrante delito, ou por ordem escrita da autoridade competente, nos casos expressos em lei. A prisão ou detenção de qualquer pessoa será imediatamente comunicada ao juiz competente, que a relaxará, se não for legal, e promoverá, sempre que de direito, a responsabilidade da autoridade coactora.

* Ninguém ficará preso, se prestar fiança idônea, nos casos por lei estatuídos.

* Dar-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer, ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade, por ilegalidade ou abuso de poder. Nas transgressões disciplinares não cabe o *habeas corpus*.

* A lei assegurará aos acusados ampla defesa, com os meios e recursos essenciais a esta.

* Não haverá foro privilegiado nem tribunais de exceção; admitem-se, porém, juízos especiais em razão da natureza das causas.

* Ninguém será processado, nem sentenciado senão pela autoridade competente, em virtude de lei anterior ao fato, e na forma por ela prescrita.

* A lei penal só retroagirá quando beneficiar o réu.

* Nenhuma pena passará da pessoa do delinquente.

* Não haverá pena de banimento, morte, confisco ou de caráter perpétuo, ressalvadas, quanto à pena de morte, as disposições da legislação militar, em tempo de guerra com país estrangeiro.

* Não haverá prisão por dívidas, multas ou custas.

* Não será concedida a Estado estrangeiro extradição por crime político ou de opinião, nem, em caso algum, de brasileiro.

* A União e os estados concederão aos necessitados assistência judiciária, criando, para esse efeito, órgãos especiais assegurando, a isenção de emolumentos, custas, taxas e selos.

* Dar-se-á mandado de segurança para defesa do direito, certo e incontestável, ameaçado ou violado por ato manifestamente inconstitucional ou ilegal de qualquer autoridade. O processo será o mesmo do *habeas corpus*, devendo ser sempre ouvida a pessoa de direito público interessada.

* A todos cabe o direito de prover à própria subsistência e à de sua família, mediante trabalho honesto. O poder público deve amparar, na forma da lei, os que estejam em indigência.

* A lei assegurará o rápido andamento dos processos nas repartições públicas, a comunicação aos interessados dos despachos proferidos, assim como das informações a que estes se refiram, e a expedição das certidões

requeridas para a defesa de direitos individuais, ou para esclarecimento dos cidadãos acerca dos negócios públicos, ressalvados, quanto às ultimas, os casos em que o interesse público imponha segredo, ou reserva.

* Nenhum imposto gravará diretamente a profissão de escritor, jornalista ou professor.

* Nenhum juiz deixará de sentenciar por motivo de omissão na lei. Em tal caso, deverá decidir por analogia, pelos princípios gerais de direito ou por equidade.

* Qualquer cidadão será parte legítima para pleitear a declaração de nulidade ou anulação dos atos lesivos do patrimônio da União, dos estados ou dos municípios.

- A especificação dos direitos e garantias expressos nesta Constituição não exclui outros, resultantes do regime e dos princípios que ela adopta.

Ordem econômica e social:

- A ordem econômica deve ser organizada conforme os princípios da justiça e as necessidades da vida nacional, de modo que possibilite a todos existência digna. Dentro desses limites, é garantida a liberdade econômica.

- Os poderes públicos verificarão, periodicamente, o padrão de vida nas várias regiões do país.

- Por motivo de interesse público e autorizada em lei especial, a União poderá monopolizar determinada indústria ou atividade econômica, asseguradas as indenizações.
- A lei promoverá o fomento da economia popular, o desenvolvimento do crédito e a nacionalização progressiva dos bancos de depósito. Igualmente providenciará sobre a nacionalização das empresas de seguros em todas as suas modalidades, devendo constituir-se em sociedades brasileiras as estrangeiras que atualmente operam no país.
- É proibida a usura, que será punida na forma da lei.
- As minas e demais riquezas do subsolo, bem como as quedas de água, constituem propriedade distinta da do solo para o efeito de exploração ou aproveitamento industrial.
- O aproveitamento industrial das minas e das jazidas minerais, bem como das águas e da energia hidráulica, ainda que de propriedade privada, depende de autorização ou concessão federal, na forma da lei.
- Os sindicatos e as associações profissionais serão reconhecidos de conformidade com a lei.
- A lei assegurará a pluralidade sindical e a completa autonomia dos sindicatos.
- A lei promoverá o amparo da produção e estabelecerá as condições de trabalho, na cidade e nos campos, tendo em vista a proteção social do trabalhador e os interesses econômicos do país.

- A legislação do trabalho observará os seguintes preceitos, além de outros que colimem melhor as condições do trabalhador:

- * proibição de diferença de salário para um mesmo trabalho, por motivo de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil;

- * salário mínimo capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, às necessidades normais do trabalhador;

- * trabalho diário não excedente a 8 horas;

- * proibição de trabalho a menores de 14 anos; de trabalho noturno a menores de 16 e em indústrias insalubres, a menores de 18 anos e a mulheres;

- * repouso hebdomadário, de preferência aos domingos;

- * férias anuais remuneradas;

- * indenização ao trabalhador dispensado sem justa causa;

- * assistência médica e sanitária ao trabalhador e à gestante e instituição da previdência;

- * regulamentação do exercício de todas as profissões;

- *reconhecimento das convenções coletivas de trabalho.

- Será respeitada a posse de terras de silvícolas que nelas se achem permanentemente localizados, sendo-lhes, no entanto, vedado aliená-las.

Família, educação e cultura:

- A família, constituída pelo casamento indissolúvel, está sob a proteção especial do Estado.
- A lei civil determinará os casos de desquite e da anulação de casamento.
- A lei regulará a apresentação pelos nubentes de prova de sanidade física e mental.
- O casamento será civil e gratuita sua celebração. O registro será gratuito e obrigatório. A lei estabelecerá penalidades para a transgressão dos preceitos legais atinentes à celebração do casamento.
- Cabe à União, aos estados e aos municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual.
- A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos poderes públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no país, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana.

Segurança nacional:

- Todas as questões relativas à segurança nacional serão estudadas e coordenadas pelo Conselho Superior de Segurança Nacional e pelos órgãos especiais criados para atender às necessidades da mobilização.
- Incumbirá ao Presidente da República a direção política da guerra, sendo as operações militares da competência e responsabilidade do Comandante em Chefe do Exército ou dos Exércitos em campanha e do das Forças Navais.
- O estado de guerra implicará a suspensão das garantias constitucionais que possam prejudicar direta ou indiretamente a segurança nacional.
- As forças armadas são instituições nacionais permanentes, e, dentro da lei, essencialmente obedientes aos seus superiores hierárquicos. Destinam-se a defender a pátria e garantir os poderes constitucionais, e, ordem e a lei.
- Todos os brasileiros são obrigados, na forma que a lei estabelecer, ao serviço militar e a outros encargos, necessários à defesa da pátria, e, em caso de mobilização, serão aproveitados conforme as suas aptidões, quer nas forças armadas, quer nas organizações do interior. As mulheres ficam excetuadas do serviço militar.

Funcionários públicos:

- Os cargos públicos são acessíveis a todos os brasileiros, sem distinção de sexo ou estado civil, observadas as condições que a lei estatuir.

- Os funcionários públicos, depois de dois anos, quando nomeados em virtude de concurso de provas, e, em geral, depois de dez anos de efetivo exercício, só poderão ser destituídos em virtude de sentença judiciária ou mediante processo administrativo, regulado por lei, e, no qual lhes será assegurada plena defesa.
- O Poder Legislativo votará o Estatuto dos Funcionários Públicos.

Disposições gerais:

- O Poder Legislativo, na iminência de agressão estrangeira, ou na emergência de insurreição armada, poderá autorizar o Presidente da República a declarar em estado de sítio qualquer parte do território nacional.
- Continuam em vigor, enquanto não revogadas, as leis que, explícita ou implicitamente, não contrariem as disposições desta Constituição.

Disposições transitórias:

- Promulgada a Constituição, a Assembleia Nacional Constituinte elegerá, no dia imediato, o Presidente da República para o primeiro quadriênio constitucional.
- Será transferida a capital da União para um ponto central do Brasil.
- Será imediatamente elaborado um plano de reconstrução econômica nacional.
- Ficam aprovados os atos do Governo Provisório, dos interventores federais nos estados e mais delegados do mesmo Governo, e excluída qualquer apreciação judiciária dos mesmos atos e dos seus efeitos.

- É concedida anistia ampla a todos quantos tenham cometido crimes políticos até a presente data.
- O Governo Federal fará publicar em avulso esta Constituição para larga distribuição gratuita em todo o país, especialmente aos alunos das escolas de ensino superior e secundários, e promoverá cursos e conferências para lhe divulgar o conhecimento.

A Constituição de 1934 apresentava em seu texto “o sinal de reconhecimento de outra ordem social e econômica”, como no caso de “direitos dos trabalhadores, assistência social e inclusão de conselhos técnicos”, assim como a perspectiva “da necessidade de racionalização do Estado”. Essa “nova Constituição é inovadora” em relação à anterior, bem como mais “minuciosa” e “feita com muito estudo”⁷⁵. Havia nela ainda resquícios do modelo decaído, mas também uma série de inovações atinentes à conjuntura histórica vigente. A sua duração seria, entretanto, muito curta, pois, teoricamente, perdurou por pouco mais de três anos, mas, na prática e sem restrições, por menos de um ano e meio. Iniciava-se a partir dela o denominado Governo Constitucional, com um Presidente eleito indiretamente e que se encontrava à frente de um grupo cujo projeto primordial permanecia sendo a continuidade no poder.

⁷⁵ IGLÉSIAS, Francisco. *Trajetória política do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 236-237.

**GOVERNO CONSTITUCIONAL:
TENDÊNCIAS POLÍTICAS E
AGUDIZAÇÃO DO AUTORITARISMO**

O período da formação histórica brasileira que corresponde ao do denominado Governo Constitucional, ou seja, a partir da eleição indireta de Getúlio Vargas para a presidência, apesar de curto no cronológico, foi marcado por profundas alterações no cenário político-ideológico, socioeconômico e cultural do país. Houve uma tendência geral de acirramento das tendências autoritárias, que viriam a culminar com o estabelecimento de um modelo ditatorial o qual encerraria a etapa em pauta. Nessa mesma época, calcada no contexto externo e no interno, ocorreu a formação de duas frentes políticas com representação abrangente, organizando-se em núcleos que se espalharam pelo país e com a ampla utilização dos meios de comunicação, fundamentalmente a imprensa periódica, para divulgar suas ideias e ações.

Tais grupos foram a Ação Integralista Brasileira⁷⁶ e a Aliança Nacional Libertadora⁷⁷, que, em meio à tradição republicana brasileira de partidos essencialmente regionalizados, tiveram certa primazia na caracterização como entidades de cunho nacional. Assim, as experiências de AIB e ANL, “pela

⁷⁶ CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. Bauru: EDUSC, 1999.; e MAIO, Marcos Chor & CYTRYNOWICZ, Roney. *Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938)*. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo – Segunda República (1930-1945)*. 10.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. p. 35-59.

⁷⁷ HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. *A Aliança Nacional Libertadora: ideologia & ação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.; e VIANNA, Marly de Almeida G. *O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935*. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo – Segunda República (1930-1945)*. 10.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. p. 61-101.

primeira vez, punha o país diante de partidos organizados com orientações ideológicas claras”⁷⁸. Os membros das duas frentes observavam-se “como antagonistas naturais, e protagonizavam marchas, contramarchas e combates de rua em paralelo ao que estava ocorrendo na Europa central”⁷⁹.

A mais antiga dessas duas agremiações partidárias esteve vinculada a uma perspectiva ideológica de extrema direita conhecida como integralismo. Havia várias frentes de tendência integralista espalhadas pelo país, mas, a partir da ação de Plínio Salgado, se estabeleceria a integração desses grupos, com a instituição da Ação Integralista Brasileira (AIB). Assumindo para si o lugar de “líder máximo do movimento”, Salgado lançaria o manifesto de criação da AIB, em outubro de 1932. Defensores de um Estado centralizado e autoritário, os integralistas desenvolveram fundamentos comportamentais que envolviam rituais, hábitos gestuais, uniformes e condicionantes discursivos próprios. Além disso, organizavam-se muitas vezes como forças paramilitares, realizando marchas em várias cidades e fundamentalmente combatendo seus maiores adversários, os comunistas, havendo enfrentamentos que chegavam à violência física.

O pensamento e as práticas integralistas podem ser observados a partir do conteúdo do Manifesto Integralista de 7 de outubro de 1932⁸⁰, expresso a

⁷⁸ SANTOS, Theotonio dos. *Evolução histórica do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 59.

⁷⁹ SKIDMORE, Thomas. *Uma história do Brasil*. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998. p. 160.

⁸⁰ CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros*. 2.ed. Brasília: Editora da UnB, 1985.

partir dos seguintes quadros, trazendo trechos textuais do mesmo e, em seguida, um breve comentário:

Concepção do homem e do universo
Deus dirige os destinos dos povos. O homem deve praticar sobre a terra as virtudes que o elevam e o aperfeiçoam. O homem vale pelo trabalho, pelo sacrifício em favor da família, da pátria e da sociedade. Vale pelo estudo, pela inteligência, pela honestidade, pelo progresso nas ciências, nas artes, na capacidade técnica, tendo por fim o bem-estar da nação e o elevamento moral das pessoas. A riqueza é bem passageiro, que não engrandece ninguém, desde que não sejam cumpridos pelos seus detentores os deveres que rigorosamente impõe, para com a sociedade e a pátria. Todos podem e devem viver em harmonia, uns respeitando e estimulando os outros, cada qual se distinguindo nas suas aptidões, pois cada homem tem uma vocação própria e é o conjunto dessas vocações que realiza a grandeza da nacionalidade e a felicidade social.
Os homens e as classes, pois, podem e devem viver em harmonia. É possível ao mais modesto operário galgar uma elevada posição financeira ou intelectual. Cumpre que cada um se eleve segundo sua vocação. Todos os homens são susceptíveis de harmonização social e toda superioridade provém de uma só superioridade que existe acima dos homens: a sua comum e sobrenatural finalidade. Esse é um pensamento profundamente brasileiro, que vem das raízes cristãs da nossa História e está no íntimo de todos os corações.
Ocorria no manifesto a forte presença da religião nos postulados integralistas, em consonância com o pensamento predominante de o

Brasil constituir um dos mais numerosos países católicos. Aparecia também a perspectiva pela qual a ascensão social poderia consistir em um processo natural, a partir de uma propalada igualdade de oportunidades, de onde adviria uma pouco provável “harmonização social”, em clara alusão à eliminação das lutas de classe.

Como entendemos a nação brasileira

A nação brasileira deve ser organizada, una, indivisível, forte, poderosa, rica, próspera e feliz. Para isso precisamos de que todos os brasileiros estejam unidos. Mas o Brasil não pode realizar a união íntima e perfeita de seus filhos, enquanto existirem estados dentro do Estado, partidos políticos fracionando a nação, classes lutando contra classes, indivíduos isolados, exercendo a ação pessoal nas decisões do governo; enfim todo e qualquer processo de divisão do povo brasileiro. Por isso, a nação precisa de organizar-se em classes profissionais. Cada brasileiro se inscreverá na sua classe. Essas classes elegem, cada uma de per si, seus representantes nas Câmaras Municipais, nos Congressos Provinciais e nos Congressos Gerais. Os eleitos para as Câmaras Municipais elegem o seu presidente e o prefeito. Os eleitos para os congressos Provinciais elegem o governador da Província. Os eleitos para os Congressos Nacionais elegem o Chefe da Nação, perante o qual respondem os ministros de sua livre escolha.

A organização política da nação, o Estado, segundo os integralistas, deveria ser sob um modelo monolítico e unificado, calcado em uma suposta união nacional, negando espaço para as diferenças, fossem de cunho político, partidário, cultural ou social. Ficava estabelecida também a

perspectiva corporativista, com as representações por setores no seio da sociedade. O modelo político integralista previa também uma série de eleições indiretas, do local, ao regional e daí ao nacional, evitando os pleitos eleitorais diretos, do âmbito citadino até o cargo máximo do país. Detalhe que chamava a atenção era a substituição dos nomes das unidades administrativas brasileiras, de estados para províncias, em uma retomada da denominação típica da época imperial, em evidente associação com a centralização político-administrativa então existente e com a qual os adeptos da AIB tanto se identificavam.

O princípio de autoridade

Uma nação, para progredir em paz, para ver frutificar seus esforços, para lograr prestígio no interior e no exterior, precisa ter uma perfeita consciência do princípio de autoridade. Precisamos de autoridade capaz de tomar iniciativas em benefício de todos e de cada um; capaz de evitar que os ricos, os poderosos, os estrangeiros, os grupos políticos exerçam influência nas decisões do governo, prejudicando os interesses fundamentais da nação. Precisamos de hierarquia, de disciplina, sem o que só haverá desordem. Um governo que saia da livre vontade de todas as classes é representativo da pátria: como tal deve ser auxiliado, respeitado, estimado e prestigiado. Nele deve repousar a confiança do povo. A ele devem ser facultados os meios de manter a justiça social, a harmonia de todas as classes, visando sempre os superiores interesses da coletividade brasileira. Hierarquia, confiança, ordem, paz, respeito, eis o de que precisamos no Brasil.

Um dos pressupostos fundamentais dos regimes totalitários que ganhavam cada vez mais terreno em vários países europeus e que influenciaram o integralismo brasileiro foi a presença de um líder máximo, cuja ação deveria ser absoluta e inquestionável entre seus seguidores. Havia entre os integralistas uma supervalorização do princípio da hierarquia, carregando consigo uma espécie de obediência cega às chefias superiores, como única forma de manter a harmonia e a ordem no meio social.

O nosso nacionalismo

O cosmopolitismo, isto é, a influência estrangeira, é um mal de morte para o nosso nacionalismo. Combatê-lo é o nosso dever. E isso não quer dizer má vontade para com as nações amigas, para com os filhos de outros países, que aqui também trabalham objetivando o engrandecimento da nação brasileira e cujos descendentes estão integrados em nossa própria vida de povo. Referimo-nos aos costumes, que estão enraizados, principalmente em nossa burguesia, embevecida por essa civilização que esta periclitando na Europa e nos Estados Unidos. Os nossos lares estão impregnados de estrangeirismos; as nossas palestras, o nosso modo de encarar a vida, não são mais brasileiros. Os brasileiros das cidades não conhecem os pensadores, os escritores, os poetas nacionais. Envergonham-se também do caboclo e do negro de nossa terra. Adquiriram hábitos cosmopolitas. Não conhecem todas as dificuldades e todos os heroísmos, todos os sofrimentos e todas as aspirações, o sonho, a energia, a coragem do povo brasileiro. Vivem a cobri-lo de baldões e de ironias, a amesquinhar as raças de que proviemos. Vivem a engrandecer tudo o que é de fora, desprezando todas as iniciativas nacionais. Tendo-

nos dado um regime político inadequado, preferem, diante dos desastres da pátria, acusar o brasileiro de incapaz, em vez de confessar que o regime é que era incapaz. Céticos, desiludidos, esgotados de prazeres, tudo o que falam esses poderosos ou esses grandes e pequenos burgueses, destila um veneno que corrói a alma da mocidade. Criaram preconceitos étnicos originários de países que nos querem dominar. Desprezaram todas as nossas tradições. E procuram implantar a imoralidade de costumes. Nós somos contra a influência perniciosa dessa pseudo-civilização, que nos quer estandardizar. E somos contra a influência do comunismo, que representa o capitalismo soviético, o imperialismo russo, que pretende reduzir-nos a uma capitânia. Levantamo-nos, num grande movimento nacionalista, para afirmar o valor do Brasil e de tudo que é útil e belo, no caráter e nos costumes brasileiros; para unir todos os brasileiros num só espírito: o tapuio amazônico, o nordestino, o sertanejo das províncias nortistas e centrais, os caiçaras e piraquaras, vaqueiros, calús, capixabas, calungas, paroaras, garimpeiros, os boiadeiros e tropeiros de Minas, Goiás, Mato Grosso; colonos, sitiantes, agregados, pequenos artífices de São Paulo; ervateiros do Paraná e Santa Catarina; os gaúchos dos pampas; o operariado de todas as regiões; a mocidade das escolas; os comerciantes, industriais, fazendeiros; os professores, os artistas, os funcionários, os médicos, os advogados, os engenheiros, os trabalhadores de todas as vias-férreas; os soldados, os marinheiros – todos os que ainda têm no coração o amor de seus maiores e o entusiasmo pelo Brasil. Temos de invocar nossas tradições gloriosas, temos de nos afirmar como um povo unido e forte, que nada mais poderá dividir. O nacionalismo para nós não é apenas o culto da bandeira e do hino nacional; é a profunda consciência das nossas necessidades, do caráter, das tendências, das aspirações da pátria e do valor de um povo. Essa é uma grande campanha que vamos

empreender.

O integralismo intentava apresentar-se como uma via alternativa entre o modelo liberal clássico e o comunismo, de modo que se colocava comopositor tanto dos “burgueses cosmopolitas” quanto dos comunistas. Pregava a valorização de uma cultura nacional, em oposição às influências estrangeiras que campeavam no país. Para tanto buscavam valorizar o passado histórico nacional em detrimento da penetração cultural estrangeira. O pensamento unificador também se coadunava com a perspectiva de tentar reunir sob uma única bandeira as diversas representações étnicas, regionais, profissionais e sociais, todas em um somatório indivisível em torno da nacionalidade.

Nós, os partidos e o governo

Nós, brasileiros unidos, de todas as províncias, propomo-nos a criar uma cultura, uma civilização, um modo de vida genuinamente brasileiros. Queremos criar um direito público nosso, de acordo com as nossas realidades e aspirações, um governo que garanta a unidade de todas as províncias, a harmonia de todas as classes, as iniciativas de todos os indivíduos, a supervisão do Estado, a construção nacional. Por isso, o nosso ideal não nos permite entrar em combinações com partidos regionais, pois não reconhecemos esses partidos; reconhecemos a nação.

Enquanto não virmos o Brasil organizado, sem o mal dos partidarismos egoístas, o Estado Brasileiro exprimindo classes, dirigindo a nação pelo cérebro das suas elites, não descansaremos, na propaganda que nos impomos.

A nossa pátria não pode continuar a ser retalhada pelos

governadores de estados, pelos partidos, pelas classes em luta, pelos caudilhos. A nossa pátria precisa de estar unida e forte, solidamente construída, de modo a escapar ao domínio estrangeiro, que a ameaça dia a dia, e salvar-se do comunismo internacionalista que esta entrando no seu corpo, como um cancro. Por isso, não colaboramos com nenhuma organização partidária, que vise a dividir os brasileiros. Repetimos a frase do lendário Osório, quando escrevia dos campos do Paraguai, dizendo que não reconhecia partidos, porque eles dividiam a nação e esta deve estar coesa na hora do perigo. Juramos, hoje, união, fidelidade uns aos outros, fidelidade ao destino desta geração. Ou os que estão no poder realizam o nosso pensamento político, ou nós, da Ação Integralista Brasileira, nos declararemos proscritos, espontaneamente, da falsa vida política da nação, até ao dia em que formos um número tão grande, que restauraremos os nossos direitos de cidadania, e pela força desse número conquistaremos o poder da República. Por isso, marcharemos através do futuro e nada haverá que nos detenha, porque marcham conosco a consciência da nação e a honra do Brasil.

O ideal nacionalista voltava a se manifestar, com a proposição de uma “cultura” e uma “civilização” genuína para os brasileiros. Havia também a perspectiva de um Estado uno e mais uma vez aparecia a referência ao conceito de “província”. Segundo a óptica integralista, em tal Estado unificado não haveria lugar para as tendências que buscassem dividi-lo, ou seja, não poderiam existir partidos, pois os mesmos “partiriam” a nação. Essa visão anti-partidarismo foi recorrente na formação histórica brasileira, notadamente em períodos ou junto à agremiações de cunho autoritário. Os regionalismos políticos e o comunismo também eram destacados como inimigos de alto potencial. Ainda se manifestava uma

possível prática de ruptura institucional, através da qual os integralistas poderiam buscar a posse do poder.

O que pensamos das conspirações e da politicagem de grupos e facções

Declaramo-nos inimigos de todas conspirações, de todas as tramas, conjurações, conchavos de bastidores, confabulações secretas, sedições. A nossa campanha é cultural, moral, educacional, social, às claras, em campo raso, de peito aberto, de cabeça erguida. Quem se bate por princípios não precisa combinar coisa alguma nas trevas. Quem marcha em nome das ideias nítidas, definidas, não precisa de máscaras. A nossa pátria está miseravelmente lacerada de conspiratas. Políticos e governos tratam de interesses imediatos, por isso é que conspiram. Nós pregamos a lealdade, a franqueza, a opinião a descoberto, a luta no campo das ideias. As confabulações dos políticos estão desfibrando o caráter do povo brasileiro. Civis e militares giram em torno de pessoas, por falta de nitidez de programas. Todos os seus programas são os mesmos e esses homens estão separados por motivos de interesses pessoais e de grupos. Por isso, uns tramam contra os outros. E, enquanto isso, o comunismo trama contra todos. Nós pregamos a franqueza e a coragem mental. Somos pelo Brasil unido, pela família, pela propriedade, pela organização e representação legítima das classes; pela moral religiosa; pela participação direta dos intelectuais no governo da República; pela abolição dos Estados dentro do Estado; por uma política benéfica do Brasil na América do Sul; por uma campanha nacionalista contra a influência dos países Imperialistas, e, sem tréguas, contra o comunismo russo. Nós somos a revolução em marcha. Mas a revolução com ideias. Por isso, franca, leal e corajosa.

Como os partidos e os regionalismos eram apresentados como adversários, o mesmo se dava em relação aos políticos tradicionais, de modo que, segundo a visão integralista, não haveria lugar para eles no Estado unificado pretendido por esta agremiação. Além da união de todos os setores da sociedade brasileira em torno da causa, o integralismo apontava mais uma vez para uma autoimagem como terceira via, ou seja, colocando-se como inimigo do imperialismo e do comunismo.

A questão social como a considera a Ação Integralista Brasileira

A questão social deve ser resolvida pela cooperação de todos, conforme a justiça e o desejo que cada um nutre de progredir e melhorar. O direito de propriedade é fundamental para nós, considerado no seu caráter natural e pessoal. O capitalismo atenta hoje contra esse direito, baseado como se acha no individualismo desenfreado, assinalador da fisionomia do sistema econômico liberal-democrático. Temos de adotar novos processos reguladores da produção e do comércio, de modo que o governo possa evitar os desequilíbrios nocivos à estabilidade social. O comunismo não é uma solução, porque se baseia nos mesmos princípios fundamentais do capitalismo, com a agravante de reduzir todos os padrões a um só e escravizar o operariado a uma minoria de funcionários cruéis, recrutados todos na burguesia. O comunismo destrói a família para melhor escravizar o operário ao Estado; destrói a personalidade humana para melhor escravizar o homem à coletividade; destrói a religião para melhor escravizar o ser humano aos instintos; destrói a iniciativa de cada um, mata o estímulo, sacrifica uma humanidade inteira, por um sonho, falsamente científico, que promete realizar o mais breve possível, isto é, daqui a 200 anos, no mínimo. O que nós desejamos dar ao operário, ao

camponês, ao soldado, ao marinheiro é a possibilidade de subir conforme a sua vocação e seus justos desejos. Pretendemos dar meios a todos para que possam galgar, pelas suas qualidades, pelo trabalho e pela constância, uma posição cada vez melhor, tanto na sua classe, como fora dela e até no governo da nação. Nós não ensinamos ao operário a doutrina da covardia, da desilusão, do ódio, da renúncia, como o comunismo, ou a anarquia; a doutrina da submissão, do ostracismo inevitável, da conformação com as imposições dos políticos, como a democracia liberal. Nós ensinamos a doutrina da coragem, da esperança, do amor à pátria, à sociedade, à vida, no que esta tem de mais belo e de conquistável, da ambição justa de progredir, de possuir os bens, de elevar-se, de elevar a família. Não destruimos a pessoa, como o comunismo; nem a oprimimos, como a liberal-democracia; dignificamo-la. Queremos o operário, com garantia de salários adequados às suas necessidades, interessando-se nos lucros conforme o seu esforço e capacidade; de frente erguida, tomando parte em estudos de assuntos que lhes dizem respeito; de olhar iluminado, como um homem livre; tomando parte nas decisões do governo, como um ente superior. Acabados os facciosismos, os regionalismos; organizada a nação, participando os trabalhadores no governo, pelos seus representantes legítimos; exercida a fiscalização pelo Estado Integralista, sobre todas atividades produtoras, estarão abertas as portas a todas aptidões. As classes organizadas garantirão os seus membros, em contratos coletivos, velarão as necessidades de trabalho ou produção de cada um, de modo a não mais submetermos, como até agora tem sido, os que estão desempregados, às humilhações dos pedidos de emprego, tantas vezes recebidos com desprezo pelos a que procuram, o que ocasiona justas revoltas. Livrar o operário e a pequena burguesia da indiferença criminosa dos governos liberais. Salvá-los da escravidão do comunismo.

Transfigurar o trabalhador, herói da nova pátria, no homem superior; iluminado pelos nobres ideais de elevação moral, intelectual e material, esses são nossos propósitos. Ao Estado, compete a proteção de todos.

A discussão em torno da “questão social” surgia como nova oportunidade para a Ação Integralista Brasileira propalar que representava uma posição alternativa entre as liberal-democracias e o comunismo, intentando mostrar aquilo que considerava como mazelas e limitações de tais regimes, notadamente do último, bem como demonstrar que seus ideais seriam os mais concernentes à situação vigente. Especificamente quanto às propostas de avanços para os trabalhadores, estas eram amplamente vagas, sem definição mais aprimorada quanto, por exemplo, à implantação de uma legislação trabalhista. Assim tal vagueza se concentrava também na indicação de formas de ascensão social do trabalhador, com a demarcação de que ele poderia “subir conforme a sua vocação” e através de demonstrações patrióticas diante do Estado integralista.

A família e a nação

Tão grande a importância que damos às classes produtoras e trabalhadoras, quanto a que damos à família. Ela é a base da felicidade na terra. Das únicas venturas possíveis. Em que consiste a felicidade do homem? Nessas pequeninas coisas, tão suaves, tão simples: o afago de uma mãe, a palavra de um pai, a ternura de uma esposa, o carinho de um filho, o abraço de um irmão, a dedicação dos parentes e dos amigos. Solidariedade no infortúnio, nas enfermidades, na morte, que nenhum Estado, na sua expressão burocrática ou jurídica, jamais evitará, em

nenhum tempo. Comunhão nas alegrias, nos triunfos, nas lutas, conforto de todos os instantes, estímulo de todos os dias, esperança de perpetuidade no sangue e na lembrança afetuosa, eis o que é a família, fonte perpétua de espiritualidade e de renovação, ao mesmo tempo projeção da personalidade humana. Tirem a família ao homem e fica o animal; façam dele a peça funcionando no Estado e teremos o autômato, infeliz, rebaixado da sua condição superior. Que afeto, que conforto, que consolação poderá dar o Estado a esse "ente econômico", na hora das grandes aflições, ou na hora da morte? Quem o animará, na hora das mágoas, que serão tão inevitáveis no regime da burocracia comunista como em qualquer outro regime? No instante supremo, não bastam a ciência, a vida pública, a vida social, a vida coletiva, o egoísmo individualista; é preciso que o coração entre na vida do homem e fale essa linguagem que não é a da compaixão de um estranho, nem a da filantropia formalista, nem a do amparo oficial nem a de uma absurda socialização de afetos: – mas a linguagem profunda das afinidades longamente estimuladas e alimentadas. O homem não pode transformar-se em uma abelha ou num térmita. O homem e sua família precederam o Estado. O Estado deve ser forte para manter o homem íntegro e a sua família. Pois a família é que cria as virtudes que consolidam o Estado. O Estado mesmo é uma grande família, um conjunto de famílias. Com esse caráter é que ele tem autoridade para traçar rumos à nação. Baseado no direito da família é que o Estado tem o dever de realizar a justiça social, representando as classes produtoras. Pretendemos, nesta hora grave para a família brasileira, inscrever a sua defesa em nosso programa. É, para defender a família do operário, do comerciante, do industrial, do fazendeiro, do camponês, do comerciário, do médico, do farmacêutico, do advogado, do engenheiro, do magistrado, do cientista, do artista, do professor, do

funcionário, do soldado e do marinheiro, contra a desorganização, a prostituição e a ruína, que desejamos o Estado forte, baseado nas forças vivas da nação.

Esse trecho equivalia a uma verdadeira ode de enaltecimento à família, como parte fundamental que, no coletivo, viria a constituir o Estado. Apesar de tratar-se de uma proposta política, o texto tem um conteúdo fortemente sentimental, transcendendo à própria racionalidade. A “burocracia comunista” ou “qualquer outro regime” eram apresentados como inviáveis ao bom convívio familiar, diante do que só restaria o integralismo como alternativa viável. Mais uma vez surgia a ideia do somatório, em relação aos mais díspares segmentos sociais, o qual seria fator fundamental para a edificação do Estado forte que os integralistas pretendiam.

O município, centro das famílias, célula da nação

O município é uma reunião de famílias. O homem e a mulher, como profissionais, como agentes de produção e de progresso, devem inscrever-se nas classes respectivas, a fim de que sejam por estas amparados, nas ocasiões de enfermidades e desemprego. Dessa maneira, os que trabalham e produzem estão garantidos pela sua própria classe, não dependem de favores de chefes políticos, de caudilhos, de diretórios locais, de cabos eleitorais. É a única maneira de se tornar o voto livre e consciente. As classes elegem seus representantes às Câmaras Municipais, como dissemos, e estas elegem seu presidente e prefeito.

Os municípios devem ser autônomos em tudo o que respeita a seus interesses peculiares, porque o município é uma reunião de moradores que

aspiram ao bem-estar e ao progresso locais. A moralidade administrativa pode ser fiscalizada pelas próprias classes, pois o que determinava a desmoralização das Câmaras Municipais, no sistema liberal, era a politicagem, o apoio com que contavam os chefes políticos locais, dos dirigentes da política estadual. Extintos os partidos, o governo municipal repousará na vontade das classes. Dentro destas, nenhuma influência estranha poderá ser exercida, porque todos se sentem amparados pela própria classe a que pertencem. Não haverá jeito algum de se fazerem perseguições políticas, porque o governo local estará livre de injunções de homens que, morando fora do município, se metem nos seus negócios, como tem sido comum. O município, portanto, sede das famílias e das classes, será administrado com honestidade, será autônomo e estará diretamente ligado aos desígnios nacionais.

De acordo com tal concepção, se a família era a partícula essencial do Estado, os municípios, onde habitavam as famílias, também teriam um papel relevante. Aparecia a ideia do corporativismo como único sistema que poderia viabilizar uma efetiva participação popular, bem como a representação de todos. Os partidos, a política tradicional e os regionalismos voltavam a surgir como elementos desagregadores da vida nacional, de modo que deveriam desaparecer, substituídos pelo Estado forte e integral. Os integralistas pregavam também a moralização da coisa pública, a qual deveria iniciar na base, ou seja, nas estruturas municipais.

O Estado Integralista

Pretendemos realizar o Estado Integralista, livre de todo e qualquer princípio de divisão: partidos políticos; estadualismos em luta pela

hegemonia; lutas de classes; facções locais; caudilhismos; economia desorganizada; antagonismos de militares e civis; antagonismos entre milícias estaduais e o exército; entre o governo e o povo; entre o governo e os intelectuais; entre estes e a massa popular. Pretendemos fazer funcionar os poderes clássicos (Executivo, Legislativo e Judiciário), segundo os impositivos da nação organizada, com bases nas suas classes produtoras, no município e na família. Pretendemos criar a suprema autoridade da nação. Pretendemos mobilizar todas as capacidades técnicas, todos os cientistas, todos os artistas, todos os profissionais, cada qual agindo na sua esfera, para realizar a grandeza da nação brasileira. Pretendemos tomar como base da grande nação, o próprio homem da nossa terra, na sua realidade histórica, geográfica, econômica, na sua índole, no seu caráter, nas suas aspirações, estudando-o profundamente, conforme a ciência e a moral. Desse elemento biológico e psicológico, deduziremos as relações sociais, com normas seguras de direito, de pedagogia, de política econômica, de fundamentos jurídicos. Como cúpula desse edifício, realizaremos a ideia suprema, a síntese de nossa civilização: na filosofia, na literatura, nas artes que exprimirão o sentido do nosso espírito nacional e humano. Pretendemos criar, com todos os elementos raciais, segundo os imperativos mesológicos e econômicos, a nação brasileira, salvando-a dos erros da civilização capitalista e dos erros da barbárie comunista. Criar numa única expressão o Estado econômico, o Estado financeiro, o Estado representativo e o Estado cultural. Pretendemos levantar as populações brasileiras, numa união sem precedentes, numa força jamais atingida, numa esperança jamais imaginada. Pretendemos lançar as bases de um sistema educacional para garantia da subsistência da nação no futuro. Pretendemos insuflar energia aos moços, arrancá-los da descrença, da apatia, do ceticismo, da tristeza

em que vivem; ensinar-lhes a lição da coragem, incutindo-lhes a certeza do valor que cada um tem dentro de si, como filho do Brasil e da América. Movimentar as massas populares numa grande afirmação de rejuvenescimento. Sacudir as fibras da pátria. Erguê-la da sua depressão, do seu desalento, da sua amargura, para que ela caminhe, dando começo à nova civilização, que, pela nossa força, pela nossa audácia, pela nossa fé faremos partir do Brasil, incendiar o nosso continente, e influir mesmo no mundo. Para isso, combateremos os irônicos, os blasés, os desiludidos, os descrentes, porque nesta hora juramos não descansar um instante, enquanto não morrermos ou vencermos, porque conosco morrerá ou vencerá uma pátria.

Esses são os rumos da nossa marcha!

O Estado integralista, unificado e monolítico, era mais uma vez apologizado, em oposição a qualquer forma de divisão, fosse partidária, regionalista, classista, ou por facciosismo. Apesar de ainda aceitar, ao menos na teoria, os três “poderes clássicos”, o integralismo pregava a existência de uma “suprema autoridade da nação”, perspectiva que poderia ser associada à própria imagem do “líder supremo”, em uma construção pela qual a liderança, a nação e o Estado eram alocados em uma estrutura única, na qual não deveriam ser percebidas distinções entre elas. A proposta integralista também vislumbrava um Estado total, que abrangesse todos os setores da vida em sociedade e se opusesse tanto à “civilização capitalista” quanto à “barbárie comunista”, adjetivações que bem demarcavam o maior dos inimigos da AIB.

Por ocasião do processo eleitoral que se desencadearia no ano de 1937, a AIB reforçava/atualizava algumas de suas propostas ao expressar o “Manifesto-

programa da Ação Integralista Brasileira às eleições presidenciais”⁸¹, como pode ser observado nos próximos quadros:

I - O integralismo é um movimento que objetiva a felicidade do povo brasileiro, dentro da justiça social, dos princípios verdadeiramente democráticos, garantida a intangibilidade dos grupos naturais e assegurada, de maneira definitiva, a grandeza da pátria que deverá ser elevada ao seu máximo esplendor. Considerando que justas e irremovíveis são as aspirações do bem-estar material de cada um; que o homem, até mesmo para cumprir com seus deveres espirituais, necessita de uma base econômica individual e familiar, sendo-lhe lícito, no próprio cumprimento desses deveres, e de acordo com a sua vocação, temperamentos e legítimos desejos, usufruir dos bens oriundos do crescente progresso técnico, aumento e prosperidade da produção nacional; e, verificando que só um fundamento espiritual indestrutível dá ao Estado a consciência do dever e o livre arbítrio e que somente orientado por essa consciência, o Estado adquire capacidade revolucionária no sentido de interferir no ritmo social e nas atividades econômicas, todas as vezes que se tornar necessário, para restaurar equilíbrios, impedindo que haja “exploradores” e “explorados”: – nós, integralistas, reafirmamos o que já foi estabelecido em publicação oficial anterior, isto é, “o primado do nacional sobre o individual”.

A abertura do manifesto intentava apresentar uma definição do integralismo como um movimento que tinha várias pretensões, entre elas a de manter “princípios verdadeiramente democráticos”, denotando uma

⁸¹ BONAVIDES, Paulo & AMARAL, Roberto. *Textos políticos de História do Brasil*. 3.ed. Brasília: Senado Federal, 2002. v. 5.

interpretação bem própria e especial do termo democracia. O Estado aparecia como um ente fundamental para reger as relações sociais, inclusive quanto a equilibrar as inter-relações entre “exploradores” e “explorados”, como forma de demonstrar que o integralismo seria a única alternativa válida diante do comunismo. Ao fim vinha o axioma básico dos regimes totalitários, demarcando que o modelo integralista pregava com veemência a primazia da nação sobre o indivíduo, o que normalmente resultava em diminuição/eliminação dos direitos individuais.

II - O Integralismo se propõe respeitar a liberdade de consciência e garantir a liberdade de cultos, desde que não constituam uma ameaça aos bons costumes. Em matéria de cooperação religiosa, defende o regime de concordata, sem perda de autonomia das partes e visando sempre a grandeza nacional dentro do ideal cristão da sociedade brasileira.

Tal manifesto não deixava de ser uma suavização do radicalismo integralista, no sentido de apresentar-se como mais palatável ao eleitorado diante do pleito eleitoral. O integralismo teve um convívio muito harmônico com a religião católica, mas intentava demonstrar que no regime proposto haveria liberdade para outras manifestações religiosas, desde que respeitassem os “bons costumes”, o que, por si só, já revelava um pensamento reducionista e de coerção.

III - O integralismo não pode só reconhecer no homem um ser dotado de uma personalidade intangível, como criará as condições indispensáveis para a realização efetiva da liberdade, e combate o

liberalismo precisamente porque este promete liberdades, mas cria as tiranias das facções políticas e econômicas, que usurpam todos os meios práticos imprescindíveis ao exercício real da liberdade. O integralismo, em suma, é a teoria da disciplina e a prática da liberdade, ao passo que o liberalismo é a teoria da liberdade e a prática da escravidão.

Mais uma vez buscando suavizar seu ideário, os integralistas insistiam no estabelecimento de uma “efetiva liberdade”, colocando-se em franca oposição ao modelo de liberdade até então vigente nos regimes nos quais predominava a liberal-democracia.

IV - O integralismo não é antidemocrático. Ao contrário, quando condena os partidos é porque visa substituí-los pelas corporações, órgãos que em nossos dias são os únicos capazes de captar e exprimir a vontade popular. O integralismo, portanto, não é a doutrina ou a apologia da ditadura.

O Estado integral será um Estado forte, não para comprimir as liberdades legítimas e naturais, porém, para garanti-las contra o abuso dos poderosos, preservando a soberania nacional, o bem-estar e a dignidade de cada brasileiro. Partindo desses princípios, e considerando a realidade brasileira, depois de três anos consecutivos, não só de formação de uma consciência nova, mas de pesquisa em face dos fenômenos nacionais em todos os campos da atividade social em nossa pátria, lançamos à nação os lineamentos gerais de um programa de governo, pelo qual nos bateremos, desde já, como partido político de âmbito nacional (aliás, o único existente no país), comparecendo a todas as eleições municipais, estaduais e federais, e preparando-nos para o lançamento de uma candidatura integralista às próximas eleições para a Presidência da República.

O objetivo eleitoral mais uma vez fazia com que a AIB objetivasse demonstrar não representar uma frente autoritária ou antidemocrática. De acordo com tal concepção o Estado integral não serviria para eliminar as liberdades individuais, entretanto, colocava acima delas a ideia da soberania nacional, bem a contento com a premissa de que os interesses dos indivíduos deveriam estar abaixo dos da nação. Os integralistas apresentavam-se como único partido efetivamente nacional, em comparação com os regionalismos partidários ainda marcantes e em referência à extinção da Aliança Nacional Libertadora.

Os lineamentos gerais desse programa, com o qual nos apresentaremos, de agora em diante, ao sufrágio democrático do povo brasileiro, conterão de futuro, a pormenorização dos múltiplos aspectos particulares de cada um dos problemas, com a precisão técnica oriunda dos nossos constantes estudos. Em consequência, A Ação Integralista Brasileira, como sociedade civil, de fins culturais, objetiva, de uma maneira imediata, de conformidade com os seus estatutos:

- a) a formação de uma consciência nacional de grandeza da pátria e dignidade do homem e da sua família;
- b) o desenvolvimento do gosto pelos estudos na mocidade brasileira, objetivando a criação de uma cultura nacional própria, nas grandes expressões das atividades intelectuais, como sejam a filosofia, a ciência, a literatura, as belas-artes;
- c) a eugenia da raça, pela prática metodizada do atletismo da ginástica, dos esportes;
- d) a assistência social, às mães, às crianças, aos sertanejos e operários desamparados, assistência essa que não será apenas material, porque

procurará criar uma consciência espiritual e uma consciência nacional nas massas brasileiras;

e) o combate ao comunismo por uma educação sistematizada.

Em conclusão: Todos estes pontos fixados e esclarecidos num programa de realizações concretas e de aplicação prática da doutrina integralista em face da realidade brasileira, já estão pormenorizados em estudos especiais organizados pela Secretaria Nacional de Doutrina, entrosada com os técnicos mais competentes das Secretarias Provinciais de Estados. Mobilizados os valores técnicos do integralismo, eles executam, com perseverança e consciência de responsabilidade, todas as pesquisas, estatísticas e verificações, dos problemas em seus mínimos aspectos e especializações, fornecendo à Chefia Nacional os elementos indispensáveis à supervisão das necessidades nacionais, dos rumos a serem seguidos pelo Estado integral.

Neste programa, entretanto, tornam-se nítidas e claras as reformas imprescindíveis à grandeza do Brasil e a felicidade do povo brasileiro. Lançando-o nesta proclamação, determino que ele seja divulgado por todos os meios e que, com ele, pelos caminhos legais, respeitando a constituição atual, servindo-nos das garantias que ela nos faculta, assim como dos meios que nos facilita a Lei Eleitoral vigente, apresentemo-nos ao sufrágio das urnas. Com este programa, comparecemos às eleições de Presidente da República.

Com ele marcharemos, sem desfalecimentos, animados pela consciência de um dever que está sendo cumprido perante nossa pátria, com a honestidade segundo a qual temos encaminhado em três anos de doutrinação e estimulados pela coragem com que nos temos batido, mais de vez, sacrificando as próprias vidas, na defesa de Deus, da pátria e da família.

Em uma época na qual os programas político-partidários tendiam a ser mais completos e sistemáticos, vislumbrando questões múltiplas da vida nacional, a AIB optava por uma abordagem mais restrita, remetendo a um detalhamento que seria realizado por outros de seus órgãos e meios de divulgação. Prevalencia o ideário calcado no patriotismo, na valorização da família, no estabelecimento de uma cultura nacional/nacionalista, em uma prática assistencialista em relação à questão social e no combate ao comunismo. Evitando o caráter racista de outros regimes da mesma natureza, os integralistas propalavam uma “eugenia da raça”, que seria obtida por meio de uma proposta vaga vinculada a melhores condições físicas. Com a proposição da supremacia da Chefia Nacional e do estabelecimento do Estado integral, a AIB se apresentava para concorrer às urnas, lançando mão de um dístico que viria a ser repetido por diversas vezes ao longo da formação histórica brasileira – “Deus, pátria e família”.

No outro polo político-ideológico esteve a Aliança Nacional Libertadora (ANL), cujo manifesto de criação foi divulgado em janeiro de 1935 e, em março do mesmo ano, deu-se a cerimônia de fundação, com a escolha de Luís Carlos Prestes como presidente de honra. Inicialmente, a ANL caracterizou-se como uma frente ampla, para, progressivamente, vir a contar com o predomínio dos comunistas. À medida que se dava o avanço da ANL, com a formação de núcleos e a realização de manifestações, os governantes se mobilizavam por meio de iniciativas repressivas. Em abril de 1935, o Poder Legislativo aprovou a Lei de Segurança Nacional, que dava ao Executivo carta branca para reprimir

atividades consideradas “subversivas”. A 13 de maio do mesmo ano a agremiação partidária organizava amplo comício no Rio de Janeiro.

Alguns dos pontos principais do pensamento e da ação da ANL ficaram expressos em seu Manifesto de lançamento⁸² (janeiro de 1935), no qual foram identificados os seus principais alvos da crítica, conforme expresso nos seguintes quadros, com o conteúdo textual seguido de breve comentário.

O Brasil, cada vez mais, se vê escravizado aos magnatas estrangeiros. Cada vez mais, a independência nacional é reduzida a uma simples ficção legal. Cada vez mais, nosso País e nosso povo são explorados, até os últimos limites, pela voracidade insaciável do imperialismo.

De acordo com os dados oficiais, publicados em Nova York, o Brasil pagou no ano de 1932, pelos *fundings* federais, pelas divisas dos Estados, dos Municípios, do Instituto de Café, pela consolidação do crédito (com o descoberto do Banco do Brasil, pelas “despesas” administrativas, no estrangeiro, cobradas pelos nossos próprios credores), um total de 21.794.317 libras.

Fora isto, de acordo, ainda, com as informações oficiais, os lucros, os dividendos das companhias estrangeiras aqui estabelecidas, e a remessa de dinheiro para o exterior, sob diversas formas, atingem a uma média anual de 20 milhões de libras.

Assim, um total de 40 milhões de libras, representando, no câmbio

⁸² CHACON, Vamireh. História dos partidos brasileiros. 2.ed. Brasília: Editora da UnB, 1985.

atual, mais de três milhões de contos, é anualmente entregue como tributo da nossa escravidão aos magnatas imperialistas!

Nos últimos quatro anos, o valor anual da produção brasileira não ultrapassou a 10 milhões de contos. E assim, se notarmos que grande parte desta quantia deve ser destinada à reprodução do capital, fundo de reserva, gastos com transportes, pagamento de dívidas internas etc., chegaremos a essa pavorosa conclusão: os 45 milhões de brasileiros recebem, do seu trabalho, tanto quanto meia dúzia de parasitas estrangeiros, que exploram e escravizam nosso país.

Os juros pagos pelo Brasil a seus credores já se elevam a mais do dobro da importância que ele recebera como empréstimo. Os lucros fabulosos das companhias imperialistas já ultrapassam, de muito, o capital por elas investido. E, entretanto, continua o país com uma fabulosa "dívida" externa; continuam os capitalistas estrangeiros a dominar nossos serviços públicos, nossas fontes de energia e nossos meios de comunicação – numa palavra: todas as partes fundamentais e básicas da economia moderna.

Um dos mais importantes adversários da ANL era representado pelo capital internacional e sua secular influência no Brasil. Lançando mão de dados numéricos e comparativos, os aliancistas intentavam demonstrar os prejuízos que o imperialismo vinha provocando no país, repudiando a necessidade de pagamento de uma dívida externa e exigindo mudanças em tais relações de dependência e predomínio econômico.

O imperialismo, procurando obter mão-de-obra por preço vil, protegeu, como ainda protege, os latifundistas, o feudalismo. Para uma população agrária de 34 milhões de almas, temos apenas,

segundo o último recenseamento, 648.153 propriedades agrícolas. E destas a sua grande maioria – 70% – abrange apenas, de acordo com a Diretoria Geral de Estatística, 9% de área total.

O nosso território agrícola está, pois, na sua quase totalidade, monopolizado pelos grandes latifundistas, em cujas fazendas vive, sob o jugo de uma exploração medieval, a grande massa de nossa população laboriosa. Mas, afirmam os grandes latifundistas, no Brasil ainda há muita terra para ser cultivada; por que, pois, falar contra o latifúndio?

Estes senhores apenas se esquecem que novas e grandes explorações do solo exigem capitais enormes, para os instrumentos, o plantio e a manutenção dos trabalhadores; que o cultivo da terra é um longo processo histórico, feito gradativamente através de gerações: e que essa massa de trabalho de sol a sol não tem a posse da terra, injusta e esterilmente entregue, na sua quase totalidade, aos parasitários latifundistas.

Mas o feudalismo, após a libertação dos escravos, não se teria certamente mantido, como não se manteve nos Estados Unidos após o triunfo dos abolicionistas, se não fosse o auxílio poderoso do capital financeiro.

Por outro lado, os pequenos e médios proprietários agrícolas se acham cada vez mais amordaçados pela agiotagem e pela usura.

A ação do capital internacional era associada pelos aliancistas à tradicional estrutura fundiária que dominava o Brasil desde a época colonial. O latifúndio era então alocado como outro dos inimigos da ANL, que associava tal regime de propriedade da terra ao de uma “exploração medieval”, comparando-o ao feudalismo, ao passo que as relações de trabalho no campo eram identificadas com o servilismo e até com o

escravismo. A Aliança apontava para as desiguais relações no campo, enfatizando os prejuízos dos trabalhadores e dos pequenos e médios proprietários.

O imperialismo, dominando o país, explorou-o para seu único proveito: reduzindo-o a um simples fornecedor de matérias-primas, deixando inexploradas as nossas minas de ferro, níquel etc., as nossas maiores fontes de riqueza. O imperialismo impediu, como ainda impede, o desenvolvimento da metalurgia, da indústria pesada, de tudo enfim, que possa fazer concorrência à sua própria produção.

O imperialismo reduz o povo brasileiro à ignorância e à miséria.

O analfabetismo atinge 75% da nossa população. O índice de mortalidade assume proporções verdadeiramente fantásticas. A fome – apesar dos nossos recursos naturais – aniquila o povo brasileiro: a quantidade de alimento consumido pelo Distrito Federal é, de acordo com a palavra do professor Escudeiro, insuficiente para mantê-lo; o povo, em plena Capital da República, é subalimentado, passa fome.

O imperialismo, reduzindo ao extremo a capacidade aquisitiva do nosso povo, cerceia o desenvolvimento das nossas forças produtivas. A exportação, por cabeça, no último ano de “prosperidade” – 1929 – foi, no Brasil, apenas de 47 shillings, enquanto no Uruguai já se eleva a 154, na União Africana a 156, no México a 159, na Argentina a 387, no Canadá a 546, na Nova Zelândia a 832 shillings.

O imperialismo, apavorado com o invencível despertar da consciência nacional,

Impõe leis monstruosas e bárbaras que aniquilam a liberdade. E a própria defesa nacional tem-se plasmado inteiramente a seus estreitos

interesses: compram-se armamentos por preços extorsivos, mas não se procura explorar as nossas minas nem se criam fábricas de material bélico, aviões etc.

Em suma, é a completa escravidão nacional.

É o Brasil reduzido a verdadeira máquina de lucros dos capitalistas estrangeiros.

Nesse trecho o capital internacional era mais uma vez combatido pela ANL, que considerava o imperialismo como o fator primordial para manter o Brasil preso à estrutura agroexportadora, sem chances de avanço no campo industrial. Identificava também no imperialismo as causas do atraso nacional, com graves prejuízos para o povo brasileiro, nos fundamentos socioeconômicos e culturais. Comparava os baixos índices de exportação brasileiros com os de outros países, sintetizando a ação imperialista sobre o país como a “escravidão nacional”.

Entretanto, neste momento a nação já começa a erguer-se em defesa de seus direitos, de sua independência, de sua liberdade. E a Aliança Nacional Libertadora surge, justamente, como o coordenador deste gigantesco e invencível movimento.

Sincera e profundamente patriotas, saberemos, porém, distinguir o patriotismo desse chauvinismo hipócrita, açulado pelos banqueiros, com o fim de produzir, para seu único proveito, guerras imperialistas.

Sabemos distinguir os magnatas que oprimem e escravizam o país dos honestos trabalhadores estrangeiros, explorados como os brasileiros, e que contribuem para o progresso e o desenvolvimento do Brasil.

A Aliança Nacional Libertadora tem um programa claro e definido. Ela quer o cancelamento das dívidas imperialistas; a liberdade em toda a

sua plenitude; o direito do povo manifestar-se livremente; a entrega dos latifúndios ao povo laborioso que os cultivava; a libertação de todas as camadas camponesas da exploração dos tributos feudais pagos pelo aforamento, pelo arrendamento da terra etc., a anulação total das dívidas agrícolas; a defesa da pequena e média propriedade contra a agiotagem, contra qualquer execução hipotecária.

Diminuindo todos os impostos que pesam sobre a nossa população laboriosa, e com isto, abaixando o custo de vida e desafoando o comércio;

Aumentando os salários e ordenados de todos os operários, empregados e funcionários;

Efetivando e ampliando todas as medidas de amparo e assistência social aos trabalhadores;

Desenvolvendo em enorme escala a instrução, e protegendo realmente a saúde pública.

Queremos uma pátria livre! Queremos o Brasil emancipado da escravidão imperialista! Queremos a libertação social e nacional do povo brasileiro!

A ANL identificava uma possível conscientização do povo brasileiro quanto aos males que o estariam a afetar e propunha-se a coordenar o “gigantesco e invencível movimento” que imaginava estar se desenvolvendo. Além de reforçar a identidade de seus principais adversários, os aliancistas expunham os pontos fundamentais de seu conteúdo programático, vinculados a limites no sistema tributário, ao aumento dos salários e a ampliações na estrutura de assistências social, de instrução e de saúde pública, pretendendo em síntese a “libertação social e nacional” do povo.

Com o objetivo de apresentar suas propostas – normalmente caracterizadas pelo prisma da radicalização – sob uma perspectiva de suavização, os aliancistas lançaram a manifestação “Governo Popular Nacional Revolucionário – Manifesto de esclarecimento aos membros da ANL”⁸³, cuja tendência fundamental era demonstrar uma contemporização de suas ações perante os seus seguidores e o público em geral:

Com o objetivo principal de desfazer mal-entendidos, assim como o de responder às interrogações de muitos companheiros aliancistas, passamos a dar algumas informações concretas sobre o caráter do Governo Popular Revolucionário, pela implantação do qual nos batemos, como libertadores do Brasil e verdadeiros democratas, isto é, como membros ativos da Aliança Nacional Libertadora.

1 - Caluniam a ANL e fazem evidentemente um trabalho de provocação policial, todos aqueles que dizem ser a nossa organização uma simples máscara do Partido Comunista, porque a ANL é uma ampla frente única nacional de todos os que, no Brasil, querem lutar pela independência nacional, contra o imperialismo estrangeiro que nos escraviza e contra o fascismo que, em países como o nosso, é instrumento do mais hediondo terror a serviço do imperialismo, incapaz de continuar dominando pelos antigos métodos até agora empregados. (...)

Nas condições atuais do Brasil, frente à ameaça do mais terrível fascismo, frente à completa colonização do nosso país pelo imperialismo,

⁸³ BONAVIDES, Paulo & AMARAL, Roberto. *Textos políticos de História do Brasil*. 3.ed. Brasília: Senado Federal, 2002. v. 5.

ao qual vai ele sendo vendido cinicamente pelo governo de traição nacional de Getúlio e de seus mais fiéis lacaios nos estados, o que nós, da ANL, proclamamos é a necessidade de um governo surgido realmente do povo em armas, compreendendo como um povo a totalidade da população de um país, com exclusão somente dos agentes imperialistas e da minoria insignificante que os segue.

Esse governo não será somente um governo de operários e camponeses, mas um governo no qual estejam representadas todas as camadas sociais e todas as correntes importantes, ponderáveis, da opinião nacional. Será um Governo Popular, na estrita significação da palavra, por se apoiar nas grandes organizações populares, como sindicatos, organizações camponesas, organizações culturais, forças armadas, partidos políticos e democratas etc. (...)

No intento de demonstrar uma faceta com certo desprendimento quanto ao radicalismo pelos quais eram acusados, os aliancistas buscavam desfazer-se da pecha de constituírem apenas uma representação do comunismo, apresentando-se como uma "ampla frente". Ainda assim, insistia na identificação dos seus adversários, vinculados ao capital internacional, ao integralismo e ao grupo que estava no poder liderado por Getúlio Vargas. Visava ainda a dar um caráter mais amplo ao Governo Popular Revolucionário que pretendiam criar.

2 - O Governo Popular, como representante dos interesses das grandes massas da população só poderá ser exercido sob o controle direto do povo, praticando a democracia no seu sentido mais alto pela prática da completa liberdade de pensamento, de palavra, de imprensa, de organização religiosa, racial, de cor etc. O Governo Popular só poderá viver

na prática e na execução de todas as medidas solicitadas pelo povo, através de suas mais diversas organizações. O Governo Popular será a democracia praticada pela primeira vez em nosso país, será realmente o governo do povo, porque em tal governo o povo intervirá diretamente com suas sugestões, exigências, participando também praticamente na execução das medidas que lhe interessam.

À frente de tal governo poderão ficar homens de real prestígio popular, os homens que verdadeiramente interpretem a vontade da grande maioria popular. Nestas condições, no Governo Popular deverão estar representadas todas as camadas sociais, inclusive a burguesia nacional pelos seus elementos realmente anti-imperialistas e antifascistas. O Governo Popular, governo surgido do povo em armas, não será um governo somente de operários e camponeses, será o governo da ampla frente única de todos os brasileiros anti-imperialistas.

A explicação quanto à estruturação do Governo Popular Revolucionário buscava demonstrar alguns pontos básicos de sua formação e funcionamento, insistindo que no mesmo poderiam estar presentes elementos de classes sociais diferenciadas, desde que comprometidos com a luta contra o imperialismo e o fascismo.

3 - Mas ao mesmo tempo esse Governo será um Governo Nacional Revolucionário, porque frente ao imperialismo e aos seus agentes esse governo será profundamente revolucionário, não reconhecendo nem dívidas, nem tratados, nem acordos, nada em suma de tudo o que significa a vergonhosa entrega do Brasil aos capitalistas estrangeiros. Frente ao imperialismo o Governo Nacional Revolucionário será, realmente, nacional e revolucionário, profundamente, radicalmente, energicamente

revolucionário. Neste sentido é indispensável que se acentue que esse será o único governo capaz de uma atitude enérgica frente aos dominadores estrangeiros, porque, apoiado por todo o povo, exercido pelos seus chefes de maior prestígio popular, sofrendo a influência direta das grandes organizações de massa, apoiado nas forças armadas de todo o país, será o primeiro governo em nosso país dentro da democracia popular que será capaz de exercer a mais dura ditadura contra os imperialistas e seus agentes.

Democracia, sim, mas para o povo, para os brasileiros e para todos os que trabalham honestamente sem explorar o Brasil, mas na mais dura, mais enérgica e mais terrível ditadura contra o feudalismo estrangeiro e contra os seus agentes no Brasil, aos brasileiros que vendem sua pátria ao imperialismo. Dar liberdade aos agentes do imperialismo seria negar o conteúdo nacional revolucionário de tal governo e suicídio da própria Revolução libertadora.

A ANL não negava o caráter mais radical e revolucionário de suas propostas no que tange ao capital internacional, propondo uma incisiva ruptura com os ditames do imperialismo, declarando a não-aceitação da dívida externa e dos compromissos estabelecidos em detrimento dos interesses nacionais. Explicitava que só o Governo Popular Revolucionário pretendido seria capaz de efetivamente combater o imperialismo.

4 - O Governo Popular Nacional Revolucionário não significará liquidação da propriedade privada sobre os meios de produção, nem tomará sob seu controle as fábricas e empresas nacionais. O referido governo dando início no Brasil ao desenvolvimento livre das forças de produção não pretende a socialização da produção industrial e agrícola,

porque nas condições atuais do Brasil só será possível com a implantação da verdadeira democracia, liquidar o feudalismo e a escravidão, dando todas as garantias para o desenvolvimento livre das forças de produção do país.

Mas, como os pontos estratégicos estão em mãos do imperialismo, o Governo Nacional Revolucionário desapropriando e nacionalizando revolucionariamente tais empresas, terá desde o início grandes forças de produção em suas mãos, o que constituirá incontestavelmente um forte fator ao lado do desenvolvimento livre das forças de produção do país, que garantirá o ulterior desenvolvimento progressivo do Brasil.

A suavização do discurso aliancista se estendia também à questão da propriedade privada, buscando garantir que não haveria uma transformação brusca em tal estrutura, nem a imediata "socialização da produção". Entretanto, não negava que o tratamento seria diferenciado em relação às propriedades vinculadas ao capital internacional, as quais seriam alvo da desapropriação e nacionalização por parte do governo a ser instaurado.

5 - O Governo Popular tomará imediatamente todas as medidas necessárias no sentido de garantir a execução de uma legislação social mínima que compreenderá como medidas essenciais, entre outras: a) oito horas de trabalho e menor número para menores; b) igual salário para igual trabalho; c) salário mínimo de acordo com as condições de vida de cada localidade, mas determinado pelas próprias organizações operárias; d) descanso semanal obrigatório remunerado; e) férias anuais remuneradas; f) condições higiênicas nos locais de trabalho; g) dois meses de repouso antes e depois do parto com salário garantido; h) comitês de

operários para controle da legislação em cada local de trabalho; i) seguro social para o sem trabalho; j) caixa de pensões e aposentadorias etc.

As garantias aos trabalhadores também compunham o conteúdo programático da ANL, que visava a estabelecer uma legislação trabalhista mais profunda que a até então defendida pelos novos detentores do poder e que vinham levantando tal bandeira desde a formação da Aliança Liberal. A proposta de tal “legislação social” constituía um ponto fundamental na busca de afirmação da ANL em meio ao proletariado.

6 - No campo o Governo Popular será exercido pelos homens de confiança da grande massa trabalhadora e defenderá naturalmente os interesses de tal massa contra os grandes proprietários feudais, os senhores territoriais que exploram pelo mais duro feudalismo e escravidão a quase totalidade da nossa população camponesa e que estão diretamente ligados aos exploradores imperialistas. O Governo Popular acabará evidentemente com a submissão medieval ao grande proprietário, assim como com todas as contribuições feudais ao senhor.

Garantindo a posse da terra aos que trabalham, garantindo terra para todos os que queiram trabalhar, o Governo Popular exigirá dos proprietários capitalistas o cumprimento no campo da legislação social que for implantada pela revolução. O Governo Popular, porém, não desapropriará os que não empregam a exploração feudal e, garantindo a liberdade de comércio, diminuindo os fretes, acabando com todos os impostos sobre a produção etc., permitirá uma enorme e até desconhecida expansão do mercado interno nacional.

Na concepção dos aliancistas, a legislação social não deveria restringir-se

apenas ao operariado urbano, mas também aos trabalhadores rurais, intentando diferenciar-se assim das propostas governistas quanto à legislação trabalhista, que, na prática, cada vez mais se restringiam aos trabalhadores das cidades. Os conceitos da ANL buscavam raízes históricas em períodos pretéritos, por motivos de comparação e pela perspectiva de que o Brasil ainda não havia obtido na plenitude o ingresso no sistema capitalista, daí a utilização de termos como “grandes proprietários feudais”, “mais duro feudalismo e escravidão”, “submissão medieval” e “exploração feudal”.

7 - O Governo Popular Nacional Revolucionário, respeitando os direitos dos oficiais (mesmo generais) do exército e das forças armadas de todo o país, só tomará medidas de rigor contra os traidores do Brasil, contra os oficiais que lançaram suas tropas contra o povo ou que tentaram organizar a contrarrevolução a favor do imperialismo. Contra tais elementos o Governo Popular não conhecerá clemência, mas com todos os outros, como quadros experimentados, unificará todas as forças armadas do país, e junto com os operários e camponeses em armas, dará corpo ao grande exército nacional revolucionário, o exército capaz de lutar vitoriosamente contra a invasão imperialista e a contrarrevolução, exército baseado na disciplina voluntária e cujos chefes serão homens de confiança dos próprios soldados.

Havia também o cuidado de estabelecer esclarecimentos quanto às forças armadas, elemento fundamental na orientação dos destinos nacionais, mormente sob a forma de governo republicana. Nessa linha, dava-se a garantia do respeito às posições do oficialato, desde que tais militares não participassem das forças que lutassem em prol do imperialismo e da

contrarrevolução, ou seja, contra o estabelecimento do próprio Governo Popular Revolucionário.

8 - Ainda uma palavra sobre a forma que terá o Governo Popular. Nada melhor que a própria vida, que a própria realidade revolucionária para dar formas aos frutos da Revolução. Mas, se desde já é necessário responder a tal questão, podemos dizer que nada diz ser impossível que o Governo Popular tenha a mesma forma aparente dos governos até hoje dominantes, isto é, um governo central, exercido por um presidente, um governo com um ministério (de maneira que as mais ponderáveis correntes populares anti-imperialistas estejam representadas no poder); nos estados e municípios, idênticos governos exercidos por pessoas de prestígio popular no estado ou município.

Os elementos constitutivos voltados à suavização do discurso aliancista também se direcionavam a possibilidade da manutenção das estruturas governativas básicas pré-existentes, com as quais havia já uma identificação histórica de parte da população brasileira. Assim, a ANL garantia que o arcabouço administrativo federal, estadual e municipal não precisava necessariamente ser modificado, desde que mantido o caráter popular.

A agitação era relevante na época, com o espocar de greves, como as de junho de 1935, no Rio de Janeiro. Em 5 de julho deste ano ocorreriam as comemorações do aniversário das revoltas de 1922 e 1924, com destaque para o

Manifesto da Aliança Nacional Libertadora⁸⁴ realizado por Luís Carlos Prestes, em tom de grande concitação, “A todo o provo do Brasil” e “Aos aliancistas de todo o Brasil”, encerrando também na forma de conclamação com a expressão: “Todo o poder à ANL”. A recuperação de uma memória em torno das revoltas tenentistas surgia na busca pela mobilização popular pela causa aliancista, atacando a situação vigente e propondo a luta contra o imperialismo, os regionalismos, o integralismo e o feudalismo, em alusão à estrutura latifundiária. A ideia era convencer o povo da necessidade da formação de um governo popular nacional revolucionário:

5 de julho de 1922 e 5 de julho de 1924. Troam os canhões. Tombam os heróis companheiros. (...) Quanta energia! Quanta bravura!

As lutas continuam. São treze anos de lutas cruentas, de combates sucessivos e vitórias seguidas das mais negras traições, ilusões que se desfazem, como bolhas de sabão, ao sopro da realidade. As lutas continuam porque a vitória ainda não foi alcançada e o lutador heroico é incapaz de ficar a meio do caminho, porque o objetivo é atingir a libertação nacional do Brasil (...).

Os trabalhadores de todo o Brasil demonstram, através de lutas sucessivas, que já não podem suportar e nem querem mais se submeter ao governo em decomposição de Vargas e seus asseclas nos estados.

O programa da Aliança Liberal – a revolução brasileira não pode ser feita com o programa anódino da Aliança Liberal.

Dominação dos imperialistas – a crise mundial do capitalismo levou os imperialistas a dominação e exploração dos países subjugados.

Novas concessões – intensamente aumentadas em relação ao capital financeiro imperialista.

⁸⁴ BONAVIDES, Paulo & AMARAL, Roberto. *Textos políticos de História do Brasil*. 3.ed. Brasília: Senado Federal, 2002. v. 5.

Interesses contraditórios das classes dominantes – os regionalismos despedaçam o país para melhor dominá-lo.

O integralismo – constitui bem uma fotografia da podridão, da decomposição, da divisão dos interesses revolucionários.

Unificação nacional – só será possível com o fim da dominação imperialista, executada pelas grandes massas junto da burguesia nacional não vendida ao imperialismo, através de um governo popular revolucionário.

Em marcha para a ditadura fascista – as classes dominantes falam em “liberal democracia”, mas preparam uma ditadura ainda mais bárbara.

Os dois campos se definem – libertadores do Brasil X traidores a serviço do imperialismo.

Posição clara e definida – não há meio termo possível, devendo haver uma posição: pró ou contra o fascismo.

Condições para ingressar na ANL – querer lutar contra o fascismo, o imperialismo e o feudalismo e pelos direitos democráticos.

Unificação do proletariado – reunião do proletariado com as grandes massas do campo, que sofrem com a dominação imperialista e feudal.

Programa anti-imperialista – não pagamento da dívida externa, nem seu reconhecimento; denúncia dos tratados anticomerciais com o imperialismo; nacionalização dos serviços públicos mais importantes e das empresas imperialistas que não se subordinem às leis do governo popular revolucionário; direitos dos trabalhadores; luta contra as condições escravistas e feudais do trabalho; distribuição entre a população pobre camponesa e operária das terras; pelas mais amplas liberdades populares; contra toda e qualquer guerra imperialista.

A situação é de guerra e cada um precisa ocupar o seu posto. Cabe à iniciativa das próprias massas organizar a defesa de suas reuniões, garantir a vida de seus chefes e preparar-se, ativamente, para o assalto.

Um apelo:

População trabalhadora de todo o país! Em guarda, na defesa de seus interesses! Venha ocupar o seu posto com os libertadores do Brasil!

Soldado do Brasil! Atenção! Os tiranos querem jogar-te contra os teus irmãos. Em luta pela liberdade do Brasil! (...)

Brasileiros! Todos vós que estais unidos pela ideia, pelo sofrimento e pela humilhação de todo Brasil! Organizai o vosso ódio contra os dominadores

transformando-o na força irresistível e invencível da revolução brasileira! Vós que nada tendes para perder, e a riqueza imensa de todo Brasil a ganhar! Arrancaí o Brasil da garra do imperialismo e dos seus lacaios! Todos à luta para a libertação nacional do Brasil! Abaixo o fascismo! Abaixo o governo odioso de Vargas! Por um governo popular nacional revolucionário. Todo o poder à Aliança Nacional Libertadora.

A repressão do governo contra os aliancistas ganhava corpo. A 11 julho de 1935 um decreto ordenava o fechamento, em todo o território nacional, dos núcleos da ANL. A justificativa para o ato governamental partia da consideração de que, “constituída sob a forma de sociedade civil, a organização denominada Aliança Nacional Libertadora” vinha “desenvolvendo atividade subversiva da ordem política e social”, bem como “semelhante atividade” estaria “suficientemente provada mediante a documentação colhida” de modo que, “fundado nessa prova”, era determinada “a conveniência de serem fechados os núcleos da mencionada organização”. Também seriam estabelecidas “instruções no sentido de ser promovido sem demora, por via judicial, o cancelamento do registro civil da mesma organização”⁸⁵. Por ocasião de tal decreto, dois dias depois, no Rio de Janeiro, a polícia invadia e fechava a sede da ANL, com a prisão de vários líderes.

⁸⁵ COLEÇÃO DAS LEIS DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (1935).

Um divisor de águas na ação da Aliança Nacional Libertadora em 1935, foi o Manifesto de Novembro⁸⁶, contendo ferrenhas críticas ao status quo reinante e à figura do governante Getúlio Vargas:

Getúlio, mentindo às promessas da plataforma da Esplanada do Castelo traiu a confiança da nação e se fez merecedor do repúdio do povo.

Getúlio prometeu a liberdade e nos deu a tirania.

Prometeu a abundância e nos deu a carestia da vida, a fome e a miséria.

Prometeu a anulação de todas as “leis celeradas” e nos deu a lei monstro, o arquimonstro e o tribunal infame.

Prometeu ao proletário autonomia sindical e deu-lhe a Colônia de Dois Rios.

Prometeu fidelidade à Revolução de 30 e entregou o exército aos generais de mãos limpas, adesistas de última hora.

Prometeu ao exército a estabilidade e a garantia dos postos e deu a emenda nº. 2 e as expulsões em massa de oficiais, sargentos, cabos e soldados.

Prometeu um exército forte, numeroso e bem aparelhado e deu a redução dos efetivos e as comissões de “compra” que vadiam na Europa.

Prometeu orçamentos equilibrados e deu-nos déficits que somam dois milhões e meio de contos, conforme suas próprias cifras.

Prometeu a circulação metálica e nos deu a inflação.

Prometeu a probidade administrativa e nos deu o câmbio negro, a negociata da banha e os “congelados”.

Prometeu salvar o café e salvou os negociistas.

Prometeu restaurar as práticas da democracia e nos deu o estado de guerra permanente, o cano de borracha e a Vista Chinesa.

Prometeu o respeito à constituição e nos deu a violação dos direitos, garantias e normas que ela contém.

Prometeu a paz, a ordem e o progresso e nos deu o terror.

Prometeu a democracia e nos deu o fascismo.

⁸⁶ CHACON, Vamireh. História dos partidos brasileiros. 2.ed. Brasília: Editora da UnB, 1985.

Eis por que o governo de Getúlio Vargas é para o povo brasileiro um governo de reação, um governo de traição nacional.

A partir do manifesto espocariam focos revolucionários espalhados pelo território brasileiro. Dessa maneira, a 23 de novembro explodia a revolta em Natal organizada pela ANL e composta de militares e civis, mas três dias depois o movimento era esmagado. Em 24 do mesmo mês, militares ligados à ANL promoviam sublevação no Recife, entretanto, no dia seguinte a revolta foi sufocada pelas forças governamentais. Diante disso, a 25 de novembro, o Congresso Nacional determinava o estado de sítio em todo o país. Já a 27 de novembro ocorria o levante do 3º Regimento de Infantaria no Rio de Janeiro, igualmente sufocado pelo governo. Isolados e sem a adesão popular pretendida, os movimentos rebeldes aliancistas ficaram fadados à derrota.

O governo varguista utilizou-se em larga escala dos acontecimentos para acelerar o processo de implantação do autoritarismo. Em janeiro de 1936, foram estabelecidas as normas de atuação da Comissão de Repressão ao Comunismo. A 5 de março ocorria a prisão de Luís Carlos Prestes e, ao longo do ano, milhares de pessoas viriam a ser presas acusadas de comunistas. Ainda em março, os presos de Natal e Recife chegavam ao Rio de Janeiro e Vargas solicitava prorrogação do estado de guerra. A 11 de setembro ocorria a criação do Tribunal de Segurança Nacional, com a promoção de julgamentos sumários dos suspeitos de “subversão”. No último mês de 1936 se dava a prorrogação do estado de guerra por noventa dias.

Nesse contexto, ficava reforçada a perspectiva de que a Constituição de 1934 poderia ser considerada como um texto constitucional natimorto, tendo em vista o exíguo tempo em que perdurou. Teoricamente, tal carta magna duraria até 1937, quando a partir do estabelecimento de um modelo ditatorial, foi instituída uma nova constituição, mas, na prática, sua execução plena se restringiu até o ano de 1935, quando, após as revoltas comunistas, o governo conseguiu aprovar, junto ao legislativo, consecutivos estados de exceção, os quais neutralizavam muitos dos pressupostos constitucionais. Em 1937, ainda que os prenúncios de um possível golpe ditatorial fossem sentidos amplamente no seio da sociedade, havia uma aparência de normalidade, inclusive com a deflagração de uma campanha eleitoral que escolheria, por eleições diretas, o sucessor de Getúlio Vargas⁸⁷.

Nos primórdios do “ano de 1937, a maioria dos líderes políticos brasileiros não ignorava que se estava preparando um golpe de Estado”, com a participação vinculada à “própria Presidência da República” e à “alta chefia das forças armadas”. Os comandantes militares manifestaram “a disposição de desencadear um golpe de Estado” diante de uma “suposta fraqueza do regime constitucional diante do comunismo”, ainda mais depois das revoltas de novembro de 1935. O próprio presidente “manifestara disposição de continuar na

⁸⁷ Texto elaborado a partir de: ALVES, Francisco das Neves. O contexto histórico nacional em fevereiro de 1937: um rápido olhar a partir da Revista *Careta*. In: ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique & MONICO, Reto. *O bicentenário da cidade do Rio Grande e seu contexto histórico*. Lisboa; Rio Grande: Cátedra Infante Dom Henrique; Biblioteca Rio-Grandense, 2017. p.37-49.

chefia da República, além do período constitucional", chegando a propor, ao final de 1936, "a prorrogação dos mandatos do presidente e dos principais governadores"⁸⁸. No campo político, "o quadro sucessório" apresentado em 1937 refletia "bem a impossibilidade de retorno à situação antiga", em um quadro pelo qual, "as largas e profundas agitações" revelavam "a gravidade das contradições que ocupavam a vida brasileira e se refletiam no problema político"⁸⁹.

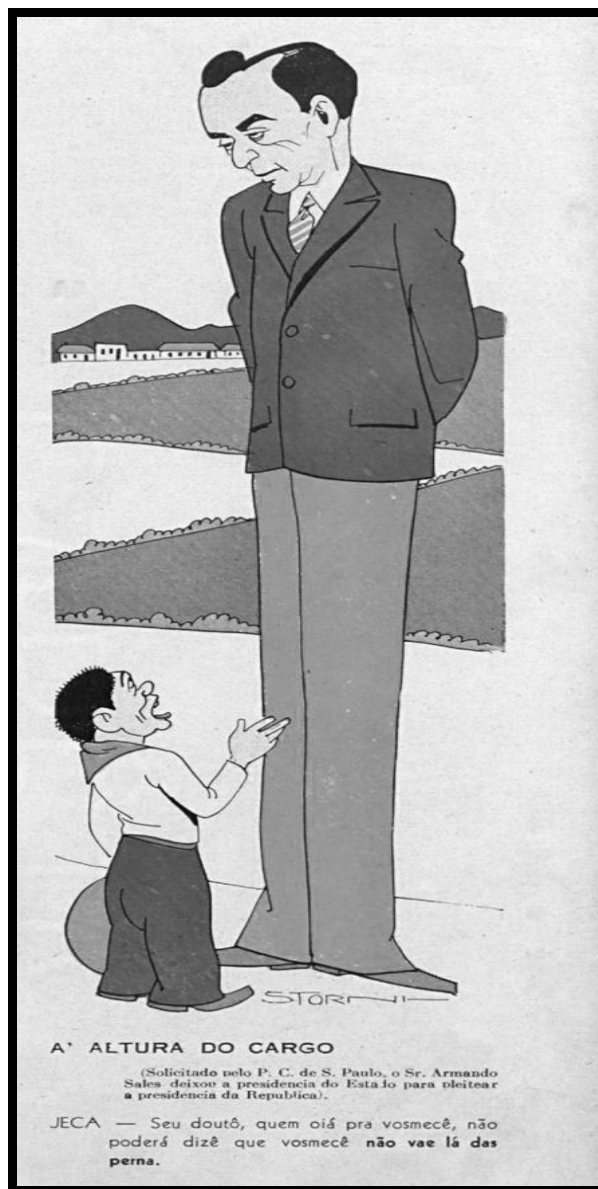
Nesse sentido, a conjuntura histórica do início de 1937 foi marcada por uma série de incertezas quanto aos rumos do país. De um lado, alguns chegavam a pensar que as eleições poderiam transcorrer bem e a transição de poder ocorreria, de outro, havia a perspectiva de que as instituições mais uma vez seriam rompidas e o grupo governista daria vazão ao seu projeto de continuação e até de perpetuação no poder. Tal conjuntura aparecia nas páginas dos vários representantes da imprensa brasileira de então. Dentre esses periódicos, esteve a Revista *Careta*, publicação editada no Rio de Janeiro desde 1906 e que se consolidou no âmbito nacional, como edição voltada à informação, à divulgação de elementos do cotidiano, como as disputas futebolísticas e as manifestações artístico-culturais, mantendo um norte editorial bastante calcado no humor.

⁸⁸ MENDES JÚNIOR, Antonio & MARANHÃO, Ricardo. *Brasil História – texto & consulta (Era Vargas)*. São Paulo: Hucitec, 1989. p. 151.

⁸⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. 12.ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1987. p. 327.

A *Careta* reunia alguns dos principais caricaturistas brasileiros da época, e trazia em suas páginas matérias sobre assuntos variados, notadamente aqueles vinculados ao cotidiano, à vida urbana na capital federal, ao turismo, ao carnaval e ao futebol. A política era outra das preferências da revista que traduziu, sob o prisma caricatural, vários momentos do devir histórico brasileiro desde a República Velha até os governos populistas dos anos 1960. Em fevereiro de 1937, as quatro edições da *Careta* deixavam transparecer aquelas incertezas entre a transição ou a continuidade no poder. Em pleno espírito carnavalesco, mantendo o tom jocoso, sem necessariamente deixar de articulá-lo com a abordagem séria, de um lado a publicação apresentava os possíveis postulantes às eleições, de outro, o projeto governista de manutenção do poder.

O processo eleitoral brasileiro também vinha à baila naquela primeira edição de fevereiro de 1937 da *Careta*, trazendo um jogo de palavras entre a altura física e a cívico-moral do candidato que se apresentava como representante da oligarquia paulista, Armando de Sales Oliveira. Segundo a folha, o político deixara a presidência do estado de São Paulo para pleitear a presidência da República. Na caricatura, sob o título “À altura do cargo” o candidato paulista ouve o “Jeca”, tradicional representante do povo brasileiro, o qual dizia: “Seu *douto*, quem *oiá pra vosmecê*, não poderá *dizê* que *vosmecê não vai lá das perna*”



A^a ALTURA DO CARGO

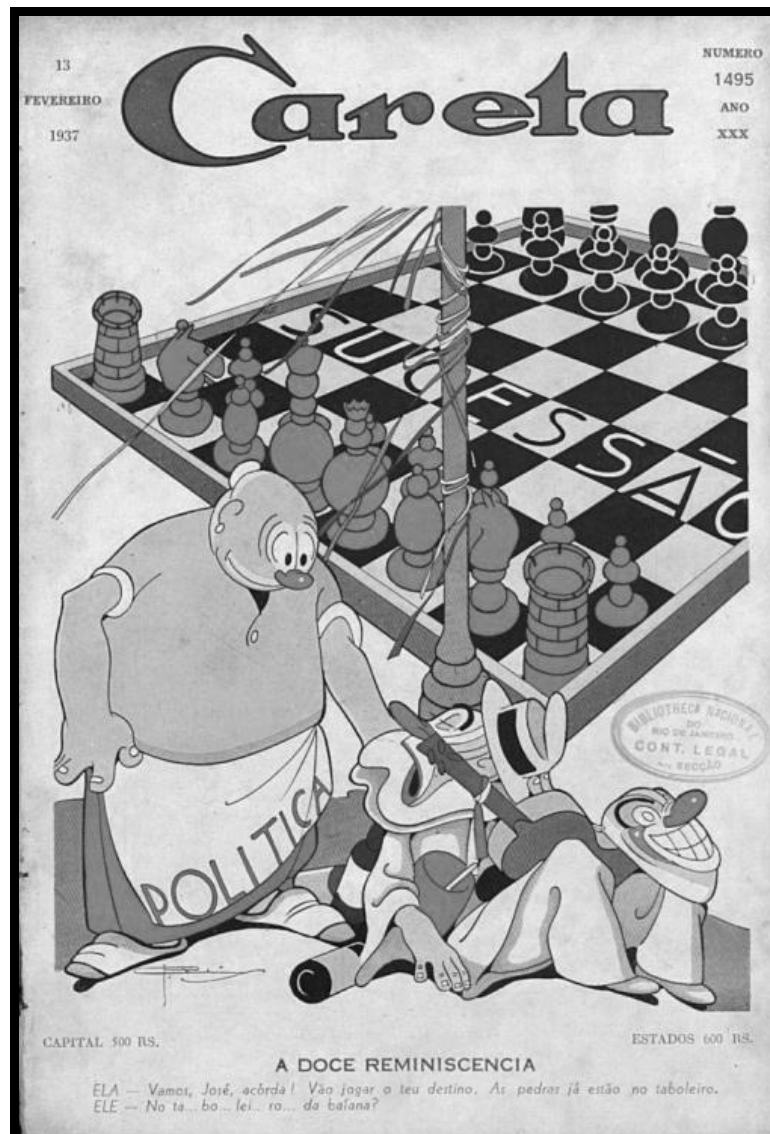
(Solicitado pelo P. C. de S. Paulo, o Sr. Armando Sales deixou a presidência do Estado para pleitear a presidência da República).

JECA — Seu doutô, quem oís pra vosmecê, não poderá dizê que vosmecê **não vae lá das perna.**

Este caráter joco-sério já aparecia na capa da primeira edição da *Careta* em fevereiro de 1937 (CARETA, 6 fev. 1937), na qual aparecia o desenho de uma cena do carnaval brasileiro e uma sugestão que se antepunha ao espírito de guerra que avançava à época, com os prenúncios da II Guerra Mundial. A legenda dizia: “É agora! – Se a velha Europa sentisse/ O ‘cupim’ que a gente tem,/ Depunha as armas nefastas,/ e Vinha sambar também.”



Já na segunda edição de fevereiro de 1937 (CARETA, 13 fev. 1937), a Revista trazia a conjuntura nacional expressa na capa. Diante de um tabuleiro de xadrez, representando a sucessão brasileira à presidência da República, uma figura feminina, cujo avental identificava-a com a política, buscava acordar o “Zé-povinho” que, em plena festividade de carnaval, encontrava-se ébrio, sonolento e ainda com suas indumentárias e apetrechos típicos daquela época do ano. A “política” lembrava ao povo que o seu destino estava em jogo nas disputas daquele tabuleiro político, ao que ele respondia, meio grogue, com outra pergunta, ou seja, se ela se referia ao tabuleiro da baiana, bem mais conforme com o espírito festivo de Momo.



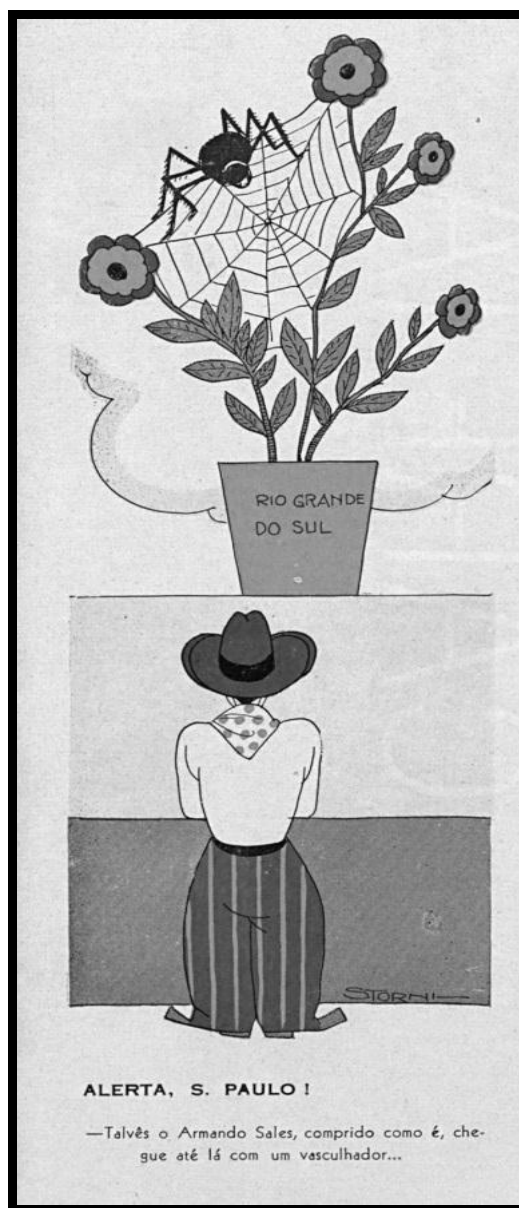
Mantendo a mescla entre a pilhéria e a seriedade, a publicação mostrava três indivíduos, bêbados, vindos da farra carnavalesca, mas, ainda assim, temerosos pelo futuro que poderiam enfrentar. Ainda que a referência mais direta fosse a de uma esposa indignada com a esbórnia do marido, também poderiam estar implícitas as dúvidas quanto aos destinos do país. O título do desenho era “O veterano prudente”, o qual, na legenda, dizia: “Eu entro primeiro porque conheço os segredos da entrada, deve haver uma tranca em falso e, no primeiro degrau, uma bacia cheia de água”.



A terceira edição do mês de fevereiro de 1937 (CARETA, 20 fev. 1937), na capa, trazia uma analogia entre a política internacional e alguns costumes atribuídos aos brasileiros, de maneira específica quanto a uma certa despreocupação no que se refere às dívidas. Na cena, dois homens conversam, enquanto uma velha senhora, que representava a Sociedade das Nações, mexia no calendário. Sob o título “A balbúrdia”, o primeiro indivíduo afirmava: “Estou radiante. **Seu Aquele!** A Sociedade das Nações vai reformar o calendário!”. Ao que o interlocutor, perguntava: “E quais são as vantagens que te alegam assim?”; obtendo por resposta: “É que eu tenho por aí um mundão de promissórias”.



Nessa mesma edição, aparecia uma caricatura que bem sintetizava a vida política brasileira de então. Na figura, um indivíduo se deparava com um vaso identificado com o Rio Grande do Sul, no qual, entre as flores, uma aranha tecia sua teia. Era uma alusão direta às intenções da oligarquia gaúcha de planejar sua permanência no poder. O título era “Alerta S. Paulo!” e a legenda, mais uma vez fazendo referência à altura do candidato paulista, mostrava os cuidados necessários naquela sucessão: “Talvez o Armando Sales, comprido como é, chegue até lá com um vasculhador...”.



A última edição da *Careta* em fevereiro de 1937 (CARETA, 27 fev. 1937) foi a mais incisiva em termos da discussão da situação política nacional. Já na caricatura da capa, intitulada “A lição de pescaria”, Getúlio Vargas aparecia dando instruções que seriam ruins para dois possíveis candidatos à sucessão. No desenho, o presidente afirmava “Amarra bem a corda na perna para que haja mais resistência”, de modo que um dos políticos acabaria sendo abatido pelo arpão e o outro poderia afogar-se ao cair na água.



No editorial dessa edição da *Careta*, o debate em torno da sucessão presidencial ganhava força. A intenção governista de permanência no poder já ficava expressa no título – “O novo ‘Fico’” e o texto apresentava os possíveis candidatos à presidência, sem deixar de mostrar dúvidas quanto à perspectiva efetiva das eleições. Segundo a folha, ninguém atentara “ainda para a fleuma com o que o presidente” acompanhava “a marcha da sucessão”, pois, diante do quadro de possíveis sucessores, ele permanecia “enigmático, sorridente, calmo, temperado por um otimismo constante”, não se alterando, nem dando a menor importância aos acontecimentos.

Caretta

JORGE SCHMIDT
Fundador

ROBERTO SCHMIDT
Diretor responsável

TRES candidaturas se encontram atualmente no cartaz; as dos senhores Macedo Soares, Goes Monteiro e Osvaldo Aranha. A do primeiro já o sr. Costa Rego, com bastante espírito e propriedade, definiu. Representa no cenário político o mesmo papel que certas rezes na travessia perigosa dos campos. É carne de gibola. A segunda é uma satisfação prestada ao elemento militar que colaborou na deflagração do movimento de 30 e que precisava de uma barretada. A terceira, sim, é uma candidatura com todas as características, inclusive com a declaração peremptória do interessado de que não é candidato.

Pelo dedo se conhece o gigante. O observador desprevenido vê no nome do sr. Osvaldo Aranha o favorito do Catete. Pela sua posição nos quadros revolucionários, pelas suas íntimas ligações com o presidente da República, por uma série de razões que seria ocioso enumerar, parece, realmente, que as preferências do sr. Getúlio Vargas se acumulam no seu antigo ministro da Justiça e da fazenda, ao qual desejaria deixar o seu legado.

Puro engano de visão.

Por mais contraditória que pareça a afirmativa, o Embaixador em Washington é de todos os candidatos o que menos preocupa o senhor Getúlio Vargas. Por isso mesmo, é aquele que parece destrutar as maiores vantagens de sua simpatia. Ninguém atendeu ainda para a fleugma com que o atual Presidente acompanha a marcha da sucessão. Toda gente está preocupada. Quer saber quem é o homem. Enigmático, sorridente, calmo, temperado por um otimismo constante, o sr. Getúlio Vargas não se altera, não liga a menor importância aos acontecimentos que se estão processando. Ele terá lá as suas razões. Quando o "leader" paulista sobe a Petrópolis para comunicar-lhe que vai ser lançada a candidatura Armando Sales e que já está tudo pronto para uma campanha democrática em grande estilo, o presidente



Looping the Loop

O Novo "Fico"

concorda e promete "ajuda-la". Quando o governador da Baía se prontifica a coordenar as forças políticas para uma solução pacífica e discreta do problema, o sr. Getúlio Vargas acalenta esse sonho e afaga com umas palmadinhas a boa intenção do seu amigo. Quando o sr. Lima Cavalcante vem ao Rio para prestar, pela milésima vez, a sua solidariedade ao governo, dando mostras de que a sua palavra precisa de ser muitas vezes repetida para ser acreditada, o Presidente dá-lhe meia polegada de sorriso e um atê logo atencioso de despedida e repete o Fasanello: nada mais.

Inflexível na sua reserva, o ex-ditador constitucional e presidente revolucionário não deixa escapar a menor inclinação por este ou por aquele candidato.

No íntimo, ele desejará que as forças políticas se decidam, afinal, a apresentar o nome do sr. Osvaldo Aranha à sua sucessão.

Essa candidatura representará a maior vitória política do sr. Getúlio Vargas. É a que mais consulta às suas preferências, não porque resulte dela o triunfo particular de um amigo do peito, de um companheiro de jornada, de um conterrâneo que influiu decisivamente no seu destino. Mas precisamente pelo contrário. Porque o sr. Getúlio Vargas sabe, melhor que ninguém, que no dia em que ficasse definitivamente assentada a candidatura do senhor Osvaldo Aranha, até os maiores inimigos da prorrogação do mandato subiriam as escadas do Guanabara ou do Catete para implorar que ele ficasse por mais quatro ou oito anos, como bem quizesse ou entendesse.

E o sr. Getúlio Vargas, puxando a fumaça calculista do seu inseparável charuto, repetiria ao novo José Clemente que lhe fosse levar o apelo:—"como é para bem de todos e felicidade geral da nação, diga ao povo que fico".



R. S.

Na concepção da *Careta* a postura ambígua de Vargas levava-o a não contradizer nenhuma candidatura. Fazendo um jogo de palavras, entre os períodos que ele estivera na presidência, a folha dizia que “inflexível na sua reserva, o ex-ditador constitucional e presidente revolucionário” não deixava “escapar a menor inclinação por este ou por aquele candidato”. O texto era complementando por um desenho mostrando Getúlio Vargas em trajes majestáticos, demonstrando sua vontade de continuar no poder. Tal percepção era também demonstrada na conclusão do editorial, ao afirmar que o presidente, “puxando a fumaça calculista do seu inseparável charuto”, poderia vir a repetir: “como é para bem de todos e felicidade geral da nação, diga ao povo que fico”.

Intentando mostrar que estava ajustada às lides jornalísticas contemporâneas, a *Careta* afirmava de maneira jocosa que passaria a realizar entrevistas para descobrir que viria a ser o presidente da República e, iria iniciar exatamente pelo detentor do cargo. A matéria tinha por título “Que será o homem? – Uma sensacional entrevista com o presidente Vargas” e mostrava um diálogo entre este e o repórter da Revista. Nesse sentido, a publicação afirmava que, “a fim de tentar uma solução que pudesse dar tranquilidade aos leitores”, resolvera “aproveitar o carnaval e proceder a um inquérito entre os *gros bonnets* da política nacional, com o louvável intento de saber quem é o homem”. Mantendo o teor humorado, a folha dizia que começaria “pela figura do ilustre e particular amigo, o presidente Getúlio Vargas”, explicando que, se ele era “intransigentemente reservado para com os outros colegas”, fora “extremamente ‘loquaz’ com a *Careta*”.

Na suposta reportagem, a primeira pergunta, “para disfarçar” fora quanto à saúde do presidente, para em seguida falar sobre o seu apetite. A tal respeito, o entrevistador perguntava se Vargas vinha comendo churrasco, ao que ele respondia que preferia o seu prato predileto, ou seja, um pirarucu – em plena harmonia com a capa e caricatura apresentava na Revista. Perguntado se o peixe vinha do Amazonas, o presidente respondia que não, e sim de São Paulo, descrevendo como “um pouco magro e com pernas bastante compridas”, apresentando um “espírito forte”, mas “a carne fraca”, em clara alusão ao candidato paulista Armando de Sales Oliveira.

Quem será o homem ?

Uma sensacional entrevista com o Presidente Vargas



O presidente Getúlio Vargas, quando fazia ao representante de **Careta** as momentâneas declarações sobre a escolha do seu sucessor. Ao lado de S. Exa. vê-se um ramo de hortênsias, as flores típicas de Petrópolis.

A pergunta continha no ar. Afim de tentar uma solução que pudesse dar tranquilidade aos nossos leitores, resolvemos aproveitar o carnaval e proceder a um inquérito entre os "gros bonnets" da política nacional, com o louvável intento de saber quem é o homem.

Começamos (e nem podia ser por menos) pela figura do nosso ilustre e particular amigo, o presidente Getúlio Vargas, S. Exa., que é intransigentemente reservado para com os outros colegas, é extremamente "loquaz" com "Careta". Fala mais que o ministro Agamenon Magalhães quando responde ao deputado Adalberto Corrêa.

Schimos a Petrópolis. Dirigimo-nos ao Palácio Rio Negro. Seriam talvez duas horas. O presidente havia acabado de almoçar e dispunha-se a fazer o seu passeio diário pela Avenida Koeller, sob a sombra das árvores tranquilas e protetoras da cidade serrana.

Fomos ao seu encontro. O presidente, por especial deferência à "Careta", resolveu conceder-nos uma entrevista ambulante. Perguntá-

mos, para disfarçar o nosso propósito, pelo estado de saúde de S. Exa.

— Excelente.

— Tem tido bastante apetite ?

— Como sempre. Ainda hoje almocei regalmente.

— Alguém charrasco, Exa. ?

— Não. Cozinha melhor. O meu prato predileto.

— Ah! Já sabemos: um pirarucu.

— Exatamente.

— Vindo do Amazonas, naturalmente.

— Não; de mais perto, de S. Paulo.

— Ah! Não julgávamos que existisse em S. Paulo.

— Oh! como não! Existem várias. Este, que acabo de digerir é apenas um pouco magro e com as pernas bastante compridas. O espírito é forte; mas... "a carne é fraca". E S. Exa. sorriu...

Aproveitamos a deixa e entramos no assunto.

— Precisávamos informar os nossos leitores sobre a sucessão presidencial. Nesse sentido, desejávamos que V. Exa. nos dissesse quem será o homem ?

— Oh! exclamou o presidente! ainda não sabem ?

— Em verdade, não; e, como não, todo mundo está à procura.

— Entretanto, é um problema tão fácil—atalhou o presidente.

— Sim, concordamos. Já dizia o general Klínger que o mais difícil dos problemas é achar o simples.

— O Klínger !

— E' candidato ? — perguntámos.

— Não; é filósofo.

— Qual será, então, na opinião de V. Exa., o homem ?

— Candidatos há muitos. E todos excelentes. Com ligeiros defeitos. O Borges seria ótimo, si não estivesse tão velho. O Armando de Sales, magnífico, si não fosse tão novo. O José Americo, admirável, si não fosse tão miúdo. O Góes Monteiro seria esplêndido si não falasse tanto. O Aranha, pelo mesmo motivo. Até o Flores, daria um bom presidente, si não sofresse tanto da "garganta". O Macedo Soares estaria indicado para o lugar. Descompatilibilizou-se do ministério, mas incompatibilizou-se com S. Paulo. O Antonio Carlos, ha cem anos passados, teria sido um bom presidente. O Medeiros Neto, daqui a vinte, poderá sê-lo. Não sou infenso aos seus á candidatos do Bernardes e do Mangabeira á sucessão. Acho-os excelentes adversários e gostaria de passar-lhes o cargo, si não preferisse continuar a tê-los como adversários.

— Quer dizer que V. Exa. não vê um homem com todos os predicados necessários a substituí-lo.

— Não é tanto assim.

— Pois do balanco dado por V. Exa., nenhum escapou ao seu apêlo.

— Sim, compreendo. Homens há muitos; mas o homem, esse ha poucos, pouquíssimos, talvez mesmo um só.

— Mas é esse, justamente que nós desejávamos saber.

Tiabamos chegado, justamente, ao ponto de partida. Estávamos enfrente ao Rio Negro. O presidente, despidando a nossa pergunta, indagou:

— Você conhece aquêla canção "Onde é que Maria mora" ?

Muito, cantou-se tanto no Carnaval.

E o presidente começou a assoviar:

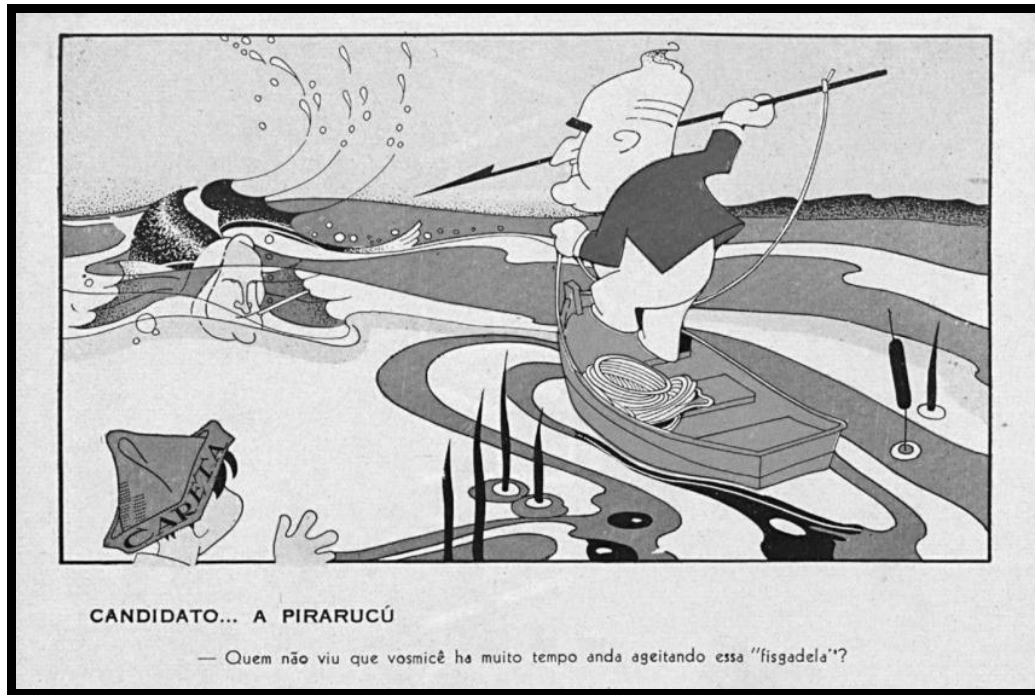
"Onde é que Maria mora ?

Não diga.

Com quem é que Maria mora ? Comigo."

Finalmente adentrando ao assunto de maior interesse, o repórter interrogava o presidente quanto à sua sucessão. Getúlio Vargas, evasivo, citava vários possíveis concorrentes, demarcando cada um com potenciais desqualificativos. Diante de tal posição, o entrevistador insistia, perguntando se Vargas não via “um homem com todos os predicados necessários a substituí-lo”, uma vez que nenhum dos possíveis candidatos havia escapado “ao seu arpão”. Em resposta, o presidente declarava que homens havia muitos, mas para ser “o homem”, esses seriam pouquíssimos, “talvez mesmo um só”. Diante da insistência do repórter, o presidente despistava e lembrava uma canção de carnaval, sem revelar um nome que pudesse sucedê-lo.

O caráter enigmático de Vargas, como um sinônimo de continuidade no cargo, intentando eliminar possíveis concorrentes, relevado pela *Careta* na capa, no editorial e na “entrevista” era reforçado através de caricatura. No desenho, desta vez era o próprio presidente que, em um barco, de arpão à mão, buscava alvejar um candidato, metamorfoseado em peixe. À margem, o “Zé-Povinho”, com um chapéu de papel à cabeça, identificado com a *Careta*, confirmava a perspectiva de que Getúlio Vargas pretendia arpoar o possível adversário. Confirmando as demais inserções, o título da caricatura era: “Candidato... a pirarucu” e a legenda correspondia à fala do “povo”: “Quem não viu que *vosmicê* há muito tempo anda ajeitando essa ‘fisgadela’?”.



Assim, a *Careta*, uma das mais importantes publicações de seu gênero na época em que circulou, trouxe um prisma caricatural acerca do contexto histórico nacional em fevereiro de 1937. As idiossincrasias da vida política brasileira, notadamente entre as tendências de alternância e continuidade no poder, ficavam evidenciadas nas páginas da Revista. Como era típico do jornalismo humorístico, a publicação enfrentou os poderosos, uma vez que ainda havia resquícios de liberdade que permitiam a livre expressão daquele

olhar crítico. Em breve, o arbítrio ditatorial responderia a esse tipo de visão com a coerção e a repressão. Mas, enquanto pode, a *Careta* mostrou as tantas contradições que marcavam o cenário brasileiro naquele intrincado ano de 1937.

As possibilidades em torno da execução de um golpe de Estado pareciam cada vez mais efetivas. Mesmo diante de tal contexto, em abril de 1937 ocorreria o lançamento de candidaturas para as eleições à Presidência da República, marcadas para 3 de janeiro de 1938. As forças paulistas unificadas no denominado Partido Constitucionalista lançariam o nome de Armando de Sales Oliveira. A Ação Integralista Brasileira apresentava a candidatura de seu líder máximo, Plínio Salgado. Os grupos governistas trabalhavam decisivamente para a realização do golpe, mas, perante o desencadear do processo eleitoral, seriam promovidas articulações para lançar o nome de José Américo de Almeida, escritor nordestino, com notoriedade intelectual, e membro do governo, como ministro da Viação e Obras Públicas, ou seja, contando com significativa exposição pública de seu nome. Nesse meio tempo, Getúlio Vargas acelerava o processo da possível continuidade, estabelecendo tratativas com as forças estaduais, realizando o fortalecimento dos aliados, e promovendo uma espécie de cerco aos dissidentes, além de buscar o enfraquecimento dos opositores. As peças do jogo de xadrez político estavam colocadas e, a cada movimento, parecia estar mais próxima a implantação de mais um modelo ditatorial na formação histórica brasileira.

ESTADO NOVO: IMPLANTAÇÃO

O ano de 1937 fora marcado por uma campanha eleitoral para o pleito presidencial, mas, ao mesmo tempo, acontecia uma trama política urdida no sentido de romper com os rumos institucionais e perpetrar um golpe de Estado. Desse modo, os caminhos para o autoritarismo tornavam-se cada vez mais evidentes, com o Presidente da República preparando “um golpe preventivo contra o integralismo, que vinha ganhando força, e contra os comunistas e liberais”. De acordo com tal perspectiva, “seus braços armados” eram os militares Eurico Gaspar Dutra e Pedro Aurélio de Góis Monteiro, tendo ainda “o apoio de Filinto Müller, João Alberto e Juarez Távora, ex-tenentes”. Dessa maneira, “a ameaça comunista foi utilizada pelo governo para decretar o estado de guerra”, mas a ela eram acrescidas “a alegada fraqueza do Congresso, a violência verbal da campanha eleitoral e o crescimento dos integralistas, com suas conexões internacionais”. Nesse quadro, “o verdadeiro objetivo de Getúlio Vargas era adiar a realização das eleições para presidente”, querendo “permanecer no poder, ainda que por um golpe”. Diante disso, “os militares apoiavam os planos de Vargas, pois não acreditavam que um governo constitucional fosse capaz de afastar a ‘ameaça comunista’”⁹⁰.

Perante esse ambiente de incertezas e de tendências golpistas, ocorreria a formação de uma frente que tentaria resistir ao golpe de Estado, mantendo-se unida na sustentação do candidato paulista Armando de Sales Oliveira. Assim, em junho de 1937, era criada a União Democrática Brasileira (UDB), inicialmente

⁹⁰ LOPEZ, Adriana & MOTA, Carlos Guilherme. *História do Brasil: uma interpretação*. São Paulo: SENAC/São Paulo, 2008. p. 684.

formada pela coligação do paulista Partido Constitucionalista de São Paulo e do gaúcho Partido Republicano Liberal Rio-Grandense. À época da fundação, recebeu as adesões do Partido Republicano Mineiro e do Partido Progressista Democrático, também de Minas Gerais; da Concentração Autonomista da Bahia, do Partido Republicano Baiano; do Partido Social Democrático do Ceará; e da Frente Única Paranaense. Posteriormente, ocorreria o ingresso da União Progressista Fluminense, da Legião Republicana Catarinense, da União Republicana Paranaense, além de outros políticos representantes de diversos estados brasileiros.

As ideias dessa frente partidária ficariam conhecidas através de manifestação da União Democrática Brasileira⁹¹, conforme exposto nos seguintes quadros, acompanhados de breve comentário:

1º) – Sendo a democracia, como é, o regime do voto, impõe-se: a) uma legislação que vá permitindo sempre, o mais que seja possível, a expressão da vontade do povo, por meio, já de eleições, na base do sufrágio universal, do voto secreto, da justiça eleitoral e dos sistema proporcional, já mesmo do *referendum*, onde e quando for aconselhável; b) o aperfeiçoamento dos métodos, ou dos costumes políticos, no sentido de evitar que o direito de voto sofra quaisquer violências, diretas ou indiretas, principalmente por parte das autoridades; c) o respeito aos resultados finais, ou inapeláveis, que forem devidamente proclamados pelo poder competente; d) a ação, por todos os meios idôneos, entre os quais,

⁹¹ CHACON, Vamireh. História dos partidos brasileiros. 2.ed. Brasília: Editora da UnB, 1985.

especialmente, os acima mencionados, para que a nação, cada vez mais, concorra ao alistamento e às eleições confiante na liberdade e na verdade do voto.

A perspectiva geral da UDB era demonstrar não só a importância do voto, mas também as formas da sua livre realização e, fundamentalmente, da apuração independente. Ao retomar as reivindicações quanto ao voto secreto, ao fim da corrupção eleitoral e à legitimação fiel ao resultado das urnas, a frente intentava apresentar a expectativa quanto ao processo eleitoral em andamento.

2º.) – Sendo a democracia, como é, o regime da opinião, impõe-se: a) que a constituição e as leis assegurem, praticamente, à opinião, o seu pronunciamento, mediante o exercício, pelo povo, das liberdades públicas, isto é, das liberdades democráticas, sem outras limitações que não as realmente essenciais ao funcionamento do regime; b) a prática honesta, pelos governos, na União e nos estados, da constituição e das leis; c) um Poder Judiciário com a idoneidade e a independência precisa para que não falte aos direitos ou às liberdades violadas a proteção da justiça; d) justiça pronta e barata, já que, efetivamente, de outro modo, será precária a justiça, sem a qual, todavia, não há, nem pode haver propriamente um regime democrático.

A relevância do respeito à opinião pública era outro pressuposto defendido pela UDB, como única forma viável de manter o regime democrático e representativo. Para tanto seria necessário o respeito aos ditames constitucionais, bem como um “prática honesta” na execução da política e um sistema judiciário idôneo, livre e acessível a todos os cidadãos, como

elementos constitutivos essenciais ao bom termo para as disputas eleitorais.

3º.) – Sendo a democracia, como é, o regime do governo do povo, pelo povo, impõe-se: a) que se prepare, convenientemente, o povo, reduzindo, em proporções tanto maiores quanto mais as circunstâncias forem permitindo, pela educação nacional, e por todos os outros meios utilizáveis na hipótese, tendo em vista, não somente o aspecto político, mas igualmente o cívico, ou o moral, e o econômico, a parte, que ainda é a maioria do povo brasileiro, excluída iniquamente da faculdade de colaborar, sequer simplesmente pelo povo, na gestão dos seus próprios destinos; b) que o governo se faça para o povo, sem classes privilegiadas, animado de um espírito verdadeiramente democrático, tanto vale dizer de justiça e de fraternidade social, atendo sempre aos direitos ou aos interesses das massas que, quanto mais indefesas, tanto mais devem ser objeto da preocupação dos responsáveis pela direção do país.

A democracia definida como um regime cuja base era a participação popular foi outro dos pressupostos sustentados pela UDB, indicando a necessidade da “educação nacional” para preparar os votantes e da existência de uma ampla justiça que defendesse os interesses das massas. A frente partidária considerava que tais condições seriam *sine qua non* para a efetiva realização da democracia.

4º.) – Para que bem se conserve e, cada vez mais, se consolide, em pleno regime livre, a unidade nacional, impõe-se a preservação da forma federativa, em toda a sua pureza, a autonomia dos estados e, nos estados, a

dos municípios, em tudo o que se refira aos seus interesses peculiares, e não se oponha aos interesses supremos da União Federal.

Em oposição aos rumos centralizadores que vinham campeando no Brasil desde a Revolução de 1930, a UDB propunha a autonomia estadual e municipal. A defesa se dava em relação ao modelo federativo, vislumbrando certas liberdades regionais, proposta que vinha de encontro aos governantes de então.

5º.) – Não basta que se mantenham. É mister que se façam cumprir, desenvolvendo-os e aperfeiçoando-os, dentro do espírito que os inspirou, os preceitos da carta política de 16 de julho, relativamente à ordem econômica, à ordem social, com a sindicalização, à segurança nacional, dependente, antes de tudo, do aparelhamento sistemático e do permanente prestígio das instituições militares, à família e aos direitos da mulher, à educação e à cultura, como postulados da paz social, da solidez da nacionalidade e da integridade da pátria.

Com posição contrária à ruptura institucional, a UDB defendia a manutenção dos ditames constitucionais, com o cumprimento das regras estabelecidas na Constituição de 1934. Os membros da frente partidária levavam em conta elementos constitutivos como a economia, a sociedade, a segurança, as forças armadas, a família e os direitos sociais, como pontos fundamentais na sustentação de uma sociedade democrática.

6º.) – A defesa da democracia consiste principalmente em praticá-la. Mas exige, ao mesmo tempo, a ação que for necessária, e pelos meios devidos, contra os que empreguem, para combatê-la, armas ou processos

que exorbitem das franquias democráticas.

Quem for eleito, para postos federais, estaduais, ou municipais, sob a legenda – União Democrática Brasileira – exercerá o seu mandato, sobretudo em se tratando de cargos do governo, de conformidade com o programa que houver proposto a seus concidadãos. No que diga respeito, porém, a regime político, há um compromisso de honra, e por ele não respondem apenas os candidatos, mas a própria União Democrática: é o de ser fiel aos princípios acima estabelecidos.

A manutenção da democracia era colocada como princípio fundamental da existência da UDB, em oposição a qualquer tendência que viesse a pleitear a ruptura institucional. Além disso, havia o compromisso dos membros da UDB em relação aos princípios democráticos, com a proposta de que os mesmos viriam a servir como conduta essencial em suas campanhas e no caso de chegarem ao poder.

A fermentação golpista, entretanto, continuava em franca atuação, como foi o caso de uma reunião realizada em setembro de 1937 por algumas das principais lideranças militares brasileiras da época. Dela participaram Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra; Pedro Aurélio de Góis Monteiro, Chefe do E. M. do Exército; Almério de Moura, Comandante da 1ª. Região Militar; José Antônio Coelho Neto, Diretor da Aviação; Newton Cavalcanti, Comandante da 1ª. Brigada de Infantaria; e Filinto Müller, Chefe de Polícia do Distrito Federal. De tal reunião

foi lavrada a respectiva ata⁹² que bem demonstrava a tendência no âmbito das chefias militares. A discussão girava em torno da continuidade da repressão ao comunismo e das medidas que deveriam ser tomadas para aumentar o regime coercitivo. Nesse sentido, o Ministro da Guerra argumentou:

Não se trata de política, mas exclusivamente de repressão ao comunismo. Ante a ameaça ostensiva dos elementos comunistas precisa e publicamente caracterizados, o Ministro da Guerra já fez tudo quanto estava ao seu alcance. O crime de lesa-pátria praticado em novembro de 1935 está prestes a ser repetido, provavelmente com maior energia e mais segurança de êxito. Não é fantasia do governo; os documentos de origem comunista são copiosos e precisos; as atitudes ofensivas dos elementos postos em liberdade são públicas e evidentes; as manifestações em praça pública são do conhecimento de todos; as declarações da imprensa, algumas sob assinatura, não deixam a menor dúvida.

As providências pedidas insistentemente pelo Ministro da Guerra vão sendo proteladas. Sob vários pretextos, o Ministério da Justiça, longe de prevenir os acontecimentos que se preparam, promete leis e medidas de defesa contra o perigo que nos ameaça, mas nada realiza. Essa inação do órgão competente vai fomentando, dia a dia, as energias que estão prestes a explodir. A propaganda comunista invade todos os setores da atividade pública e privada. O comércio, as indústrias, as classes laboriosas, a sociedade em geral e a própria família vivem em constante sobressalto. As nossas leis, como se acaba de ver, são ineficazes, inócuas. Só têm servido para pôr em liberdade aqueles que a polícia apanhou em flagrante delinquência. O menor defeito dos processos serve de argumento para inocentar os maiores culpados.

As forças armadas, particularmente o exército, por ser a mais numerosa e de ação mais ampla pelo território nacional, constituem o único elemento capaz de

⁹² BONAVIDES, Paulo & AMARAL, Roberto. *Textos políticos de História do Brasil*. 3.ed. Brasília: Senado Federal, 2002. v. 5.

salvar o Brasil da catástrofe prestes a explodir e cujas consequências poderão comprometer essas mesmas forças que o inimigo procura contaminar.

Impõe-se, contra a ação nefasta iminente, a ação honesta, salvadora das instituições nacionais. É questão de iniciativa: quem perdê-la estará comprometido, pelo menos no primeiro instante. É preciso, portanto, agir, e agir imediatamente.

O Comandante da 1ª. Brigada de Infantaria ia na mesma linha, relatando que, “em contato íntimo com a tropa da Vila Militar”, sentira “a magnitude do momento”, vindo a pedir “providências imediatas”, expressando as seguintes palavras:

O Sr. General Newton começou declarando que, de posse do documento fornecido pelo Estado-Maior do Exército, referente ao plano comunista, verificou, em confronto com o que vai presenciando, que tal plano está prestes a entrar em execução. Há, evidentemente, o firme propósito de liquidar o próprio exército. Aí estão os achincalhes aos chefes militares, partidos até de congressistas. O que se pode chamar bancada comunista impediu, na Câmara dos Deputados, que fossem transcritos nos seus anais os discursos pronunciados na romaria cívica realizada em 22 do corrente aos túmulos das vítimas do atentado de novembro de 1935. Há uma corrente, um agrupamento comunista dentro do próprio Congresso Nacional. As manifestações são ostensivas; os nomes são conhecidos.

A iminência de um novo golpe comunista é evidente. Revela-o a frase de um cabo a um sargento da Vila Militar: “Vá gozando os vencimentos do exército porque a virada vai chegar”. Confirmam-no os documentos fornecidos pelo EME e nos quais se vê a origem: Luís Carlos Prestes ou algum militar realizador a ele congregado.

Impõe-se uma ação imediata, em defesa do exército, das instituições democráticas, da sociedade, da própria família, ameaçadas de morte. Cabe ao exército uma atitude enérgica, imediata capaz de desorganizar o plano comunista e capaz de obrigar os poderes públicos a tomarem medidas rigorosas exigidas pelo momento.

Assim, é necessário agir, mesmo fora da lei, mas em defesa das instituições e da própria lei deturpada. Impõe ao exército, às forças armadas, tomarem de surpresa os cabeças da ação comunista, prendê-los sumariamente e comunicar ao governo que assim procedeu para salvar o Brasil.

Mas é necessário que nesse movimento, exclusivamente militar, não tome parte nenhum elemento político, nenhum elemento civil. A iniciativa e a responsabilidade devem ser inteiras e exclusivas das forças armadas.

Sobre o assunto, o General Newton já teve oportunidade de falar aos comandantes de corpos da Vila Militar, todos de acordo com a realização de um movimento impetuoso, geral, capaz de aniquilar imediatamente o adversário e evitar o desencadear iminente da ofensiva que se prepara, atentatória à organização nacional.

O Diretor da Aviação reforçou o dizer de Newton Cavalcanti, calcando a concordância a partir da experiência deste junto à Comissão de Repressão do Comunismo. Argumentava que, “infelizmente essa comissão e o próprio governo não puderam proceder com a energia necessária”, de modo que “tudo terminou em medidas protelatórias, panos quentes, incapazes de conjurar o mal posto em evidência”. Coelho Neto dizia que surgiram “leis deficientes” e “processos defeituosos”, de maneira que não se estaria “em presença de um mal do regime, mas de um mal proveniente das próprias leis criadas para defendê-lo”. Ainda segundo o Diretor de Aviação, seria “necessário dar elementos ao governo para completar as leis deficientes”, corrigindo “os inúmeros defeitos”, argumentando que seria necessária “uma atitude decisiva do exército”, desde que “associada à marinha”, o que viria a impor a participação do “próprio governo”, que deveria ser “leal e oportunamente informado”.

O Ministro da Guerra, além de concordar plenamente com o Diretor de Aviação, lembrou “que era necessário prever o futuro”, no qual, “desencadeado o movimento”, viriam “os recursos já muito conhecidos: *habeas corpus*, mandados de segurança, reclamações do Congresso” entre outros. Desse modo seria urgente “evitar que tais recursos venham anular a ação desencadeada”, impondo-se “levar ao governo a força necessária e imediata capaz de aniquilar tais processos”. O Chefe de Polícia do Rio de Janeiro complementava, afirmando que era “preciso evitar os processos”, havendo “outros países” que davam “o exemplo”, pelo qual, “sem execuções, sem fuzilamentos, aproveitando os prisioneiros em trabalhos públicos, abrindo canais, construindo estradas”, seria possível “afastá-los do convívio da sociedade, sem mantê-los encarcerados na Capital Federal”. Apontava para “Fernando de Noronha, como primeiro ponto de reclusão”, transformando-se “a ilha em presídio militar, confiada a uma guarda do exército, forte, bem comandada”, de forma que para lá iriam “os cabeças”, permanecendo na ilha aqueles a quem conviesse “empregar em trabalhos públicos”.

Newton Cavalcanti era ainda mais incisivo, declarando que seria preciso “evitar o sentimentalismo”, impondo-se “o emprego de meios violentos, imediatos, lançados de surpresa, capazes de frustrar o movimento articulado”, que todos poderiam perceber que estava “prestes a explodir”. Sobre tal tema, Eurico Dutra afirmava que “a ação” deveria “ser geral, pelo Brasil inteiro, como salvação do Brasil” de maneira que seria preciso “interessar os outros generais, falar aos comandantes de corpos, dar conhecimento sobre os objetivos

desinteressados do movimento militar". Já o Comandante da 1ª. Região Militar ressaltava que, "em face de acusações" que pesavam "sobre certos chefes", seria necessário que não fosse confundido "o movimento com ditadura militar".

O general Newton Cavalcanti voltava a fazer uso da palavra, argumentando que lhe acusavam "de integralista", o que negava, explicando que "a calúnia é um recurso do comunismo", de maneira que, "com essa orientação", era "de parecer que se não permita a influência de elementos políticos nem mesmo integralistas", só usando-os se fosse preciso e "enquadrados na tropa, mas nunca como milícias", enfatizando com a expressão: "Nada de milícias". O mesmo Cavalcanti, junto de Góis Monteiro, concluía com a declaração: "Nada queremos. Só desejamos trabalhar pelo exército e pela salvação da pátria". Encerrada a reunião da cúpula militar brasileira ficou decidido que iria se "ouvir os outros generais e a marinha; redigir ata desta reunião, para ser assinada por todos os presentes e redigir uma circular reservada, para ser enviada a altas autoridades militares".

O "plano comunista" ao qual os chefes militares se referiam viria a ser divulgado pelo governo brasileiro nas páginas do *Jornal do Comércio*, a 30 de setembro de 1937, sob a denominação de Plano Cohen. Tal documento fora redigido pelo militar integralista Olímpio Mourão Filho e compunha-se de duas partes, uma apontando as formas pelas quais imaginava que se daria uma revolução comunista e a outra contendo as maneiras que o integralismo deveria agir para se antepor àquela. Os detentores do poder se apropriaram de tal plano, mas só divulgaram o segmento sobre os ataques comunistas, intentando

demonstrar que o mesmo era efetivamente planejado pelos comunistas para chegarem ao poder, daí o próprio título escolhido, em referência a um líder comunista húngaro⁹³. A veracidade do documento chegou a ser contestada, mas

⁹³ O Plano Cohen era bastante detalhado e minucioso, como denúncia a um projeto comunista. Um trecho de tal texto serve para identificar tais características: XIV – Desse modo, assim como estudamos no capítulo anterior, deixaremos bem fixados os pontos que se seguem e que não cansamos de repetir: 1) O movimento revolucionário, em hipótese alguma, poderá repetir erros de 1935, no sentido de que, o mesmo, em lugar de ser começado ou tentado com a quartelada, tendo em vista arrastar as massas para as ruas em atitude de adesão, pelo contrário, o movimento de quartéis e tropas será o coroamento do movimento de massa. Essas, agitadas tecnicamente por vários modos estudados abundantemente no capítulo anterior, e que resumiremos adiante, criarão o clima político necessário e suficiente para o pronunciamento militar, levando o ambiente político a um ponto de fusão tal que determine influências revolucionárias de tamanha amplitude no âmbito social, que não se torne possível ser solucionado sem o apelo às armas, visto como será impossível às Forças Armadas permanecerem estanques e fechadas em si mesmas. 2) Além disso é necessário criar nos meios revolucionários os reflexos necessários para a violência útil e completa, em oposição à violência inútil e insuficiente. Em princípio é preciso muito cuidado para se estudar o que seja uma violência inútil, pelo fato de que muitas vezes as violências inúteis da primeira hora criam o tônus psíquico necessário para executar as grandes violências inúteis, sofrendo solução de continuidade, em lugar de excitar as massas, a faticuem, quebrando-lhes as resistências e fazendo-as cair em si. Nesse caso, as violências inúteis a serem praticadas por indivíduos e não por massas criam graves inconvenientes de fatalmente fazê-los cair em si antes do tempo. Entretanto, é necessário considerar ainda que certos atos praticados por determinados indivíduos os agrilhoam à revolução pela necessidade que ele terá da vitória da mesma, a fim de escapar incólume. Se, na Revolução de 1935, nossos camaradas não cometeram o erro das violências inúteis, cometeram, e em grande escala, o das violências insuficientes. A violência deve ser planejada, deixando de lado qualquer sentimentalismo não só favorável, aparentemente, ao ideal revolucionário, como também à piedade comum; isso significa que certos indivíduos, por exemplo, devem ser eliminados só pelo fato de serem contrários à nossa revolução.(...) Nessas condições, o que é necessário, ao fim de evitar as violências inúteis, incompletas e insuficientes, é um estudo metódico de todas as que devem ser realizadas, sua

planificação no tempo e no espaço, com os mínimos detalhes, a fim de afastar ao máximo as possibilidades de fracasso (...). Especialmente no que se refere às Forças Armadas (quartéis ou navios), é necessário, no plano de ação, descer ao detalhe mínimo; cada oficial suspeito à revolução deverá ter um homem encarregado de sua eliminação, eliminação essa que será feita sob pena de morte do encarregado, na hora aprazada. Quanto aos sargentos, todos aqueles com prestígio na tropa, quer pela sua inteligência e preparo, quer pela valentia e que sejam adversários, devem ser incluídos no plano de eliminação. Essas operações preliminares devem ser executadas com rapidez e energia, lembrando aqueles predestinados encarregados de sua execução de que estão praticando atos sobre os quais repousa a segurança de todos e a felicidade de todas as massas oprimidas. Não resta dúvida que, no caso particular do povo brasileiro, trata-se de uma tarefa altamente dolorosa, porque visam indivíduos que são apenas delegados inconscientes dos opressores, e aos quais a boa doutrinação abriria os olhos em tempo, tornando-as ótimas aquisições para a causa revolucionária; e como o povo brasileiro é especificamente sentimental e generoso, poderá parecer aos camaradas que se trata de um plano tenebroso, como os intitulam as manchetes escandalosas dos jornais burgueses e capitalistas. Entretanto, na hora da execução, tendo passado a hora da doutrinação e dos conselhos, a vida de um ou mais companheiros de classe, não integrados na nossa comunhão, nada significa diante da sublimidade do ideal do bem de todos, que nos leva à dolorosa contingência de tal proceder. Mas apesar de dolorosa contingência, o ato é perfeitamente legítimo e perfeitamente amparado pela felicidade geral e é, por consequência, não só um direito humano, como um dever revolucionário. XV – (...) Todavia não queremos deixar de resumir esquematicamente o modo de proceder: 1) Todos os modos de agitação das massas são bons. Mas nem todos os modos de explorar essas agitações dão resultado. (...) Assim deve-se evitar absolutamente que os elementos declaradamente comunistas tomem parte ativa nesses movimentos, quer liderando às claras os mesmos, quer fazendo discursos em praça pública ou até mesmo comparecendo a reuniões. Essa missão deverá ser dada ou insuflada aos nossos simpatizantes não suspeitados e aos indivíduos fáceis de serem explorados pela sua aderência e pela sua ignorância. (...) [o documento prosseguia com o detalhamento da suposta ação] Citado no *Jornal do Comércio* de 30 de setembro de 1937, periódico publicado na cidade do Rio de Janeiro.

uma vez divulgado, o governo não perderia a oportunidade de agudizar ainda mais a repressão. Em seguida, o Congresso aprovava o estado de guerra suspendendo os direitos constitucionais.

O desfecho em direção ao golpe parecia cada vez mais concreto. Diante de tal contingência, Armando de Sales Oliveira, candidato à Presidência da República, ainda intentou uma atitude no sentido de evitar o golpe, divulgando, a 8 de novembro de 1937, um manifesto em nome da UDB, denominado “Aos chefes militares do Brasil”⁹⁴, no qual apelava aos comandantes das forças armadas brasileiras que garantissem os rumos institucionais perante o processo eleitoral, impedindo a ruptura institucional:

As palavras, que nesta carta dirijo aos chefes militares, são o profundo e veemente apelo de um brasileiro sincero, cheio de emoção e de amargura diante do panorama nacional. Será um grito de desespero, se quiserem, mas que, pelo seu puro acento, não poderá deixar insensíveis os que o escutarem: nele se exprimem as inquietações dos que sentem que outros graves perigos, além do comunismo, conspiram contra o Brasil. Se alguma força poderosa não intervir a tempo de impedir que se cumpra os maus pressentimentos que hoje anuviam a alma brasileira, um golpe terrível sacudirá de repente a nação, abalando os seus fundamentos até as últimas camadas e mutilando cruelmente as suas feições – aqueles traços conhecidos que, através dos tempos, se vêm incorporando na essência de nossa formação moral. (...)

Não é possível que o exército e a marinha fiquem indiferentes diante da injustiça que, com o amparo do seu nome, se comete contra esse povo. Marchávamos para as eleições, na mais bela das contendidas políticas. Dividia-se a opinião democrática em

⁹⁴ BONAVIDES, Paulo & AMARAL, Roberto. *Textos políticos de História do Brasil*. 3.ed. Brasília: Senado Federal, 2002. v. 5.

duas correntes poderosas, mas essa divisão, longe de enfraquecer, robustecia o organismo nacional. À medida que se aproximava o pleito, as massas adquiriam aspectos cada vez mais vivos de boa saúde moral. As suas esperanças transformaram-se, entretanto, da noite para o dia, em lúgubres apreensões. Generaliza-se a convicção de que não haverá eleições a 3 de janeiro.

Multiplicam-se com engenho fértil os pretextos de não cumprir a obrigação constitucional. Na sombra em que os comunistas urdem os seus planos de conquista, agem igualmente outros homens que, decretando por conta própria a falência da democracia brasileira nas vésperas do dia em que ela ia oferecer a prova insofismável de sua vitalidade, procuram converter os meios de extermínio, usados contra o bolchevismo, em armas de destruição do regime. (...)

A despeito dos atos notórios que se precipitam para o desfecho fatal, eu ainda confio. Confio na palavra dos chefes militares, que assumiram compromissos de honra com a nação. Ao exército e à marinha cumprirá montar às urnas e velar para que o país obtenha nelas um governo de autoridade – de irrecusável autoridade moral –, ao qual darão depois o seu firme apoio, não só para a luta contra o comunismo, como para a obra de organização do Brasil. A nação está voltada para os seus chefes militares: suspensão, espera o gesto que mata ou a palavra que salva.

O discurso da UDB, entretanto não frutificaria e, entre “o gesto que mata” e “palavra que salva”, os líderes militares brasileiros preferiram o primeiro ato. Assim, o ano de 1937 foi um dos mais intrincados no conjunto da formação histórica brasileira. Já no seu último terço, uma agitada campanha direcionada às eleições para a Presidência da República se espalhava pelo país, com os principais candidatos viajando pelas várias regiões, desde as grandes cidades até alguns rincões retirados, em uma busca renhida pelos votos dos eleitores que não compareciam às urnas para aquele tipo de disputa há quase uma década. Por outro lado, o grupo que chegara ao poder em 1930 estabelecia todo o

tipo de articulação para interromper o natural caminho institucional, evitar o processo eleitoral e estabelecer um modelo autoritário. A caminhada em direção às urnas, entretanto, acabaria por tornar-se uma pantomina, diante das maquinações golpistas que tornavam cada vez mais evidente a ruptura com os ditames constitucionais⁹⁵.

O grupo liderado por Getúlio Vargas, que ocupara o poder desde a Revolução de 1930, mostrou-se muitas vezes avesso aos processos eleitorais. Nesse sentido, as eleições e a reconstitucionalização do país foram constantemente postergadas, só vindo a ocorrer após o desmantelamento da antiga máquina eleitoral típica da época da República Velha, com a derrota da Revolução Paulista de 1932. Ainda que a população tenha conseguido ir até as urnas, com a formação de uma Assembleia Constituinte e a promulgação de uma constituição, a primeira eleição presidencial foi indireta, com a garantia da recondução de Vargas ao cargo. Mesmo assim, os detentores do poder pretendiam manter seu projeto de perpetuação no controle do aparelho do Estado, daí arquitetarem um golpe que romperia o trâmite institucional e transformaria a constituição recém-estabelecida em letra-morta.

Uma das grandes peculiaridades do golpe que levou à implementação do Estado Novo foi o seu minucioso planejamento. Ele estava planejado para o dia 15 de novembro, uma segunda-feira, prevendo a ampla desmobilização do

⁹⁵ Texto elaborado a partir de: ALVES, Francisco das Neves. *Getúlio Vargas, Rio Grande do Sul e Estado Novo: ensaios históricos*. Lisboa; Rio Grande: Cátedra Infante Dom Henrique; Biblioteca Rio-Grandense, 2018. p. 55-76.

feriado prolongado, típica da sociedade brasileira. A manifestação anti-golpista e o apelo aos militares de parte de Armando de Sales Oliveira em nome da UDB levou à antecipação da execução do golpe para o dia 10. Entretanto, tudo já estava pronto naquela mesma data, ficando estabelecidas as articulações para a efetivação do ato em termos de poder civil e militar, passando a funcionar o aparelho repressivo e censório e instituindo-se uma nova constituição caracterizada pelo autoritarismo e pela concentração/ centralização político-administrativa. A partir de então, “o fascismo em ascensão” em várias partes do mundo, “vinha de lance em lance” e chegava ao Brasil, apesar da afirmação governamental de “que a ditadura se destinava a ‘salvar a democracia’”⁹⁶.

Dentre as “soluções propostas” pela ditadura estava o “controle social através da presença de um Estado forte comandado por um líder carismático, capaz de conduzir as massas no caminho da ordem”, levando em conta vários modelos europeus em voga à época. Havia no Estado Novo uma “crítica à liberal-democracia e a proposta de organização de um Estado forte e autoritário”, voltado a “gerar as mudanças consideradas necessárias para promover o progresso dentro da ordem”. Tal “mudança política produziu um redimensionamento do conceito de democracia, norteadas por uma concepção particular de representação política e de cidadania”. Houve também uma “revisão do papel do Estado com a proposta” da ação “do líder em relação às massas” e a “apresentação de uma nova forma de identidade nacional: a

⁹⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. *Do tenentismo ao Estado Novo: memórias de um soldado*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 160.

identidade nacional coletiva". Nessa estrutura, "além da busca de apoio, a integração política das massas visava ao seu controle em novas bases"⁹⁷.

Desse modo, "o Estado Novo implantou no Brasil um antiliberalismo doutrinário, alardeando a falência dos regimes democráticos no mundo". Nessa linha, "a instalação da ditadura representou a vitória da corrente autoritária enquanto forma de viabilizar o desenvolvimento capitalista no Brasil", a qual aparecia associada "a rígidas formas de controle social". Para tanto, "substituíam-se a ideia do conflito pela da harmonia social e da conjugação de esforços", enquanto "o progresso do país era identificado com o desenvolvimento da indústria" e um suposto "consequente bem-estar social". Argumentavam os governantes que "o progresso social só poderia ser atingido através da preservação da ordem, o que se viabilizaria com o governo autoritário". Assim, "o encadeamento destas ideias, desenvolvidas em torno de uma matriz nacionalista", serviria para justificar "a ditadura e consagrava a meta do desenvolvimento industrial como o novo caminho para o capitalismo brasileiro"⁹⁸.

Por ocasião do golpe de Estado de 10 de novembro de 1937, foi publicado um manifesto assinado pelo Presidente e direcionado à nação, no qual os

⁹⁷ CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo – Segunda República (1930-1945)*. 10.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. p. 103-105.

⁹⁸ PESAVENTO, Sandra Jatthy. *O Brasil contemporâneo*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1991. p. 49-50.

agentes do poder intentavam justificar aquela ruptura institucional. O “Manifesto de Getúlio Vargas à nação” trazia consigo, além da intenção de demonstrar algum tipo de legitimidade no ato golpista, muito do pensamento autoritário que ascendia em várias partes do mundo de então, naquilo que se convencionou denominar de modelos totalitários. Mas revelava ainda muitas das formas de pensar e agir do grupo que ocupara o poder no Brasil desde 1930, também calcadas no autoritarismo e no intento da perpetuação no poder. A partir de tal mescla de condicionantes e influências externas e internas, se estabeleceu no país o Estado Novo, uma das experiências ditatoriais mais ferrenhas da formação histórica brasileira, cuja tônica seria representada pela Constituição de 1937 que alocava plenos poderes nas mãos do Presidente da República, além de praticamente anular os princípios federativos e eliminar os pressupostos minimamente democráticos. Desse modo, a “fala presidencial” de 10 de novembro de 1937⁹⁹ funcionava também como um prenúncio do modelo autoritário que passaria a dominar a vida nacional nos anos seguintes.

Uma das questões centrais de tal discurso foi a invocação à figura do “grande líder”, característica dos padrões totalitários de então. Nesta época em que começavam a se estabelecer algumas das estratégias midiáticas como forma de manipulação, era fundamental a cristalização da figura de um “homem predestinado” que sintetizasse em si as supostas aspirações nacionais. Getúlio Vargas e o grupo que representava lançavam mão de um recurso

⁹⁹ BONAVIDES, Paulo & AMARAL, Roberto. *Textos políticos de História do Brasil*. 3.ed. Brasília: Senado Federal, 2002. v. 5.

discursivo muitas vezes por ele colocado em prática, intentando demonstrar até mesmo uma abnegação em nome da nação, ou seja, transmutando o projeto de continuidade no poder em “sacrífico” pela causa pública, ou ainda agindo pelo “bem da coletividade” e pelo gosto de “servir à nação”:

O homem de Estado, quando as circunstâncias impõem uma decisão excepcional, de amplas repercussões e profundos efeitos na vida do país, acima das deliberações ordinárias da atividade governamental, não pode fugir ao dever de tomá-la, assumindo, perante a sua consciência e a consciência dos seus concidadãos, as responsabilidades inerentes à alta função que lhe foi delegada pela confiança nacional. (...)

Tenho suficiente experiência das asperezas do poder para deixar-me seduzir pelas suas exterioridades e satisfações de caráter pessoal. Jamais concordaria, por isso, em permanecer à frente dos negócios públicos se tivesse de ceder quotidianamente às mesquinhas injunções da acomodação política, sem a certeza de poder trabalhar, com real proveito, pelo maior bem da coletividade.

Prestigiado pela confiança das forças armadas e correspondendo aos generalizados apelos dos meus concidadãos, só acedi em sacrificar o justo repouso a que tinha direito, ocupando a posição em que me encontro, com o firme propósito de continuar servindo à nação.

Outro fundamento presente no Manifesto de 10 de novembro de 1937 foi o apelo ao espírito de salvação nacional. Era outra das características dos regimes totalitários que buscavam justificar a concentração e a centralização de poderes

nas mãos de poucos, ou mesmo de um – o “líder máximo” – em nome de uma suposta redenção da nacionalidade, normalmente afetada pelos efeitos que a crise mundial desencadeara. No Brasil não era diferente, ainda mais que, desde 1930, os novos detentores do poder tinham prometido criar uma “República Nova”, em substituição à “Velha” e seu tradicional modelo oligárquico. Já em 1937, aqueles mesmos governantes prometiam fundar um “Estado Novo” o qual viria a ter condições de definitivamente romper com os anacronismos daquele modelo. O fato deste grupo, inclusive seu chefe Vargas, ser oriundo exatamente daquela estrutura oligárquica foi sempre mascarada sob a bandeira do “novo”, de modo que aqueles tradicionais “caudilhos”, agora se travestiam em políticos “modernos” que lutavam contra o “caudilhismo”, para “salvar a nação” e “garantir a unidade nacional”:

À contingência de tal ordem chegamos, infelizmente, como resultante de acontecimentos conhecidos, estranhos à ação governamental, que não os provocou nem dispunha de meios adequados para evitá-los ou remover-lhes as funestas consequências. (...)

Nos períodos de crise, como o que atravessamos, a democracia de partidos, em lugar de oferecer segura oportunidade de crescimento e de progresso, dentro das garantias essenciais à vida e à condição humana, subverte a hierarquia, ameaça a unidade pátria e põe em perigo a existência da nação, extremando as competições e acendendo o facho da discórdia civil. (...)

Os preparativos eleitorais foram substituídos, em alguns estados, pelos preparativos militares, agravando os prejuízos que já vinha sofrendo

a nação, em consequência da incerteza e instabilidade criadas pela agitação facciosa. O caudilhismo regional, dissimulado sob aparências de organização partidária, armava-se para impor à nação as suas decisões, constituindo-se, assim, em ameaça ostensiva à unidade nacional. (...)

Colocada entre as ameaças caudilhescas e o perigo das formações partidárias sistematicamente agressivas, a nação, embora tenha por si o patriotismo da maioria absoluta dos brasileiros e o amparo decisivo e vigilante das forças armadas, não dispõe de meios defensivos eficazes dentro dos quadros legais, vendo-se obrigada a lançar mão, de modo normal, das medidas excepcionais que caracterizam o estado de risco iminente da soberania nacional e da agressão externa. Essa é a verdade, que precisa ser proclamada, acima de temores e subterfúgios. (...)

A gravidade da situação que acabo de escrever em rápidos traços está na consciência de todos os brasileiros. Era necessário e urgente optar pela continuação desse estado de coisas ou pela continuação do Brasil. Entre a existência nacional e a situação de caos, de irresponsabilidade e desordem em que nos encontrávamos, não podia haver meio termo ou contemporização.

O discurso presidencial trazia em si também uma outra meta latente que era a demonstração de uma pouco plausível legalidade naquele ato golpista. Em 1930, ocorrera um procedimento parecido, argumentando os novos governantes da época que a “revolução” contara com amplo apoio popular, embora não tivesse havido nenhum referendo ou plebiscito nesta mesma direção. Tal justificativa partia de um duvidoso princípio de que não houvera maiores manifestações contrárias e, por conseguinte, isto poderia ser interpretado como

uma aceitação. Quanto ao golpe de novembro de 1937, a estratégia foi repetida, observando-se que estava se dando a continuidade de um “movimento de amplitude nacional”, como teria sido aquele de 1930, com a instalação de um governo que estaria preocupado com a estabilidade nacional, do ponto de vista político, econômico, social e institucional. Nesse sentido, o manifesto chegava a afirmar que a perpetração do golpe contara inclusive com um “aplauso popular” e com o apoio das forças armadas em nome da “segurança nacional”:

Oriundo de um movimento revolucionário de amplitude nacional e mantido pelo poder constituinte da nação, o governo continuou, no período legal, a tarefa encetada de restauração econômica e financeira e, fiel às convenções do regime, procurou criar, pelo alheamento às competições partidárias, uma atmosfera de serenidade e confiança, propícia ao desenvolvimento das instituições democráticas.

Enquanto assim procedia, na esfera estritamente política, aperfeiçoava a obra de justiça social a que se votara desde o seu advento, pondo em prática um programa isento de perturbações e capaz de atender às justas reivindicações das classes trabalhadoras, de preferência as concernentes às garantias elementares de estabilidade e segurança econômica, sem as quais não pode o indivíduo tornar-se útil à coletividade e compartilhar dos benefícios da civilização. (...)

Circunstâncias de diversas naturezas apressaram o desfecho desse movimento, que constitui manifestação de vitalidade das energias nacionais extrapartidárias. O povo o estimulou e acolheu com inequívocas demonstrações de regozijo, impaciente e saturado pelos lances entristecedores da política profissional; o Exército e a Marinha o

reclamaram como imperativo da ordem e da segurança nacional.

Um dos tópicos mais combatidos nas palavras do manifesto de Vargas foi a ação dos partidos políticos. A visão quanto às agremiações partidárias teve variações ao longo da formação histórica brasileira. Em certos momentos, os partidos foram encarados como os baluartes da liberdade e/ou da democracia e como os legítimos órgãos de representação da sociedade. Já em outros, eles apareceram como desagregadores e responsabilizados pelas divisões no seio da nação e pela desorganização das instituições. Normalmente esta versão negativa era típica dos períodos ditatoriais e não foi diferente naquela década de trinta. Os regimes totalitários se caracterizam pela noção do partido único, ou ainda pela própria inexistência dos partidos, considerados como desnecessários, tendo em vista que o “líder máximo” não necessitaria de “intermediários” nas suas relações com o povo. A ditadura estado-novista cristalizaria tal perspectiva, evitando até os seus estertores a ação dos partidos políticos, cuja existência foi aniquilada. Assim, o discurso do presidente encontrou nas representações partidárias os verdadeiros inimigos da nacionalidade:

Contrastando com as diretrizes governamentais, inspiradas sempre no sentido construtivo e propulsor das atividades gerais, os quadros políticos permaneciam adstritos aos simples processos de aliciamento eleitoral.

Tanto os velhos partidos como os novos, em que os velhos se

transformaram sob novos rótulos, nada exprimiam ideologicamente, mantendo-se à sombra de ambições pessoais ou de predomínios localistas, a serviço de grupos empenhados na partilha dos despojos e nas combinações oportunistas em torno de objetivos subalternos.

A verdadeira função dos partidos políticos, que consiste em dar expressão e reduzir a princípios de governo as aspirações e necessidades coletivas, orientando e disciplinando as correntes de opinião, essa, de há muito, não a exercem os nossos agrupamentos partidários tradicionais. O fato é sobremodo sintomático se lembrarmos que da sua atividade depende o bom funcionamento de todo sistema baseado na livre concorrência de opiniões e interesses. (...)

Acresce, ainda, notar que, alarmados pela atoarda dos agitadores profissionais e diante da complexidade da luta política, os homens que não vivem dela mas do seu trabalho deixam os partidos entregues aos que vivem deles, abstendo-se de participar de vida pública, que só poderia beneficiar-se com a intervenção dos elementos de ordem e de ação construtora. (...)

É dessa situação perigosa que nos vamos aproximando. A inércia do quadro político tradicional e a degenerescência dos partidos em clãs facciosos são fatores que levam, necessariamente, a armar o problema político, não em termos democráticos, mas em termos de violência e de guerra social.

Além de buscarem denegrir a imagem dos partidos políticos, os promotores do golpe do Estado Novo buscavam também demonstrar que os processos eleitorais eram desnecessários e até maléficos para a vida nacional. O

projeto de continuidade no poder fez com que os homens públicos que governaram o Brasil desde 1930 não convivessem bem com a ideia de eleições, uma vez que as mesmas sempre poderiam representar um entrave a seus planos. Nessa linha, o caminho das urnas foi evitado ao máximo e só foi executado em condições excepcionais. Naquele 1937, a perspectiva da eleição presidencial trazia consigo a provável ruptura para com o intento da perpetuação no poder, daí o golpe que não só evitaria a escolha de um novo presidente, como eliminaria a prática eleitoral nos anos seguintes. O discurso de Vargas mais uma vez apelava para os possíveis males e instabilidade que supostamente poderiam advir de uma eleição, além disso, expressava que tal ato estaria corrompido pela preponderância das elites – como se o grupo que representava não tivesse se locupletado com tal modelo nas últimas décadas – além de declarar que o povo não consideraria relevante a sua própria participação nas urnas:

O sufrágio universal passa, sim, a ser instrumento dos mais audazes e máscara que mal dissimula o conluio dos apetites pessoais e de corrilhos. Resulta daí não ser a economia nacional organizada que influi ou prepondera nas decisões governamentais, mas as forças econômicas de caráter privado, insinuadas no poder e dele se servindo em prejuízo dos legítimos interesses da comunidade. (...)

Um regime que, dentro dos ciclos prefixados de quatro anos, quando se apresentava o problema sucessório presidencial, sofria tremendos abalos, verdadeiros traumatismos mortais, dada a inexistência de partidos

nacionais e de princípios doutrinários que exprimissem as aspirações coletivas, certamente não valia o que representava e operava, apenas, em sentido negativo. (...)

A campanha presidencial, de que tivemos, apenas, um tímido ensaio, não podia, assim, encontrar, como efetivamente não encontrou, repercussão no país. Pelo seu silêncio, a sua indiferença, o seu desinteresse, a nação pronunciou julgamento irrecorrível sobre os artifícios e as manobras a que se habituou a assistir periodicamente, sem qualquer modificação no quadro governamental que se seguia às contendas eleitorais. Todos sentem, de maneira profunda, que o problema de organização do governo deve processar-se em plano diferente e que a sua solução transcende os mesquinhos quadros partidários, improvisados nas vésperas dos pleitos, com o único fim de servir de bandeira a interesses transitoriamente agrupados para a conquista do poder.

Outro alvo recorrente no manifesto presidencial foi a Constituição de 1934, a qual foi considerada anacrônica em relação à sua própria contemporaneidade. Tal constituição poderia ser considerada verdadeiramente como uma natimorta, uma vez que sua vigência oficial foi curtíssima e sua validade prática ainda mais ínfima. A ação governamental no sentido de coibir as manifestações de esquerda levou ao estabelecimento de um constante estado de exceção que praticamente transformava algumas das determinações constitucionais em letra morta. Para o grupo varguista, a substituição da Constituição de 1934 era fundamental para implementar seu projeto autoritário, de concentração de poderes e de centralização político-administrativa, colocando o controle pleno

do aparelho do Estado nas mãos do detentor do executivo, daí a outorga de um novo texto constitucional e a intenção declarada de denegrir o arcabouço constitucional promulgado menos de um lustro antes:

A organização constitucional de 1934, vazada nos moldes clássicos do liberalismo e do sistema representativo, evidenciara falhas lamentáveis, sob esse e outros aspectos. A Constituição estava, evidentemente, antedatada em relação ao espírito do tempo. Destinava-se a uma realidade que deixara de existir. Conformada em princípios cuja validade não resistira ao abalo da crise mundial, expunha as instituições por ela mesma criadas à investida dos seus inimigos, com a agravante de enfraquecer e anemizar o poder público.

O aparelhamento governamental instituído não se ajustava às exigências da vida nacional; antes, dificultava-lhe a expansão e inibia-lhe os movimentos. Na distribuição das atribuições legais, não se colocara, como se devera fazer, em primeiro plano, o interesse geral; aluíram-se as responsabilidades entre os diversos poderes, de tal sorte que o rendimento do aparelho do Estado ficou reduzido ao mínimo e a sua eficiência sofreu danos irreparáveis, continuamente expostos à influência dos interesses personalistas e das composições políticas eventuais.

Não obstante o esforço feito para evitar os inconvenientes das assembleias exclusivamente políticas, o Poder Legislativo, no regime da Constituição de 1934, mostrou-se, irremediavelmente, inoperante. (...)

A fase parlamentar da obra governamental se processava antes como um obstáculo do que como uma colaboração digna de ser conservada nos termos em que a estabelecera a Constituição de 1934. (...)

Quando as competições políticas ameaçam degenerar em guerra

civil, é sinal de que o regime constitucional perdeu o seu valor prático, subsistindo, apenas, como abstração. A tanto havia chegado o país. A complicada máquina de que dispunha para governar-se não funcionava. Não existiam órgãos apropriados através dos quais pudesse exprimir os pronunciamentos da sua inteligência e os decretos da sua vontade.

A premissa de um Estado amplamente preponderante no controle da sociedade era uma das culminâncias do projeto político defendido no Manifesto de 1937, de modo que tal “Estado forte” controlasse o país nos mais variados campos, como o social, o político e o ideológico. Além disso, a ideia central era também um Estado interventor na economia, dominando as diretrizes econômico-financeiras e produtivas do país. No discurso vinha à tona um dos principais pontos presentes no projeto dos detentores do poder e defendido desde a campanha da Aliança Liberal, referente a uma busca pela modernização do país, mormente no que tange ao avanço econômico, prendendo-se à visão de galgar etapas em direção ao desenvolvimento, ou, em outras palavras, a presença governamental no processo de reestruturação nacional, com o pressuposto industrializante em detrimento do tradicional modelo agroexportador, até então predominante:

Para reajustar o organismo político às necessidades econômicas do país e garantir as medidas apontadas, não se oferecia outra alternativa além da que foi tomada, instaurando-se um regime forte, de paz, de justiça

e de trabalho. Quando os meios de governo não correspondem mais às condições de existência de um povo, não há outra solução senão mudá-los, estabelecendo outros moldes de ação. (...)

As decepções que o regime derrogado trouxe ao país não se limitaram ao campo moral e político.

A economia nacional, que pretendia participar das responsabilidades do governo, foi também frustrada nas suas justas aspirações. Cumprir restabelecer, por meio adequado, a eficácia da sua intervenção e colaboração na vida do Estado. (...)

Numa atmosfera privada de espírito público, como essa em que temos vivido, onde as instituições se reduzem às aparências e aos formalismos, não era possível realizar reformas radicais sem a preparação prévia dos diversos fatores da vida social.

Torna-se impossível estabelecer normas sérias e sistematização eficiente à educação, à defesa e aos próprios empreendimentos de ordem material, se o espírito que rege a política geral não estiver conformado em princípios que se ajustem às realidades nacionais. (...)

Restauramos a nação na sua autoridade e liberdade de ação: na sua autoridade, dando-lhe os instrumentos de poder real e efetivo com que possa sobrepor-se às influências desagregadoras, internas ou externas; na sua liberdade, abrindo o plenário do julgamento nacional sobre os meios e os fins do governo e deixando-a construir livremente a sua história e o seu destino.

O ponto essencial em que Getúlio Vargas e seu grupo buscaram amparar-se para justificar a atitude golpista era o “perigo vermelho”. O combate ao ideário comunista foi o carro-chefe que levou a uma crescente aglutinação de forças em

torno de instituir o autoritarismo. Desde os movimentos de 1935, o governo vinha aprimorando o projeto de concentração de poderes, com a instituição do estado de exceção. O hipotético projeto comunista para dominar o país conhecido como Plano Cohen foi outra artimanha governamental utilizada para legitimar seus atos, aparecendo a instauração do Estado Novo, segundo tal concepção, como um anteparo anticomunista. De acordo com essa versão, o comunismo, cuja existência prática já datava em duas décadas, depois da Revolução Russa, constituía um risco para as instituições nacionais, trazendo consigo uma propalada total destruição do país:

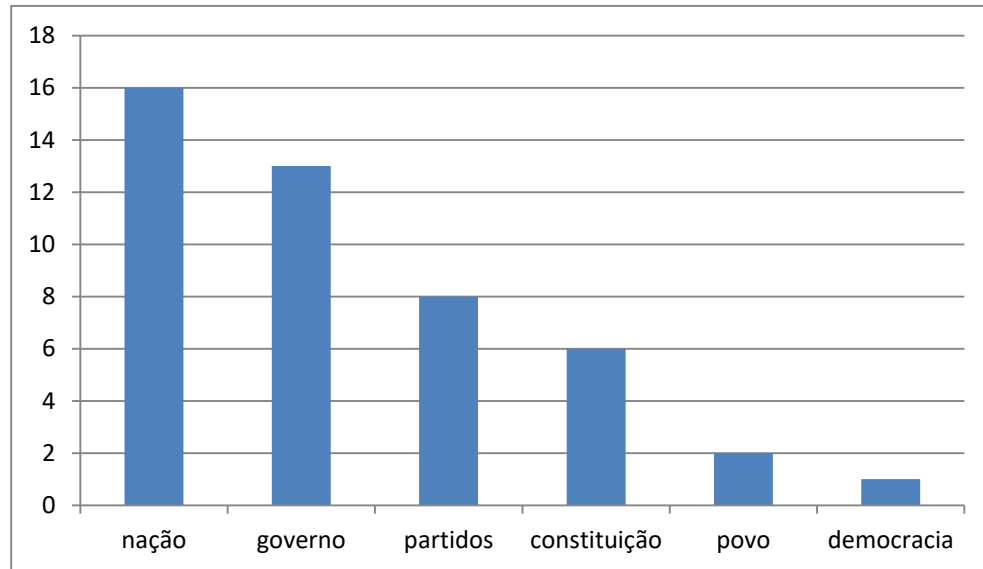
Por outro lado, as novas formações partidárias surgidas em todo o mundo, por sua própria natureza refratárias aos processos democráticos, oferecem perigo imediato para as instituições, exigindo, de maneira urgente e proporcional à virulência dos antagonismos, o reforço do poder central. Isso mesmo já se evidenciou por ocasião do golpe extremista de 1935, quando o Poder Legislativo foi compelido a emendar a Constituição e a instituir o estado de guerra, que, depois de vigorar mais de um ano, teve de ser restabelecido por solicitação das forças armadas, em virtude do recrudescimento do surto comunista, favorecido pelo ambiente turvo dos comícios e da caça ao eleitorado.

A consciência das nossas responsabilidades indicava, imperativamente, o dever de restaurar a autoridade nacional, pondo termo a essa condição anômala da nossa existência política, que poderá conduzir-nos à desintegração, como resultado final dos choques de tendências inconciliáveis e do predomínio dos particularismos de ordem

local.

Um levantamento quantitativo de algumas das palavras presentes em tal manifesto serve também para demonstrar as intenções dos perpetradores do golpe, conforme expresso no seguinte gráfico. A maior incidência é de “nação”, bem de acordo com o nacionalismo que viria a servir como pressuposto ideológico fundamental da ditadura em formação. O outro termo mais recorrente é “governo”, em consonância com a predisposição em concentrar/centralizar poderes nas mãos dos governantes, notadamente nas do “líder máximo”. Ainda aparecem com frequência “constituição” e “partidos”, exatamente dois dos pontos mais combatidos pelo discurso presidencial. Por outro lado, as palavras “povo” e “democracia” têm uma inclusão exígua, bem de acordo com os moldes ditatoriais que se estabeleciam.

**Presença de determinadas palavras no Manifesto de 10 de novembro de 1937
(em números absolutos)**



Desse modo, tal manifesto constituiu o anúncio de um dos momentos mais drásticos da formação histórica nacional, com a anulação de qualquer resquício do modelo liberal-democrático e a instauração de uma fórmula autoritária, centralista e concentradora de poderes que garantiu ainda por mais alguns anos a vigência do projeto varguista de perpetuação no controle do aparelho do Estado. Ainda que fosse uma construção discursiva preñe em contradições, prevalecia a busca incessante pela edificação de um discurso

monolítico, calcado em um suposto apoio popular que não existiu. Um dos tópicos do manifesto demonstra acentuadamente as incongruências do ato de tentar justificar a instauração de uma ditadura. Nesse sentido, era afirmado que estava sendo criada uma nova estrutura legal, sem alterar o que se considerava substancial nos “sistemas de opinião”. O contrassenso era tão notável que o trecho do discurso buscava explicar que o novo modelo mantivera a “forma democrática”, o “processo representativo” e a “autonomia dos estados”, dentro das “linhas tradicionais” da “federação orgânica”.

Este segmento do manifesto bem revela suas tantas incoerências, chegando a constituir uma verdadeira aberração discursiva. A opinião pública foi deixada de lado pelo governo e, mais do que isso, foi controlada ao extremo, por um sistema inflexível de repressão e censura. O Estado Novo trouxe consigo uma ferrenha e extremamente autoritária ditadura, que não se coadunava de modo algum com qualquer pressuposto democrático. Quanto a um sistema representativo, ele jamais existiu, pois sequer eleições foram praticadas nos anos seguintes, a representação parlamentar inexistiu e todo o poder concentrou-se nas mãos do executivo. Finalmente, a autonomia dos estados e a federação propriamente dita sucumbiram, uma vez que preponderou um regime de extrema centralização político-administrativa e controle supremo de parte da Presidência da República.

Mesmo assim, o Discurso-Manifesto de Getúlio Vargas “À Nação” de 10 de novembro de 1937 foi divulgado aos quatro cantos do país. Os meios de comunicação da época difundiram seu conteúdo integral ou fragmentário e ele

acabou servindo como mais um dos atos de força dos governantes. As manifestações grandiloquentes, tonitruantes e exortativas foram típicas dos regimes totalitários, e não seria diferente no Brasil que teve na ditadura estadonovista uma adaptação para os trópicos dos modelos fascistas então vigentes. Era apenas um ato inaugural de uma prática que se tornaria recorrente ao longo do Estado Novo, na contínua tentativa dos governantes de mostrar a relevância de suas ações em prol do que chamavam de salvação nacional. Assim, a declaração presidencial foi mais uma das tantas estratégias discursivas utilizadas incansavelmente no intento de intentar legitimar o ilegítimo.

A chegada do Estado Novo foi amplamente divulgada junto ao jornalismo, como foi, exemplificativamente, o caso de um periódico rio-grandino, tema apresentado no estudo de caso que se segue. Ao longo do século XIX e das primeiras décadas da centúria seguinte, a imprensa rio-grandina foi uma das mais importantes no contexto sul-rio-grandense. A cidade portuária teve nas atividades comerciais e, posteriormente, industriais, elementos de pujança econômica que lhe permitiram uma intensa vida cultural. Nesse contexto, por muito tempo foi praticado um jornalismo de ponta na urbe litorânea, circulando vários periódicos diários, além de caricatos, literários e representantes de determinados segmentos socioeconômicos. Já na década de trinta, o periodismo da cidade do Rio Grande passava por um período de refluxo. Era um reflexo do encerramento das etapas de prosperidade que já se anunciava, bem como de

uma nova fase da imprensa brasileira, com a concentração das atividades jornalísticas e uma afirmação do jornalismo empresarial¹⁰⁰.

Nesse sentido, em 1937, *O Tempo* era um dos periódicos mais perenes publicados no Rio Grande. Ele fora fundado em 1906, permanecendo desde então sob a propriedade de Alípio Cadaval, tradicional jornalista rio-grandense que iniciara suas atividades ainda na década de oitenta do século XIX. Ao longo de sua existência, o jornal teve diferentes etapas, em algumas delas, chegou a apresentar certas aproximações e/ou filiações político-partidárias, e, em outras, preferiu apresentar uma proposta essencialmente informativa. Já com três décadas de existência, resistindo às transformações pelas quais passavam as lides jornalísticas e enfrentando a concorrência dos veículos já moldados no formato empresarial editados na capital do estado, o *Tempo* buscava manter o seu nicho de leitores em meio à comunidade rio-grandina.

Em termos de conteúdo programático, em dezembro de 1936, o *Tempo* destacava que haviam sido “plantados à margem de sua existência trinta marcos”, lembrando “a soma dos méritos” a ele outorgado e “os triunfos” que auferiu “durante o período decorrido, afrontando a boa ou má estrela das coisas humanas”. O jornal rememorava também as “lutas travadas, as defesas e as resistências” que sustentara para manter o seu ideal que consistia em “pugnar

¹⁰⁰ Texto elaborado a partir de: ALVES, Francisco das Neves. A instauração do Estado Novo e a imprensa rio-grandina: o caso do jornal *O Tempo*. In: ALVES, Francisco das Neves (org.). O Estado Novo no Rio Grande do Sul e outros ensaios. Lisboa; Rio Grande: Cátedra Infante Dom Henrique; Biblioteca Rio-Grandense, 2017. p. 35-52.

pela verdade, pela justiça e pelo bem". Segundo a folha, um jornal alimentava-se e vivia "da corrente de simpatias estabelecida entre ele e a opinião pública", de modo que ele estaria satisfeito quanto a tal missão, pois teria "logrado em abundância durante os trinta anos já cumpridos". O periódico garantia também que contava com um "ambiente de afeição" de parte do público, o que refletiria um sinal de confiança, demarcando que ele não decaíra "do seu espírito de defender apenas os interesses e direitos legítimos" (O TEMPO, 1º dez. 1936, p. 1).

Pouco depois de instaurada a ditadura estado-novista, ao completar mais uma aniversário, o *Tempo* anunciava que completava mais um marco em sua existência, apontando para a confiança e o reconhecimento que teria conquistado. O periódico dizia que devia "a sua longa vida à opinião pública do Rio Grande" que o vinha "amparando moral e materialmente, com o seu incentivo e a sua simpatia". A publicação rio-grandina ressaltava que "esse apreço, sempre crescente", bem evidenciava "o conceito" em que o tinha "a gente da terra, e a confiança" de que o fazia "depositário, como ingente batalhador das boas causas". A folha reiterava que o seu objetivo era "o progresso da gleba, além do bom combate pela grandeza da pátria, pela verdade, pela moral e pela justiça", que deveria ser "o ideal comum de toda imprensa honesta e patriótica". Agradecendo seu público leitor, o jornal manifestava sua confiança "na população do pago como a maior colaboradora" de sua "obra, modesta, mas transbordante de sinceridade" (O TEMPO, 1º dez. 1937, p. 1).

Durante os meses que antecederam o golpe do Estado Novo, frente à campanha eleitoral para a presidência da República, o *Tempo* apoiou

abertamente a candidatura de José Américo de Almeida, estampando a propaganda de tal candidato no alto de suas páginas ao longo de várias edições. Outro dos candidatos, Armando de Sales Oliveira, era defendido por outra das publicações diárias citadinas, o *Rio Grande*. Foi com certa surpresa que o *Tempo* recebeu a notícia da instauração da ditadura, tanto que, se em sua primeira página aparecia em letras garrafais a manchete “Promulgada a nova constituição”, na quarta e última página, ainda aparecia a frase “Para presidente da República José Américo de Almeida”, não havendo maiores referências à mudança institucional ocorrida no país (O TEMPO, 11 nov. 1937, p. 1 e 4).

Na edição seguinte, como manchete o *Tempo* publicava uma frase “da proclamação do ministro da Guerra ao glorioso exército nacional”, com a exortação: “Ao exército, às forças armadas cabe não permitir que as aspirações de paz, ordem e trabalho sejam frustradas por eternos inimigos da pátria e do regime”. Um trecho do discurso de Getúlio Vargas também foi ressaltado: “As novas ideologias surgidas em outros países do mundo fizeram com que aparecessem formações partidárias interessadas em introduzi-las entre nós, com sério perigo para a nossa estrutura democrática, refratária a tais credos”. O jornal divulgava as prisões de Armando de Sales Oliveira e de Francisco Flores da Cunha, bem como apresentava “os principais dispositivos da nova constituição”, detalhando alguma de suas determinações, sem expressar opiniões acerca das mesmas. A folha anunciava ainda que seriam “suspensos os pagamentos de juros e amortizações da dívida externa” e que haveria uma “reorganização da economia nacional”. Outra frase do discurso presidencial foi

citada: “Estão no conhecimento de todos os preparativos militares, que se vinham fazendo em alguns estados com prejuízo para o país e orientados por um caudilhismo regional disfarçado sob a aparência de ‘organização partidária” (O TEMPO, 12 nov. 1937, p. 1 e 4).

A posição de apoio do velho chefe republicano ao novo regime foi destaque nas páginas do *Tempo*, bem como o anúncio de novas prisões. O discurso de Vargas na instalação do Estado Novo voltava à baila, com a citação: “Sempre estive alheio aos meios partidários. Numa esfera de serenidade e de confiança, procurei desempenhar o meu mandato em defesa das verdadeiras instituições democráticas”. Foram divulgados também esclarecimentos do ministro da Justiça acerca de “pontos básicos da nova constituição”, bem como a opinião de um jurista sobre o texto constitucional, com a afirmação em manchete: “Com a nova constituição inaugura-se uma nova época na história e rasgam-se novos horizontes na trajetória de nossos destinos”. À quarta página, outro trecho do manifesto varguista: “Diante dos erros verificados, das necessidades contínuas, da situação de aos, de irresponsabilidade, de desordens, em que nos encontrávamos, não podia haver meio termo, nem contemporização”. E ainda: “Ante o prosseguimento de tal situação, tínhamos que optar pela restauração da autoridade, sobrepondo as liberdades ao pleno julgamento que há de levar o Brasil a seu histórico destino”(O TEMPO, 13 nov. 1937, p. 1 e 4).

Na edição de 14 de novembro, o destaque era mais uma vez um trecho do manifesto de Vargas que aparecia já no frontispício, ao lado do título do jornal. O

segmento escolhido do discurso era vinculado ao combate contra o comunismo: “As novas formações partidárias, surgidas em todo o mundo, por sua própria natureza refratárias aos processos democráticos, oferecem perigo imediato para as instituições, exigindo, de maneira urgente e proporcional à virulência dos antagonismos, o reforço do poder central”. O periódico abordava também contatos estabelecidos entre lideranças políticas gaúchas para analisar o “novo regime instaurado recentemente” (O TEMPO, 14 nov. 1937, p. 1).

Passado o feriado de 15 de Novembro, o *Tempo* divulgava uma entrevista realizada no Rio de Janeiro com o Getúlio Vargas, apresentada com o título “O novo regime vigente”. No cabeçalho, aparecia uma frase do presidente: “A constituição promulgada em 10 de novembro não é fascista nem integralista – é brasileira”. Daquela entrevista era também destacado um trecho: “Quanto ao panorama mundial, cumpre ao Brasil preparar sua defesa permanente, aparelhando-o em condições de poder repelir, sem necessidade de medidas excepcionais, qualquer sentido extremista” (O TEMPO, 17 nov. 1937, p. 1).

No mesmo número, em matéria editorial, o periódico rio-grandino apresentou “O limiar do destino” de autoria do escritor J. S. Maciel Filho, que escreveria *O homem providencial*, amplamente favorável ao novo *status quo*. Segundo o autor, a instauração do Estado Novo constituía uma opção “entre a democracia *bastardizada* pelas frentes populares *comunizantes* e um regime novo de lealdade e patriotismo”. Declarava ainda que fora “necessário fazer da inteligência um escudo e uma espada”, privilegiando “a proteção da pátria, a garantia do povo e da tranquilidade coletiva”, de modo que tudo isso serviria

como “arma contra os inimigos da pátria, os perturbadores da paz e da ordem da nação” (O TEMPO, 17 nov. 1937, p. 1).

No artigo, Vargas era apontado como “o predestinado”, que fora “conquistado pela vontade inflexível do povo” o qual sentira, “com sua profunda e vitoriosa sensibilidade, o predestinado para a renovação nacional”. Para o editorialista, “já esgotado pelas forças demagógicas, pelas explorações de um socialismo impuro e nefando, o povo ansiava pela purificação”. A constituição promulgada em 1934 e substituída naquele 10 de novembro, era caracterizada como “pouco menos do que uma colcha de retalhos multicores, costurados ao sabor das conveniências regionalistas, dos interesses pessoais”, ou ainda “das influências estrangeiras”. Segundo o escritor, em tal “colcha de retalhos escondiam os demagogos suas chagas morais”, lançando “o Brasil na angústia que torturava e escravizava” (O TEMPO, 17 nov. 1937, p. 1).

Voltando a se referir ao presidente da República, o editorial publicado no *Tempo* declarava que “a ausência de ódios, a exclusão do espírito faccioso” e “a compreensão da nacionalidade totalitária, sem partes ou partidos” seriam virtudes “que jamais o povo” conhecera “em outro homem que não fosse o Sr. Getúlio Vargas”. Enfatizava também que, só com tal líder, “seria possível a renovação nacional, porque o predestinado possuía tipicamente a formação do poder moderador”. Enaltecia ainda o papel de Vargas em favor “da pátria e da nacionalidade”, em um quadro pelo qual “o povo” sentira tal “fenômeno melhor do que os políticos e os áulicos”, de maneira que esse mesmo povo fizera-o “forte porque era necessário para a renovação nacional” (O TEMPO, 17 nov. 1937, p. 1).

Ao concluir, o articulista lembrava o papel das forças armadas naquele momento, agindo, “não como partido ou facção”, mas se impondo, “qual força do espírito nacional”, ao realizar “uma história e tradicional missão”, transformando “o Brasil, criando um novo sentido das coisas e dos fatos”, de modo que a nação pudesse continuar existindo. Ao arrematar o texto, o escritor afirmava que “a transformação político de um povo” se efetuava “sempre com a declaração de existência das suas forças institucionais e vitais”, de maneira que o Brasil, até então, estivera “no limitar de seu destino”, passando então a seguir “a larga estada de sua renovação” (O TEMPO, 17 nov. 1937, p. 1).

O apoio e as opiniões de lideranças e agremiações partidárias gaúchas de diferentes matizes em relação ao novo regime eram o destaque da edição de 18 de novembro do *Tempo*, além de uma transcrição de matéria publicada na imprensa carioca sobre a inauguração da estátua em homenagem a Deodoro da Fonseca, realizada a 15 de novembro. De tal solenidade, era pinçado um trecho do pronunciamento proferido por Vargas na ocasião: “O exército que ora desfila aos pés da estátua, é o mesmo de 89. Estes soldados que eu saúdo guardam no epito o mesmo amor aos seus chefes e ao Brasil” (O TEMPO, 18 nov. 1937, p. 1 e 4).

Um ufanismo patriótico dominou as páginas do *Tempo* de 19 de novembro, com homenagens à bandeira nacional. Já no frontispício aparecia a exclamação: “Bandeira do Brasil, envolve-nos nas tuas promessas deslumbrantes!”, qualificando o pendão como “estandarte da justiça”, “imaculado lábaro de honra” e “sagrado símbolo do direito, na eterna fulguração da dignidade do patriotismo de teus filhos”. Em tal número era também

noticiado que o presidente Vargas fora “aclamado pelo povo carioca” e foram apresentadas várias mensagens de preito à bandeira brasileira (O TEMPO, 19 nov. 1937, p. 1 e 4).

Também em homenagem ao lábaro, em posição editorial, o *Tempo* publicou um texto de exortação patriótica, intitulado “Mocidade!”:

O porvir te pertence, e a pátria espera que tu o faças digno de sua grandeza.

E digno ele será se tu, primavera da vida, fizeres, ao benigno sol do teu entusiasmo, as rubras rosas do patriotismo, desatarem-se nas *tempes* odorantes de tua alma.

E a pátria será mais forte, porque tu, esperança do amanhã, lhe emprestas a pujança dos teus músculos de aço, temperados no trabalho e fortalecidos pelo estudo.

E a pátria será mais rica, porque tu, herdeiras de suas glórias, trazes o incalculável tesouro da inteligência.

E a pátria se orgulha de ti, porque possuis tu, geração que surge, a inteireza de um caráter sem mancha. E esta é a maior das riquezas, porque forte e grande só é um país pelo caráter de seus homens que lutam na paz para o engrandecer no porvir.

Mocidade: Hoje a bandeira do Brasil recebe a glorificação da pátria inteira. É adorada em todos os recantos do país e em todos os lares.

Seja ela, porém, glorificada pelo coração dos moços.

A mocidade te erguerá, bandeira do Brasil, uma catedral de civismo onde, por entre o incenso que se eleva dos turíbulos das chaminés na missa colossal do trabalho, flabelará vitoriosa!

Vemos-te, estandarte de luz, no coração da mocidade.

Agita-te no sopro da vitória, sem temores nem receios, porque sabes que enquanto houver um brasileiro na face da terra, jamais descerás de teu mastro.

Mocidade! Tu que és a radiosa esperança do porvir, faze de teu coração o altar da tua pátria, e ergue sobre ele esse pano querido que é o próprio coração do Brasil palpitando ante nossos olhos, espalhando pelas artérias da nossa existência no

sangue generoso do amor e o orgulho da nossa história! (O TEMPO, 19 nov. 1937, p. 1 e 4)

Mais adiante, o jornal rio-grandino aplaudia a coligação das diferentes agremiações partidárias gaúchas, afirmando no cabeçalho que “a aliança dos partidos” constituía a “fórmula patriótica capaz de preservar a paz do Brasil e promover o bem-estar do Rio Grande do Sul” (O TEMPO, 21 nov. 1937, p. 1). Tal tema voltaria à baila, afirmando o periódico que a aproximação entre os partidos rio-grandenses servia para congregar a “opinião política do estado”, vindo a “apoiar o presidente da República e continuar a atuação em benefício dos interesses gaúchos”. As homenagens ao pendão nacional continuavam, noticiando a folha que se “revestiram de excepcional brilho as comemorações do Dia da Bandeira” na cidade do Rio Grande (O TEMPO, 23 nov. 1937, p. 1 e 4).

Na edição seguinte, o discurso voltado à harmonização política era destaque no *Tempo*, ao declarar que, em lugar das “querelas partidárias”, as quais impediam “solução harmônica”, seria melhor “a indicação de administrador legítimo”, o qual, “desconhecendo os apetites e paixões de campanário”, só pretendesse “governar e sanear”. A “coligação das forças partidárias” gaúchas continuava na pauta da folha, bem como uma transcrição que definia a nova constituição, outorgada a 10 de novembro, como “um todo harmonioso e homogêneo em suas partes componentes”, trazendo por significado “um supremo esforço de captação das realidades brasileiras nas suas fontes diretas”. (O TEMPO, 24 nov. 1937, p. 1 e 4)

Usando o expediente da transcrição o *Tempo* apresentava apreciação elogiosa à coligação entre as forças partidárias gaúchas, declarando que o Rio Grande do Sul abrira um “precedente na adaptação à nova ordem de coisas, modificando o cenário político, para constituir um só bloco de união em torno do governo” e prognosticando que “o exemplo gaúcho” seria seguido por outros estados. Na mesma linha, a folha destacava telegrama do presidente da República expressando sua satisfação diante de tal ação política gaúcha, considerando-a como uma “significativa e patriótica resolução, grandemente benéfica para a tranquilidade da família rio-grandense”, assim como para o “fortalecimento da confiança” que vinha “encontrando em todo o país a ação do governo federal, empenhado em levar avante a obra de engrandecimento da nação brasileira”. Ainda com o recurso da transcrição, o periódico trazia ao público declarações do professor e escritor Ribas Carneiro à imprensa carioca, o qual, em síntese, considerava “emancipada a nação do liberalismo romântico” e vaticinava que “o resultado da ação regionalista” conduziria o país “à condição de Estados desunidos do Brasil” (O TEMPO, 25 nov. 1937, p. 1 e 4).

A nova constituição brasileira era tema de outra transcrição feita pelo jornal rio-grandino, apresentando opiniões expressas pelo engenheiro Euvaldo Lodi, ao estudar o novo estatuto brasileiro, enfatizando “o sentido econômico da nova Carta Magna”, como “uma grande vitória da representação profissional” a partir da “criação do Conselho Econômico”, em clara alusão ao espírito corporativista, tão em voga no momento (O TEMPO, 26 nov. 1937, p. 1). A respeito de outra característica da nova estrutura de poder, a centralização político

administrativa também foi destacada pelo periódico, ao noticiar que o governo estudava “o projeto de centralização dos serviços de polícia e segurança pública” (O TEMPO, 27 nov. 1937, p. 1).

Voltando à temática regional, reproduzindo a declaração de um político, o *Tempo* enfatizava que o Rio Grande do Sul estava “tranquilo e muito mais unido” do que em 1930, pois “todas as forças partidárias do estado se congregaram para apoiar decididamente à ação do governo federal” (O TEMPO, 27 nov. 1937, p. 4). No mesmo sentido, através da manifestação do embaixador e tradicional político rio-grandense, Batista Luzardo, a folha destacava que o momento era “de reconstrução”, tendo cessado “a vida partidária”, não havendo preocupações com “revanches políticas”, de modo que todos estariam a desejar “o reerguimento do Estado, com a maior expansão possível de suas reservas econômicas”. Na mesma ocasião, o periódico citava declarações de Vargas à imprensa italiana, afirmando que “a própria situação eleitoral” forçara “a decretação da nova carta constitucional no Brasil” (O TEMPO, 28 nov. 1937, p. 1).

Reiterando a temática da coligação rio-grandense e mais uma vez através da palavra de Batista Luzardo, a folha ressaltava que “a união sagrada” estabelecida “entre as principais correntes políticas do Rio Grande” viria a ser, “sem dúvida, o penhor de garantia da paz” que reinaria “entre todos os conterrâneos, irmanando-os para a obra comum da reconstrução do Brasil” (O TEMPO, 30 nov. 1937, p. 1). A entrevista de Getúlio Vargas para periódico italiano viria a ser pauta mais uma vez nas páginas do *Tempo*, explicando que nela o presidente definira “os rumos do novo regime”. As palavras de Vargas eram

citadas: “A 10 de novembro” foi instaurado “um regime forte de justiça, de paz e de trabalho que as forças armadas reclamavam e o povo aceitou com as maiores manifestações de regozijo”. Outro trecho da manifestação presidencial esclarecia que “a luta contra o comunismo” seria “intensificada até alcançar o máximo grau de eficiência”, de modo que ele não conseguiria “nunca direito de cidadania brasileira” e não transformaria o país em “teatro de façanhas sinistras verificadas em outros” (O TEMPO, 1º dez. 1937, p. 1-4).

As repercussões da transformação política brasileira no jornalismo europeu também foram destacadas pelo *Tempo*, citando jornal que enfatizava que Vargas fora “o primeiro presidente de república sul-americana a pegar em armas contra o comunismo”, e outro periódico, segundo o qual o Brasil estaria unificado em um “sentimento de grandeza nacional”. Com alguma surpresa, a publicação rio-grandina noticiava a possibilidade da extinção dos partidos políticos, com a formação de uma agremiação nacional que congregaria “todos os homens de boa vontade em torno da nova carta constitucional” (O TEMPO, 3 dez. 1937, p. 1-4).

O tema da extinção dos partidos voltou às páginas do jornal rio-grandino, ao destacar entrevista do político sul-rio-grandense Loureiro da Silva. Segundo ele, “praticamente e até legalmente, a existência dos partidos políticos” não mais se justificava, já que a constituição viria a ser “o único programa para todos” que quisessem “se enquadrar na realidade do Estado Novo”, ou seja, quem ficasse “com o programa dos partidos” seria “contra o governo, contra o Estado” e estaria “agindo ilegalmente”. Ainda de acordo com a mesma fonte, “os

programas partidários” teriam perdido “a sua significação”, de maneira que “os problemas” deveriam “ser solucionados fora da estreiteza das fórmulas políticas dos programas partidários” (O TEMPO, 4 dez. 1937, p. 1-4). As expectativas se confirmariam e o periódico divulgaria a íntegra do decreto-lei determinando a dissolução dos partidos políticos (O TEMPO, 5 dez. 1937, p. 1).

O combate às ideologias de esquerda seria ressaltado pelo *Tempo* em matéria denominada “A criança, a maior vítima do comunismo”, comentando “o perigo da infiltração vermelha nas obras educacionais da infância”. Para o jornal, “uma das mais acertadas medidas do presidente da República, no sentido de expurgar o Brasil dos perigos da infiltração vermelha” fora “o exame cuidadoso e a seleção dos livros didáticos á mocidade das escolas”. Na concepção da folha, “persistentes e por isso mesmo mais perigosos que quaisquer outros, os comunistas” compreendiam “que o relaxamento do caráter infantil e a deturpação do conceito de justiça e moral” facilitariam “sobremodo a aceitação de seus princípios subversivos” (O TEMPO, 5 dez. 1937, p. 4).

Ainda a respeito desse assunto, o periódico chamava atenção para os “livros de aparência atraente, com ilustrações vistosas e matéria empolgante”, mas que estariam “eivados de princípios falsos de origem, ou propositadamente falseados”, de modo que, “no espírito da criança”, aparecesse “a dúvida” ou se assentassem “bases contrárias às tendências da raça e aos ditames tradicionais de cultura e educação” nacional. Apontava também “outro método posto em prática pelos agitadores vermelhos”, o qual consistia em “apresentar os líderes

comunistas como protetores da infância, como estudiosos do problema da educação e da higiene infantil” (O TEMPO, 5 dez. 1937, p. 4).

Em referência à URSS, o jornal rio-grandino afirmava que “não conseguiram os comunistas, em duas décadas de aplicação do regime, criar uma mentalidade saída entre as crianças” e, além disso, ameaçavam “retrogradar aos tempos da barbárie, aplicando a pena de morte diante da falência do sistema educacional” por eles criado. Alertava que, “no estrangeiro, seus métodos” formavam “um estado de caos mental para a infância, facilitando a infiltração de sua doutrina malsã”. Diante disso, aplaudia a medida presidencial, “fazendo a seleção dos trabalhos escritos e destinados à criança brasileira”, pois “somente um esforço continuado, em todo o país” poderia evitar “a propagação dos princípios” que visavam “somente criar ambiente para o futuro de desordem”, que facilitaria “os surtos vermelhos” (O TEMPO, 5 dez. 1937, p. 4).

Em conclusão, o *Tempo* afirmava que a constituição, “apoiada pelo povo”, cuidava “carinhosamente da educação e da saúde de seus futuros cidadãos”. Nessa linha de pensamento, dizia que o Brasil vivia “uma época de abundância” nunca obtida anteriormente, pois o governo estaria a metodizar o trabalho e a facilitar a instrução, pensando “seriamente no futuro da raça” e buscando “criar um Brasil forte e unido, digno do lugar que a história” lhe reservara “entre os povos”. Dessa maneira, a folha propunha que não se permitisse que “a propaganda encoberta dos comunistas” viesse a se propagar “entre as crianças” (O TEMPO, 5 dez. 1937, p. 4).

O enaltecimento ao texto constitucional foi mais uma vez abordado pelo periódico, ao citar entrevista do advogado e político Coelho de Souza, segundo o qual “o programa da nova corrente” era a constituição, completada pelos decretos-leis, na qual os homens de boa vontade, animados de espírito público” e que colocavam “o bem coletivo acima dos interesses e das vinditas de parcialidades” encontravam “uma larga possibilidade de ação criadora”(O TEMPO, 7 dez. 1937, p. 1). Ainda a respeito do mesmo tema, e com base em análise do político, advogado e jornalista Waldemar Falcão, observando “os aspectos essenciais da Carta Magna”, a folha destacava “as características democráticas da nova constituição”. Além disso, como ficaria caracterizado ao longo da ditadura estado-novista, a exaltação ao “líder máximo” já aparecia nas páginas do *Tempo*, com a divulgação de trechos de um ensaio do jornalista Licurgo Costa versando sobre “Aspectos da personalidade do presidente Getúlio Vargas” (O TEMPO, 10 dez. 1937, p. 1 e 4).

Assim, ao longo do período de um mês que se seguiu ao golpe do Estado Novo, o *Tempo* apresentou uma posição predominante de adesão e, secundariamente, adaptação ao regime instaurado em novembro de 1937. Nas páginas do periódico, os protagonistas eram os detentores do poder, com destaque para Getúlio Vargas e seus pronunciamentos, notadamente o manifesto de 10 de novembro, cujos trechos foram apresentados recorrentemente. Também outros membros governistas foram repetidamente citados, de modo que os espaços do jornal ficavam dedicados aos vitoriosos, não restando nem mesmo a coadjuvação para os derrotados.

No que tange à adaptação, o periódico apoiou a ação partidária sul-riograndense em torno da coligação, para depois aplaudir a determinação governamental da extinção dos partidos. Quanto à adesão, a folha rio-grandina alinhou-se ao discurso dos detentores do poder, sustentando-o e reproduzindo-o. Tal adesismo deu-se notadamente no que tange ao ufanismo patriótico, ao espírito de união e conagração de todos em prol da nação, na supervalorização do papel das lideranças, notadamente do presidente da República, no rompimento com o liberalismo clássico e no combate ao comunismo, apontado com um dos males que deveria ser evitado.

A publicação editada na cidade portuária optou por concentrar-se ainda mais na prática do jornalismo informativo, em detrimento do opinativo, concentrando sua linha editorial na apresentação de notícias e transcrições, com plena ênfase às fontes de natureza governamental. Expressões como golpe, ditadura, autoritarismo foram evitadas a todo custo, prevalecendo termos como pátria, nação, civismo e união, revelando a postura do jornal diante da nova realidade. Até mesmo a Constituição de 1937 – simulacro de organização institucional e documento destinado a legitimar as tendências autoritárias, centralistas e concentradoras de poder – chegou a ser apontada pelo periódico como portadora de características democráticas. O regime autoritário implantado no país naquele novembro de 1937 iria submeter os meios de comunicação e as expressões artístico-culturais a um controle exacerbado, com práticas de repressão, perseguição e censura. Nesse quadro, ainda antes da consolidação desse modelo coercitivo, muitos órgãos da imprensa anteciparam-

se e, por providência ou convicção, aderiram ao novo *status quo*. Apesar de uma postura historicamente mais próxima do pensamento liberal, o *Tempo* optou pelo alinhamento. Novos tempos, novas consciências...

Ao longo dos anos que antecederam o novembro de 1937, o grupo que controlava o poder no Brasil “manobrou o Congresso pra obter uma legislação repressora contra a esquerda”, de modo que contou com o apoio do próprio Legislativo na caminhada em direção ao golpe. O Presidente da República, por sua vez, desde 1934 já era “homem determinado, com programa a seguir”, fazendo-o “com obstinação”, uma vez que “a campanha sucessória de 1937 é por ele escamoteada” até que perpetrasse a ruptura institucional. Nesse sentido, fez com que a sucessão presidencial não pudesse caminhar, já que “a candidatura dita oficial era torpedeada em suas bases; a integralista, tal como Vargas, não gostava de eleições; e a oposicionista não dispunha de força para lutar só”¹⁰¹. Os detentores do poder tinham preparado cuidadosamente o caminho e chegaram à plenitude de seu planejamento de cunho autoritário e centralista, com a instauração do Estado Novo.

¹⁰¹ IGLÉSIAS, Francisco. *Trajectoria política do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 248.

ESTADO NOVO: ESTRUTURAS

Na data de 10 de novembro de 1937, “o governo publicou no *Diário Oficial* a nova constituição” e, “no mesmo dia, tropas leais ao golpe fecharam o Senado e a Câmara dos Deputados”. Já “à noite, Getúlio Vargas explicava ao país porque havia desfechado o golpe”. Desencadeava-se “o início do Estado Novo, com a extinção do sistema representativo, anulação das liberdades públicas” e com “o Estado tutelando a sociedade”. Tratava-se de um governo “nacionalista e antiliberal, com preocupação reformista voltada para os assalariados urbanos”. O Presidente da República “extinguiu os partidos políticos e, durante sete anos, governou em estado de emergência, sem que seus atos fossem julgados por qualquer poder”. Ao longo do Estado Novo, “o chefe do Poder Executivo concentrou todos os poderes do Estado”, deixando “de existir o Senado e a Câmara dos Deputados”, bem como os governos estaduais “ficaram subordinados ao governo central”, ao passo que “a oposição – tanto a liberal como a comunista – foi perseguida e presa”. Nesse quadro, os meios de comunicação “estavam submetido à censura e os protestos contra o governo simplesmente não tinham como existir, ou foram silenciados por métodos repressivos do governo”. No campo político administrativo, “a centralização” se dava “na pessoa do presidente”, com a vitória do “centralismo antifederalista”. Por meio do Departamento de imprensa e propaganda, “a opinião pública passou a ser controlada”¹⁰², com a formação de um aparelho censório e repressivo, assim como voltado a propagandear o regime.

¹⁰² LOPEZ, Adriana & MOTA, Carlos Guilherme. *História do Brasil: uma interpretação*. São Paulo: SENAC/São Paulo, 2008. p. 685-686.

Quanto à “escala político-administrativa”, a marca essencial do Estado Novo era a “subordinação”, de modo que, a partir da ditadura, instituiu-se uma “transformação das relações entre poderes estaduais e poder central”, uma vez que “começou a União a aparelhar-se melhor para elaborar, articular e dirigir o país”. Nesse sentido, o Estado Novo cria “toda uma nova sistemática que, do ponto de vista político”, representava “a idealização de uma nova escala de valores e obrigações”, a qual iniciava “com a imposição da autoridade do chefe da nação”¹⁰³. Iam então “as tendências no sentido de um aumento do poder do Executivo, de uma participação cada vez maior do Estado na vida social e econômica do país”, além “da cooptação contínua das lideranças locais em todos os níveis e da subordinação da vida econômica ao processo político”¹⁰⁴.

Pelo menos “os cinco primeiros anos do novo regime” corresponderam “à progressiva, mas definitiva consolidação do poder de Estado”. Em tal estrutura, “o Presidente dispunha de plenos poderes legislativos e executivos”, sendo-lhe “permitido demitir e transferir funcionários” e “reformular e afastar militares que representassem ameaça ‘aos interesses nacionais’”. A declaração do “estado de emergência em todo o território nacional tornava possível ordenar prisões, exílio, invasão de domicílio”, além de instituir “a prisão preventiva” e tornar

¹⁰³ CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1976. p. 161-163.

¹⁰⁴ SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982. p. 113.

“legal a censura de todas as comunicações” e todos esses “atos escapavam à decisão do judiciário”¹⁰⁵.

Um dos pontos fundamentais de sustentação da ditadura estado-novista estava ligado ao próprio arcabouço constitucional. Elaborada metodicamente, tendo por base modelos totalitários europeus, a Constituição de 1937 foi incluída no “pacote” colocado em prática pelo governo no dia 10 de novembro deste ano. Outorgada, foi elaborada pelo grupo que dava feições ideológicas ao golpismo e servia essencialmente para buscar demonstrar, mormente no contexto internacional, que o regime brasileiro não deixava de ser constitucional (ao menos na aparência). O texto constitucional foi marcado por uma extrema concentração de poderes político-administrativos nas mãos do Presidente da República, bem como praticamente abandonou os princípios federativos, estabelecendo um regime centralizador, anulando a autonomia estadual¹⁰⁶. Logo na abertura da Constituição de 1937, apareciam asserções que deveriam servir para justificar a sua elaboração:

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:
Atendendo às legítimas aspirações do povo brasileiro à paz política e social,

¹⁰⁵ SOLA, Lourdes. O golpe de 37 e o Estado Novo. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*. 13.ed. São Paulo: DIFEL, 1982. p. 266.

¹⁰⁶ BONAVIDES, Paulo & ANDRADE, Paes de. *História constitucional do Brasil*. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.; IGLÉSIAS, Francisco. *Constituintes e constituições brasileiras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.; QUIRINO, Célia Galvão & MONTES, Maria Lúcia. *Constituições brasileiras e cidadania*. São Paulo: Ática, 1987.; e SILVA, Paulo Sérgio da. *A Constituição Brasileira de 10 de novembro de 1937: um retrato com luz e sombra*. São Paulo: UNESP, 2007.

profundamente perturbada por conhecidos fatores de desordem, resultantes da crescente agravação dos dissídios partidários, que uma notória propaganda demagógica procura desnaturar em luta de classes, e da extremação de conflitos ideológicos, tendentes, pelo seu desenvolvimento natural, a resolver-se em termos de violência, colocando a nação sob a funesta iminência da guerra civil;

Atendendo ao estado de apreensão criado no país pela infiltração comunista, que se torna dia a dia mais extensa e mais profunda, exigindo remédios de caráter radical e permanente;

Atendendo a que, sob as instituições anteriores, não dispunha o Estado de meios normais de preservação e de defesa da paz, da segurança e do bem estar do povo;

Com o apoio das forças armadas e cedendo às inspirações da opinião nacional, umas e outra justificadamente apreensivas diante dos perigos que ameaçam a nossa unidade e da rapidez com que se vem processando a decomposição das nossas instituições políticas:

Resolve assegurar à nação a sua unidade, o respeito à sua honra e à sua independência, e ao povo brasileiro, sob um regime de paz política e social, as condições necessárias à sua segurança, ao seu bem estar e à sua prosperidade; Decretando a seguinte Constituição, que se cumprirá desde hoje em todo o país.

O destaque a alguns trechos da Constituição de 1937¹⁰⁷ permite a identificação dos pressupostos políticos que norteavam o Estado Novo:

Da organização nacional:

- O Brasil é uma República. O poder político emana do povo e é exercido em nome dele e no interesse do seu bem estar, da sua honra, da sua independência e da sua prosperidade.

¹⁰⁷ COLEÇÃO DAS LEIS DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL – 1937.

- A bandeira, o hino, o escudo e as armas nacionais são de uso obrigatório em todo o país. Não haverá outras bandeiras, hinos, escudos e armas.
- O Brasil é um Estado federal, constituído pela união indissolúvel dos estados, do distrito federal e dos territórios. É mantida a sua atual divisão política e territorial.
- O Governo Federal intervirá nos estados, mediante a nomeação, pelo Presidente da República, de um Interventor, que assumirá no estado as funções que, pela sua Constituição, competirem ao Poder Executivo, ou as que, de acordo com as conveniências e necessidades de cada caso, lhe forem atribuídas pelo Presidente da República.
- O Presidente da República, nos períodos de recesso do Parlamento ou na dissolução da Câmara dos Deputados, poderá, se o exigem as necessidades do Estado, expedir decretos-lei sobre as matérias de competência legislativa da União.
- O Presidente da República, observadas as disposições constitucionais e nos limites das respectivas dotações orçamentárias, poderá expedir livremente decretos-leis sobre a organização do governo e da administração federal, o comando supremo e a organização das forças armadas.
- O Prefeito será de livre nomeação do Governador do Estado.
- O Distrito Federal será administrado por um Prefeito de nomeação do Presidente da República.

Do Poder Legislativo:

- O Poder Legislativo é exercido pelo Parlamento Nacional com a colaboração do Conselho da Economia Nacional e do Presidente da República, daquele mediante parecer nas matérias da sua competência consultiva e deste pela iniciativa e sanção dos projetos de lei e promulgação dos decretos-lei autorizados nesta Constituição.
- O Parlamento Nacional compõe-se de duas Câmaras: a Câmara dos Deputados e o Conselho Federal.
- A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo eleitos mediante sufrágio indireto.
- São eleitores os vereadores às Câmaras Municipais e, em cada município, dez cidadãos eleitos por sufrágio direto no mesmo ato da eleição da Câmara Municipal.
- O número de deputados por estado será proporcional à população e fixado por lei, não podendo ser superior a dez nem inferior a três por estado.
- Compete à Câmara dos Deputados iniciar a discussão e votação das leis de impostos e fixação das forças de terra e mar, bem como todas as que importem aumento de despesa.
- O Conselho Federal compõe-se de representantes dos estados e dez membros nomeados pelo Presidente da República. A duração do mandato é de seis anos.

- Só podem ser eleitos representantes dos estados os brasileiros natos, maiores de 35 anos, alistados eleitores e que hajam exercido, por espaço nunca menor de quatro anos, cargo de governo na União ou nos estados.
- A nomeação feita pelo Presidente da República só pode recair em brasileiro nato, maior de 35 anos e que se haja distinguido por sua atividade em algum dos ramos da produção ou da cultura nacional.

Do Conselho da Economia Nacional:

- O Conselho da Economia Nacional compõe-se de representantes dos vários ramos da produção nacional designados, dentre pessoas qualificadas pela sua competência especial, pelas associações profissionais ou sindicatos reconhecidos em lei, garantida a igualdade de representação entre empregadores e empregados.
- A presidência do Conselho da Economia Nacional caberá a um Ministro de Estado, designado pelo Presidente da República.

Das leis e das resoluções:

A iniciativa dos projetos de lei cabe, em princípio, ao governo. Em todo caso, não serão admitidos como objeto de deliberação projetos ou emendas de iniciativa de qualquer das Câmaras, desde que versem sobre matéria tributária ou que de uns ou de outras resulte aumento de despesa.

Da elaboração orçamentária:

- Haverá, junto à Presidência da República, organizado por decreto do Presidente, um Departamento Administrativo com atribuições [orçamentárias].

Do Presidente da República:

- O Presidente da República, autoridade suprema do Estado, coordena a atividade dos órgãos representativos, de grau superior, dirige a política interna e externa, promove ou orienta a política legislativa de interesse nacional, e superintende a administração do país.
- O período presidencial será de seis anos.
- São condições de elegibilidade à Presidência da República ser brasileiro nato e maior de 35 anos.
- O colégio eleitoral [que escolhe o] Presidente da República compõe-se
 - * de eleitores designados pelas Câmaras Municipais, elegendo cada estado um número de eleitores proporcional à sua população, não podendo, entretanto, o máximo desse número exceder de vinte e cinco;
 - * de cinquenta eleitores, designados pelo Conselho da Economia Nacional, dentre empregadores e empregados em número igual;
 - * de vinte e cinco eleitores designados pela Câmara dos Deputados e de vinte e cinco designados pelo Conselho Federal, dentre cidadãos de notória reputação.

Do Poder Judiciário:

- São órgãos do Poder Judiciário:

- * o Supremo Tribunal Federal;
- * os juízes e tribunais dos estados, do Distrito Federal e dos territórios;
- * os juízes e tribunais militares.

- Os ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, com aprovação do Conselho Federal, dentre brasileiros de notável saber jurídico e reputação ilibada, não devendo ter menos de 35, nem mais de 58 anos de idade.

- O Ministério Público Federal terá por chefe o procurador geral da República, que funcionará junto ao Supremo Tribunal Federal e será de livre nomeação e demissão do Presidente da República, devendo recair a escolha em pessoa que reúna os requisitos exigidos para ministro do Supremo Tribunal federal.

Da nacionalidade e da cidadania:

- São eleitores os brasileiros de um e de outro sexo, maiores de dezoito anos, que se alistarem na forma da lei.

- Não podem alistar-se eleitores:

- * os analfabetos;
- * os militares em serviço ativo;
- * os mendigos;

* os que estiverem privados, temporária ou definitivamente, dos direitos políticos.

Dos direitos e garantias individuais:

- A Constituição assegura aos brasileiros e estrangeiros residentes no país o direito à liberdade, à segurança individual e à propriedade.
- A especificação das garantias e direitos não exclui outras garantias e direitos, resultantes da forma de governo e dos princípios consignados na Constituição. O uso desses direitos e garantias terá por limite o bem público, as necessidades da defesa, do bem estar, da paz e da ordem coletiva, bem como as exigências da segurança da nação e do Estado em nome dela constituído e organizado nesta Constituição.

Da família:

- A família, constituída pelo casamento indissolúvel, está sob a proteção especial do Estado. Às famílias numerosas serão atribuídas compensações na proporção dos seus encargos.
- A educação integral da prole é o primeiro dever natural dos pais. O Estado não será estranho a esse dever, colaborando, de maneira principal ou subsidiária, para facilitar a sua execução ou suprir as deficiências e lacunas da educação particular.
- A infância e a juventude devem ser objeto de cuidados e garantias especiais por parte do Estado, que tomará todas as medidas destinadas a assegurar-lhes

condições físicas e morais de vida sã e de harmonioso desenvolvimento das suas faculdades. O abandono moral, intelectual ou físico da infância e da juventude importará falta grave dos responsáveis por sua guarda e educação, e cria ao Estado o dever de provê-las do conforto e dos cuidados indispensáveis à preservação física e moral. Aos pais miseráveis assiste o direito de invocar o auxílio e proteção do Estado para a subsistência e educação da sua prole.

Da educação e da cultura:

- A arte, a ciência e o ensino são livres à iniciativa individual e à de associações ou pessoas coletivas públicas e particulares. É dever do Estado contribuir, direta e indiretamente, para o estímulo e o desenvolvimento de umas e de outro, favorecendo ou fundando instituições artísticas, científicas e de ensino.
- À infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da nação, dos estados e dos municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais.
- O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos estados, dos municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais.

- É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera da sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento deste dever e os poderes que caberão ao Estado, sobre estas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público.
- O ensino primário é obrigatório e gratuito. A gratuidade, porém, não exclui o dever de solidariedade dos menos para com os mais necessitados; assim, por ocasião da matrícula, será exigida aos que não alegarem, ou notoriamente não puderem alegar escassez de recursos, uma contribuição módica e mensal para a caixa escolar.
- A educação física, o ensino cívico e o de trabalhos manuais serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça aquela exigência.
- O Estado fundará instituições ou dará o seu auxílio e proteção às fundadas por associações civis, tendo umas e outras por fim organizar para a juventude períodos de trabalho anual nos campos e oficinas, assim como promover-lhe a disciplina moral e o adestramento físico, de maneira a prepará-la ao cumprimento dos seus deveres para com a economia e a defesa da nação.
- Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza, gozam da proteção e dos

cuidados especiais da nação, dos estados e dos municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional.

Da ordem econômica:

Na iniciativa individual, no poder de criação, de organização e de invenção do indivíduo, exercido nos limites do bem público, funda-se a riqueza e a prosperidade nacional. A intervenção do Estado no domínio econômico só se legitima para suprir as deficiências da iniciativa individual e coordenar os fatores da produção, de maneira a evitar ou resolver os seus conflitos e introduzir no jogo das competições individuais o pensamento dos interesses da nação, representados pelo Estado. A intervenção no domínio econômico poderá ser mediata e imediata, revestindo a forma do controle, do estímulo ou da gestão direta.

- O trabalho é um dever social. O trabalho intelectual, técnico e manual tem direito à proteção e solicitude especiais do Estado. A todos é garantido o direito de subsistir mediante o seu trabalho honesto e este, como meio de subsistência do indivíduo, constitui um bem que é dever do Estado proteger, assegurando-lhe condições favoráveis e meios de defesa.

- A associação profissional ou sindical é livre. Somente, porém, o sindicato regularmente reconhecido pelo Estado tem o direito de representação legal dos que participarem da categoria de produção para que foi constituído, e de defender-lhes os direitos perante o Estado e as outras associações profissionais, estipular contratos coletivos de trabalho obrigatórios para todos os seus

associados, impor-lhes contribuições e exercer em relação a eles funções delegadas de poder público.

- Para dirimir os conflitos oriundos das relações entre empregadores e empregados, reguladas na legislação social, é instituída a Justiça do Trabalho, que será regulada em lei e à qual não se aplicam as disposições desta Constituição relativas à competência, ao recrutamento e às prerrogativas da justiça comum. A greve e o *lock-out* são declarados recursos antissociais, nocivos ao trabalho e ao capital e incompatíveis com os superiores interesses da produção nacional.

- A economia da produção será organizada em corporações, e estas, como entidades representativas das forças do trabalho nacional, colocadas sob a assistência e a proteção do Estado, são órgãos destes e exercem funções delegadas de poder público.

- A lei fomentará a economia popular, assegurando-lhe garantias especiais. Os crimes contra a economia popular são equiparados aos crimes contra o Estado, devendo a lei cominar-lhes penas graves e prescrever-lhes processo e julgamento adequados à sua pronta e segura punição.

- A usura será punida.

- As minas e demais riquezas do subsolo, bem como as quedas de água constituem propriedade distinta da propriedade do solo para o efeito de exploração ou aproveitamento industrial. O aproveitamento industrial das

minas e das jazidas minerais, das águas e da energia hidráulica, ainda que de propriedade privada, depende de autorização federal.

Da segurança nacional:

- As forças armadas são instituições nacionais permanentes, organizadas sobre a base da disciplina hierárquica e da fiel obediência à autoridade do Presidente da República.
- Todas as questões relativas à segurança nacional serão estudadas pelo Conselho de Segurança Nacional e pelos órgãos especiais criados para atender à emergência da mobilização.
- O Conselho de Segurança Nacional será presidido pelo Presidente da República e constituído pelos Ministros de Estado e pelos Chefes de Estado Maior do exército e da marinha.
- Cabe ao Presidente da República a direção geral da guerra, sendo as operações militares da competência e da responsabilidade dos comandantes chefes, de sua livre escolha.
- Todos os brasileiros são obrigados, na forma da lei, ao serviço militar e a outros encargos necessários à defesa da pátria, nos termos e sob as penas da lei.
- Dentro de uma faixa de cento e cinquenta quilômetros ao longo das fronteiras, nenhuma concessão de terras ou de vias de comunicação poderá efetivar-se sem audiência do Conselho Superior de Segurança Nacional, e a lei

providenciará para que nas indústrias situadas no interior da referida faixa predominem os capitais e trabalhadores de origem nacional.

Da defesa do Estado

- Em caso de ameaça externa ou iminência de perturbações internas, ou existência de concerto, plano ou conspiração, tendente a perturbar a paz pública ou por em perigo a estrutura das instituições, a segurança do Estado ou dos cidadãos poderá o Presidente da República declarar em todo o território do país, ou na porção do território nacional particularmente ameaçada, o estado de emergência.
- Na vigência do estado de guerra deixará de vigorar a Constituição nas partes indicadas pelo Presidente da República.

Das emendas à Constituição:

- a Constituição pode ser emendada, modificada ou reformada por iniciativa do Presidente da República ou da Câmara dos Deputados.

Disposições transitórias e finais:

- O atual Presidente da República tem renovado o seu mandato até a realização do plebiscito.
- São dissolvidos nesta data a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, as Assembleias Legislativas dos estados e as Câmaras Municipais. As eleições ao

Parlamento Nacional serão marcadas pelo Presidente da República, depois de realizado o plebiscito.

- Enquanto não se reunir o Parlamento Nacional, o Presidente da República terá o poder de expedir decretos-lei sobre todas as matérias da competência legislativa da União.
- É declarado em todo o país o estado de emergência.
- Esta Constituição entrará em vigor na sua data e será submetida ao plebiscito nacional na forma regulada em decreto do Presidente da República.

Um fator essencial que garantiu a plena concentração de poderes nas mãos do Presidente da República foi o fato de que, durante todo o Estado Novo, não foram chamadas eleições e nem mesmo o plebiscito previsto para apreciar a Constituição. Além disso, o contexto mundial vinculado ao enfrentamento bélico internacional também serviria como argumento para que o estado de exceção prevalecesse e se associasse aos dispositivos ditatoriais. Ainda nos primórdios do Estado Novo seria instituída outra modificação fundamental que marcaria a estrutura política da ditadura, que foi a extinção dos partidos políticos, promovida por meio de Decreto-Lei de 2 de dezembro de 1937¹⁰⁸. A intenção dos governantes era evitar os partidos, considerando-os como

¹⁰⁸ COLEÇÃO DAS LEIS DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL – 1937.

causadores da crise e acusando-os de não trazerem significativa representação, ou por serem regionais, ou radicais. Além disso, a perspectiva fundamental era que o líder ditatorial teria condições de estabelecer o contato direto com o povo, sem necessidade de intermediários, como no caso, segundo tal concepção, dos partidos políticos. As considerações iniciais do Decreto tinham o intento de justificar o ato governamental:

Considerando que, ao promulgar-se a Constituição em vigor, se teve em vista, além de outros objetivos, instituir um regime de paz social e de ação política construtiva;

Considerando que o sistema eleitoral então vigente, inadequado às condições da vida nacional e baseado em artificiosas combinações de caráter jurídico e formal, fomentava a proliferação de partidos, com o fito único e exclusivo de dar às candidaturas e cargos eletivos aparência de legitimidade;

Considerando que a multiplicidade de arregimentações partidárias, com objetivos meramente eleitorais, ao invés de atuar como fator de esclarecimento e disciplina da opinião, serviu para criar uma atmosfera de excitação e desassossego permanentes, nocivos à tranquilidade pública e sem correspondência nos reais sentimentos do povo brasileiro;

Considerando, além disso, que os partidos políticos até então existentes não possuíam conteúdo programático nacional ou esposavam ideologias e doutrinas contrárias aos postulados do novo regime, pretendendo a transformação radical da ordem social, alterando a estrutura e ameaçando as tradições do povo brasileiro, em desacordo com as circunstâncias reais da sociedade política e civil;

Considerando que o novo regime, fundado em nome da nação para atender às suas aspirações e necessidades, deve estar em contato direto com o povo, sobreposto às lutas partidárias de qualquer ordem, independentemente da consulta de agrupamentos, partidos ou organizações, ostensiva ou disfarçadamente destinados à conquista do poder público.

De acordo com tal pensamento, o Decreto em pauta resolvia que ficavam “dissolvidos todos os partidos políticos”, sendo assim consideradas “todas as arregimentações partidárias registradas nos extintos Tribunal Superior e Tribunais Regionais da Justiça Eleitoral, assim como as que, embora não registradas em 10 de novembro do corrente ano, já tivessem requerido o seu registro”. Eram “igualmente atingidas pela medida as milícias cívicas e organizações auxiliares dos partidos políticos, sejam quais forem os seus fins e denominações”; além de ser “vedado o uso de uniformes, estandartes, distintivos e outros símbolos dos partidos políticos e organizações auxiliares”, premissas legais que atingiam diretamente os integralistas. Entre janeiro e março de 1938 ocorreria a prisão de vários seguidores do integralismo em diversos pontos do país. A 10 de março do mesmo ano ocorreria um levante integralista, o qual foi derrotado, com a prisão de várias lideranças. Já a 10 de maio de 1938, surgiria uma nova tentativa de assalto ao poder de parte dos integralistas, que tentaram invadir o Palácio da Guanabara, onde se encontrava o Presidente da República, mas foram derrotados e presos. As forças governistas anulavam assim mais um foco de radicalismo, eliminando as forças integralistas.

A partir de tal Decreto, ficava também “proibida, até a promulgação da lei eleitoral, a organização de partidos políticos, seja qual for a forma de que se revista a sua constituição, ainda que de sociedades civis destinadas ostensivamente a outros fins”, na condição de verificar-se “haver na organização o propósito próximo ou remoto de transformá-la em instrumento de propaganda de ideias políticas”. No caso dos partidos políticos pré-existentes,

era “permitido continuarem a existir como sociedade civil para fins culturais, beneficentes ou desportivos”, desde que isso não fosse feito “com a mesma denominação com que se registraram como partidos políticos”. Não seria “permitido aos militares de terra e mar, assim como aos membros de outras corporações de caráter militar, pertencerem às sociedades civis em que se transformarem os partidos políticos”. No caso das contravenções contra tais determinações, as mesmas seriam “punidas com pena de prisão de dois a quatro meses e multa de cinco a dez contos de réis”, com o processo seguindo “rito sumaríssimo”.

A estrutura centralizadora do Estado Novo seria reforçada pelo Decreto-Lei de 8 de abril de 1939¹⁰⁹, que regulamentava a administração dos estados e municípios, mantendo a característica de ampla concentração de poderes nas mãos do Presidente da República e a plena negação do modelo federativo. Nesse sentido, a autoridade máxima do Estado decretava entre outras determinações:

- Os Estados, até a outorga das respectivas constituições, serão administrados de acordo com o disposto nesta lei.
- São órgãos da administração do Estado:
 - * o interventor, ou governador;
 - * o Departamento Administrativo.

¹⁰⁹ COLEÇÃO DAS LEIS DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL – 1939.

- O interventor, brasileiro nato, maior de 25 anos, será nomeado pelo Presidente da República, em decreto referendado pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores.

- Ao interventor, ou governador, e ao prefeito cabe exercer as funções executivas e, em colaboração com o Departamento Administrativo, legislar nas matérias da competência do estado e dos municípios, enquanto não se constituírem os respectivos órgãos legislativos.

- Compete ao interventor, ou governador, especialmente:

- * organizar a administração do estado e dos municípios de acordo com o disposto para os serviços da União, no que for aplicável;

- * organizar o projeto do orçamento do estado e sancioná-lo;

- * fixar, em decreto-lei, o efetivo da força policial, mediante aprovação prévia do Presidente da República;

- * elaborar os decretos-lei e sancioná-los depois de aprovados pelo Departamento Administrativo;

- * expedir decretos-lei, independente de aprovação prévia do Departamento Administrativo, em caso de calamidade ou necessidade de ordem pública, sujeito a posteriori o seu ato à aprovação do Presidente da República.

- São ainda atribuições do interventor ou governador:

- * expedir decretos, regulamentos, instruções e demais atos necessários ao cumprimento das leis e à administração do estado;

- * nomear o secretário-geral ou os secretários do seu governo, e os prefeitos dos municípios;

- * nomear, aposentar, pôr em disponibilidade, demitir e licenciar os funcionários do estado, e impor-lhes penas disciplinares, respeitado o disposto na Constituição e nas leis;

- * praticar todos os atos necessários à administração e representação do Estado e à guarda da Constituição e das leis.

- O substituto do interventor, ou governador, nos seus impedimentos, será designado, em decreto, pelo Presidente da República.

- O Departamento Administrativo será constituído de 4 a 10 membros, brasileiros natos, maiores de 25 anos, nomeados pelo Presidente da República. Dentre eles o Presidente da República designará, no ato de nomeação, o presidente do Departamento e o seu substituto nas faltas e nos impedimentos.

- Os recursos dos atos do interventor, ou governador, serão encaminhados ao Presidente da República pelo Ministro da Justiça, que sobre eles dará parecer. A decisão do Presidente terá imediata força executória.

- Terão a sua vigência condicionada à aprovação do Presidente da República os decretos-lei que dispuserem, no todo ou em parte, sobre:

- * o bem-estar, a ordem, a tranquilidade e a segurança pública;

- * as comunicações e o transporte por via férrea, de água e aérea, ou estradas de rodagem;

- * arrendamento, concessão, ou autorização para exploração de minas, metalurgia, energia hidráulica, águas, florestas, caça e pesca, e o seu regime ou regulamentação;

- * riquezas de subsolo, mineração, metalurgia, águas, energia hidroelétrica, florestas, caça e pesca, e sua exploração;

- * rádio-comunicação, regime de eletricidade;

- * regime das linhas para as correntes de alta tensão;

- * escolas de grau secundário e superior, e regulamentação, no todo ou em parte, do ensino de qualquer grau;

- * saúde pública; higiene do trabalho;

- * assistência pública, obras de higiene popular, casas de saúde, clínicas, estações de clima e fontes medicinais;

- * fiscalização administrativa e policial de teatros, cinematógrafos e demais divertimentos públicos;

- * fixação do efetivo da força policial, corpo de bombeiros, guarda civil e corporações de natureza semelhante, seu armamento, despesa e organização;

- * processo judicial ou extrajudicial;

- * organizações públicas com o fim de conciliação extrajudiciária dos litígios, ou sua decisão arbitral;

* medidas de polícia para a proteção das plantas e dos rebanhos contra as moléstias ou agentes nocivos;

* crédito agrícola, cooperativas entre agricultores.

- São nulos de pleno direito os atos praticados com infração do disposto no item anterior.

- O interventor, ou governador, remeterá anualmente ao Presidente da República, por intermédio do Ministro da Justiça, um relatório de sua gestão e, englobadamente, da dos municípios, acompanhado dos correspondentes balancetes da receita e da despesa.

- A bandeira, o hino, o escudo e as armas nacionais são de uso obrigatório em todos os estados e municípios; são proibidos quaisquer outros símbolos de caráter local.

- Todas as escolas, públicas ou particulares, são obrigadas a possuir, em lugar de honra, a bandeira nacional, e prestar-lhe homenagem nos dias de festa oficial. Igual dever incumbe a todos os estabelecimentos da administração pública ou que exerçam funções delegadas do poder público.

As estruturas políticas do Estado Novo estabeleceram a ausência de um Poder Legislativo, que nunca foi formado, com a concentração de poderes no Executivo, ou, mais especificamente do Presidente da República. O grupo que tinha Getúlio Vargas à sua frente “organizou o poder à sua maneira”, ou seja, “só

o Executivo funcionou”; além disso, “interferiu nos estados, nomeando os interventores”. Nesse sentido, o Estado Novo “destruiu a federação”, embora a Constituição ainda considerasse que “o Brasil é um Estado federal”, mas “não era”. Representativo e “símbolo dessa negação” foi “a queima das bandeiras dos estados”, com a eliminação de “bandeiras, hinos e emblemas” estaduais. Também servia para podar a federação “o impedimento de impostos interestaduais, um dos instrumentos do vigor econômico dos estados”. Somava-se a isso, o fato de “as forças públicas regionais” terem passado “a ser severamente controladas pelo exército”¹¹⁰.

No que tange às estruturas sociais, para os governistas, “os problemas sociais deveriam ser incorporados ao mecanismo estatal”, criando condições favoráveis ao domínio sobre eles, “com a reforma do aparelhamento, não só constitucional, mas político-social”. Nessa linha, “tais mudanças eram indispensáveis para realizar o progresso nacional, sem efetiva transferência de poder às camadas médias e populares”, surgindo, a partir dessa perspectiva, “a necessidade de um Estado orientador, paternalista em essência, controlado por um líder e sedimentado” em uma “burocracia superior, sem obediência a imposições de classe”¹¹¹. Durante o Estado Novo, a afirmação da legislação trabalhista apareceu associada “à repressão policial”, proporcionando “as condições básicas que conduziram à supressão da independência dos

¹¹⁰ IGLÉSIAS, Francisco. *Trajetória política do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 249.

¹¹¹ BRUNO, Deusa da Cunha. *Brasil República: o jogo do poder oligárquico*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1995. p. 81.

sindicatos”, acompanhada de uma “estruturação corporativista de inspiração fascista, segundo os princípios orgânicos da unicidade, verticalidade e enquadramento oficial tutelado pelo Estado”¹¹².

Dessa maneira, os detentores do poder aperfeiçoaram “os mecanismos de controle sobre o movimento operário”, além de “aprimorar o aparelho repressivo”¹¹³. O controle absoluto da sociedade era outro dos condicionantes autoritário do regime estado-novista, pois, durante sua existência, “inumeráveis cidadãos foram apreendidos, exilados, depostos de seus cargos, perseguidos em sua carreira pública e também na particular”, além dos “desaparecidos, assassinados”¹¹⁴. Ao longo de sua fase de maior apogeu, pelo menos até 1942, “o Estado novo foi um regime autoritário, com chefe civil carismático e apoio das Forças Armadas”, que promovia “uma estratégia política basicamente desmobilizadora e fundada na coerção, via censura e repressão”¹¹⁵.

Tais estruturas no campo social traziam consigo uma “mediação entre as classes”, exercida “em especial pelo meio-corporativismo do sindicalismo e da previdência social”. Nesse quadro, “o Estado Novo conseguiria corporatizar o

¹¹² GORENDER, Jacob. *A burguesia brasileira*. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 68.

¹¹³ TRONCA, Ítalo. *Revolução de 1930: a dominação oculta*. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 19908. p. 92.

¹¹⁴ IGLÉSIAS, Francisco. *Breve historia contemporânea del Brasil*. México: Fondo de Cultura Económica, 1999. p. 90.

¹¹⁵ GOMES, Angela de Castro. Estado Novo: debatendo nacionalismo, autoritarismo e populismo. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo – Segunda República (1930-1945)*. 10.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. p. 177.

sindicalismo da metade para baixo”, contrariando a tendência inicial caracterizada como “de baixo para cima”, em suas origens¹¹⁶. O caráter oficial passou a ser decisivo para a vida sindical, uma vez que “somente o sindicato regularmente reconhecido pelo Estado teria o direito da representação legal dos assalariados”¹¹⁷.

As entidades sindicais desempenharam significativo papel no seio das ações governamentais, uma vez que o sindicato passava “a ser uma figura jurídica de colaboração com o Estado” e submetido a “um intenso controle, devidamente regulado em uma série de leis”. De acordo com tal perspectiva, redefiniam-se “as funções do sindicato, adequando-o ao novo formato do Estado corporativo emergente e ao processo de mudança econômica que o país atravessava”¹¹⁸. Nesse sentido, “o Estado Novo levou a sério a existência da luta de classes, assim como as possibilidades reais da classe operária no jogo do poder”. Foi então estabelecida uma “estratégia jurídica de aliciamento” e uma “proposta corporativista de sindicalização”, as quais apontavam “para uma

¹¹⁶ CHACON, Vamireh. *Estado e povo no Brasil: as experiências do Estado Novo e da democracia populista (1937-1964)*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Câmara dos Deputados, 1977. p. 54.

¹¹⁷ RODRIGUES, Leôncio Martins. Sindicalismo e classe operária (1930-1964). In: *História geral da civilização brasileira – o Brasil Republicano: sociedade e política (1930-1964)*. São Paulo: DIFEL, 1981. t. 3, v. 3 p. 521.

¹¹⁸ D'ARAUJO, Maria Celina. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo – Segunda República (1930-1945)*. 10.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. p. 216.

política especialmente orientada de controle da classe operária e sua reestruturação a partir da orientação imprimida pelo poder”¹¹⁹.

Nesse contexto, o Estado Novo buscou consolidar a legislação trabalhista. As propostas quanto à “questão social” estavam presentes desde a Aliança Liberal e alguns tópicos legais foram introduzidos durante os Governos Provisório e Constitucional e a partir da ditadura estado-novista algumas delas foram reforçadas e novas criadas, no sentido de buscar efetivá-las de vez. A partir de tal ação foi estabelecida a Consolidação das Leis do Trabalho, através do Decreto-Lei de 1º de maio de 1943. Na “Exposição de motivos”, a legislação era justificada:

É da mais alta significação social e merece uma referência especial o interesse suscitado pela divulgação do projeto.

Juristas e magistrados, entidades públicas, empresas derivadas e associações culturais concorreram com a judiciosa reflexão de sua experiência para sugerir um ou outro retoque.

Revelando, não só a repercussão alcançada pelo monumento legal projetado, mas, principalmente, uma rigorosa consciência sindical – prova plena de um regime social já radicado – manifestaram-se as classes de empregadores e de empregados, através das respectivas instituições representativas.

Esta foi, na realidade, a contribuição mais palpitante trazida à Comissão, quer pelo teor original da discussão das teses, quer pela eficiência patente do sistema paritário de equilíbrio social, evidenciando-se, do contraste de interesses, sob a luz de um pensamento público de bem comum, a fórmula de composição harmônica das forças do capital e do trabalho.

¹¹⁹ LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2.ed. Campinas: Papirus, 1986. p. 22.

Tal decreto era extremamente detalhado, descendo às minúcias no que tange à legislação trabalhista, ao longo de seus 922 artigos, que tratavam entre outros pontos:

- Introdução – definições de empregado e empregador

- Das normas gerais da tutela do trabalho

- * Da identificação profissional – a carteira profissional (emissões, anotações, penalidades)

- * Da duração do trabalho (jornada, período de descanso, trabalho noturno, horário, penalidades)

- * Do salário mínimo – conceito (contraprestação mínima paga ao trabalhador capaz de satisfazer suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte); regiões, zonas e subzonas; formação de comissões.

- * Das férias – o direito, a duração, a concessão, a remuneração.

- * Higiene e segurança do trabalho.

- Das normas especiais de tutela do trabalho

- * Das disposições especiais sobre duração e condições de trabalho

- * Da nacionalização do trabalho (proporcionalidade de empregados brasileiros)

* Da proteção do trabalho da mulher

* Da proteção do trabalho do menor

- Do contrato individual de trabalho (remuneração, alteração, suspensão, interrupção, rescisão, aviso prévio, estabilidade, força maior)
- Da organização sindical (instituição sindical, enquadramento sindical, imposto sindical)
- Da justiça do trabalho

A execução da legislação trabalhista mantinha a perspectiva da concessão estatal, a qual se antepunha à luta pela conquista, de modo a trazer dividendos políticos para o governo, que buscava evitar as forças reivindicatórias e angariar para si simpatia popular. Além disso, havia todo o aparato de controle estatal para com a “questão social”. Nessa linha, o governo submetia “de vez os sindicatos, na verdade sempre sem autonomia, não obstante a lei a afirmasse”, de maneira que “os sindicatos foram úteis instrumentos de manobra do ministro do Trabalho”, a partir da criação da “figura do ‘pelego’”, ou seja, “um trabalhador agente do governo no meio operário, recebendo para servir aos interesses oficiais”. Além disso, “a existência da unidade sindical e depois do imposto sindical obrigatório” reforçavam a ação

do Estado Novo¹²⁰, que controlava de perto o papel social do proletariado. Associado havia também o aparelho repressivo estatal, sempre pronto a controlar qualquer atividade considerada pelos governantes como subversiva, como foi o caso ocorrido em abril de 1940, quando a polícia desmantelou o que restara do Partido Comunista, com a prisão de todo o comitê central.

As estruturas econômicas do Estado estiveram vinculadas a uma intervenção estatal nas diretrizes da economia nacional. O projeto econômico estado-novista impôs a criação de novos “serviços para dirigir o poder público e incentivar e orientar a iniciativa privada, nem sempre dirigida para setores novos”. Nessa época tornaram-se “comuns palavras como ‘plano’, ‘planejamento’, ‘planificação’”, com a criação de “serviços com esses nomes em todos os escalões administrativos”. Ocorria então “a busca da racionalidade dos problemas econômicos”, surgindo “livros, estudos e relatórios, como nos trabalhos das missões técnicas”. Além disso, “órgãos brasileiros – federais, estaduais e municipais –, ao lado de associações de classe” se reuniam “em congressos e conferências, para fixar uma linha de conduta”¹²¹.

O processo que se desencadeou desde 1930, marcado por uma política intervencionista governamental no campo econômico, ganhou intensidade a partir do Estado Novo. Nesse quadro, entre outros segmentos da economia,

¹²⁰ IGLÉSIAS, Francisco. *Trajectoria política do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 249.

¹²¹ IGLÉSIAS, Francisco. *Trajectoria política do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 253.

ocorreu uma “mudança de posição do Estado com relação à indústria, com este assumindo um papel mais ativo no desenvolvimento industrial brasileiro”. Houve então um “conjunto de elementos favoráveis, que impulsionaram o desenvolvimento de uma indústria pesada e consolidaram o parque de bens tradicionais já existente”, ao qual se somou “o importante papel do Estado no fomento da infraestrutura industrial”¹²².

A industrialização promovida à época do Estado Novo, voltada à “indústria pesada, de bens de produção”, constituiu “uma alteração qualitativa profunda”. Além disso, “a interferência do Estado e o advento do planejamento” assinalavam “a formação do setor estatal da economia” atitude complementada pela “legislação sobre a exploração de minérios e uso das fontes de energia”, que “estabelecia as condições nacionalistas inequívocas”, de maneira que “a tendência passaria a ser a de encarar as fontes de energia como dependentes da ação do Estado em sua exploração”¹²³. Para a implantação de tal política econômica, “uma característica saliente” do “Estado seria dada pela sua preocupação com a racionalização ao nível administrativo”, como no caso da criação “de órgãos destinados a dar maior amplitude e flexibilidade à ação oficial”. Esse conjunto de ações servia à implantação “de uma economia

¹²² LEOPOLDI, Maria Antonieta P. A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo – Segunda República (1930-1945)*. 10.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. p. 230 e 236.

¹²³ SODRÉ, Nelson Werneck. *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990. p. 103.

capitalista diferenciada no país, e, por essa via, as suas bases de execução e de sustentação política seriam recrutadas cada vez mais nitidamente nos centros urbanos”¹²⁴.

Tal “intervenção do governo federal na economia brasileira, se bem que já estivesse explicada em termos de nacionalismo econômico e defesa militar”, passou a ser “grandemente acelerada pela II Guerra Mundial”. Nesse quadro, as negociações em torno da participação brasileira no conflito e a confirmação da presença do Brasil no confronto bélico deram “oportunidade a um esforço de mobilização econômica em escala total”, já que “a necessidade óbvia de matérias-primas e bens manufaturado, vitais para o esforço de guerra”, viria a trazer “nova importância ao programa do governo de empresas financiadas pelo Estado”¹²⁵.

Nesse quadro, durante o Estado Novo, de acordo com o projeto modernizador sustentado desde a Aliança Liberal, um dos pontos fundamentais da vida econômica era proporcionar ao país um surto industrial, com preferência pela indústria de transformação, sintetizada na siderurgia. Quanto a este fundamento, a economia esteve profundamente articulada com a política externa. Diante da crise internacional, com a posterior deflagração da II Guerra Mundial, inicialmente o governo brasileiro optaria por uma neutralidade

¹²⁴ COHN, Gabriel. Problemas da industrialização no século XX. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*. 13.ed. São Paulo: DIFEL, 1982. p. 299.

¹²⁵ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 13.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. p. 67-68.

perante o conflito. Nesse meio tempo, haveria uma série de tratativas para verificar a posição do Brasil na guerra, em uma prática que se convencionou denominar de equidistância pragmática, ou política pendular, ou seja, em termos de política exterior, o Brasil permanecia neutro, mas realizava múltiplas negociações com os Estados Unidos e a Alemanha, verificando qual dos dois estaria efetivamente disposto a financiar o projeto siderúrgico brasileiro¹²⁶. Além desse pragmatismo, tal política refletia também a própria formação do governo estado-novista, no qual havia uma ala propícia a uma aproximação com as potências do Eixo, e outra, favorável aos Estados Unidos. Apesar de o Brasil ter um intenso comércio com a Alemanha, foram os Estados Unidos que fizeram a melhor oferta quanto à siderurgia brasileira, levando o Brasil a participar da II Guerra Mundial ao lado dos aliados. A partir daí se desencadearia uma verdadeira penetração cultural norte-americana, movida a partir do aparelho

¹²⁶ CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 2.ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002. p. 248-253.; CORSI, Francisco Luiz. *Estado Novo: política externa e projeto nacional*. São Paulo: UNESP/FAPESP, 2000.; GAMBINI, Roberto. *O duplo jogo de Getúlio Vargas: influência americana e alemã no Estado Novo*. São Paulo: Símbolo, 1977.; KOIFMAN, Fábio. O governo Vargas e a política externa brasileira (1930-1945). In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo – Segunda República (1930-1945)*. 10.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. p. 285-304.; MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.; e MOURA, Gerson. *Sucessos e ilusões: relações internacionais do Brasil antes e após a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

burocrático-administrativo e cultural estadunidense, no sentido de exportar o *american way of life* para o país tropical¹²⁷.

Tal política pendular ou de equidistância pragmática pode ser verificada a partir da seguinte cronologia que demonstra a postura do Brasil diante da II Guerra Mundial, associada ao projeto de industrialização e de implementação siderúrgica:

- março de 1938 – contrato com a fábrica alemã Krupp para o fornecimento de armas ao Brasil
- abril de 1938 – criação do Conselho Nacional do Petróleo
- fevereiro de 1939 – Góis Monteiro, figura exponencial do governo, era convidado oficialmente a tomar parte em manobras militares do exército alemão; e, por outro lado, Oswaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores e defensor da aproximação com os Estados Unidos, entrevistava-se com Roosevelt, Presidente americano
- março de 1939 – governo brasileiro firmava acordos econômicos com os Estados Unidos, recebendo empréstimo de US\$ 50 milhões
- maio de 1939 – missão militar norte-americana chegava ao Rio de Janeiro
- março de 1940 – criação da Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional

¹²⁷ ALVES, Júlia Falivene. *A invasão cultural norte-americana*. 3.ed. São Paulo: Moderna, 1988.; MOURA, Gerson. *Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural norte-americana*. 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.; e TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

- junho de 1940 – discurso de Vargas, no encouraçado Minas Gerais, favorável ao fascismo; entretanto, no mesmo mês, explicava que seu discurso não representava um afastamento dos Estados Unidos
- setembro de 1940 – governo dos Estados Unidos aprovava empréstimo de US\$ 20 milhões para a construção da usina siderúrgica de Volta Redonda
- janeiro de 1941 – fundação da Companhia Siderúrgica Nacional e início da construção da Usina de Volta Redonda
- janeiro de 1941 – criação do Ministério da Aeronáutica e organização da Força Aérea Brasileira
- março de 1941 – divulgação de notícias de que aviões alemães metralhavam navio brasileiro
- julho de 1941 – regulamentadas as atividades da Comissão Militar Mista Brasil – Estados Unidos
- dezembro de 1941 – diante do ataque japonês à base americana de Pearl Harbor, o Brasil declarava solidariedade aos americanos
- 15 de janeiro de 1942 – instalava-se no Rio de Janeiro a III Conferência dos Chanceleres das Repúblicas Americanas
- janeiro de 1942 – Brasil rompia relações com Alemanha e Itália
- fevereiro e março de 1942 – novos informes sobre torpedeamento por submarinos alemães de navios brasileiros

- março 1942 – Acordo de Arrendamento e Empréstimo, firmado entre o Brasil e os Estados Unidos; no mesmo mês, Vargas exigia indenizações da Alemanha pelos danos causados a bens brasileiros; e, ainda em março, o governo brasileiro encampava as companhias de aviação LATI (italiana) e Condor (alemã)
- junho de 1942 – mais notícias de torpedeamento de navios brasileiros, atitudes que, posteriormente, voltariam a ocorrer várias vezes
- julho de 1942 – a UNE comandava no Rio de Janeiro uma grande manifestação popular antifascista; ocorreria também uma ruptura na cúpula governamental, com o afastamento de Filinto Müller, Francisco Campos e Lourival Fontes, membros do governo favoráveis ao alinhamento com o Eixo
- agosto de 1942 – grandes manifestações populares em várias cidades pela declaração de guerra ao Eixo; no mesmo mês ocorria a declaração do estado de guerra em todo o território nacional; e o Brasil declarava guerra à Alemanha e à Itália
- janeiro de 1943 – instalação no Rio de Janeiro da Sociedade dos Amigos da América; no mesmo mês ocorreria o encontro de Getúlio Vargas com Franklin Delano Roosevelt, presidente estadunidense, em Natal, no Rio Grande do Norte
- agosto de 1943 – criação da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária
- novembro de 1943 – criação da Força Expedicionária Brasileira (FEB)

A associação entre os interesses econômicos industrializantes e a política externa de natureza pragmática, também pode ser observada a partir de trechos de alguns documentos à época expedidos¹²⁸. Nesse caso, exemplificativamente, esteve o Decreto-Lei de 2 de setembro de 1939, que aprovava “as regras de neutralidade no caso de guerra entre potências estrangeiras, não-americanas”, no qual, o Presidente da República, “considerando a conveniência de estabelecer regras gerais” que deveriam “ser observadas no território nacional para resguardar a neutralidade do Brasil no caso de guerra entre potências estrangeiras, não-americanas”, determinava que ficavam aprovadas e deveriam “ser cumpridas rigorosamente, sempre que o Governo Federal decretar a sua aplicação”, as regras concernentes a tal neutralidade, expedidas pelo Ministro das Relações Exteriores.

As negociações com as potências continuavam, e o governo brasileiro, por meio de Decreto-Lei de 4 de março de 1940, instituiu “a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional”, justificada a partir das seguintes constatações:

Considerando que, na presente fase de renovação econômica do país, se torna indispensável organizar a indústria siderúrgica em bases definitivas;

Considerando que os estudos a que foi submetido o problema conduziram o governo à adoção de um programa que urge executar;

Considerando que o incremento da indústria siderúrgica virá contribuir para desenvolver a exploração comercial das bacias carboníferas, dos minérios de ferro e de muitos outros produtos minerais nacionais, trazendo o progresso a várias regiões do país;

¹²⁸ COLEÇÃO DAS LEIS DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL – 1939; 1940.

Considerando que a utilização do carvão mineral dotará o país de uma série de subprodutos do mais alto valor para o desenvolvimento das indústrias químicas e farmacêuticas e, em consequência, de grande interesse para o progresso econômico e organização da defesa militar do país;

Considerando a necessidade de o Estado contribuir financeiramente para o aparelhamento de indústrias que exigem grande concentração de capitais, formando assim o ambiente de confiança indispensável à colaboração simultânea de capitais particulares; e

Considerando, finalmente, que é imprescindível dar ensejo a que se formem quadros nacionais para a organização e direção de grandes empresas industriais.

Alguns meses depois, se dava a criação do Conselho Nacional de Minas e Metalurgia, por meio de Decreto-Lei de 3 de outubro 1940. Para tanto, o governo levava em conta “os grandes recursos minerais do país e o desenvolvimento das indústrias de mineração e metalurgia” e “a necessidade de disciplinar essa atividade produtora” de maneira a possibilitar, “com o menor dispêndio de capitais, os maiores benefícios para a economia nacional”. O novo Conselho tinha a sua sede na Capital da República, e seria “composto de brasileiros natos, de reconhecida idoneidade moral e competência técnica em assuntos de mineração e metalurgia”, vindo a funcionar sob a presidência do Ministro da Viação e Obras Públicas, com as seguintes atribuições:

- o estudo dos problemas relativos às indústrias de mineração e metalurgia que, pela sua natureza, exijam a coordenação de um órgão especializado;
- propor medidas que regulem o funcionamento das empresas de mineração e das usinas de tratamento de produtos minerais em geral, de modo que a

produção se ajuste às necessidades do mercado interno e às possibilidades de exportação;

- estudar os preços de venda dos produtos minerais, brutos ou transformados, e propor as medidas necessárias para proteger a produção nacional e o mercado interno;

- estudar os elementos que influem no custo dos diversos tipos do carvão nacional e propor, anualmente, a fixação dos preços de venda para o carvão de consumo obrigatório;

- opinar sobre os auxílios financeiros a serem concedidos a empresas de mineração ou metalúrgicas;

- orientar e fiscalizar, a juízo do governo, e quando houver o emprego de recursos financeiros do Estado, os projetos e obras referentes à construção de instalações cujo objetivo seja:

 - 1º) beneficiamento de minérios ou combustíveis sólidos;

 - 2º) o tratamento de minérios para a extração de metais ou metalóides;

 - 3º) a destilação do carvão, visando a produção destinada à indústria metalúrgica;

 - 4º) o transporte, a carga e descarga e a venda de produtos minerais ou metalúrgicos;

- propor medidas tendentes ao aperfeiçoamento no país do ensino técnico-profissional de Minas e Metalurgia;

- propor as medidas necessárias ao melhoramento das condições de transporte dos minerais e produtos metalúrgicos, visando-lhes o desenvolvimento da produção e a diminuição do custo.

O pragmatismo em termos de política externa aparecia também nas manifestações de algumas autoridades governamentais¹²⁹. Um dos pontos altos da política externa pendular do Estado Novo foi expresso por meio do discurso de Getúlio Vargas realizado a 11 de junho de 1940, no qual parecia indicar um caminho para o Brasil em direção às potências do Eixo:

Atravessamos, nós, a humanidade inteira transpõe, um momento histórico de graves repercussões, resultante de rápida e violenta mutação de valores. Marchamos para um futuro diverso de quanto conhecíamos em matéria de organização econômica, social ou política, e sentimos que os velhos sistemas e formas antiquadas entram em declínio. Não é, porém, como pretendem os pessimistas e os conservadores empedernidos, o fim da civilização, mas o início, tumultuoso e fecundo, de uma nova era. Os povos vigorosos, aptos à vida, necessitam seguir o rumo de suas aspirações, em vez de se deterem na contemplação do que se desmorona e tomba em ruína. É preciso, portanto, compreender a nossa época e remover o entulho das ideias mortas e dos ideais estéreis. (...)

A ordenação política não se faz, agora, à sombra do vago humanitarismo retórico que pretendia anular as fronteiras e criar uma sociedade internacional sem

¹²⁹ BONAVIDES, Paulo & AMARAL, Roberto. *Textos políticos de História do Brasil*. 3.ed. Brasília: Senado Federal, 2002. v. 5.

peculiaridades nem atritos, unida e fraterna, gozando a paz como um bem natural e não como uma conquista de cada dia. Em vez desse panorama de equilíbrio e justa distribuição dos bens da Terra, assistimos à exacerbação dos nacionalismos, as nações fortes impondo-se pela organização baseada no sentimento da pátria e sustentando-se pela convicção da própria superioridade. Passou a época dos liberais imprevidentes, das demagogias estereis, dos personalismos inúteis e semeadores de desordens. À democracia política substitui a democracia econômica, em que o poder, emanado diretamente do povo e instituído para defesa do seu interesse, organiza o trabalho, fonte de engrandecimento nacional, e não meio e caminho de fortunas privadas. (...)

A ordem criada pelas circunstâncias novas que dirigem as nações é incompatível com o individualismo, pelo menos, quando este colida com o interesse coletivo. Ela não admite direitos que se sobreponham aos deveres para com a pátria.

Felizmente, no Brasil, criamos um regime adequado às nossas necessidades sem imitar outros nem filiar-se a qualquer das correntes doutrinárias e ideológicas existentes. É o regime da ordem e da paz brasileiras, de acordo com a índole e a tradição de nosso povo, capaz de impulsionar mais rapidamente o progresso geral e de garantir a segurança de todos. Pugnando pela expansão e fortalecimento da economia geral, como instrumento de grandeza da pátria, e não como objetivo individual; contando com a boa vontade e o espírito de sacrifício de todos os brasileiros, atingiremos mais depressa o nível de preparação técnica e cultural que nos garanta a utilização das riquezas potenciais do território em benefício da defesa comum.

Pouco depois, a 29 de junho de 1940, ocorreria novo discurso de Vargas, dessa vez explicando o anterior e demarcando a manutenção da posição do Brasil na América, ou seja, em torno de uma solidariedade hemisférica:

Foi, para mim, grande satisfação verificar que compreendestes as palavras de sinceridade e previsão patriótica que dirigi à nação no Dia da Marinha,

emprestando-lhes o sentido que lhes dei – de um toque de alerta em face das duras lições dos dias presentes, que impõem aos povos a mobilização de todas as suas energias, para não se deixarem surpreender ou arrastar pelos acontecimentos.

Chamei a atenção dos brasileiros para as transformações que se operam no mundo e ante as quais não podemos permanecer indiferentes, mais preocupados em lamentar as irremediáveis desgraças alheias do que em cuidar dos nossos superiores interesses; reafirmei os nossos propósitos de colaboração pacífica e solidariedade com os povos irmãos do continente, cujos destinos se identificam com o nosso pelos vínculos de formação histórica e idênticas aspirações de progresso; mostrei a necessidade de fortalecermos o país econômica e militarmente; quis, finalmente, fazer ver, com o exemplo dos fatos, que o regime de 10 de novembro, sendo uma consequência do ajustamento e equilíbrio das nossas forças sociais, é, também, o que mais se adapta às circunstâncias da vida contemporânea.

Outro documento que expressava a equidistância pragmática brasileira diante do conflito mundial ficou demarcado em um relatório de 1º de julho de 1940, preparado por um oficial de ligação do Departamento de Estado norte-americano, enviado ao Brasil para verificar a posição de oficiais brasileiros diante do nazismo. O relato trazia o conteúdo de uma entrevista feita com uma das mais importantes figuras militares brasileiras, Góis Monteiro, na qual este deixava clara a tendência da necessidade de uma providência emergencial dos Estados Unidos no sentido de apoiar os projetos do governo brasileiro:

Em uma conversa de mais de uma hora com o general Góis Monteiro, ele discutiu sua “viagem de boa vontade” aos Estados Unidos em retribuição à visita do General Marshall ao Brasil, e disse que apreciou muito sua permanência nos Estados Unidos. Disse que, embora acreditasse que nossas manifestações de boa vizinhança eram sinceras, considerava que eram por demais platônicas.

Com algum sarcasmo, disse que havia recebido nos Estados Unidos presentes de cigarros *Lucky Strike* e de uísque escocês em quantidade suficiente para sustentá-lo possivelmente pelos próximos dois anos, mas que este era o único resultado tangível que podia exhibir. Disse lamentar que os Estados Unidos não compreendessem que não conseguiram convencer o Brasil de que tinham um programa definido, e comparava nossa política “vaga” com a “ação” da Alemanha.

Prosseguiu dizendo que, no momento presente, era evidentemente impossível importar armas e munições da Alemanha, mas que sua experiência tinha sido a de que, sempre que o Brasil as encomendava à Alemanha, as mercadorias eram geralmente entregues e a questão do pagamento decidida mais tarde. Referindo-se à velha proposta dos Estados Unidos de vender ou arrendar seis destróieres ao Brasil, assinalou com considerável sarcasmo que a Alemanha teria prosseguido com a venda ou o arrendamento, sem levar em conta os protestos de outros países, enquanto, cada vez que a Argentina faz “*bu!*”, nós estremecemos em nossas botas.

O general Góis Monteiro tem relações muito cordiais com os alemães, e acredito que é provável que tenha pelos alemães apreço mais sincero do que por nós. De qualquer modo, parece ser realista, e, se pudéssemos oferecer-lhe algo concreto e convencê-lo de que estamos prontos a agir, ele se mostraria propenso a alinhar-se conosco. Acho que podemos estar certos de que, a menos que venhamos a agir desse modo para convencê-lo, ele ficará do lado dos alemães.

Em 24 de julho de 1941 era assinado um termo de ajuste referente à Regulação das atividades da Comissão Mista Brasileiro-Americana de Oficiais de Estado-Maior, cuja criação decorria “dos termos estabelecidos nas bases do Acordo de Cooperação entre os Estados Unidos e o Brasil” bem como “do entendimento expresso na troca de correspondência a respeito entre o Chefe do Estado-Maior do Exército Brasileiro e o Chefe da Missão Militar Americana”. Dentre outros pontos deveriam fazer parte dos trabalhos de tal Comissão postulados que dariam a base da tomada de posição do Brasil na guerra:

- promessa do Brasil de auxiliar com todas as suas forças e com os meios de que disponha a defesa comum do continente americano;
- promessa do Brasil de construir bases aéreas e navais e de autorizar-lhes o uso aos demais países pan-americanos;
- promessa do Brasil de organizar a defesa de sua costa e das ilhas ao longo do litoral, bem como as vias e meios de comunicações do país;
- promessa dos Estados Unidos de empregarem suas forças armadas para auxiliarem o Brasil na defesa contra os ataques de forças armadas de Estados não americanos;
- promessa dos Estados Unidos de auxiliarem o Brasil na aquisição do armamento e de todos os meios materiais de que necessitar para os fins em causa, bem como no fornecimento de técnicos que este declare precisar.

A cristalização definitiva da participação do Brasil na II Guerra Mundial, ao lado dos aliados, se daria com a criação da Força Expedicionária Brasileira (FEB), por meio de Decreto-Lei de 23 de novembro de 1943. A FEB seria “recrutada das forças armadas nacionais, destinada a tomar parte, oportunamente, em operações de guerra fora do continente, ao lado dos exércitos dos Estados Unidos da América”, em “condições reguladas pelos respectivos governos”. O Decreto demarcava que a FEB seria “comandada por

um general brasileiro, de nomeação do Presidente da República". Além disso, fixava que "o comandante da FEB, em todas as questões" que lhe fossem "pertinentes, entender-se-á diretamente com os Ministros da Guerra, da Marinha e da Aeronáutica", e ficava "sob inteira responsabilidade do mesmo comandante a organização, preparação, instrução da FEB e seu ulterior emprego no teatro de operações".

No que tange ao campo ideológico, o Estado Novo estabeleceu um aparelho significativamente ajustado que visava essencialmente à propaganda do regime e ao controle da sociedade. Já em 1938, era instituída a "Hora do Brasil", programa de rádio – meio de comunicação de massa que ganhava extrema popularidade na época – no qual, ao lado de atrações artísticas que serviam para atrair o público, o governo expressava seu pensamento. Em termos de ação ideológica, o Estado Novo teve um cuidado especial na promoção na figura presidencial de Getúlio Vargas, buscando estabelecer para ele uma imagem popular, "de modo a ficar conhecido como protetor ou 'pai dos pobres'". Ocorreu então um "amplo serviço de propaganda, nos jornais e no rádio, de programas diários" e com a colocação de "seu retrato em todos os locais possíveis", bem como suas falas eram "largamente divulgadas", além de ocorrer a publicação de "livros de biografias exaltadoras", refletindo as campanhas feitas em torno dos líderes máximos típicas dos regimes totalitários. Desse modo, durante a ditadura estado-novista, foi promovido "um aparato de

endeusamento pessoal do chefe” e, por outro lado, ocorria “a violência do policialismo”¹³⁰.

Tendo em vista o seu “processo de legitimação, o Estado se utilizou de meios mais modernos para chegar às massas”. Nesse quadro, a ação aparelho ideológico dava “uma ideia do papel que representavam os modernos instrumentos de comunicação para a ditadura de Vargas”¹³¹. A partir da propaganda, o regime assegurava-se “da mais ampla repercussão de seus atos”, de forma que, “através da rede de informações, da distribuição de fotografias, artigos, comentários, chegou a fornecer mais de 60% da matéria divulgada pelos jornais”. Nessa linha, “na lista de colaboradores” que escreviam em prol do governo “figuravam os nomes mais em evidência no jornalismo e na literatura”¹³².

As estruturas de cunho ideológico estabelecidas pelo Estado Novo trouxeram ao regime “o poder de falar sozinho, de ser o único porta-voz livre”. Tal característica dava “inteira liberdade de ação ao governo”, de modo a torná-lo o “único a se expressar publicamente”, com a ausência de uma “oposição, sem ninguém para poder contestar-lhe a propaganda”, em um quadro pelo qual os governantes utilizavam “todos os meios para se expressar e para impor a sua imagem”. À ação propagandística unia-se outro braço fundamental desse

¹³⁰ IGLÉSIAS, Francisco. *Trajetória política do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 249-250.

¹³¹ TOTAL, Antonio Pedro. *O Estado Novo*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 34.

¹³² SILVA, Hélio. *O Estado Novo (1937/1938)*. 3.ed. São Paulo: Editora Três; Editora Brasil 21, 2004. p. 134-135.

aparelho ideológico, ou seja, “a censura total” e o pleno “controle dos meios de comunicação”¹³³. Ficava assim criada, pela força governamental, “uma opinião e uma vontade”, a partir do controle de qualquer manifestação que não viesse ao encontro dos desígnios das autoridades públicas. A ação policialesca, “impondo e reprimindo, fortaleceu essa maneira de proceder”¹³⁴.

A partir de registros textuais e iconográficos, Vargas era apresentado como um indivíduo predestinado, que carregava em seus ombros os caminhos do país. Mas, além de estadista, era mostrado como um homem do povo, que, bem gaúcho, mateava e fazia churrasco, ou ainda como um esportista, que frequentava as corridas de cavalo e jogava golfe. Havia ainda a imagem do intelectual, com a eleição do governante para a Academia Brasileira de Letras, em agosto de 1941. A personificação do Estado Novo na figura de Vargas se dava também na incorporação de seu aniversário como uma data cívica nacional, exaltada desde o início da ditadura, mas oficializada a partir de 19 de abril de 1940. A estrutura governamental também financiou livros, revistas e produções audiovisuais que visavam à promoção do governo. A propaganda que buscava a excelência vinha ao lado do extremo controle, com intervenções e apropriações de periódicos, como aconteceu com o *Estado de São Paulo*, em março de 1940.

O aparelho burocrático-administrativo que incorporaria a essência dessa função de propaganda/controlado foi o Departamento de Imprensa e Propaganda

¹³³ CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1976. p. 169-170.

¹³⁴ IGLÉSIAS, Francisco. *Breve historia contemporánea del Brasil*. México: Fondo de Cultura Económica, 1999. p. 90.

(DIP), criado por Decreto-Lei de 27 de dezembro de 1939, e cuja ação seria regionalmente complementada, ficando assim estabelecida uma rede de propaganda e coerção na sociedade brasileira.

O Decreto que instituía o DIP¹³⁵ trazia a sua criação e caracterização, e dentre suas determinações, podem ser destacas:

- Fica criado o Departamento de Imprensa e Propaganda, diretamente subordinado ao Presidente da República.

- O DIP tem por fim:

- *centralizar, coordenar, orientar e superintender a propaganda nacional, interna ou externa, e servir, permanentemente, como elemento auxiliar de informação dos ministérios e entidades públicas e privadas, na parte que interessa à propaganda nacional;

- * superintender, organizar e fiscalizar os serviços de turismo interno e externo;

- * fazer a censura do teatro, do cinema, de funções recreativas e esportivas de qualquer natureza, de radiodifusão, da literatura social e política, e da imprensa, quando a esta forem cominadas as penalidades previstas por lei;

- * estimular a produção de filmes nacionais;

- * classificar os filmes educativos e os nacionais para concessão de prêmios e favores;

¹³⁵ COLEÇÃO DAS LEIS DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL – 1939.

- * sugerir ao governo a isenção ou redução de impostos e taxas federais para os filmes educativos e de propaganda, bem como a concessão de idênticos favores para transporte dos mesmos filmes;

- * conceder, para os referidos filmes outras vantagens que estiverem em sua alçada;

- * coordenar e incentivar as relações da imprensa com os poderes públicos ao sentido de maior aproximação da mesma com fatos que se liguem aos interesses nacionais;

- * colaborar com a imprensa estrangeira no sentido de evitar que se divulguem informações nocivas ao crédito e à cultura do país;

- * promover intercâmbios com escritores, jornalistas e artistas nacionais e estrangeiros;

- * estimular as atividades espirituais, colaborando com artistas e intelectuais brasileiros, no sentido de incentivar uma arte e uma literatura genuinamente brasileiras, podendo, para isso, estabelecer e conceder prêmios;

- * incentivar a tradução de livros de autores brasileiros;

- * proibir a entrada no Brasil de publicações estrangeiras nocivas aos interesses brasileiros, e interditar, dentro do território nacional, a edição de quaisquer publicações que ofendam ou prejudiquem o crédito do país e suas instituições ou a moral;

- * promover, organizar, patrocinar ou auxiliar manifestações cívicas e festas populares com intuito patriótico, educativo ou de propaganda turística, concertos, conferências, exposições demonstrativas das atividades do governo, bem como mostras de arte de individualidades nacionais e estrangeiras;

- * organizar e dirigir o programa de radiodifusão oficial do governo;

- * autorizar mensalmente a devolução dos depósitos efetuados pelas empresas jornalísticas para a importação de papel para imprensa, uma vez demonstrada, a seu juízo, a eficiência e a utilidade pública dos jornais ou periódicos por elas administrados ou dirigidos.

- O DIP será constituído de:

- * Divisão de Divulgação;

- * Divisão de Radiodifusão;

- * Divisão de Cinema e Teatro;

- * Divisão de Turismo;

- * Divisão de Imprensa;

- * Serviços Auxiliares, que são os de Comunicações, Contabilidade e Tesouraria Material, Filmoteca. Discoteca, Biblioteca.

- O Presidente da República expedirá, mediante decreto, o Regimento do DIP, em que serão especificadas as atribuições e distribuição dos trabalhos deste e demais normas reguladoras de suas atividades.

- O DIP será dotado de uma estação radiofônica e radiotelegráfica.
- Para execução dos serviços fixados neste Decreto-lei, o DIP poderá constituir representantes nos estados e solicitar, quando conveniente, a cooperação das autoridades locais, que não poderão recusá-la.
- Todos os serviços de propaganda e publicidade dos ministérios e quaisquer departamentos e estabelecimentos da administração pública federal, ou de entidades autárquicas criadas por lei, serão feitos pelo DIP com o qual aqueles órgãos manterão ligação permanente.

Nessa linha, o DIP se tornaria o órgão centralizador das atividades de publicidade governamental e de censura/repressão estatal, com uma atuação bastante incisiva sobre o conjunto dos meios de comunicação e das manifestações culturais e artísticas. Sua ação estendia-se do governo central aos estados, em uma plena teia de controle estatal¹³⁶. Tal papel pode ser

¹³⁶ Em vários estados, o DIP possuía órgãos filiados (os DEIPs), que estavam subordinados ao Rio de Janeiro. Essa estrutura altamente centralizada iria permitir ao governo exercer eficiente controle da informação, assegurando-lhe considerável domínio em relação à vida cultural do país. A centralização administrativa era apresentada como fator de modernidade, apelando-se para os princípios de sua eficácia e racionalidade (VELLOSO, Monica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo – Segunda República (1930-1945)*. 10.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. p. 150.)

verificado a partir do Decreto-lei de 30 de dezembro de 1939¹³⁷, o qual regia as normas pelas quais “as atividades de imprensa e propaganda exercidas no território nacional” seriam fiscalizadas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda. Dentre as suas determinações estavam:

Imprensa:

- Aos jornais e quaisquer publicações periódicas cumpre contribuir, por meio de artigos, comentários, editoriais e toda espécie de noticiário, para a obra de esclarecimento da opinião popular em torno dos planos de reconstrução material e de reerguimento nacional.
- As agências telegráficas e os correspondentes estrangeiros são obrigados a fornecer cópia autenticada de todas as notícias e informações remetidas para o exterior por via telegráfica ou postal.
- Todos os correspondentes de jornais do interior deverão registrar-se no DIP.
- Aos correspondentes estrangeiros o DIP prestará toda a assistência profissional devendo os mesmos solicitar a necessária autorização para o livre exercício de suas atividades em território brasileiro, mediante a apresentação dos documentos comprobatórios de suas funções.

¹³⁷ COLEÇÃO DAS LEIS DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL – 1939.

- Todas as empresas jornalísticas de publicidade, bem como as oficinas gráficas, deverão ser registradas no DIP, até 30 dias depois da publicação do presente Decreto-lei.
- Aos jornais é facultado não publicar o nome dos autores de artigos, notícias, informações e comentários de redação, mas estes nomes deverão constar dos originais entregues às oficinas.
- É passível de punição a publicação de notícias ou comentários falsos, tendenciosos ou de intuito provocador, induzindo ao desrespeito e descrédito do país, suas instituições, esferas ou autoridades representativas do poder público, classes armadas ou quando viessem a criar conflitos sociais, de classe ou antagonismos regionais.

Cinema:

- Nenhum filme pode ser exibido ao público sem um certificado de aprovação fornecido pelo DIP.
- Não será permitida a exibição do filme que:
 - * Contiver qualquer ofensa ao decoro público.
 - * Contiver cenas de ferocidade ou for capaz de sugerir a prática de crimes.
 - * Divulgar ou induzir aos maus costumes.

- * For capaz de provocar incitamentos contra o regime vigente, a ordem pública, as autoridades constituídas e seus agentes.

- * Puder prejudicar a cordialidade das relações com outros povos.

- * For ofensivo às coletividades ou às religiões.

- * Ferir, por qualquer forma, a dignidade ou o interesse nacionais.

- * Induzir ao desprestígio das forças armadas.

- Os filmes considerados impróprios para crianças ou para menores só poderão ser exibidos se, em aviso, com caracteres bem legíveis, colocado na bilheteria, nos cartazes e nos anúncios de distribuição interna ou externa, ou publicado na imprensa, se declarar expressamente a restrição estabelecida pelo DIP.

- Poderão ser recomendados para menores, ou para a juventude, os filmes capazes de despertar os bons sentimentos, as tendências artísticas, a curiosidade científica, o amor à pátria, à família e o respeito às instituições.

- A improbidade dos filmes poderá ser declarada para crianças até 10 anos, para crianças até 14 anos, ou para menores até 18 anos, a juízo do DIP e tendo em vista preservar o espírito infantil ou juvenil de impressões excitantes ou deprimentes e de influências perturbadoras da sua formação moral ou intelectual.

- Poderá ser excluída da autorização para exhibir um filme, determinada região do território nacional, onde, por circunstâncias ou condições locais, essa exibição possa ser contrária aos interesses públicos.

- O DIP promoverá a edição de filmes contendo aspectos naturais e de atualidades, serviços públicos, iniciativas governamentais, recomposições históricas nacionais, etc.
- Nenhum operador cinematográfico de tomada de vistas (*camera man*), estrangeiro, não residente no Brasil, profissional ou turista, poderá utilizar aparelhos cinematográficos no país, sem licença especial do DIP, sob pena de apreensão do aparelho e dos filmes.
- Nenhum filme brasileiro poderá ser exportado sem licença especial do DIP.
- O DIP negará a licença [para exportação] se o filme a ser exportado contiver vistas desprimorosas para o Brasil, estiver mal fotografado ou não recomendar a arte nacional no estrangeiro, ou ainda se contiver vistas de zonas que interessam à defesa e segurança nacionais.

Teatro e diversões públicas:

- Dependerão de censura prévia e autorização do DIP:
 - * As representações de peças teatrais.
 - * As representações de variedades.
 - * As execuções de bailados, pantominas e peças declamatórias.
 - * As execuções de discos falados e cantados.
 - * As exposições públicas de espécimes teratológicos.

* As apresentações de préstitos, grupos, cordões, ranchos e estandartes carnavalescos.

* As transmissões radiotelefônicas.

* As propagandas e anúncios de qualquer natureza, quando feitos em carros alegóricos ou de feição carnavalesca ou ainda quando realizados por propagandistas em trajes característicos ou fora do comum.

* As excursões individuais ou de companhias e conjuntos teatrais e artísticos no exterior.

- Será negada a autorização sempre que a representação, exibição ou transmissão [condições idênticas as do cinema].

- Para a representação de qualquer peça teatral ou número de variedades, o empresário requererá por escrito ao DIP a censura e o consequente registro da peça ou número, apresentando dois exemplares datilografados ou impressos, sem emenda, rasura ou borrão, bem como a prova de haver feito os pagamentos devidos.

- Autorizada a representação o censor determinará dia e hora para o ensaio geral da peça ou dos números.

- Durante os ensaios gerais os artistas são obrigados a cumprir rigorosamente as determinações do DIP, tanto em relação ao texto da peça em ensaio como em relação à indumentária, aos gestos, marcações, atitudes e procedimentos do palco.

- Não serão absolutamente permitidas representações e execuções sob forma de improviso.
- Para a censura dos cartazes e anúncios serão eles apresentados ao DIP com a antecedência de 24 horas, em duplicata, ficando uma prova arquivada e outra restituída à parte interessada.

Radiofonia:

- A censura das irradiações radiotelefônicas será executada pelo mesmo processo aplicado à censura dos números de variedades, executados ou dispositivos que estabelecem exigências cênicas e de natureza propriamente teatral.
- A solicitação de censura dos discos deve ser acompanhada de uma cópia fiel da peça nele gravada, falada ou cantada, qualquer que seja a sua natureza e, além disso, deve conter:
 - * O título do disco e seu gênero.
 - * O nome do autor da peça gravada.
 - * O nome do gravador ou da fábrica.
 - * A procedência do disco.
 - * O local da audição.

- Fica proibida a irradiação de trechos musicais cantados em linguagem imprópria à boa educação do povo, anedotas ou palavras nas mesmas condições.
- Os estabelecimentos comerciais que possuírem aparelhos de radiodifusão ficam obrigados a transmitir o programa oficial do DIP.

Programas:

- Qualquer representação, execução, projeção, audição ou irradiação pública depende de aprovação do respectivo programa pelo DIP.
- O programa, impresso ou datilografado, será apresentado pelo empresário responsável com antecedência mínima de um dia do espetáculo.

Disposições gerais:

- À Discoteca do DIP incumbe gravar em discos fonográficos e conservar para as futuras gerações a voz dos grandes cidadãos da pátria, os cantos regionais, as interpretações das obras principais dos nossos compositores ou quaisquer manifestações, que sirvam aos fins de propaganda patriótica.

No que tange à propaganda, o aparelho burocrático estado-novista teve o cuidado especial na personificação do regime em torno do Presidente da

República. Em meio a tais condicionantes, esteve a incorporação do aniversário de Getúlio Vargas dentre as “datas cívicas nacionais” como uma estratégia ideológica do Estado Novo, como demonstra o seguinte estudo de caso envolvendo a imprensa rio-grandina. Os modelos autoritários dos anos 1930-1940 se utilizaram em larga escala das “datas cívicas” como estratégias ideológicas na legitimação de suas estruturas. Fatos do passado e personagens heroicizados eram escolhidos, metabolizados, depurados e pasteurizados de acordo com os interesses do regime vigente, devendo tais elementos, elevados aos píncaros do panteão da nacionalidade, servirem como exemplos para a posteridade de altruísmo/heroísmo em nome da pátria. No Brasil tal fenômeno se repetiria notadamente durante o Estado Novo, o qual criou um rol de mecanismos político-ideológicos que visava a legitimar e perpetuar a ditadura¹³⁸.

Nesse sentido, as “datas comemorativas” já tradicionais do contexto brasileiro, como o 7 de Setembro e o 15 de Novembro, entre outras, foram elevadas em seus status e alocadas como oportunidades para a exortação patriótica. Os fatos e personagens envolvidos eram redimensionados, de modo a justificar ou ao menos identificar-se com a situação vigente no país. A tais datas foi somado o 19 de Abril, aniversário do próprio ditador Getúlio Vargas. Essa prática vem ao encontro dos usos e costumes dos regimes totalitários que se

¹³⁸ Texto elaborado a partir de: ALVES, Francisco das Neves. *Getúlio Vargas, Rio Grande do Sul e Estado Novo: ensaios históricos*. Lisboa; Rio Grande: Cátedra Infante Dom Henrique; Biblioteca Rio-Grandense, 2018. p. 77-92.

espalhavam pelo mundo na época, com o culto à personalidade de uma liderança nacional. Dessa maneira, notadamente a partir dos anos quarenta, o 19 de abril viria a incorporar-se às datas cívicas e nacionais na categoria de Dia do Presidente.

O Departamento de Imprensa e Propaganda foi fundamental na propagação do culto a essas datas cívicas. Seus dois grandes braços, voltados à propaganda e à censura, trabalharam incessantemente por moldar a imagem de Vargas como o homem ideal para presidir o Brasil e o uso de seu aniversário natalício também contribuiria no mesmo sentido. Nesse quadro, a imprensa, em grande parte controlada ou cooptada pelo governo, teria também um papel essencial na difusão de tais datas, bem como de suas comemorações, não sendo diferente em relação ao 19 de Abril. O mesmo ocorreu no que tange ao periodismo diário praticado na cidade do Rio Grande, uma das mais tradicionais e históricas comunidades em termos de práticas jornalísticas no contexto sul-rio-grandense. À época, *O Tempo* era um dos representantes dessa imprensa.

O Tempo foi um dos periódicos mais perenes publicados no Rio Grande. Sua fundação ocorreu em 1906, permanecendo desde então sob a propriedade de Alípio Cadaval, tradicional jornalista rio-grandense que iniciara suas atividades ainda na década de oitenta do século XIX. Ao longo de sua existência, que se estendeu até 1960, o jornal teve diferentes etapas, em algumas delas, chegou a apresentar certas aproximações e/ou filiações político-partidárias, e, em outras, preferiu manter uma proposta essencialmente informativa. Já com três décadas de existência, resistindo às transformações pelas quais passavam as lides

jornalísticas e enfrentando a concorrência dos veículos editados na capital do estado, moldados no formato empresarial, o *Tempo* buscava manter o seu nicho de leitores em meio à comunidade rio-grandina. À época do Estado Novo, o periódico se dizia um defensor das causas regionais, sem descurar das questões pátrias.

Nas páginas do *Tempo*, a presença do 19 de Abril como data comemorativa alicerçou-se nos anos quarenta. Em 1941 (O TEMPO, a. 35, n. 102, 19 abr. 1941, p. 1), o jornal estampava o retrato de Getúlio Vargas e apresentava o editorial “O aniversário do construtor do Brasil Novo” [Figuras 1 e 2]. Segundo o texto, se havia um homem através da história brasileira que fizesse “jus à gratidão brasileira, esse homem é Getúlio Vargas”. O periódico descrevia que o presidente fora “posto no poder por uma revolução, por um golpe de força” e seria “precisamente a força para quem ele tem apelado, nestes dois lustros fecundos de ação governativa”. A folha fazia referência a “acontecimentos de indiscutível gravidade” que teriam procurado “entravar a obra notável de brasilidade que o presidente constrói”.



- Figura 1 -

**O Aniversario do Cons
truitor do Brasil Novo**

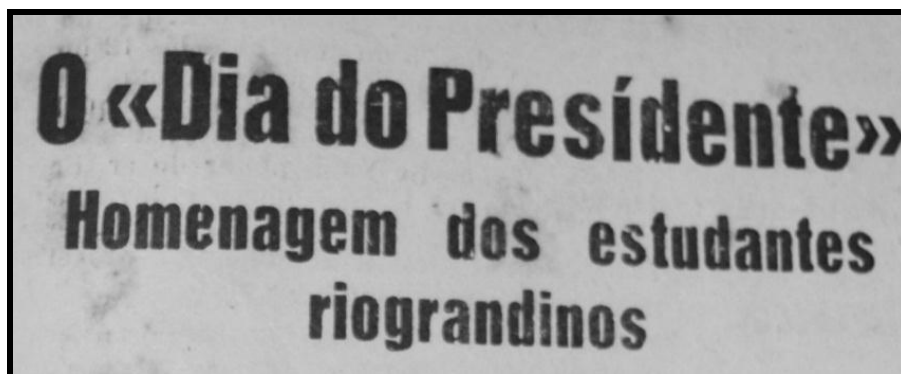
- Figura 2 -

Na perspectiva do combate ao comunismo, a publicação rio-grandina explicava a expressão “força”, utilizada anteriormente, e afirmava que os “elementos anárquicos” tinham ido “até aos extremos da rebeldia”, mas que aquele “homem extraordinário” não se utilizara “da força para um ato de vingança ou uma atitude menos sensata”. Segundo o jornal, a força empregada por Vargas fora no sentido de “salvaguardar o prestígio e intangibilidade do Estado”, de modo que ele só fizera uso dela “para conter a ambição e a insensatez dos maus patriotas, dos que se esqueceram dos seus deveres para com o Brasil”. A folha propunha que se fizesse um balanço da atividade daquele “gaúcho sereno, medido, justo, equilibrado” e “cem por cento brasileiro”, cuja “obra” seria “alguma coisa de portentosa, de excessiva para um curto período” de tempo.

Para *O Tempo*, na época de Vargas, “os problemas mais transcendentais foram atacados com energia e corajoso espírito patriótico”, de modo que “coisa alguma deteve a sua marcha, retardou a sua caminhada” ou “cortou as forças dos impulsos”. A folha propunha ainda que daquele período administrativo teria advindo um “país mais vibrante, mais consciente, mais senhor de suas responsabilidades, de seus deveres” e “de seus destinos”, pois o Presidente dera “ao Brasil um sangue novo, uma expressão nova, uma mentalidade diferente”. De acordo com o periódico, nada escapara “à sua mirada de estadista” e “à sua visão dos fenômenos sociais modernos”, citando vários supostos exemplos, com ênfase “ao desenvolvimento do amor à pátria” que estava esquecida, “graças à insidiosa campanha anarquista dos inimigos” da nação.

Na concepção do jornal rio-grandino, Vargas fizera toda aquela “obra” em apenas um decênio, de modo que os brasileiros não deveriam esquecer, “por um dever de gratidão, que 19 de Abril é o dia do aniversário desse extraordinário condutor de povos”, o qual unificara “o Brasil, dando-lhe confiança em si mesmo e alargando os horizontes da realidade” nacional. Nesse sentido, *O Tempo* concluía que “19 de Abril é uma data que recorda uma gloriosa existência”. Na mesma edição, o periódico estampava a manchete “O Rio Grande comemora dignamente a passagem da data do chefe da nação”, divulgando que o município participaria “de maneira expressiva das comemorações com que o país assinalará a passagem da data natalícia” de Vargas, citando tais atividades e avisando que “todos os atos terão caráter festivo”.

Na edição de 1942, *O Tempo* publicava a manchete “Brasil em peso homenageará, amanhã, o seu grande Presidente” (O TEMPO, a. 36, n. 52, 18 abr. 1942, p. 1). O jornal descrevia “as justas e merecidas festas que vão ser prestadas ao maior estadista da América” em vários lugares do país. Sob o título “O ‘Dia do Presidente’”, o periódico também fazia referência a um tributo dos estudantes rio-grandinos que não deixariam “passar o dia do insigne Chefe da Nação sem uma homenagem toda especial” [Figura 3]. Nessa linha, noticiava “essa grandiosa manifestação que a juventude local prestará ao ínclito fundador da nacionalidade”.



- Figura 3 -

No próprio dia 19 de abril (O TEMPO, a. 36, n. 53, 19 abr. 1942, p. 1), a folha rio-grandina publicava a manchete “A imprensa repercutindo o grande dia de hoje”, acompanhada do retrato presidencial [Figuras 4 e 5]. O periódico noticiava as “imponentes festividades” em homenagem à data e dedicava longo editorial para saudar “o grande e preclaro estadista que dirige os destinos do Brasil, pelo seu aniversário natalício”. *O Tempo* dizia associar-se às comemorações, “considerando-as como um dever de todos nós, um ato meritório de justiça, pelos grandes serviços prestados ao povo brasileiro e ao Brasil” e pela sua “inteira dedicação aos interesses da nacionalidade”, constituindo “uma etapa, toda ela de sacrifícios pela felicidade do povo brasileiro”.



- Figura 4 -



- Figura 5 -

De acordo com o jornal, realizar uma “análise da administração fecunda e honrada” de Vargas era uma “tarefa difícilíssima”, tendo em vista sua múltipla ação, como “estadista de larga visão” que “se agigantou de início aos olhos de seus concidadãos, estabelecendo patrioticamente a unidade política da nacionalidade”. Como exemplos desses “feitos” eram citados a unificação nacional em torno da bandeira, o reaparelhamento militar, as leis trabalhistas e os incentivos ao comércio, à indústria, à agricultura e à pecuária, além da ação em termos de relações exteriores, com a solidariedade continental. O periódico concluía o editorial, afirmando que, “diante desse volumoso acervo de relevantes e grandiosos serviços prestados pelo honrado, patriota e benemérito Presidente”, tornava-se “um dever e um ato da mais perfeita justiça, o tributo de excepcionais homenagens que o povo do Brasil” estaria a prestar “ao seu egrégio Presidente no dia de seu aniversário”. Na edição seguinte (O TEMPO, a. 36, n. 54, 21 abr. 1942, p. 1), a folha informava que o “Dia do Presidente” fora “condignamente festejado” na cidade, citando os atos festivos.

O “Aniversário do Presidente” era a manchete do periódico em abril de 1943 (O TEMPO, a. 37, n. 110, 18 abr. 1943, p. 1), mais uma vez acompanhada pelo seu retrato [Figura 6]. O editorial da publicação dava maior atenção à política externa varguista, afirmando que, “na escala do valor político internacional”, não houvera até então registro de “nenhum movimento que se pareça com o que o Brasil ali imprimiu por força das ações com que um vulto da maior projeção humana”, promovera, fazendo o país “sair da semiobscuridade para a radiosa luz da expansão e da glória das grandes nações”. Segundo a folha, Vargas cumprira

uma “missão histórica”, ao transformar um “país novo, mas doente e prematuramente decrépito”, em “uma nação completamente nova, cheia de energia viril”, estando “perfeitamente integrada na consciência exata da sua responsabilidade” e vinculada aos “destinos imensos da sua nacionalidade e na vida nascente da América”.



- Figura 6 -

A partir do ingresso do Brasil na II Guerra Mundial, ao lado das liberal-democracias, o jornal considerava Vargas como “o nome mais conhecido e admirado na América, ao lado de Roosevelt” e mesmo “no mundo, ao lado de Churchill”, tal qual “uma das colunas em que descansa a confiança e a certeza da vitória, dos países livres do universo”. Dessa maneira, o periódico considerava que o 19 de Abril era um “dia glorioso para o povo brasileiro”, o qual saberia “distinguir o seu grande chefe e ainda maior amigo, na data do seu aniversário natalício”. De acordo com tal espírito, *O Tempo* se associava, “com viva satisfação”, a tal “alegria natural e imensa”.

Na mesma edição (O TEMPO, a. 37, n. 110, 18 abr. 1943, p. 3), a publicação rio-grandina publicava outra manchete sobre “O aniversário do Presidente Getúlio Vargas e as homenagens da cidade” [Figura 7]. A matéria era para noticiar as festividades citadinas ao 19 de Abril, mas serviu para mais uma apologia a Getúlio. Para a folha, não haveria “exagero em dizer que todos os lares brasileiros” estavam “em festa bem íntima, bem nossa, porque o calendário assinala o aniversário do grande brasileiro”. Mantendo o tom encomiástico, o periódico dizia que tal “estadista emérito” surgira “no momento mais angustioso para a pátria”, atuando para resolver tais questões, dentre as quais: “o Brasil estava dominado pela politicagem, as eleições eram uma fraude, as revoluções se repetiam” e “o operariado vivia espoliado”.



- Figura 7 -

Nessa linha, *O Tempo* declarava que se integrara “espontaneamente no grande programa do Estado Novo”, ao qual servia “cheio de patriotismo e com o pensamento no Brasil”, de modo que prestava a Vargas “sua homenagem sincera, brasileira e desinteressada”. Nas edições seguintes, o periódico noticiava que entre as comemorações estava a inauguração do novo edifício do Grupo Escolar Getúlio Vargas (*O TEMPO*, a. 37, n. 111, 20 abr. 1943, p. 1); além disso, informava a respeito da homenagem realizada no Rio de Janeiro por alunos, enaltecendo “a personalidade do Presidente Vargas, o grande benfeitor do Brasil” (*O TEMPO*, a. 37, n. 112, 21 abr. 1943, p. 1).

As homenagens permaneceram em 1944, com editorial trazendo o nome do presidente (*O TEMPO*, a. 38, n. 110, 19 abr. 1944, p. 1). Para o jornal aquela era uma data “de festa nacional”, pois assinalava o aniversário do “brasileiro por todos os títulos ilustre”, o qual vinha “administrando o Brasil com o máximo descortino, com a mais inexcedível capacidade e com o mais acendrado patriotismo”. *O Tempo* declarava que era “de grande júbilo para os brasileiros a efeméride de 19 de Abril”, uma vez que “o preclaro Chefe da Nação tornou-se

credor da gratidão irrestrita dos filhos do Brasil". Afirmava ainda que Vargas teria correspondido "à expectativa do povo brasileiro", já que "a sua ação no governo" havia se "caracterizado pelos princípios de moralidade administrativa e por um impulso notável de progresso", trazendo "a maior grandeza e prestígio" para o país.

Aplaudindo o regime vigente, o periódico rio-grandino apontava para os "extraordinários benefícios" que o Brasil teria "usufruído com a implantação do Estado Novo", a partir do qual "novos horizontes se rasgaram para a vida nacional, refletindo-se esse desenvolvimento em todas as atividades humanas". Reiterando o tom elogioso, o jornal afirmava que, "dirigindo os destinos desta grande nação, na hora conturbada que o mundo atravessa", Vargas teria "revelado o político de raro tato", atuando como um governante "de envergadura moral e de nobre altivez".

A abordagem reforçava o aplauso à postura do Brasil diante da II Guerra Mundial, apontando para "a atitude digna que sua excelência assumiu", em vista "da estúpida agressão ao Brasil pelos abjetos agentes do negregado nazi-fascismo, aceitando o desafio", ao declarar "guerra à Alemanha e à Itália, esta já derrotada pelas hostes gloriosas das Nações Unidas", com as quais os brasileiros lutavam, "com destemor, em defesa da civilização e dos direitos humanos". Para o jornal, "à passagem da faustosa data" daquele 19 de Abril, tornava-se "motivo de regozijo, desde o Amazonas ao Chuí", de modo que se associava "*O Tempo*, prazerosamente, às muitas, justas e eloquentes homenagens tributadas pela nação" a Getúlio Vargas.

Na edição de abril de 1945 ocorreu uma das mais efusivas homenagens da folha rio-grandina ao natalício presidencial (O TEMPO, a. 39, n. 86, 18 abr. 1945, p. 1). Na primeira página aparecia em letras garrafais “Grandiosa manifestação ao Presidente Vargas”, manchete acompanhada pelo retrato do político [Figura 8]. A matéria se referia a um tributo através “de um grande desfile do mundo operário” rio-grandino. Nesse sentido, o jornal descrevia que “a coletividade trabalhista do Rio Grande, em reconhecimento aos múltiplos benefícios que o trabalhador brasileiro” teria obtido a partir “da alta compreensão e ao elevado espírito de justiça de governo do eminente Presidente Getúlio Vargas”.



- Figura 8 -

O periódico explicava que a “grandiosa e eloquente homenagem por motivo da passagem do aniversário natalício” do “ilustre Chefe da Nação”, além do desfile, trazia uma série de faixas, nas quais estariam expressas “legendas que os honrados trabalhadores rio-grandinos” empunhariam na passeata. Dentre tais legendas estavam: “Os trabalhadores reconhecem o seu maior amigo, o grande Presidente Vargas”; “Homenagem dos trabalhadores da cidade do Rio Grande ao nosso grande Presidente pelo seu aniversário”; “Palavras do Presidente Vargas – ‘Tenho recebido muitas ingratidões, mas elas nunca partiram dos trabalhadores’”; “Não há governo que se possa manter, fazendo política do rico contra o pobre”; “Com o Presidente Vargas, os trabalhadores sempre tiveram liberdade e direitos”; “Os interesses individuais nunca se poderão sobrepor aos interesses coletivos”; “Já se foram os tempos em que os direitos dos trabalhadores morriam nos bastidores e nos gabinetes”; “Há quatorze anos que os direitos dos trabalhadores vêm sendo tratados com justiça”; “Com Getúlio Vargas estão todos os trabalhadores do Rio Grande”; “Com Getúlio Vargas estão todos aqueles que querem o Brasil e o seu progresso”.

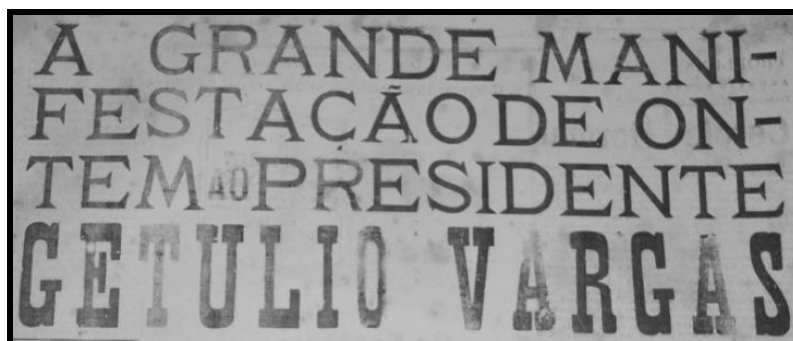
Na edição seguinte (O TEMPO, a. 39, n. 87, 19 abr. 1945, p. 1), o periódico publicava matéria intitulada “Dr. Getúlio Vargas”, acompanhada de sua fotografia [Figura 9], informando que transcorria naquela data o aniversário do “eminente brasileiro que, em largo descortino, alta proficiência e grande senso patriótico”, vinha “presidindo os destinos do país”. De acordo com o jornal, tratava-se de uma “efeméride de júbilo para o povo brasileiro”, o qual teria “o

ensejo para patentear ao preclaro Presidente os seus protestos de apreço e admiração”. Complementando a informação do dia anterior, *O Tempo* destacava que “o operariado do Rio Grande, em testemunho de sua gratidão”, iria prestar “justa e eloquente homenagem”, com “uma grandiosa passeata” dedicada a Vargas.



- Figura 9 -

Ainda em 1945, a publicação periódica rio-grandina (O TEMPO, a. 39, n. 88, 21 abr. 1945, p. 1) dedicaria mais uma primeira página para as homenagens a Vargas, reproduzindo outra vez seu retrato e apresentando em ampla magnitude gráfica a manchete “A grande manifestação de ontem ao Presidente Getúlio Vargas” [Figura 10]. Tal edição voltava-se a narrar as festividades ocorridas em alusão ao 19 de Abril, destacando que fora “verdadeiramente imponente o espetáculo cívico constituído pela estupenda manifestação de apreço e solidariedade que o mundo trabalhista do Rio Grande” realizara, “em alvo ao egrégio Presidente, homenageando a data de seu aniversário natalício”. O jornal descrevia que “a cidade amanhecera engalanada, com o embandeiramento dos estabelecimentos públicos e particulares” e até de “inúmeras residências”, assistindo “estuar de entusiasmo à grandiosa e impressionante homenagem dos laboriosos obreiros rio-grandinos ao primeiro magistrado da nação”.



- Figura 10 -

O periódico descrevia minuciosamente cada momento da passeata, como a concentração, o desfile com a participação de várias bandas e saudação à redação de *O Tempo*, diante da qual fora aclamado “entusiasticamente o nome do ilustre chefe do governo” e os discursos proferidos por diversos oradores em frente ao Paço Municipal, os quais contaram com transmissão radiofônica. De acordo com o jornal, todos os discursos contaram com “calorosos aplausos” e, encerrada a oratória, “os operários, sempre animados da maior vibração cívica, prosseguiram na sua passeata”. A folha voltava a publicar todas as “legendas” de saudação a Vargas estampadas nas faixas utilizadas no comício.

O fim da ditadura estado-novista levaria a um esvaecimento em relação ao 19 de Abril. Na edição de tal dia, referente a 1946, *O Tempo* ainda apresentou um texto laudatório a Vargas, mas se tratava de uma coluna assinada e não mais uma matéria de natureza editorial ou redacional da própria folha. Progressivamente ocorreria um esvaziamento quanto ao 19 de Abril como “data cívica nacional”. Coincidentemente, o próprio Estado Novo instituiu as comemorações do “Dia do Índio” para aquela mesma data, fator que, com o passar do tempo, também viria a contribuir para o esquecimento do “Dia do Presidente”.

O aparelho político-ideológico estado-novista dedicou amplo esforço no sentido de plasmar identidades para a imagem de Getúlio Vargas. Como foi comum aos regimes totalitários, a figura do “líder máximo” ou do “pai da pátria” trazia consigo a meta de identificar o governante com a nação, de modo que

seus interesses seriam os mesmos da nacionalidade. O papel essencial dessas estratégias era dar um ar de legitimação ao ditador, buscando escamotear os meios autoritários utilizados para a permanência no poder. De acordo com tais premissas, o governante aparecia como ungido pela nação para, em nome dela, deliberar unipessoalmente sobre os destinos do país.

No Brasil tais preceitos foram utilizados em larga escala e Vargas, que permanecera no poder por meio de um golpe de Estado, era apresentado como um governante legítimo e representante da nação. Essa carga ideológica usou largamente textos e imagens que criassem uma aura de popularidade em torno do governante. Além disso, datas cívicas e personagens históricos apareciam como exemplos de abnegação patriótica, da qual Getúlio seria um seguidor. Nessa linha, as comemorações do 19 de Abril e praticamente a institucionalização de um “Dia do Presidente” ganharam terreno, notadamente a partir dos anos quarenta, época de apogeu da ditadura.

A imprensa, cooptada ou controlada, contribuiu fortemente nessa ação e na cidade do Rio Grande *O Tempo* realizou tal papel, alinhando-se declaradamente ao Estado Novo. O 19 de Abril servia como excelente oportunidade para as manifestações laudatórias, nas quais a ação de Vargas era guindada às raias da perfeição, sendo ele apresentado como o “homem de Estado ideal”, o “indivíduo certo” para administrar o país e o governante que praticamente criara um “país perfeito”. O governo varguista só recebia qualificações positivas, não havendo nenhum espaço para o espírito crítico.

Nas páginas de *O Tempo*, no lugar da força, aparecia uma suposta bondade; no do autoritarismo, o ufanismo; no da censura, a brasilidade; e no da ditadura, uma improvável liberdade. Em verdadeira alquimia discursiva, os textos encomiásticos e as imagens estampadas de Vargas intentavam impregnar massivamente o pensamento dos leitores em direção a uma propalada legitimidade governamental imanente à concepção dos detentores do poder. A proximidade das efemérides colocava direta ou indiretamente o 19 de Abril associado com a Semana Santa, que por vezes coincidiu ou esteve nas cercanias deste dia e, mais ainda, com o Dia de Tiradentes, completando as cores heroicizadas ou até quem sabe quase sacrossantas com que o aparelho estatal tentava caracterizar o Estado Novo, servindo o “Dia do Presidente” como contumaz arremate a tal criação ideológica.

Assim, o Estado Novo constituiu um dos momentos marcantes da formação histórica brasileira, caracterizado por um regime ditatorial que suprimia direitos individuais e controlava a sociedade por meio da repressão e da censura. Ao mesmo tempo era alardeada uma ferrenha campanha propagandística, intentando demonstrar os avanços do país na última década e meia. A ditadura estado-novista optou por um caminho industrializante, no sentido de superar a tradição agroexportadora, galgando espaço em direção ao progresso por meio da indústria pesada, a qual teve o seu impulso inicial a partir da negociação da participação do Brasil na II Guerra Mundial. Nessa época, o caráter federativo foi praticamente anulado, com a preeminência de uma estrutura centralista e concentradora de poderes nas mãos do Presidente.

Ocorreu também uma personalização do regime na figura de Getúlio Vargas, cuja imagem foi reconstruída a partir de um eficiente aparelho burocrático-ideológico, no sentido de angariar simpatias para tal líder, no intento de afirmá-lo não como um ditador, e sim como um governante popular, cujas concessões teriam favorecido ao povo. A presença do Brasil na II Guerra Mundial, progressivamente, acabaria por ser um fator essencial para a desintegração estado-novista, a partir da incongruência inerente a um país que, externamente lutava pela democracia, e, internamente, sustentava um modelo ditatorial. O Estado Novo teria o seu fim em 1945, mas o processo histórico que levou à sua instalação e existência deixaria marcas profundas na vida brasileira.



A **Coleção Documentos** tem por intento trazer ao público fontes manuscritas ou impressas, e ainda bibliográficas cujas edições estejam esgotadas ou se encontrem em difícil acesso. Seu fulcro são os documentos voltados à cultura em geral e, especificamente, aos fundamentos históricos e literários, com especial atenção às temáticas de cunho luso-brasileiro. Por meio desta Coleção, o CLEPUL e a Biblioteca Rio-Grandense unem forças para disponibilizar na rede mundial uma série de documentos que poderão fomentar pesquisas e/ou estimular a leitura de textos originais.

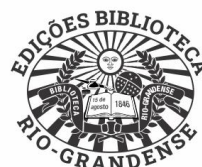


Coleção
Documentos
40

A **Coleção Documentos** tem por intento trazer ao público fontes manuscritas ou impressas, e ainda bibliográficas cujas edições estejam esgotadas ou se encontrem em difícil acesso. Seu fulcro são os documentos voltados à cultura em geral e, especificamente, aos fundamentos históricos e literários, com especial atenção às temáticas de cunho luso-brasileiro. Por meio desta Coleção, o CLEPUL e a Biblioteca Rio-Grandense unem forças para disponibilizar na rede mundial uma série de documentos que poderão fomentar pesquisas e/ou estimular a leitura de textos originais.

CENTRO DE
LITERATURAS
E CULTURAS
LUSÓFONAS
E EUROPEIAS
CLEPUL
Faculdade de Letras da
Universidade de Lisboa

FCT
Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia



edicoesbibliotecariograndense.com

ISBN: 978-65-89557-03-6